Odilon Nunes

PESQUISAS PARA A HISTÓRIA DO PIAUÍ

4

Coleção Grandes Textos

FUNDAPI

Digitalizado com CamScanner

ODILON NUNES

Se existiu (ou existe) entre nós algum intelectual digno de toda reverência, trata-se, indiscutivelmente, do historiador Odilon Nunes. Mestre Odilon, como se tornaria conhecido, reunia em si alguns dos atributos que caracterizam os verdadeiros sábios: inteligência fulgurante, integridade intelectual, paciência, tenacidade e, acima de tudo, a humildade e o desprendimento para compartilhar o que sabia. Sua profícua existência divide-se em dois momentos: no primeiro, foi professor e semeador de escolas nos sertões do Piauí e em outros estados do país. A partir de 1930, dedicou-se à pesquisa histórica e legou às gerações futuras uma obra de importância inquestionável. Ao recebê-lo, na Academia Piauiense de Letras, o também historiador Joaquim Chaves afirmou: "Construístes-nos, com a vossa História, um edifício sólido, bem traçado, alicerçado na rocha viva de uma documentação escolhida e de uma crítica inteligente e sensata. Apareçam-nos, agora, aqueles que irão adorná-lo com obras de arte, para deleite e gáudio dos espíritos mais requintados. Ninguém poderá, porém, de hoje em diante, prescindir de vossa obra, em se tratando de História do Piauí". A leva de novos historiadores piauienses confirmaria a veracidade da afirmação de Chaves.

Em junho de 1931, o mestre escola Odilon Nunes, preocupado com a inexistência de compêndios de história do Piauí que pudessem ser utilizados em sala de aula pelos professores piauienses, editou, por sua conta e risco, O Piauhy na História, texto de caráter eminentemente didático. Modesto, adverte: "Falece-me a capacidade para produzir intelectualmente algo de grande que desperte a admiração e os elogios dos homens cultos de minha terra. Anima-me, entretanto, o grande amor que voto à instrução primária do Piauí, o desejo ardente de contribuir para seu progresso e, sobretudo, a vocação que impõe

Digitalizado com CamScanner

Coleção Grandes Textos

- A História Negada (em busca de novos caminhos)
Jóina Freitas Borges

- Pesquisas para a Históriua do Piauí
Odilon Nunes

editores
R. N. Monteiro de Santana
José Reis Pereira

supervisão
Cineas Santos

capa
Antônio Amaral

diagramação e revisão
Rosa Pereira

digitação
Diego Germano Nepomuceno

Impressão
Halley S.A. Gráfica e Editora

ficha catalográfica

N972p Nunes, Odilon.
Pesquisa para a História do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província. Em busca de organização: escola e trabalho... / Odilon Nunes. – Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.
344p (Coleção Grandes Textos, v. IV)

1. Piauí – História. 2. Independência – História - Piauí. I. Título

CDD 981.22

Índice para Catálogo Sistemático

1. Piauí - História 981.22
2. Independência - História - Piauí 981.323.17

Digitalizado com CamScanner

Odilon Nunes

PESQUISAS PARA A HISTÓRIA DO PIAUÍ

Volume IV

Lutas partidárias e situação da Província

Em busca de organização: escola e trabalho

O crime

A mudança da capital – Teresina e seu desenvolvimento no Império

Transportes e comunicações – fontes econômicas

A Guerra do Paraguai

A abolição

Catequeses e tentativas de Colonizações – Epidemias

Educação e Cultura

Vitório da Costa e sua administração no Piauí

Digitalizado com CamScanner

A

Raimundo Wall Ferraz
José Odon Maia Alencar e
Bento Clarindo Bastos

Digitalizado com CamScanner

SUMÁRIO

Preâmbulo 11

1 Lutas partidárias e situação da Província 15

2 Em busca de organização: escola e trabalho 40

3 O crime 63

4 A mudança da capital – Teresina e seu desenvolvimento no Império 98

5 Transportes e comunicações – fontes econômicas 128

6 A Guerra do Paraguai 218

7 A abolição 242

8 Catequeses e tentativas de Colonização – Epidemias 268

9 Educação e Cultura 288

Vitório da Costa e sua administração no Piauí 320

Digitalizado com CamScanner

Preâmbulo

No começo deste século, três piauienses egressos de escolas superiores do Brasil, fundaram em Teresina a **Pátria**, jornal que marcaria época em nossa terra. Eram eles Antonino Freire, Abdias Neves e Miguel Rosa, os meninos da Pátria, como se dizia então.

Abdias Neves ainda era bem jovem quando acrescentou a suas atividades jornalística a dileção pela pesquisa de nossa história. Deixou-se fascinar pelas lutas da Independência, quando o Piauí viveu proezas de bravura só comparáveis às do período heróico da conquista e colonização.

Da passagem do fogoso jornalista pelo nosso arquivo, ficou-nos **A Guerra do Fidié**, escrita no vigor dos anos, na fase em que o brilhante polemista já estava em plenitude intelectual. Sua primeira publicação teve início em 1903, no **Almanaque Piauiense.** Em 1907 surgiria a obra em opulento volume de 300 páginas.

Com Pereira da Costa que também fez pesquisas no Arquivo do Estado do Piauí, seguiu o processo até então adotado: não consignou as fontes que deram origem a sua obra substancial.

Em 1924, em **O Piauí na Confederação do Equador**, o já notável polígrafo piauiense assenta sua obra em científico processo de pesquisa. Foi uma evolução na historiografia de nosso Estado, já iniciada por Antonino Freire, e bem poucos no Brasil e de então.

Entrávamos numa fase de revisão da história, e o Piauí, sob esse aspecto, em relação a outras unidades da Federação Brasileira, oferecia o mais importante instrumento, senão o imprescindível para o êxito do objetivo que se impunha no momento: o arquivo, o seu arquivo quase intacto.

O de que hoje precisamos é da predisposição desse arquivo para o trabalho do historiador, e de pesquisadores, pesquisadores no verdadeiro sentido da palavra, capazes da revisão histórica. Sem a predisposição que se impõe, e que deve ser baseada na catalogação de documentos, o trabalho do historiador exige vagar e mais do que delongas, muito sacrifício. É como o do faiscador

Digitalizado com CamScanner

em grupiaras pobres. É a sorte que o faz encontrar o que de precioso se procura.

Eruditos mestres brasileiros já o fizeram sentir que a pesquisa histórica não pode iniciar como simples iniciativa individual e particular; deve ser empreendimento do Estado, e conduzida por equipes capazes de renúncia, repleta de solidariedade, adredemente preparadas.

Felizmente, o eminente Governador do Estado vai ao encontro dessa aspiração, que assim podemos afirmar é aspiração nacional. Aprovou e faz executar um programa de publicações que estuda não somente a história do Piauí em suas múltiplas facetas, como também põe em relevo aspectos culturais, econômicos, científicos, e ainda as influências sociais e políticas de suas fontes de produção. É uma tentativa para apresentar o Piauí em sua integral fisionomia, do passado, do presente, para o futuro.

O Piauí dispõe de capacidades que bem poderão colaborar de acordo com suas especializações intelectuais. Já homens de boa vontade ofereceram sua cooperação a tão meritório empreendimento.

Precisamos duma vez quebrar a apatia que por vários decênios estagnou a cultura piauiense; precisamos hoje dinamizá-la para acompanhar na senda do desenvolvimento esse surto de progresso material que soergue nosso Estado em busca de sua integração no concerto nacional.

Felizmente já testemunhamos em nosso meio social lídimos representantes das letras, contistas, romancistas, teatrólogos, poetas, economistas, historiadores, juristas, homens de ciência, com suas publicações a enriquecer nossa literatura. Já temos uma imprensa atuante, cônscia de seus deveres cívicos, a propugnar pelo desenvolvimento do Piauí, com desprendimento, equilíbrio, sensatez.

Hoje, sob os auspícios do Governo do Estado, o Piauí recebe o 4.° volume de **Pesquisas para a História do Piauí.** Não é obra de vulgarização da História de nossa terra. Foi elaborada na penumbra dos arquivos, e no manuseio de papéis envelhecidos. Não tem aspirações literárias. Seu estilo é duro e seco, por vezes árido e áspero como o trabalho em que foi elaborado. Mas nela será encontrada a inspiração em que processou seu nascimento: o amor ao torrão natal e às tradições gloriosas de sua gente.

Digitalizado com CamScanner

Nas **pesquisas** procuramos seguir as pegadas de Abdias Neves e Antonino Freire. Fizemos o possível para assentar nossa história em bases documentais, colhidas em fontes originais. Ampliamos as fronteiras de conhecimentos históricos referentes a nosso passado de tanta beleza, de tanto sofrimento, evidenciando nossas possibilidades de realizações, nossa capacidade para a luta.

A obra que realiza o Governo do Estado é extraordinária. Precisávamos aparelhar-nos para acompanhar o Brasil em seu crescimento vertiginoso. E, assim, o Piauí também cresce. É o presente em busca de seu futuro. Mas há um passado que não pode e não deve ser esquecido. É a nossa história que traduz nossas esperanças, nossos anseios, e que rememora o período heróico da conquista, e a bravura de nossos antepassados, bravura que tanto contribuiu, na paz e na guerra, para a unidade da grande nação brasileira.

Tudo isso está circunscrito no plano editorial e na série de livros e cadernos a serem publicados, programa que não apenas olha para o passado, mas também busca o futuro, o futuro de nossa redenção econômica e cultural.

Esse programa deve ser acelerado a fim de que o movimento de nível cultural possa acompanhar o surto de progresso natural que ora testemunhamos. Sentimos que os intelectuais no Piauí não desejam ficar na retaguarda. Se eles por vezes rumorejam queixumes e críticas é porque eles querem marchar com o governo na vanguarda desse movimento desenvolvimentista que ora se opera. As obras materiais que realiza o Governo do Estado, imprescindíveis ao nosso crescimento, consolidarão nossa economia e fortificarão nossa cultura. Mas lá fora, pouco se sabe do Piauí, especialmente sob o ponto de vista cultural.

Publica-se a história da imprensa do Brasil, e o Piauí não aparece; publica-se a história da literatura do Brasil, e o Piauí não aparece; publica-se enfim a história do Brasil, e o Piauí pouco aparece, o Piauí, cuja história, como há pouco dissemos, na paz e na guerra tanto contribuiu para firmar a unidade da grande nação brasileira.

Cumpre ao Estado dar prioridade ao plano editorial a fim de que o Piauí efetivamente possa existir de modo atuante na comunidade brasileira.

São essas as nossas aspirações.

Teresina, 1972.

Digitalizado com CamScanner

1

Lutas partidárias e situação da província (1844-1845)

José Ildefonso de Sousa Ramos foi nomeado presidente da província do Piauí, por **Carta Imperial de 1/9/1843**. Era filho de Minas Gerais e tinha, então, 30 anos completos. Residia em Valença, vila da província do Rio de Janeiro, onde já fora eleito juiz de paz.

Após sua nomeação e preparativos para a viagem, buscou São Luís (Maranhão), donde partiu para o Piauí. Passou por S. Gonçalo de Amarante, e pelo vale do Canindé alcançou Oeiras e, dois dias após, isto é, a 30 de dezembro de 1843 transmite-lhe as funções de Presidente da Província, o Visconde da Parnaíba.

Estava iniciada a brilhante carreira política do futuro Barão das três Barras, mais tarde Visconde de Jaguari.

Seu contemporâneo, o P. Pinto de Campos, informa que era ele **reservado e seu caráter de uma simulação proverbial**, enquanto nosso contemporâneo Heitor Moniz acrescenta que "era um espírito esclarecido e sagaz, honesto e grandemente trabalhador". (Casa Anísio Brito. Arquivo. Província. **Maço** 241. Doc. 9/12/844).[1]

Sousa Ramos faria inteligentemente sua estréia política no Piauí, donde saiu como deputado geral. Ainda, na baixa câmara, representaria o Rio de Janeiro noutras legislaturas. Seria também conselheiro do Estado, senador por Minas Gerais, pertenceria ao Conselho de S. Majestade, participaria de vários ministérios.

Digitalizado com CamScanner

Era filiado ao Partido Conservador que dessa vez, por seu intermédio, queria firmar raízes em terras piauienses. Era essa a principal incumbência à sutileza do astuto mineiro. Mal assume as funções, propõe a substituição dos vice-presidentes da Província, todos do Partido Liberal, por elementos do Partido Conservador, opinando, todavia (o que seria politicamente inócuo), que fosse mantido o Padre Marcos de Araújo Costa, em virtude de suas **boas qualidades**, mas acrescentava, ainda como a justificar a liberdade, que o Vice-presidente de antanho **morava muito distante e era homem idoso e enfermo**, e que jamais aceitaria o exercício da função de presidente, pois sempre fora infenso à notoriedade política (CABAPRO. M. 241. Doc. 30/1/1844).

Logo em seguida oficiava a todos os juízes de paz para que suas freguesias organizassem Conselho de Qualificação formado de seis eleitores e presidio pelo juiz de paz, em observância à **Lei de 18/8/831** que criou a Guarda Nacional em substituição dos extintos corpos de Milícias, Guardas municipais e Ordenanças. Esse conselho de Qualificação, em obediência a mesma lei, deveria ser reconstituído todos os meses de janeiro, a fim de ser feito o alistamento da Guerra Nacional, e ainda em conformidade com a **Resolução de 25/10/1832.**

Argumentava Sousa Ramos que esse serviço anteriormente não fora realizado no Piauí com a devida regularidade (o que era ocorrência também noutras províncias, senão por todo o Brasil). (Idem. Livro 183. 1 a 2. Doc. de 5/1/1844).

Seriam organizadas duas listas de pessoas que tivessem as qualidades exigidas pela legislação, uma dos indivíduos que pertenceriam ao serviço ordinário, e outra dos indivíduos que ficariam na reserva, a qual seria constituída de funcionários públicos, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, acadêmicos e estudantes de seminários e escolas públicas, empregados dos arsenais e oficinas do Estado. (Idem. L. 183. 1 a 2 . doc. de 5/1/1844).[2]

Participa as determinações tomadas aos juízes de direito. (Idem. L. 183. 2v. a 3. Doc. de 10/1/1844).

Mas tarde, em **Fala** à Assembléia Legislativa diria que, apesar de nomeados muitos oficiais pela administração anterior, tinha o pesar de assegurar que ainda não havia Guarda Nacional na Província.

Digitalizado com CamScanner

Ainda em circulares dirigidas aos juízes de direito e delegados de polícia, exalta os feitos valorosos dos piauienses, quando em **notório e patriótico esforço e denodo** resistiram aos ataques dos balaios do Maranhão, **sem contarem a princípio com outros recursos que os próprios de sua própria heróica constância.**

Pede, então, que seja informado com urgência e circunstanciadamente quais aqueles que mais se distinguiram na luta a fim de serem premiados, advertindo, entretanto, que as pessoas indicadas fossem de reconhecida probidade e experimentada firmeza, e adesão à Pessoa de S. Majestade, o Imperador, para que não se faça recomendação de "indivíduos que depois se mostrem indignos dela por um procedimento em oposição às vistas do Governo Imperial, e de seu imediato Delegado nesta Província". (Idem. L. 183. 7 a 8. Doc. de 6/2/1844).

Não se esquecera também, logo nos primeiros dias, de oficiar a todas as câmaras municipais para que expusessem pormenorizadamente quais as necessidades mais urgentes cuja solução estimula a prosperidade do município, a fim de providenciar junto à Assembléia Legislativa a promulgação de leis indispensáveis à realização do objeto. (Idem. L. 174. Doc. de 16/1/1844).

E ainda em circulares autoriza a intensificação do recrutamento. (Idem. L. 183. 2v. a 3. Doc. de 10/1/1844).

Com referência às igrejas, diriges aos párocos.

Estava, pois, montando o dispositivo partidário de que fora encarregado. Em seguida começaram a chegar as relações dos que foram julgados dignos de graça imperial. (Idem. L. 186. 15v. 16. Doc. de 28/8/1844).

Iria ocorrer no Piauí o que mais tarde na Câmara Geral denunciariam os mesmos conservadores aos firmar que os liberais condecoraram, para criar força política, até mesmo contrabandistas. Em verdade, no Piauí não houve dessa vez contrabandistas de escravos, a que se referiam os parlamentares conservadores, mas foram condecorados muitos que não o mereciam pela sua vida pregressa e que jamais figuraram na Balaiada, enquanto muitos dos que se distinguiram e sacrificaram-se na luta, pela defesa da ordem, ficaram esquecidos, porque eram liberais.

As Câmaras municipais se apressam em responder ao Presidente da Província. São subsídios que, junto às informações dos párocos, serviram a Sousa Ramos para elaborar uma síntese

Digitalizado com CamScanner

que retrata as condições dos municípios do Piauí, naquela época, especialmente das sedes municipais: Oeiras, Parnaíba, Campo Maior, Poti, S. Gonçalo, Jerumenha, Valença, Marvão, Parnaguá, Príncipe Imperial, Pircuruca, Jaicós e Barras.

Posteriormente, amparado nesses documentos, diria Sousa Ramos à Assembléia Legislativa: "[...] Se excetuarmos a freguesia de Jaicós, todas as mais ou não têm matrizes, ou as têm em estado que ameaça ruína, como me consta das informações dos respectivos párocos que passo a expor-vos".

E logo adiante: "A vila de S. Gonçalo, cabeça de comarca do mesmo título, não tem matriz; a antiga caiu há anos, e ao presente existe ali, servindo impropriamente de matriz, uma pequena casa para esse fim levantada à custa do povo: em minha viagem para esta cidade tive ocasião de a examinar com atenção. A casa de que venho falar é indecente para a habitação de qualquer homem ainda de condição muito humilde [...] também não tem ornamentos, alfaias [...]".

Refere-se as dilapidações da de Piracuruca, que tinha um patrimônio de quatro fazendas de gado vacum e muitas terras. Tinha renda de mais de mil bezerros por ano e não tem cousa alguma para a celebração do ritual. O santíssimo é exposto em custódia de madeira.

Afora a Capital e Jaicós, todos os demais municípios não têm cadeia. A cadeia de Parnaíba está em péssimas condições. Melhor seria fazer outra, que tentar aproveitá-la; Campo Maior, Parnaguá e Poti têm quartos destinados a prisão; S. Gonçalo, Príncipe Imperial, Piracuruca, Barras, Marvão, Jerumenha, nem isso, e os presos são conservados em **troncos**, expostos nos campos, debaixo das árvores. Nem uma só vila do Piauí tem paço, ou casa do conselho onde as câmaras municipais se reúnam, ou se faça o júri, e os magistrados suas audiências; apenas em Jaicós está em andamento semelhante obra. Usam casas alugadas, e outros, nem isso [...] "e os arquivos andam ambulantes, e as câmaras, mendigando favores, se reúnem nas salas dos particulares, que na ocasião acham vazias, não sabendo por isso em uma sessão onde se reunirão para a seguinte".[3]

Quase todas as câmaras municipais pedem melhoramentos em seus caminhos, e também pontes, canoas e ranchos de palha às margens dos rios e riachos, cujas enchentes nas estações invernosas interceptam o trânsito dos viajantes.

Digitalizado com CamScanner

Parnaguá pede a navegação do Gurguéia, e também Jerumenha, que ainda diria que só estrada de ferro ou navegação a vapor pelo Parnaíba seria meio eficaz para trazer a todo o Piauí imensas vantagens. (Idem. M. 239. Docs. 13/4 e 25/4/1844).

Mas sob esse aspecto quem melhor falou foi a Câmara de Campo Maior. Após pedir melhoramento para a estrada de Caxias no trecho compreendido entre a vila e o porto das Melancias, aconselha a construção de pontes, até mesmo no rio Parnaíba, o que só viríamos a ter um século após, ligando Teresina a Timon (Maranhão).

Acrescenta, entretanto, que esta obra está ainda muito longe de ser obtida e que se comentariam seus munícipes com uma boa gabarra. "Não chegamos ainda ao ponto de empregar o vapor nos transportes terrestres; por tanto guardemos silencioso desejo acerca deste tão importante melhoramento que deve ser com bastante antecedência precedido de outros. O único rio que há neste município navegável em toda estação é o Parnaíba, esperança de engrandecimento futuro do Piauí".

"Houve já na Província um pequeno princípio de navegação, mas essa desapareceu coma a revolta extinta (Balaiada), e ainda não reviveu. É certo que a Assembléia Províncial criou uma companhia de navegação por vapor, e lhe concedeu um privilégio [...]" Referia-se à frustrada **Lei Provincial N.° 129 de 30 de setembro de 1841**, a que nos referimos ainda em momento oportuno.

E continua a Câmara de Campo Maior: "Para promover, pois, a navegação do Parnaíba, indica esta Câmara: 1.° - A mudança da Capital da Província para a maior proximidade possível do dito rio em local mais adequado e vantajoso, para que a sua população, relações, comércio e luxo necessariamente darão grande empenho à navegação, e a facilidade desta promoverá o aumento da cidade e assim reciprocamente; 2.° - A criação duma companhia de barcas ordinárias, coajuvada, mas não dirigida pelo Governo; 3.° - A isenção de qualquer imposição nos gêneros que forem importados ou transportados pelo dito rio." (Idem. M. 240. Doc. de 18/4/1844).

É mui judiciosa a opinião da Câmara municipal de Campo Maior, e, para a época, já revela larga visão. Teria inspirado a Sousa Ramos que adotaria em parte as teses dos edis campo-maiorenses? Logo depois, o Presidente pronuncia-se a favor da

Digitalizado com CamScanner

mudança da Capital em sua Fala à Assembléia Legislativa que promulga a Lei autorizando sua efetivação; e também nesse mesmo documento opina que a navegação a remo e a vara deve preceder à navegação a vapor, como experiência, e para mostrar as fontes econômicas da Província. Mais tarde, na Câmara dos Deputados, manifestando-se contra a **Lei Provincial N.º 129, de 30/9/841**, iria defender a mesma tese. Essa Lei de 1841 concedia privilégio exclusivo por espaço de vinte e cinco anos a qualquer companhia que estabelecesse um serviço de navegação em todo o Parnaíba, por meio de barco a vapor, ou outros meios superiores que se descobrissem naquele espaço de tempo.[4]

Como se vê, a Assembléia Legislativa do Piauí, com referência ao desenvolvimento, é de um otimismo extraordinário, pois já admite a possibilidade de um descobrimento ou duma invenção que supere a navegação a vapor.

Antes de votar a lei para a mudança da Capital, a Assembléia mandou uma comissão de deputados a S. Gonçalo para examinar o local próprio para sede de governo, havendo sido assentado que seria nas margens do Parnaíba, entre a foz do Canindé e a do Mulato, onde hoje repousa a cidade de Amarante, que desfruta a mais bela paisagem piauiense (Idem. L. 172. 16v. Doc. de 19/7/1844).

Quase não existe comércio entre os municípios; era todo feito para Caxias, S. Luís, e do Ceará vinham cereais e sal para certas regiões da Província, que eram trocados por produtos piauienses, com base na pecuária. Ao longo do Parnaíba havia um comércio de pouca significação, feita em barcas para atender predominantemente distribuição de sal.

Poti, por exemplo, diz que seu comércio é com toda a cidade de Caxias e Maranhão (S. Luís). O trânsito de S. Luís para vila do Piauí é mais cômodo e menos dispendioso pela Vila da Parnaíba, a princípio via marítima, e depois aproveitando-se o rio confinante. É, porém (lamentava a Câmara), demorado, em conseqüência da falta de barcos no rio Parnaíba, e por que não dizer também, de barcos para navegação marítima? Prefere o comércio pela vizinha cidade maranhense (Caxias), que se comunica com aquela praça marítima pelo rio Itapecuru que já tem navegação relativamente regular, embora com mais dispêndios porque o trecho a percorrer a vila piauiense e Caxias é todo por terra, em cavalgaduras ou carros puxados a boi.

Digitalizado com CamScanner

Ao dizer que a vila não tem relações comerciais com as congêneres piauienses, adianta a Câmara de Poti que, se tivesse salina, poderia afirmar com afouteza, que seria independente do Piauí, isto é, poderia viver sem intercâmbio comercio com o Piauí. Teria auto-suficiência. Aqui vemos manifestação de medievalismo, a marca pré-econômica, a assinalar a mentalidade da época e do meio. (Idem. M. 240. Doc. de 16/4/1844).

Já Parnaíba informa que tem comércio com S. Luís, Brejo, Tutóia (Maranhão), Viçosa (Ceará) e Piracuruca, Barras, Campo Maior e Poti (Piauí). Comunica-se com S. Luís por meio de quatro embarcações de convés que anualmente conduzem para aquela cidade os gêneros de sua indústria; para Brejo, Tutóia e Poti, levam seus produtos em barcas e canoas próprias para a navegação do rio; com Viçosa, Piracuruca, Barras e Campo Maior empregam-se cavalgaduras. E lamentando a falta de pontes e canoas nas passagens dos rios e riachos que no inverno impedem o trânsito livre dos viajantes, pede ainda estradas que facilitem o emprego de carros nos transportes de mercadorias.

O carro, que tanto incrementou o comércio e a agricultura noutras regiões do país, pouco influência teve no Piauí. É que não havia comércio interno, nem agricultura, especialmente a cultura da cana-de-açucar, cuja industrialização não prescindia de seu emprego.

Anteriormente não se falava em carros no Piauí. Usavam-no provavelmente, mas de modo interminente. Vimos que Poti já o empregava no transporte de produtos para Caxias. Campo Maior, na longa exposição feita a Sousa Ramos e a que também já nos referimos, alonga-se sobre o carro usado na Província, pesado e de péssima construção, de eixos fixos nas rodas, quando deveriam ser apoiados nas mesas. Justifica a opção pelos carros pesados e de eixos fixos na conveniência da durabilidade e em virtude de se adaptarem com mais facilidade às péssimas estradas por vezes em terreno acidentado. Em vez, porém, de aconselhar que se melhorassem as estradas para uso dos carros leves, sugere combater a incúria e rotina, estabelecendo-se um imposto sobre os carros de eixos fixos. (Idem. M. 240. Doc. de 18/4/1844).

Apesar da distância, Parnaguá vende parte de seu gado a Itapecuru-Mirim (Maranhão), porém o grosso manda para Feira de Santana (Bahia). (Idem. M. 239. Doc. de 12/4/1844).

Digitalizado com CamScanner

Piracuruca vende gado, couro salgado e sola ao Ceará, Parnaíba e Maranhão, e a este compra mercadorias importadas, e ao Ceará também café e cereais. (Idem. M. 241. Doc. de 16/4/1844).

Barras tem tansações com Caxias, Munim, Itapecuru Mirim (Maranhão) e Parnaíba. (Idem. M. 243. Doc. de 23/4/1844).

Jerumenha e Valença são as únicas vilas a informar que mantêm comércio com Oeiras. Mas Jerumenha exporta também seus produtos para Caxias e S. Luís, enquanto Valença mantém comércio com Itapecuru, e também com Caxias, para onde vende os gados e compra produtos estrangeiros. Como vemos, Oeiras era a capital, mas não tinha expressão comercial para se converter em empório. (Idem. M. 239. Doc. de 25/5/1844 e M. 245. Doc. de 15/5/1844).

Pedira Sousa Ramos informações sobre a produção dos municípios, e suas riquezas naturais. Pouca cousa de importância informam sobre assunto de tanta significação. São muitos os dados estatísticos sob a produção agrícola, que nos mostram quais as culturas a que mais se dedicam certos municípios, quais as culturas a que não se dedicam outros, o que já estudamos anteriormente.[5] Sob o ponto de vista quantitativo não merecem fé, entretanto, pois são grandes os disparates que encerram. (Idem. L. 174 Ofs. N.°s 24, 27, 45 e 49. M. 239, 240, 243 e 245.)

Piracuruca diz que há quina em sua flora e adianta que é aplicada em todas as enfermidades "[...] Estamos convencidos que se o governo enviasse um naturalista [...] encontraria ervas para todas as moléstias [...] nós deixaríamos de comprar drogas importadas [...]" (Idem. M. 241. Doc. de 19/4/1844).

O chá-da-índia, que fora introduzido logo após a Independência, grelava por toda parte, como a querer incorporar-se à nossa flora. Mas já não se lembravam da **A memória econômica sobre a cultura, plantio e preparação do chá**, de Frei Leandro do Sacramento, e assim não sabiam como proceder para a industrialização. Seria conveniente retornar a experiência?[6]

Parnaguá anuncia que **não há outra planta mais sem cerimônia** que o chá-da-índia, pois que se dá bem em todo terreno, e basta plantar uma só vez e não mais se extingue. Acrescenta que nos subúrbios da vila há também a macela em abundância, e cujos efeitos terapêuticos são tais quais os dá que importamos.

Digitalizado com CamScanner

Envia amostra de ambas as plantas que florescem nas cercanias da vila. (Idem. L. 174. 18. M. 239. Doc. de 6/7/1844).

De cereais, como artigo social produzido no Piauí, não se fala; todos são agricultores, mas só produzem o de que precisam para consumo próprio, e por isso mesmo, por vezes, há falta, e compram então ao Ceará e também ao Maranhão.

Como melhoramentos urbanos, pouco pediram, afora fontes, igrejas, casas para as câmaras municipais, como finalidades várias: júri, cadeia, audiência dos juízes, etc. Mas Oeiras já quer um mercado, entulhamento e calçamento de ruas, pontes no Pouca Vergonha e restauração no chafariz do Padre André, única fonte que daria água boa no inverno, e também a execução de Lei de 4/7/1835, sobre iluminação pública, a que também aspirava Parnaíba, pois sua iluminação pública também fora suspensa à falta de pagamento. (Idem. L. 179. 15v a 16. Doc. de 8/3/1844. M. 242. Doc. de 17/4/1844. M. 240. Doc. de 30/3/1844).

Campo Maior, por sua vez, pediu que se cercasse a lagoa que sempre fora a melhor fonte da vila, e mais tarde seria convertida em açude. (Idem. M. 240. Doc. de 18/4/1844).

Como vemos, não havia cousa alguma como realizações dos poderes públicos; se não fora a pecuária, apenas a estagnação.

Sousa Ramos consigna em sua **Fala** dirigida à Assembléia Legislativa: "As câmaras municipais não têm satisfeito as incumbências marcadas na lei de seu Regulamento; não têm executado uma só obra, quando de todas necessitam seus municípios: sua vida se restringe ao simples ponto de seu expediente; o grande fim de sua existência não tem sido pois em sentido algum atingido. Expondo essa verdade, que é confirmada pelas informações das mesmas municipalidades, estou bem longe de censurar seus membros. Faltam-lhes os meios, faltam-lhes medidas legislativas, não podiam certamente fazer mais do que têm feito. Se consultarmos os orçamentos que lhes têm dado esta Assembléia, veremos que a maior parte das câmaras não são autorizadas senão para as despesas de seu expediente, e do júri, e quando muito, para iluminação nos dias de festividade nacional; tais orçamentos assim tem restringidos suas incumbências ao simples ponto do expediente, e as desempenhando, têm feito elas o que está a seu alcance". [7]

Em verdade, a coisa pública continuaria assim ainda por muitos anos. Não era fruto da desídia ou da inépcia; faltavam

Digitalizado com CamScanner

estradas, fontes econômicas [...] gente até mesmo sob o ponto de vista quantitativo (mas convenhamos que o fator densidade demográfica é condição essencial, e com pouca exceções na generalidade). E havia ainda também óbices de origens diversas que só mais tarde poderiam ser removidos. Não havia riqueza natural explorada, não havia agricultura, comércio, e as rendas públicas eram pequenas como conseqüência. Apenas a pecuária, e isso mesmo já com forte competição, a perder seus mercados, e sem mercado interno, isto é, o mercado provincial que era constituído de esparsa população paupérrima, e ainda sem recursos para o transporte dos subprodutos, provindo dos criatórios.

Muitos anos após, ainda continuam os presidentes a lamentar a inópia do governo municipal. Com bases econômica e demográfica de natureza íntima com as da Província, o mal teria que se generalizar em todos os escalões da vida pública.

A casa que servia de Quartel do Corpo Fixo de Caçadores de 1.º linha era desprovida de tudo, e não oferecia cômodos que servissem de dormitórios. Três dias após a posse do novo Presidente, pede o Ten.-Cel. Comandante desta força 60 couros secos de bois a fim de que tivessem os soldados onde dormir abrigados da umidade do solo. (Idem. M. 241. Doc. 2/1/1844). (M. 237. Doc. de 4/1/1844. L. 176. 6. Doc. de 25/1/1844).

Diz ainda Sousa Ramos que o próprio Palácio Presidencial é por vezes invadido por **enxames** de cobras. Pinta aos olhos do Ministro do Império a sórdida mobília constituída de peças toscas [...] cadeiras com assento de sola preta crivado de pregos de latão [...] indecentes [...] tingiam as roupas dos incautos. (Idem. L. 186. 4. Doc. de 29/2/1844).

É que desde muitos anos servia de palácio presidencial a casa residencial do Visconde da Parnaíba. Para sede de governo fora ajeitado à pressa novo prédio.

Alguns dias depois fariam anos S.A.I. a Princesa D. Januária e S. M. a Imperatriz. Nas datas natalícias, Sousa Ramos mandou cantar na Igreja Matriz solene Te-Deum em ação de graça ao Todo Poderoso por tão auspiciosos acontecimentos. Foram dois dias de festas, 11 e 14 de março. E apesar do relato que apresentou de tão somítico paço presidencial, não hesitou em promover nesse ambiente reunião dos cidadãos mais distintos da Capital da Província, com seus familiares, para comemorar as datas históricas.

Digitalizado com CamScanner

E ao mesmo Ministro do Império diz: "[...] e todos com suas famílias, a convite meu, compareceram no Palácio do Governo nas noites desses dias, entretendo-se com inocentes recreios até quase ao amanhecer, e formando-se assim em ambas as noites reuniões pelo crescido número de pessoas presentes e distinção delas, e contentamento que mostraram, são por certo as mais brilhantes que se têm visto nesta Cidade". (Idem. L. 186. 4v a 5. Doc. de 22/3/1844).

Assim pouco a pouco tinha Sousa Ramos bem firmado seu dispositivo político.

O Ministério de 20/1/1843 que nomeou Sousa Ramos para a presidência do Piauí, viria cair em 2/2/1844, em virtude da proposta da demissão de Saturnino de Sousa Oliveira, do cargo de Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, a que se opôs D. Pedro II. Honório Hermeto Carneiro Leão, a figura principal do gabinete, não se conforma com a recusa de sua proposta de demissão, donde surge o desentendimento com o imperador, ainda adolescente [...] e que assim procurava firmar sua autoridade nascida com a Lei de 23/7/1840.

O novo ministério, a princípio sem definição partidária, embora inclinado para os liberais , não tinha maioria na Câmara que, ao iniciar seus trabalhos em princípio de maio, inicia também seus ataques ao novo gabinete os quais recrudescem com a anistia aos revolucionários liberais de 1842. A Sessão de 24/5/1844 foi tumultuária e ofereceu pretexto para dissolução da Câmara. Daí novas eleições para sua renovação.[8]

O ministério sente-se animado e a 10/6/1844 nomeia Rio Pardo para presidência do Piauí em substituição a Sousa Ramos. Este já tem todos os dispositivos para a vitória eleitoral. Ao ter conhecimento das ocorrências do Rio de Janeiro, já se preparara para o prélio das urnas.

Enquanto aguarda a chegada do sucessor, vai tomando providências para que as eleições se realizem quanto antes possível. Determina os dias 15/9, para a eleição de eleitores, 6/10, para a de deputados, e 1/11 para a apuração geral. (Idem. M. 242. Doc. de 19/7/1844. M. 240. Docs. 3/7 de 2/8/1844).

Digitalizado com CamScanner

E logo em seguida oficia ao Juiz de Paz da Freguesia de N. S da Vitória, de Oeiras, pedindo sua inscrição na lista das pessoas que têm voto e são elegíveis na eleição de eleitores. Ele e Francisco de Sousa Martins, que se encontra em Oeiras vindo do Rio de Janeiro onde na Baixa Câmara representava o Piauí, candidatam-se a deputados. Pleitearão as duas vagas pertinentes à Província. (Idem. L. 183. 88v. Doc. de 7/8/1844).

No dia 8/9, após a chegada do Conde do Rio Pardo (General Tomaz Joaquim Pereira Valente), nomeado presidente do Piauí, por C.I. de 10/6/1844, Sousa Ramos faz convite às autoridades para a posse de seu sucessor às 10 horas do dia 9. (Idem. L. 172. 19v. Doc. de 8/9/1844 e L. 183. 42. Doc. de 8/9/1844).

Rio Pardo viera por S. Luís onde fora hóspede de Moura Magalhães, e onde tivera os primeiros contatos com políticos do Piauí, entre as quais estava Lívio Lopes Castelo Branco. Como seu antecessor, passa a dispor as cousas de acordo com os interesses partidários. Já trazia a demissão do Chefe de polícia, Dr. Manuel Joaquim Bahia, para cujo lugar fora nomeado o Dr. Francisco Xavier de Cerqueira. O chefe de polícia era, então, peças importantes nas decisões políticas nas províncias especialmente nas questões criminais e eleitorais. (Idem. L. 183. 42v. Doc. de 10/9/1844).

Chegara Rio Pardo quase às vésperas das eleições, sete dias antes do primeiro pleito. A princípio creu na impossibilidade de sustar o calendário eleitoral predisposto por Sousa Ramos. Parece, entretanto, que insuflado pelos liberais do Piauí, e ainda movido pela ambição política, deliberou, com argumentos de ordem administrativa e burocrática, protelar as datas, anteriormente convencionadas, para os dias 17 de novembro, oito e vinte e nove de dezembro, candidatando-se também à eleição para deputado (Idem. L. 183. 45 a 48. Docs. de 15/9/1844 e 26/9/1844).

Enquanto isso o prélio eleitoral de 15/9 já se havia realizado e em alguns municípios queixavam-se os liberais de irregularidades e mesmo falsificações de atas. Foram entretanto, anuladas em virtude das últimas disposições do novo governo que determinara nova convocação eleitoral. (Idem. L. 183. 49 a 50. Doc. de 30/9/1844).

Digitalizado com CamScanner

Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins põem-se em campo em intensa campanha. Estavam mais bem arregimentados. Tiveram a seu favor oportunidade para os prévios entendimentos, e ainda a imprensa, pois o **Publicador Oficial Piauiense**, com muita antecedência, fizera a propaganda do ex-presidente exaltando sua administração. E ainda tiveram, sobretudo, a favorecê-los a falta de organização dos liberais.

Estes não fizeram oposição à administração que se instaurara a 30/12/1843. Apoiaram-na, não só em Oeiras, como nas outras sedes municipais, por toda a Província. Ao Ministro do Império, em ofício de 23/3/1844, Sousa Ramos faz essa revelação. (Idem. L. 186. 5v. Doc. de 23/3/1844).

Mais tarde, na Câmara dos Deputados ele firma que as câmaras municipais, e as autoridades de todas as classes nomeadas pelo Visconde da Parnaíba colaboram com sua administração e não manifestaram propósito de oposição.[9]

Mas na correspondência oficial não perdera oportunidade para fazer acusações à administração anterior. E na **Fala de 7/7/844**, na Assembléia Legislativa, as acusações já são feitas às claras. É que já se sabia da dissolução da Câmara, e já se previa a próxima eleição, já se aguardava a chegada de um novo presidente que provavelmente trazia aspirações políticas contrárias. É também quando, vindo da Corte aparece em cena o ex-deputado Francisco de Sousa Martins. E a luta se desencandeia acérrima, rancorosa. Lívio Lopes Castelo Branco que iniciara sua propaganda a favor de Rio Pardo pelo **Atleta Piauiense**, bandeia-se logo, e passa a defender Sousa Ramos e Sousa Martins (vide **Anais**), editando posteriormente boletins que tanto escândalo produzem com repercussão na Baixa Câmara.[10]

Rio Pardo não tinha qualidades de político, nem tão pouco os atributos de militar. Nasceu em Porto (Portugal) em 1790. Como cadete fez a campanha peninsular, batendo-se contra as forças invasoras de Portugal, co-participou da repressão dos republicanos de 1817 em Pernambuco, em 1821 governou S. Catarina, nas lutas da Independência, solidarizou-se com D. Pedro de quem foi a princípio áulico querido, em 1825 barão, e como camarista e

Digitalizado com CamScanner

ajudante de campo, em 1826 tomou parte na comitiva imperial que foi dar alento às forças brasileiras na campanha de Cisplatina, onde em 1827, reprimiu as forças mercenárias aquarteladas no Rio de Janeiro em 1828, ministro da guerra em 1829. Ciumadas palacianas, envolvendo o Chalaça, indispuseram-no com D. Pedro [...] um decênio de ostracismo. Enfim, a Maioridade de um retorno à vida pública.

De agosto de 1841 a maio de 1842 comandou as forças imperiais no Rio Grande do Sul. Coisa alguma fez. Os farrapos assenhorearam-se das cochilas gaúchas, enfim de todo o interior.

Esse homem tíbio em jogo político, não tinha condições para defender o astuto e inescrupuloso Sousa Ramos, aliado a Francisco de Sousa Martins, culto, orador fluente, radicado à Província por laços de família e tirocínio político.

Ao desencadear a luta, o elemento viscondista acompanhou em grande parte o presidente em exercício, numa tentativa de sobrevivência. Essa corrente de solidariedade já se achava, entretanto, enfraquecida. Os Sousa Martins e famílias afins já se encontravam subdivididos. Incontestavelmente estava o Visconde no ocaso da vida a testemunhar escapar-se-lhe a oligarquia que sob sua liderança preservara a paz por tantos anos no Piauí. Se não foi indiferente ao desenrolar dos acontecimentos, não tomou, todavia, parte ativa na campanha. Pressentiu que se esboçava no cenário da luta partidária uma opinião, ou melhor, um espírito público contrário a sua orientação política. Não poderia fugir ao destino dos homens que como ele se tornaram próceres nos entrechoques de interesses grupais: teria que experimentar o travor da decepção.

Sousa Ramos e Sousa Martins fazem a primeira grande campanha política no Piauí. O ex-presidente permanece na Província em cabala eleitoral até a segunda quinzena de outubro. Antônio da Silva Coutinho, de Prata, quartel de sua residência, participa a Rio Pardo que recebeu carta do Capitão Comandante do Distrito de Campo Maior, pedindo informações sobre boatos de que em S. Pedro, em casa do Dr. Antônio Borges Castelo Branco, estava o ex-presidente com um grande grupo de homens. Coutinho mandou

Digitalizado com CamScanner

espionar, e acrescenta que tem havido "desabrida sedução aturdindo os povos com ilusões e dizem até com ameaças [...] (Idem. M. 241. Doc. de 3/11/1844).

Valença também traz ao Presidente as intrigas eleitorais: anuncia que Raimundo Pereira da Silva, Antônio Barbosa Júlio, Antônio Leôncio Ferraz, Ângelo Custódio Leite e outros apareceriam no dia da eleição com séquitos armados para intimidação. (Idem. M. 245. Doc. de 5/11/1844).

Insinuaram também a Sousa Ramos que Rio Pardo determinara sua prisão onde permanecesse mais de 24 horas.[10a]

Príncipe Imperial, freguesia de Bom Jesus do Bom Fim, outrora povoação de Piranhas, sempre foi muito rixosa, e dessa vez estava em efervescência. É que efetuara a eleição primária de acordo com as instruções de Sousa Ramos; não recebera em tempo a **Portaria** que estabeleceu novo calendário eleitoral. Queixavam-se os liberais de que os conservadores cometeram abusos e irregularidades no pleito. Era prenúncio de que poderiam repetir-se outros vexames na renovação. Rio Pardo reforça o destacamento local com mais praças sob o comando de um tenente, e, logo em seguida, em virtude de novas notícias de que os conservadores planejavam duplicata de eleição, toma a deliberação de mandar para vila o Cap. Teodoro Pereira de Castro (que em pouco se tornaria figura notável nas agitações de Oeiras), a fim de assumir o comando do destacamento e enviar à Capital as autoridades que se cumpliciaram com o crime de fraude eleitoral. (Idem. L. 183. 49v a 50v).

Em Barras e Campo Maior, os ânimos estavam exaltados. Lívio Lopes que chegara pelo **Atleta Piauiense** a defender Rio Pardo, já era ardoroso prosélito da facção contrária e expedia circular concitando os povos à rebelião. Assessorava-o nas intrigas partidárias o P. José Joaquim Ferreira de Melo, cuja vocação o estimulava a buscar a aliança de Lívio. A esses juntam-se os Bacelar, e no pleito de 19/11 o malsinado caudilho da Balaiada ameaça Barras à frente de duzentos homens; mas, intimado a retirar-se, em vez de atacar segue para o povoado Alegre, onde falsifica nova eleição. (Idem. L. 184. 20v a 21. Doc. de 30/12/1844 e L. 187. 32v a 33. Doc. de 13/12/1844).

Propalando Boatos de subversão da ordem em Oeiras e Valença, os conservadores procuram incitar o ânimo de seus

Digitalizado com CamScanner

partidários em Barras e Campo Maior. A mesma coisa fazem noutros municípios. Daí começarem as autoridades militares de diferente municípios a pronunciar-se a favor da manutenção da ordem legal. O Delegado de Barras, não crendo que Lívio tivesse força para subverter a tranqüilidade pública no município, e levado pelos boatos de perigos que ameaçavam Oeiras e Valença, anuncia às autoridades da Capital que está aparelhado a marchar com 500 homens para manter a ordem legal na sede do governo provincial. O mesmo faz o Ten-Cel. Mariano de Carvalho Castelo Branco que se prontifica a empunhar armas para debelar a anarquia. Solidarizou-se também o Cel. Agostinho Benício de Melo que informa apenas aguarda ordem para reunir sua legião. Também chega a Oeiras ofício do Ten-Cel. João Rabelo Cardoso que hipoteca solidariedade ao Governo. (Idem. L. 184. 20v a 21. Doc. de 30/12/844 e L. 187. 32v a 33v. 51 a 52v. Docs. de 13/12 e 13/12/1844). (L. 172. 31v).

Rio Pardo autoriza a prisão de Lívio, e a convocação de forças, se intentar oferecer resistência; porém Lívio em tempo se evadiu. Determina ainda a prisão doutros implicados. É assim que em virtude das ocorrências de Peixe (hoje Matias Olímpio), vai preso e enviado para Oeiras, em companhia de outros, o Ten-Cel. Francisco Xavier Moreira de Carvalho. Nomeia ainda João Rabelo Cardoso, comandante de todas as forças de Campo Maior. (Idem. L. 187. 32 a 33v. 52 a 52v. Docs. de 13/12/1844 e 13/12/1844. L. 172. 34. 39 39v. Docs. de 4/1/845 e 7/3/1845).

Nos outros municípios as eleições decorreram em ambientes de relativa tranqüilidade. Em pouco começaram a chegar a Oeiras os resultados do pleito. Os conservadores conseguem maioria em quase todas as vilas. Somente em Parnaíba obtiveram vitória os liberais: José Francisco de Miranda Osório e Rio Pardo, respectivamente com 47 e 44 votos. Os conservadores tiveram apenas 4 sufrágios. (Idem. M. 241. Docs. de 9/12/1844 e 11/12/1844 e vários documentos nos maços números 239 e 240).

Daí, confessar Abdias Neves que "as eleições de 21 de dezembro, para deputados provinciais, correram em calma absoluta". Todas as eleições, inclusive a apuração, efetuaram-se em paz.[11]

O governo foi derrotado pela oposição numa eleição que teria sido tranqüila se não fossem os desatinos de Lívio e do Padre

Digitalizado com CamScanner

Manuel Quintino de Brito, e se o Governo não houvesse recorrido aos serviços do Cap. Teodoro Pereira de Castro.

As agitações de Barras cessaram com a fuga de Lívio, enquanto o Padre Quintino, que entrara em conflito com Rio Pardo, continua a causticar a conduta do Presidente com quem se indispusera desde os primeiros dias. Começam os atritos a descoberto desde o momento em que o Presidente, usando atribuições que eram legais, autorizara seu regresso a Parnaguá, onde era mais necessária sua ação como pároco, visto permanecer em Oeiras apenas em cabala eleitoral. Quintino não atende e prossegue em suas atividades políticas. Eleito deputado, julga-se com o direito de aguardar na Capital a abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa. Como de costume, esses trabalhos só teriam início com os primeiros dias de julho, após o inverno. E os primeiros incidentes ocorreram provavelmente na campanha eleitoral, nos meses de novembro e dezembro.

A 30 de dezembro, em ofício dirigido ao Bispo do Maranhão, que teve por condutor o Padre Forense Cônego Honorário da Capela Imperial, vigário da freguesia de Oeiras, João de Sousa Martins (assim dizem os documentos daqueles dias que ainda esclarecem ser o padre filho natural do Visconde da Parnaíba), Rio Pardo pede a interferência do Bispo a fim de fazer cessar o escândalo provocado pelo sacerdote, referindo-se também à **ação anárquica** do P. José Joaquim Ferreira de Melo. (Idem. L. 184. 20v. a 21. Doc. de 30/12/1844).

Nesse mesmo dia solicitava ao Presidente do Maranhão concurso militar. A 8 de janeiro participa todas as ocorrências ao Ministro da Justiça. (Idem. L. 180, 17. Doc. de 8/1/1845).

O Governo do Maranhão não pôde enviar auxílio porque procurava atender idêntica requisição do Ceará, quando sobrevêm ainda ameaças de subversão em Imperatriz (centro nevrálgico do Maranhão, conforme dizem documentos da época) e boatos de que os revoltosos lançavam suas vistas para a Capital. (Idem. L. 184. 22v a 23. Doc. de 8/2/1845 e M. 247. Doc. de 15/2/1845).

Felizmente, como vimos, Barras já não inspira cuidados imediatos. Mas Oeiras cada vez mais saturava-se de inquietações. Foi recurso para ainda mais irritar os ânimos já exaltados a exibição de **judas** com características de militares e titulares do império, referências indiretas que os conservadores tributavam os chefes

Digitalizado com CamScanner

liberais de Oeiras. Os maldizentes proclamavam que tudo era obra do P. Quintino. Em pouco era voz unânime a indicar sua cumplicidade que não recusa aceitar. Repercute no parlamento brasileiro o achincalhe dos **judas** agourentos.

O Presidente ainda se dirige ao Bispo do Maranhão em 8 de abril quando se refere a seu ofício anterior em que pedira providências para reprimir irregular conduta dos Padres Melo e Quintino, e acrescentava que o documento fora enviado em duas vias. Era uma reiteração do pedido, que também encerrava dessa vez algo de ressentimento, ou mesmo censura.

Logo depois chegou a Oeiras correspondência do Rio referente aos rígidos ataques feitos ao Presidente e ao Visconde, no Parlamento e na imprensa carioca.

Concomitantemente há o assassinato de Beltrão em Campo Maior, em seqüência ao de Meireles (esse, nem sempre de boa reputação), correligionários do Governo, como diz o Presidente ao Ministro da Justiça, ao defender-se, em ofício de 14/4, dos ataques que lhe fazem na Corte. (Idem. L. 183. 65. Doc. 22/4/1845. L. 180. 20v a 21v. Doc. de 4/4/1845. L. 172. 44. 45. Doc. de 22/4/1845).

Historiadores nossos contemporâneos referem-se também à mutuação de pasquins a denegrir a reputação de liberais e conservadores, como conseqüência, atingidos todos pela irrisão na praça pública.

Os pasquins naquela época tinha ação ordinária nas campanhas políticas. Usavam-nos como instrumento de suplício aplicado ao amor-próprio dos litigantes. A mesma arma ferina eram os volantes, espécie de boletins, como os testamentos de **judas** que tantos dissabores provocaram, especialmente nos pleitos eleitorais.

Sete dias após o último ofício do Presidente ao Bispo do Maranhão, os acontecimentos, que por vezes se mostraram com vestes caricatas alusivas aos chefes liberais, convertem-se em tragédias.

Aqueles **judas** enforcados com medalhas, fitas como se fossem de grã-cruz de uma ordem [...] um era o Visconde, outro era o

Digitalizado com CamScanner

Conde. E havia outro que tinha o bigode à moda militar, de então. Talvez, o Comandante da Polícia. É nos **Anais da Câmara** que vamos encontrar as características desses **judas** fatídicos.[12]

O Cap. Teodoro Pereira da Costa era do 3.° Corpo Fixo de Caçadores de 1ª linha. Vinha servindo no Pará. Até bem pouco tempo era completamente desconhecido no Piauí. Chegara a Oeiras a 7/3/1844, para o Corpo Fixo da Capital, vindo de S. Luís por onde passara em trânsito. (Idem. M. 242, Doc. de 13/2/1844).

Colaborou no governo de Sousa Ramos de modo a captar a confiança do Presidente. Vaidoso, ambicionava posição de relevo.

Tramitava um seu requerimento em que pedia o Hábito de S. Bento de Avis. Teve parecer favorável do Ten-Cel. Comandante do Corpo Fixo, e também do Presidente da Província que o encaminha, aditando **conformar-se com o Ten-Cel. Comandante na informação que dera, porque conhece a verdade dela, quando abona a boa conduta do suplicante, quer civil, quer militar.** (Idem. L. 176. 25. Doc. de 9/7/1844).

Com a chegada de Rio Pardo passa a servir o novo Presidente com quem parece houve mais afinidade. E de sua vida pregressa? Pouco sabemos. Era recruta de 20/9/1819; já não era, portanto, uma criança. Casara-se. Nas lutas do Pará fora ferido, perdeu o movimento numa das mãos e ficou com uma perna emperrada para sempre, como conseqüência de ferimentos recebidos. (Idem. L. 176. 30v. a 31. Doc. de 6/10/1844).

Já o vimos segundo para Príncipe Imperial, vila rixosa, em missão difícil, certamente mais para defender interesses políticos do Governo. Tornara-se odiado pelos conservadores de quem fora aliado, e já era o comandante de polícia a serviço dos liberais.

Dissemos atrás que sete dias após o último ofício de Rio Pardo, dirigido ao Bispo do Maranhão, as recíprocas chacotas que tanto irritavam liberais e conservadores, convertem-se em tragédia, pois têm por desfecho funesta ocorrência: em 15/4, em uma noite enluarada, em uma das ruas de Oeiras mais habitadas, é assassinado o P. Quintino. É voz geral que, quem tudo dispôs para a perpetração do crime, foi o Cap. Teodoro, e os conservadores pedem sua retirada do comando da polícia. Autores intelectuais,

Digitalizado com CamScanner

dizem uns que é o Visconde, outros crêem seja Rio Pardo, e ainda outros afirmam que os dois agiriam em cumplicidade com o Cap. Teodoro. Um dos assassinos foi logo preso. Mas judicialmente pouco foi esclarecido. A culpa dos titulares do Império, se é que as tinham, ficou apenas sob aspecto moral. Os que co-participaram dos acontecimentos emocionalmente de distribuem em dois grupos: o dos deprimidos pelo receio e o dos excitados pelo rancor. Estes querem vingança, portanto, novos crimes.

A 17 de maio, Rio Pardo respondeu ao Bispo do Maranhão acusando o recebimento de seu ofício de 15 de março em que participa haver dirigido ao Vigário Geral Forense desta Província os meios coercitivos para reprimir os desatinos do Padre Quintino. Agradece a atenção do Bispo, mas diz que tem o desprazer de participar que no dia 15 de abril fora aquele padre assassinado. (Idem. l. 184. 26. Doc. de 17/5/1845).

Poucas horas depois de haver escrito esse ofício, em uma noite enluarada, em uma das ruas de Oeiras, em situação bem parecida com a noite em que foi vitimado o P. Quintino, é também assassinado o Cap. Teodoro. E era voz unânime: foram os conservadores, como represália.

Agora, ainda mais angustiante se tornara o nervosismo que deprimia o grosso dos liberais e conservadores. Todos pressagiavam que em Oeiras novos crimes seguir-se-iam aos assassinatos do Cap. Teodoro e do P. Quintino.

Em pouco corriam rumores de que os partidários de Sousa Ramos se reuniam em Valença, poucas léguas distante, para provável ataque a Capital. No dia 20 de maio eram tão insistentes esses boatos que Rio Pardo toma uma série de medidas tendentes a neutralizar a ação sediciosa.

Autoriza o Chefe de Polícia a expedir terminantes ordens a fim de dispersar a ilegal reunião dos povos no município de Valença, responsabilizando as autoridades daquela vila pelo procedimento ilícito. (Idem. L. 172. 48v. 49. Doc. de 20/5/1845).

Vê-se que o movimento era liderado por pessoas de responsabilidade e se dizia que o principal confidente era o irmão do ex-deputado Francisco de Sousa Martins a quem se dirige nesse

Digitalizado com CamScanner

mesmo dia o Presidente em dois ofícios, um o cidadão, e outro ao militar, ordenando que seja imediatamente dispersada a gente armada na certeza de que fará respeitar a lei e as ordens do Governo Imperial, e responsabiliza-o perante Deus e o Imperador se a tranqüilidade pública for alterada. (Idem. L. 187. 62 e 62v. doc. de 20/5/1845).

Ao mesmo tempo tomavam-se outras medidas de precaução, de caráter local, tendentes a resguardar a segurança da Capital. Certamente, Rio Pardo recorreu ao prestígio pessoal do Visconde da Parnaíba, pois de suas fazendas vieram vários homens, vaqueiros, agregados que seriam incorporados à força militar, se preciso fosse.

Os conservadores e pessoas temerosas, não se sentindo em segurança, refugiam-se nas imediações da cidade.

Há, contudo, correspondência do dia 21 que faz crer as coisas de Oeiras ainda estavam mais ou menos em normalidade. (Idem. L. 178 e L. 172).

No dia 23, o Padre Coadjutor Encarregado da Freguesia (como vimos, o vigário da freguesia estava para S. Luís) acusa o recebimento de ofício de 21 em que o Presidente manda que no dia imediato se celebre com solenidade o *Corpos Cristi*. Informa, então, o Coadjutor não ter sido possível a realização da festa a falta de clérigos e recursos para iluminação. (Idem. L. 194. 17v. Doc. de 22/5/1845).

Já, entretanto, as ruas de Oeiras estavam quase desertas, e aqueles que, furtivamente, desde o dia 21 se ocultavam nas circunvizinhanças da cidade, iam-se concentrando nas margens do Canindé, enquanto novos refugiados pouco a pouco iam engrossando o arraial desassossegado. Era uma multidão inerme em que mais predominavam pessoas pacíficas, não afeitas às desordens que se vinham testemunhando em Oeiras, e que procuravam pôr-se em segurança.

Sousa Ramos, falando na Câmara dos Deputados, pouco tempo depois, ajuíza: "Essa reunião, segundo as notícias mais acreditáveis, não teve vistas políticas, nem foi resultado do plano de um partido, foi só filha do instinto de conservação, teve lugar porque muitos cidadãos julgaram suas vidas em perigo depois do assassinato do vigário Manuel Quintino de Brito, das ameaças que faziam de outros assassinatos, e por estar o Visconde da Parnaíba com muitas pessoas armadas em sua casa a pouco espaço de

Digitalizado com CamScanner

distância do palácio do Governo, quanto tinha acontecido um assassinato (refere-se ao do Cap. Teodoro.) sobre o qual a justiça estava calada, sendo mera espectadora".[13]

Enfim, temiam os conservadores represálias, como conseqüência da morte do Cap. Teodoro.

Mas a inerme multidão aglomerada nas margens do Canindé, certamente era trabalhada pelos mais exaltados foragidos de 21 e 22 para uma marcha sobre Oeiras, estes eram excitados pela paixão e pela vitória eleitoral e ainda mais pelos rumores que anunciavam a demissão de Rio Pardo, já propalada na Corte desde os primeiros dias de abril, e já sabida na Bahia nesse mesmo mês desde o dia 16.

Aquela gente espavorida poderia prestar-se quando muito para uma passeata, jamais para um combate. Mesmo havia falta de material bélico que certamente estava, todo o disponível, em poder de Rio Pardo que já tinha tomado providências para o patrulhamento da cidade e disposição de gente armada nos pontos estratégicos, nas cercanias.

É quando interferem algumas pessoas que temiam um desenlace sangrento. Desejavam uma pacificação, um entendimento para a paz. Para isso enviariam emissários que pediram o afastamento da Capital do Visconde e de seus satélites.

No dia 23, os emissários mantiveram contato com o Rio Pardo. "Este (quem fala agora é Abdias Neves) os recebeu acompanhado pelo Visconde, que teve ciência imediata do que pretendiam os sediciosos:

"Homem tem um tino raro, não pensou Manuel de Sousa Martins em resistir. Antes que o Conde respondesse a imposição, aceitou as condições, exigindo, apenas, o compromisso da dissolução imediata do ajuntamento."[14]

Impossível seria atitude mais sensata para o Visconde. Guardava coerência com seu passado todo dedicado à manutenção da ordem. Dissolveu-se o ajuntamento; o Visconde retirou-se para sua fazenda Tranqueira, não mui distante de Oeiras.

Em torno desse episódio muito tem romanceado cronistas e historiadores. Esmaragdo de Freitas, em seu estilo galante, pinta a saída do Visconde. Embora os entendimentos tenham sido a 23, narra o fato como ocorrência do dia anterior: "Entre 22 e 23 de maio de 1845 os amotinados, que guardavam uma das saídas de Oeiras, perceberam, fora de horas, pisadas de cavaleiro que se

Digitalizado com CamScanner

Houve plano para perturbação da ordem pública. Não se pode pôr em dúvida esse propósito. Rio Pardo sabia do que se tramava e parece que se deixou tomar de receio. (Idem L. 187. 62v a 63v. Doc. de 24/5/1845).

Os bivacados das margens do Canindé voltam a seus lares. Já todo mundo sabia que o novo presidente estava a caminho de Oeiras, que em pouco chegaria, e com ele todos esperavam retornar a vida pacata a que aspiravam.

Rio Pardo recebe carta de Zacarias de Góis e Vasconcelos, o novo presidente, que anuncia a sua próxima chegada. A 17/6, Francisco Xavier de Cerqueira, que vinha servindo como Chefe de Polícia, presta juramento, na forma da lei, como 2.° Vice-Presidente na Câmara Municipal, que no dia imediato participa ao Presidente a realização do ato. A 21, Rio Pardo convida Cerqueira a assumir as funções de presidente e, nssa mesma data, responde a Góis comunicando a posse do 2.° Vice-Presidente, acrescentado ainda que imperiosos motivos obrigam-no a antecipar sua viagem, dirigindo-a pelas fazendas do Canindé. Na mesma data abandona Oeiras. (Idem. L. 184. 28v a 29. Doc. de 21/6/1845. L. 179. 114. Doc. de 21/6/1845. L. 179. 144. Doc. de 21/6/845. M. 247. Doc. de 18/6/1845).

✓

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] MONIZ, Heitor. **No tempo da monarquia.** 1929, p. 221. NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império.** Tomo I. 1936, p. 104.

[2] FLEIUS, Max. **História administrativa do Brasil.** 2. ed. p. 161.

[3] RAMOS, José Ildefonso de Sousa. **Fala de 7 de julho de 1844, à Assembléia Legislativa.** p. 20, 49.

[4] COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí.** 1909, p. 227.

[5] NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí.** Vol. I. 1966. p. 239 a 240. Vide ainda do mesmo autor **Economia e Finaças (Piauí colonial),** em **Econômica Piauiense.** Vol. III. 1959, p. 44 a 46.

[6] NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí.** Vol. II. p. 196. 407.

[7] RAMOS, José Ildefonso de Sousa. Op. cit. p. 54. 55.

[8] PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo.** 1937. p. 100 a 102; SOUSA, J. A. Soares de. **Vida do Visconde do Uruguai.** 1944, p. 168. NABUCO, Joaquim. Op. cit. Tomo I. p. 42 a 43. CALMON, Pedro. **História do Brasil.** 1947. Vol. IV.

354. vide **Anais da Câmara dos Deputados.** Sessão de 24/5/44.

[9] **Anais da Câmara dos Deputados.** Sessão de 18/3/845. 236 e Sessão de 26/7/1845. p. 302.

[10] **Anais da Câmara dos Deputados.** Sessão de 26/3/1845. p. 268. 269. Sessão de 30/1/1845. 406.

[10a] **Anais da Câmara dos Deputados.** Sessão de 31/7/845. 381 a 382.

[11] **Revista do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense.** Vol. I. NEVES, Abdias . **O Cerco de Oeiras.** p. 145.

[12] **Anais da Câmara dos Deputados.** Sessão de 21/6/845. p. 617 a 618.

[13] **Anais da Câmara dos Deputados.** Sessão de 26/7/845. 303.

[14] NEVES, Abdias. Obra. cit. p. 147.

[15] FREITAS, Esmaragdo de. **O Visconde da Parnaíba.** 1947, p. 50 a 51.

Digitalizado com CamScanner

2

Em busca de organização: escola e trabalho

Os três governos que vieram após a queda de Visconde da Parnaíba em 1843, coisa alguma fizeram como realizações de interesse público. Os dois primeiros foram tumultuados pelas lutas partidárias, que já conhecemos, e por manifestação de banditismo, fatos que estudaremos noutro capítulo. O de Cerqueira foi bastante curto, pois o 2.° vice-presidente ocupou a função penas enquanto aguardava a chegada do sucessor de Rio Pardo para a transmissão de poderes.

Zacarias de Góis e Vasconcelos, nomeado presidente do Piauí por **Carta Imperial de 4/4/1845**, chegou a Oeiras a 27/6 e assumiu as funções no dia imediato, quando Rio Pardo já havia talvez alcançado a bacia do Rio S. Francisco, em busca da metrópole brasileira. (Casa Anísio Brito. Arquivo. Província. L. 184. 29. Doc. de 21/6/1845. L. 186. 39. Doc. de 28/6/845. L. 194. 18v. Doc. de 27/6/1845. L. 179. 115. Doc. de 27/6/845. L. 180. 27. Doc. de 28/6/1845. L. 172. 51. Doc. de 27/6/845).

Zacarias informa que estava na Bahia quando recebeu a 16/4/ a **Carta Imperial** de sua nomeação, e que se predispôs imediatamente a partir para assumir as funções.

Diz um documento registrado em livro do Arquivo Público, da Casa Anísio Brito, que Zacarias de Góis e Vasconcelos tinha, então, 30 anos, era solteiro, lente substituto da Academia de Olinda desde 1841, fora deputado da Assembléia Legislativa da Bahia por

Digitalizado com CamScanner

duas vezes, e condecorado com o Hábito de Cristo por S. M. o Imperador. (Idem. L. 186. 45v. Doc. ...).

Sua ascensão política seria notável: deputado geral, senador, ministro da fazenda, do império, da justiça, da marinha, presidente de gabinete por três vezes. Foi estadista de primeira plana, e parlamentar respeitado e admirado pela eloqüência de sua palavra e mordacidade de sua ironia.

Em Oeiras a expectativa era unânime: aguardavam a paz a que todos aspiravam. Góis, ao dirigir-se à Assembléia Legislativa em 1/8/1845, trinta e poucos dias após sua posse, quando se refere à tranqüilidade pública e segurança individual, lamenta os fatos que conturbaram anteriormente a Província e sossego da família piauiense, e afirma que, se para evitá-los, bastava uma administração justa e imparcial, afiançava que jamais se reproduziriam em sua presidência. Efetivamente se portou como íntegro magistrado, e suas realizações no governo denotam a lucidez de suas decisões.

Teve o apoio da Assembléia Legislativa que lhe testemunhou respeito e lealdade.

Góis e Vasconcelos, pouco depois de assumir as funções de presidente, ao apresentar sua primeira mensagem, a que já nos referimos, estuda problemas de educação, saúde, repressão ao crime, obras públicas, organização burocrática e administrativa, não se esquecendo dos interesses urbanos da Capital, cujo atendimento era reclamado.

É assim que constrói pontes no Pouca Vergonha e no Mocha, dispensa atenção à fonte do P. André, já restaurada, e a melhor água de Oeiras nas grandes invernadas, faz o entulhamento da Rua do Norte com os presos da cadeia pública, cujo trabalho paga à razão de $100 (cem réis) por dia, dá início ao calçamento da praça que vai ser terminada na presidência de Perete, deixa 44 lampiões distribuídos nas principais ruas de Oeiras, para a iluminação, o que só seria efetivado algum tempo depois. (Idem. L.

Digitalizado com CamScanner

172. 61v. Doc. de 27/8/1845 – Vide também págs. 62 a 62v. do mesmo L. 172).

Quanto a estabelecimento de saúde da Capital (só existia o dos pobres, como denominavam, então), Góis informa ao Ministro da Guerra que se acha instalado em "duas casas térreas, de péssima construção, e muito baixas, sem cômodos, alugadas, um pelo Tesouro Geral, e outro pelo Provincial" e que "formam o único hospital existente nesta cidade, no qual são tratados os pobres, os presos, os escravos da Nação, os soldados da polícia e os da 1.ª Linha. Aí se amontoam todos esses enfermos sem que seja possível distinguir como era mister, o pobre do condenado, o soldado do paisano, de sorte que bem se pode afirmar que não existem nesta cidade Hospital e Enfermaria militares, sendo os soldados tratados promiscuamente com tantos outros e diversos doentes". (Idem. L. 176. 113. Doc. de 11/12/1846).

Nessa época já havia conseguido da câmara municipal de Oeiras 40 braças de terreno no sítio do Rosário, onde está a igreja de igual nome, para a construção do Hospital de Caridade autorizada pela Lei n.º 19, de 4/7/1835, e negligenciada desde aquela época. (Idem. L. 248. Doc. de 4/7/835).

Deixou bem adiantada essa obra que vai inaugurada na presidência de Anselmo Perete, recebendo o concurso dos presidentes que ficaram entre essa administração e a de Góis: Manuel Antônio de Macedo de Francisco Xavier Cerqueira. (Idem. L. 203. 20 a 21v. Doc. de 29/3 e 19/4/1849. L. 209. 21v a 22. Doc. de 24/2/1849).

Para sua feitura houve subscrição popular a cujo rendimento juntaram-se coletas feitas anteriormente para outras finalidades como a sociedade União Dramática e a construção de seu teatro. (Idem. L. 203. 1, 2. 3v. 5. 9. 9v. L. 194. 41. Doc. de 2/3/1846).

Góis ainda providencia a aquisição na Europa de instrumentos cirúrgicos para o estabelecimento não existente em Oeiras. (L. 194. 59v. 60. Doc. de 2/8/1846).

Pouco antes, em fins de 1846, pela primeira vez empregava-se com êxito o éter na cirurgia. Foi conquista da ciência americana. Já em julho de 1847, Góis havia recebido do Ministério da Guerra, informações acerca dos bons resultados obtidos **com a insuflação de éter sulfúrico nos pulmões das pessoas que têm de sofrer alguma operação cirúrgica.** Raimundo Girão já informa,

Digitalizado com CamScanner

entretanto, que nesse mesmo ano o Dr. Liberato de Castro empregou em Aracati o éter sulfúrico numa intervenção cirúgica. Idem. L. 176. 129 a 129v. Doc. de 14/6/847.[1]

Não dispunha a Província de aparelho burocrático para conduzir de modo conveniente a administração. Dizia Góis que tudo era feito **pelo uso e costume.** Não havia regulamento para as repartições públicas, às vezes faltavam órgãos indispensáveis.[2]

Até então a Tesouraria Geral tudo dispunha nas finanças provinciais. Não havia uma repartição da província encarregada de sua fazenda.

Instalada a Assembléia Legislativa como decorrência do Ato Adicional no primeiro período de legislação foi criada a Administração Pública das Rendas Provínciais do Piauí, pela **Lei n.°50, de 5/9/1836,** que não foi entretanto, executada. Teria por função arrecadar, distribuir, contabilizar e fiscalizar as rendas públicas do Piauí. Na Presidência Sousa Ramos, a **Lei n°. 171, de 22/8/1844** recriava o mesmo órgão, com as mesmas atribuições e a denominação de Fazenda da Província do Piauí, que vai instalada em casa alugada por Góis e Vasconcelos no dia 28/7/1845. (Idem L. 179. 45v. 50 a 51. 122v. M. 247. Docs. de 21/7/1845, 23/7/1845, 30/7/1845, 1/8/1845).[3]

A Secretaria de Governo vinha funcionado sem disciplina estatuária, mas a **Lei de 1/9/1845** deu-lhe um Regulamento.

Não havia também casas para o estabelecimento de repartições públicas em Oeiras. Cogita-se converter a cadeia velha, já em ruínas, num mercado, ou melhor, numa casa para feira. Góis posteriormente fez a aquisição desse patrimônio municipal para adaptá-lo ao Liceu que apareceria com a reforma do ensino que houvera feito e estava prestes a entrar em execução. Mais tarde abandona essa idéia e fala em transformá-lo em Palácio Presidencial para Teresina. Nessa ocasião, a residência presidencial era em cassa alugada, cujas condições foram descritas por Sousa Ramos. (Idem. L. 186. 55. 55v. 98 a 101. Doc. de 5/7/1845. 98, 99v. doc. de 5/1/1847. 99v 101. Doc. de 21/9/1847).[4]

Se a Província não dispunha de prédios próprios para o estabelecimento de suas repartições públicas, em piores condições,

Digitalizado com CamScanner

sob esse aspecto, estavam os municípios, ocorrência que já estudamos.

Os responsáveis pelo sossego da população muito se preocupavam com a falta de cadeias que geralmente, se havia, ficavam na mesma casa em que funcionava a câmara municipal ou em casa alugada, sem a segurança precisa, e sem alojamento para o destacamento policial.

Responsabilizavam, como causa do crime, a falta de prisões, de educação e magistrados togados. No Piauí, apenas Oeiras, Parnaíba e Jaicós tinham casa para prisão. Dessa forma, para deter os presos, só havia o recurso das algemas e do tronco, sob o amparo da sombra das árvores, prisão que só poderia ser provisória, donde em pouco a libertação do sentenciado que passaria a viver solto, sob vigilância quase sempre dependente dum protetor ao qual fica como serviçal, sem remuneração.

Desde 1838 haviam sido firmados contratos para a construção das cadeias de Piracuruca e Marvão, respectivamente com o P. Palácio e Irineu Gomes Correia. Rio Pardo ajustou também construção das cadeias de Campo Maior e Parnaguá, respectivamente com Silvestre J. da Cunha Castelo Branco e José da Cunha Lustosa, aos quais fizera logo adiantamento de 2:700$000 (dois contos e setecentos mil réis) a cada um. (Idem. L. 183. 40v. 62. 62v. Doc. de 2/9/1844. L. 197. 90v. Doc. de 28/3/1845. M. 241. Doc. 12/7/1844.[5]

Góis, ao assumir as funções, aprovou os contratos de Campo Maior e Parnaguá e mantém contato com os responsáveis pela construção das de Piracuruca e Marvão, aplicando nesses últimos penalidades de origem contratual e prorrogando o prazo para entrega das obras (Idem. L. 194. 22. 41v. 42. Doc. de 30/9/1845 e ainda ofício de 4/6/1846. L. 196. 23. 23v)

Autoriza, então, que seja posta em concorrência, por edital, a construção duma casa-forte em Príncipe Imperial.

Para alcançar Oeiras, Góis e Vasconcelos teve que percorrer nossas estradas e sentiu a necessidade dos melhoramentos que reclamavam. Diria ele, "não temos estradas, senão trilhas". Sugeriu, o que se converteu em lei, contribuição gratuita de serviços para

Digitalizado com CamScanner

aproximava, vindo das **bandas da cidade:** e puseram-se de sobreaviso na confortadora suposição de que aquele caminhante solitário seria alguma antiviscondista, um correligionário. Árdego quartau, cuja cor a legenda não guardou, avançava a passo picado, cavalgado por um vaqueiro meião de corpo e mais baixo que alto, que – sem parar – deu boa-noite e foi passando por entre os homens armados. Os acaudilhados da **dissidência** corresponderam à saudação do desconhecido, mas não tentaram embargar-lhe a jornada. Ninguém lhe pediu ao menos a senha. A peripécia súbita estupeficara a **patriotada**".

"O vaqueiro da meia-noite era o Visconde, que, sacrificando o próprio orgulho à paz do campanário, num gesto resoluto de renúncia, abandonava a briga política, indo recolher-se a Tranqueira, a sua fazenda favorita, de onde jamais deixaria de freqüentar a capital [...]"[15]

O próprio Góis e Vasconcelos, presidente da Província, em substituição a Rio Pardo, chegado a Oeiras alguns dias depois, dá seu depoimento firmado em notícias contraditórias, e, quando se refere à marcha sobre Oeiras, limita-se a dizer que **talvez** tivesse havido esse propósito. Sim, talvez tenha havido o propósito da marcha sobre Oeiras, mas propósito exclusivo dos exaltados com a vitória eleitoral e que aguardavam em pouco a substituição de Rio Pardo.

As armas e os homens estavam com o Rio Pardo. Já dissemos isso. E nas proximidades, em pontos estratégicos estavam pessoas leais, prontas a acudir ao chamamento, se preciso fosse.

No dia imediato, isto é, a 24, o presidente toma providências sobre o patrulhamento da cidade e de seus arredores, e oficia ao Ajudante José Borges Leal anunciando que desde o dia anterior (23) havia sido dissolvido o ajuntamento da margem do Canindé, e o autoriza a fazer dispersar qualquer número de pessoas que exista no seu acampamento, ou em outro lugar sob seu comando, cumprindo depois retirar-se para sua morada. (Idem. L. 187. 62v a 63v. Doc. de 24/5/1845).

Oficia também ao Tel-Cel. Raimundo de Sousa Martins determinando que poderia dispersar a gente que agrupara em Canto Alegre para eventual ajuda, e participando que já determinara ao Comandante Superior da Guarda Nacional que também fizesse o mesmo com os que houvera convocado para defesa da ordem. (Idem. L. 187. 62v. Doc. de 24/5/1845).

Digitalizado com CamScanner

conservação e beneficiamento das vias públicas de forma que todo homem livre prestasse a seu município um dia de serviço em cada mês; o fazendeiro, o lavrador ou o proprietário que tivessem escravos, prestariam a mais tantos dias quantos os escravos que possuíssem. (Resolução 194 e L. 186. 58 a 58v. Doc. de 11/2/1846)

Aconselhava ainda que se fizessem pontes nas passagens dos rio e ranchos para repouso e segurança dos viajantes nos lugares mais apropriados.

Encurtai as distâncias, dissera ele aos representantes do povo na Assembléia Legislativa.

Ao Governo Central pediria recursos para melhoramentos das estradas da Bahia e do Maranhão, as mais importantes da Província.[6]

É quando faz sentir a necessidade de engenheiros, o que não era senão a reiteração de pedidos feitos desde o período colonial e ainda formulados em nossos dias. (Idem. L. 186. 41v. Doc. de 21/7/1845).

Os interesses da administração pública ressentiam-se notadamente da falta de magistrados, engenheiros, médicos, trabalhadores profissionais. Em virtude dessa circunstância, desde 1837 havia estudantes pensionistas, cuja manutenção era feita pelo governo provincial, que ainda concedia licença a funcionários para fazer determinados cursos. Em 1846, foi promulgada lei fixando despesas com três piauienses que quisessem estudar medicina, engenharia e direito.

Por vezes eram suspensos os favores ao pensionista ou funcionário, suspensa mesmo execução da lei, dum modo geral, para ser restaurada posteriormente. Mas foi assim que o Piauí procurou remover as dificuldades que vinha encontrando para a aquisição de profissionais, de trabalhadores especializados. Em 1857, a Província mantinha sete estudantes: quatro para sacerdócio, e três distribuídos em farmácia, engenharia e taquigrafia; em 1870 ainda quatro para o sacerdócio, e três para farmácia, engenharia e belas artes.[7]

Houve pensionista para medicina, escultura, pintura, etc.

E para formação do operário profissional, o artífice de então, Góis e Vasconcelos em sua reforma de ensino não criava o estabelecimento de Educandos Artífices, mas em fins de seu governo

Digitalizado com CamScanner

está em trâmite a lei que o instituiria e receberia o N.º 220, sancionada por Marco Antônio de Macedo em 24/9/1847.

Como vemos, já no Piauí de então, a cultura vincula-se à política, converte-se em instrumento do desenvolvimento, objetivo da economia política que toma vulto em nossos dias.

Podemos, contudo, afirmar que até então os poderes públicos não cuidaram da educação. Daí o aparecimento, em maior número, de escolas particulares, sob o amparo dos fazendeiros abastados, para o ensino das primeiras letras a seus familiares.

Encontramos em papéis de 1844 arquivados na Casa Anísio Brito o registro dessas escolas localizadas mais na zona rural que nas sedes municipais. Em Valença por exemplo, havia 9 escolas particulares, em Barras 7, em Piracuruca 3, em Príncipe Imperial 2, uma na sede e outra em Pelo Sinal, Parnaguá com 7 distribuídas pelos povoados assim: 4 em Paraim, uma em Giubués, uma em Curimatá e outra, certamente na sede municipal. Provavelmente tinham escolas particulares todos os municípios. (Idem. M. 239. Doc. de 13/4/1844. M. 241. Docs. de 10/4, 19/4. M. 243. Doc. de 15/4/1844).

Tornou-se iniciativa notável a Escola de Boa Esperança, a duas léguas da antiga aldeia de Cajueiro (Jaicós), mantida pelo P. Marcos de Araújo Costa.

Por vários anos, o P. Marcos ministrou gratuitamente ensino primário, secundário e moral a seus alunos. Consignamos aqui o depoimento de Anísio Brito: "É com a mais profunda emoção, quando me refiro ao nome do venerando sacerdote, hoje quase esquecido, uma das maiores glórias do clero nacional, desconhecido de nós, mas admirado até de sábios estrangeiros que lhe registraram a nome, rendendo merecida homenagem".

O Padre Marcos de Araújo Costa, no fastígio do poder, membro do conselho do governo, descendente de uma das mais ilustres famílias da antiga metrópole, abandona a capital e se recolhe à sua propriedade no município de Jaicós – "Boa Esperança" – funda seu colégio em pleno sertão, em vastíssimo prédio, sem do trabalho aceitar o menor honorário.

Digitalizado com CamScanner

Assim o Piauí, como de outras províncias, procurava a "Boa Esperança" a mocidade sequiosa de saber. Línguas, Retórica, Filosofia, ciências naturais, o abnegado sacerdote lecionava. Abandonara interinamente a vida eclesiástica para melhor se dedicar à de sacrifícios que se impôs.

"O eminente naturalista inglês, Gardner, quando da excursão que empreendeu ao Brasil, em sua passagem pelo Piauí, foi hóspede do Padre Marcos, e além de referências que lhe faz, diz: "Se todos os clérigos do país possuíssem ao menos metade da atividade e dos conhecimentos e o mesmo empenho em difundir a instrução que ele, as condições do Brasil, cedo, seriam muito diversas das atuais e que receio, persistirão por muito tempo". E acrescenta:

"O vigor juvenil daquele ancião, então já maior de sessenta anos, era deveras surpreendente e não menos a sua filantropia. Como os meios de educação naquela província tão vasta e tão pouco povoada só estivessem ao alcance de poucos, havia muitas anos que o Padre Marcos mantinha em sua casa um internato gratuito no qual permaneciam vinte rapazes até adquirirem noções regulares da língua latina e elementos de filosofia e matemática. Era o Padre um perfeito erudito e possuía uma biblioteca bastante copiosa em livros clássicos e filosóficos".

E continua Anísio Brito:

"E o influxo da ação social do grande educador se faz sentir profundo no centro do Piauí, onde não rareavam indivíduos de educação esmerada, instrução suficiente – velhos discípulos do egrégio preceptor"

"Enquanto o instituto particular da "Boa Esperança" dava tão brilhantes resultados, o ensino oficial, por insuficientes as cadeiras e falta de professorado, permanecia em uma estabilidade completa, sem despertar o interesse menor dos poderes públicos".[8]

Anísio registra ainda a benemérita ação do Padre Francisco Domingos de Freitas e Silva.

"A iniciativa particular tão brilhantemente encetada em 1820 pelo Padre Marcos de Araújo Costa teve apenas um continuador que merece especial destaque: o Padre Francisco Domingos de Freitas e Silva, um dos baluartes da independência política do Piauí e um dos intimoratos patriotas da proclamação de 19 de outubro, em Parnaíba, onde era regente da cadeira de Latim".

Digitalizado com CamScanner

O Padre Domingos de Freitas, desde 1844 passou a residir na fazenda de sua propriedade – Piripiri – cujas terras em 1855, **sponte sua**, dividiu entre os que se quisessem domiciliar ali, fundando uma escola primária e curso de latim, de que era profundo conhecedor.

"Tal impulso que tomou a província de Piripiri sob o influxo moral e intelectual do eminente sacerdote que, anos depois, adquiria foros de vila".[9]

O padre Marcos mantinha em sua escola 25 alunos aos quais dava gratuitamente casa, comida, ensino de primeiras letras, seguido de **Latim, Francês, Retórica, Filosofia e Teologia,** segundo informa Góis, em **Mensagem** de 1846, e Perete acrescentava **Lógica** como disciplina ensinada, em Boa Esperança. (Idem L. 209. 22 a 25. Doc. de 9/3/1849).

Outros sacerdotes, embora sem o relevo dos eminentes pastores, também por vezes levavam a seus rebanhos a par do ensinamento moral o conhecimento das letras.

O Padre Marcos teve também no Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, a que aludiremos mais tarde, um abnegado sucessor. Convém lembrar ainda o P. Sebastião Ribeiro Lima que, em S. Raimundo Nonato, prestou relevantes serviços à educação.[10]

Já vimos que em 1832 foram criados em Oeiras cadeiras **de Filosofia, Geometria, Retórica e Francês,** e que as duas últimas foram requeridas respectivamente pelo Padre Joaquim Ferreira de Melo e Dr. Francisco de Sousa Martins. Eleito Sousa Martins deputado geral e optando Ferreira de Melo pela cadeira de **Latim,** de Campo Maior, as cadeiras criadas em 1832 parece jamais foram providas.[11]

Em 1845 dispunha o Piauí de cinco cadeiras de Latim distribuídas em Oeiras, Príncipe Imperial, Parnaguá, Campo Maior e Parnaíba, mas funcionavam apenas as três primeiras.

Tinha, então, o Piauí, 16 escolas públicas para o sexo masculino, de ensino primário, com 340 alunos, e 3 do sexo feminino, com 41.

Ildelfonso chegou a sugerir que se não provesse de mestras as escolas do sexo feminino existentes então, e se criassem um

Digitalizado com CamScanner

estabelecimento de dois graus, para o mesmo sexo feminino em que se ensinassem no 2.° grau, **Português, Francês**, noções de **História** e **Geografia, Desenho, Música** vocal e instrumental, dança, marcar, bordar. Mas coisa alguma foi feita.

Góis e Vasconcelos em sua administração deu prioridade ao ensino. Assinou a **Lei N.° 198, de 4/10/1845**, que faz a reforma da Instrução Pública. Já no ano imediato ao de sua posse, funcionavam 18 escolas públicas para o sexo masculino de ensino primário, com 598 alunos, e três do sexo feminino, com 59.

Dizia Góis e Vasconcelos que a Reforma contida na **Lei N.° 198** fortificava a ação do Presidente sobre o ensino que ficava sujeito a uma direção uniforme, criavas escolas de primeiras letras apenas nos lugares que oferecessem possibilidade de boa freqüência e ainda criava várias cadeiras de ensino secundário, no momento circunscrito ao simples ensino do **Latim.**

É assim que foi criado o Liceu com as seguintes cadeiras: **1.° - Latim; 2,° - Francês; 3.° - Inglês; 4.° - Geometria e Aritmética; 5.° - Geografia e História; 6.° - Retórica e Poética; - 7.° Filosofia Racional e Moral.** Foram então extintas quatro cadeiras de **Latim**, ficando apenas a de Oeiras, que passou a fazer parte do Liceu, única a funcionar na administração de Góis e Vasconcelos. Seriam, ainda extintas cadeiras de ensino primário que não satisfizessem as condições exigidas pela legislação em vigor. É lamentável que não se criasse a cadeira para o ensino de vernáculo que certamente era feito em **Latim e Retórica e Poética.**

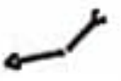
Góis e Vasconcelos sancionou e publicou a lei que havia apresentado à Assembléia Legislativa, mas em verdade pouco fez pela sua execução. Assim também foi como o Estabelecimento dos Educandos, como veremos em pouco. Falou em converter a Cadeia Velha em sede do Liceu, deu início mesmo às ordens de adaptação, enquanto falava ainda em aproveitá-la para residência presidencial. (Idem. L. 186. 99v. a 101. Doc. de 21/9/1846).[12]

Mantidas pelos poderes públicos, em sua administração, afora as escolas primárias, funcionou apenas a cadeira de **Latim** que já encontrou provida e fez também a nomeação de professor para a de **Francês**, já em fins de seu governo, de forma a só entrar em exercício no ano imediato já noutra administração. Fez a nomeação quando defendia junto à Câmara Legislativa a criação do Estabelecimento dos Educandos, efetivada em **Lei N.° 220, de 24/**

Digitalizado com CamScanner

9/1847 que foi sancionada e publicada por Marcos Antônio de Macedo, seu sucessor.[12a]

Contudo, são justas as homenagens que continuamos a tributar ao grande estadista brasileiro. Procurou melhorar as condições urbanistas da Capital, aparelhar o serviço público sob o ponto de vista burocrático e administrativo, estudou os problemas piauienses de educação, saúde, repressão ao crime, buscando racionalmente suas soluções.



Podemos afirmar que em começo de 1848 a cadeira de **História** e **Geográfia** já era ocupada pelo Dr. Cândido Gil Castelo Branco que se propusera compendiar, para uso de seus alunos nas aulas que lhes ministrava, as teorias e opiniões de Balbi, iniciativa imediatamente aprovada pelo governo provincial. (Idem. L. 201. 12v. Doc. de 15/4/1848).

No começo do ano imediato, trinta alunos freqüentavam as aulas de **Latim**, dos quais 17 estavam inscritos nas aulas de **Francês**, 4 em **Filosofia**, 6 em **Geometria**. E estava em andamento a construção do edifício que deveria acolher o Liceu.

O mesmo documento que nos dá essas informações nos diz ainda que o colégio do Padre Marcos tinha, então, 20 alunos e que ministrava aulas desde o ensino de primeiras letras ao ensino do **Latim, Francês, Retórica, Lógica** e **Teologia.** (Idem. L. 209. 22v a 25. De 9/3/1849).

No ano imediato, ou melhor no dia 4/11/1850 morria em Boa Esperança o benemérito educador piauiense. (Idem. L. 209. 87. Doc. 29/11/1850. L. 212. 99 doc. de 16/11/1850).

"Consternada e lacônica mensagem enviada por Antônio Batista Lopes Cordeiro, de Boa Esperança para Várzea Grande, e datada de 4 de novembro de 1850, comunicou: "Hoje às doze horas do dia expirou o reverendo Marcos de Araújo Costa [...]"

"O passamento do ancião tranqüilo, alvo robusto e baixo cuja grandeza moral só por estalões de Broldignac podia medir, comoveu todos os sertões nordestinos".

"O presidente José Antônio Saraiva disse aos deputados provinciais: "A morte do reverendíssimo Padre Marcos, que encheu

Digitalizado com CamScanner

de dor a todos os corações piauienses, fechou as portas da única casa de educação que esta Província possuía".

"A nossa Assembléia Legislativa autorizou, anos depois, a ereção na Matriz de Jaicós do mausoléu do benemérito em **remuneração aos serviços prestados à Província.** Apesar de acanhada a remuneração importou em preito comovente, um prelúdio de consciência, no piauiense, de que a **humanidade deve mais aos mudos exemplos dos santos do que aos argumentos sutis dos sofistas".**[13]

Logo que Saraiva assume o governo, a **Resolução N.° 287, de 10/9/1850,** estabelece várias disposições acerca da Instrução Pública em 59 artigos. Trata do pessoal, obrigatoriedade do ensino e dá nova organização didática, instituindo a cadeira de **Língua Nacional,** a denunciar lusofobia de até então, ou talvez mesmo já um nacionalismo que repugnava a designação de **Língua Portuguesa.**

E a Lei acrescia ainda que a cadeira de **Língua Nacional** deveria ser provida logo, antes mesmo de concurso. Seria seu ocupante José Martins Pereira de Alencastre, nosso primeiro historiador, autor da **Memória cronológica, histórica e geográfica da província do Piauí,** publicada no Tomo XX, 1857, da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.**

Entre as primeiras deliberações de Saraiva está a de que o professor primário não pode exercer senão a função de magistério. (Idem. L. 217. 15. Doc. de 19/10/1850).

No dia 19/10/1850 já recebia ofício informando que Liceu funcionava normalmente, em virtude das ordens que expedira marcando horas para as aulas e indicando quais os compêndios que deveriam ser adotados. (Idem. L. 217. 15v. Doc. de 19/10/1850).

Mandou ainda que se organizasse a relação dos livros necessários ao estabelecimento para que fossem adquiridos e constituíssem a base duma biblioteca. (Idem. L. 217. 14v a 15. Doc. de 19/10/1850).

Os professores a princípio ensinavam na própria casa de residência.

Em fins de outubro de 1850, em virtude das medidas tomadas por Saraiva, o Liceu já funcionava em casa alugada. Posteriormente, com a mudança da Capital para Teresina, transferir-se-ia para a

Digitalizado com CamScanner

casa que vinha servindo de Palácio Presidencial, e permaneceu em Oeiras, por algum tempo. (Idem. L. 214. 137. Doc. De 20/10/1852).[14]

O Presidente solicita às câmaras municipais que estimulem os pais a mandarem freqüentar seus filhos o estabelecimento de ensino secundário. (Idem. M. 348. Doc. 29/1/1851).

Parece, entretanto, que não houve interesse pelo assunto. Tanto assim que em sua primeira mensagem, a de 3/7/1851, dizia Saraiva que "nem uma só aula (exceções feitas das de **Língua Latina e Francesa**) contava mais de três discípulos [...]" E continua: "Pode-se dizer que o Liceu existia apenas na legislação e que só sabia de sua existência quando seus empregados iam receber os vencimentos." Aconselha, então, que seja adaptada a formação de professores, bem como que seja internato.

Em **Relatório** imediato (o de 1/7/1852) Saraiva ainda diria, dirigindo aos senhores Deputados, que o **Liceu nenhuma utilidade prestaria à Província enquanto não fosse um internato bem montado e conveniente dirigido** [...] Julga, entretanto, em melhores condições do que quando ensinavam os professores em sua própria casa de residência.

Dirigia, então, o estabelecimento o Dr. Simplício de Sousa Mendes, que em Relatório de 11/6/1852 apresenta interessantes sugestões. Mostra a necessidade "e nenhum aproveitamento da cadeira de **Inglês**" e aconselha sua substituição por outras mais úteis, necessárias e nimiamente civilizadoras, tais como as de desenho e pintura, e música vocal instrumental [...]". Mas já acrescenta que "os lentes e alunos freqüentam satisfatoriamente o estabelecimento [...]"

Os alunos já elevam a 67, provavelmente figurando o mesmo aluno por mais duma vez, se inscrito em mais duma disciplina. São oito cadeiras. Fizeram exames 19 alunos assim distribuídos: 5 em **Latim**, 2 em **Gramática Filosófica Nacional (Português)**, 6 em **Francês**, 1 em **Inglês**, 1 em **Filosofia**, 1 em **Geometria**, 3 em **Geografia** e **História**. Pedia ainda a aquisição de livros didáticos para se **ir fazendo o núcleo de uma biblioteca**, o que já aconselhara Saraiva quando ainda no começo de sua administração. (Idem. M. 345. Doc. de 11/6/1852).

Ainda em Oeiras posteriormente foi Diretor do estabelecimento o Dr. José Sérvio Ferreira (Veja M. 359).

Digitalizado com CamScanner

Com a mudança para a nova Capital, o Liceu continuava sua débil vida em Teresina.

O presidente Luís Carlos, para os males do Liceu, tinha a mesma opinião de Saraiva: aconselhava se convertesse o estabelecimento em internato. Há quase unanimidade nesse ponto de vista. Quase todos os presidentes, desde então, até sua extinção, assim pensavam. Frederico de Almeida Albuquerque já informava à Câmara Legislativa que gastara 3:099$000 (três contos e noventa e nove mil réis) no prédio que deveria acolher o estabelecimento com o internato.

Luís Carlos dera nova organização ao Liceu pela **Resolução N.° 350, de 3/5/1853**, provavelmente em trâmite desde a administração de Saraiva, com 88 artigos. Vide **Lei** citada.[15]

As aulas passaram a ser ministrada nas casas dos professores, enquanto a de **Geometria** ainda continuava a ser ministrada em Oeiras, onde se criara uma cadeira de **Latim**. Freqüentavam, então, 7 alunos às aulas de **Latim**, 2 às de **Geografia**, 5 às de **Língua Nacional** e 1 às de **Francês, Filosofia** e **Geometria**, esta, provavelmente ainda em Oeiras.[16]

Na administração de Frederico de Almeida Albuquerque há 32 alunos no Liceu, assim distribuídos: 14 em **Latim**, 4 em **Francês**, 1 em **Filosofia**, 1 em **Retórica**, 3 em **Geografia** e 9 em **Língua Nacional**.

Em Jaicós havia 31 alunos em curso de **Latim, Francês** e **Filosofia**, mantidos pelo P. Joaquim Damasceno Rodrigues, que assim continuava a obra de Padre Marcos.[17]

Em **Relatório** do ano imediato, esse Presidente, aconselhando a criação do internato para o Liceu, cujo prédio estava em construção, concluiu: "[...] fora sem dúvida mais conveniente extingui-lo se porventura tivesse de continuar no mesmo estado [...]"

Junqueira julga o internato mero luxo. E nessa ocasião era péssima a matrícula do estabelecimento: 5 alunos em **Língua Nacional**, e em **Filosofia, Retórica, Geografia, Latim** e **Francês** apenas um aluno em cada disciplina. Continuavam os cursos de Jaicós, e, em Oeiras, em **Latim** havia 10 alunos.

Junqueira em 1858 registrava uma melhora na matrícula: 22 em **Língua Nacional**, 13 em **Latim**, 11 em **Francês**, 2 em **Geografia**, 1 em **Filosofia**, 25 em **Geometria** e 3 em **Retórica**. Havia, então, 60 alunos matriculados no estabelecimento, dos quais

Digitalizado com CamScanner

alguns freqüentavam mais duma cadeira e assim eram computados mais duma vez.[18]

Em pouco, nova queda de matrícula. O Presidente M. A. Duarte de Azevedo julga o estabelecimento ineficiente e sua extinção um passe retrógrado, mas adverte que cadeiras sem ouvintes e a não pequena despesa que se faz aconselham a suspensão de algumas aulas, o que seria feito pelo Art. 2, da **Resolução 511, de 1/8/1861**, assinada e promulgada no governo de Antônio de Brito Sousa Gaioso. Essa suprimia as cadeiras de **Língua Nacional, Geografia, Cronologia, História, Pátria** e **Sagrada, Retórica** e **Poética,** conservando apenas as de **Latim, Francês, Aritmética** e **Geografia Plana,** em Teresina, e em Oeiras a **de Latim,** voltando os professores a lecionar em suas casas.[19]

Para trás, desde Góis não foram poucas as alterações que sofreu a instrução Pública da Província, especialmente na criação e supressão de cadeiras, às vezes, simples mudança de nome da disciplina. Mas desta vez estava extinto o Liceu.

Diria um presidente pouco depois: "[...] um liceu, cuja extinção há poucos anos foi determinada menos pela pressão de uma crise financeira, do que pelo doloroso reconhecimento da prematuridade de semelhante instituição".[20]

Após Góis e Vasconcelos vieram sucessivas reformas da Instrução, modificações legislatórias sem, contudo, alterar sua fisionomia. Essas reformas não tinham repercussão na escola que continuava sem aparelhamento e com o mesmo pessoal docente, incapaz de receber orientação pedagógica.

O provimento da cadeira exigia do candidato um concurso previamente anunciado por edital afixado na porta da casa de oração que servia de matriz em que deveria processar-se o ato de habilitação. A banca examinadora, quando possível, seria constituída do pároco, duma autoridade judiciária e do Diretor da Instrução (função de âmbito municipal). (Idem. L. 201. 9v. 15. Doc. de 28/2/1848. M. 348. Doc. de 10/7/1851).

Tão insignificantes eram os vencimentos do professor que pessoas habilitadas, quase sempre abastadas, não se propunham e exercer a função. Assim, as cadeiras, se providas, em pouco

Digitalizado com CamScanner

eram abandonadas, donde as contínuas vacâncias a oferecer oportunidade a professor sem habilitações.

Vejamos aspectos da escola primária, quais os instrumentos de aprendizagem do aluno no tempo de Saraiva. Deixou-nos esse precioso documento o professor de primeiras letras de Barras, Francisco Luís Pereira de Carvalho. Era de concurso, e incontestavelmente um excelente professor para a época.

Diz ele nesse documento que por mais duma vez tem levado ao conhecimento de presidentes da Província a absoluta falta de compêndios que há em sua escola, e continua "[...] passam-se anos inteiros, sem que um só aluno leia um livro, porquanto aqui uma obra instrutiva é coisa rara, e até agora me tenho assaz acautelado em dar-lhes jornais para ler, porque nestes de ordinários só se encontra o desenvolvimento de espíritos exaltados, ou apaixonados, e não aquelas idéias sãs, que convém sejam impressas nos tenros corações, porém tendo eu uma restrita obrigação de dar-lhes noções de letras impressas, hoje (malgrado meu) passei a distribuir alguns jornais entre eles, pois que a continuação da leitura de cartas não pode ser mais prejudicial, sendo a mor parte das que por aqui se encontra de péssima ortografia, e escritas por pessoas sem ciência alguma dos princípios de nossa língua, e os jornais, posto que recheados de vícios, que venho de expor, sempre oferecem a vantagem de, quando não sejam bem escritos, têm sofrível ortografia, boa disposição. Que adiantamento, Exmo. Senhor, pode apresentar uma escola onde não se encontra uma só arte de Gramática, um só tomo de História Pátria, e um só folheto de instrução?

"Outra necessidade ainda mais palpitante é a falta de suprimentos aos alunos pobres, que na verdade são quase todos que compõem esta aula, e é para ver-se passar semanas inteiras sem que a mor parte deles escrevam por falta de papel, falta esta que supro a minha custa nos dias de aposta. Parece-me que serei tido por impertinente em repetir tantas vezes essas necessidades; mas tendo obrigação de sustentar minha reputação, porque finalmente quando se tratam das aulas, dizem: não apresentam adiantamento pela incúria dos professores, e não fazem menção dos obstáculos que se opõe a ele, e da falta de proteção às aulas do centro; por isso ainda esta vez apresento as causas de tal apatia". (Idem. M. 356 de 1/7/1852).

Digitalizado com CamScanner

Este professor entrou em atrito com Francisco Xavier de Cerqueira, juiz de direito e vice-presidente que, por mais duma vez, exerceria a função de presidente. Há farta documentação em torno do incidente que posteriormente prejudicaria o professor quando, pedindo sua transferência para Parnaíba, não lhe é concedida. (Idem. M. 358. Doc. 26/11 e M. 356. Doc. de 1/7/1852).

Com a Guerra do Paraguai, ele, apesar de casado e ter oito filhos, seguiu para a campanha, vindo a falecer no hospital de Corrientes, como conseqüência de ferimentos recebidos em Curupaiti, onde gloriosamente se bateu em defesa da pátria.[21]

Afrânio Peixoto, ao referir-se a Abílio César Borges, diz que, quando na ação desse educador baiano, "liam-se, nas escolas manuscritos, cartas privadas, documentos públicos, autos de cartórios [...] Daí a importância, mais tarde, do **paleógrafo**, livrinho destinado a decifrar letras antiquadas. Capistrano de Abreu atribui a nossa carência de antigos documentos ao consumo deles nas escolas". E acrescenta: "Os livros escolares de Abílio Borges foram primorosos, na substância e na forma: instrutivos, educativos e editados na Europa, baratos e acessíveis. Sacramento Blake refere que eles eram dados pelo autor, em profusão, a Províncias carecedoras".[22]

O Piauí recebeu por mais duma vez valiosas ofertas de Abílio César Borges.

Outro documento também interessante é firmado pelo Prof. Francisco Tomaz da Silva, de Príncipe Imperial, dirigido ao Diretor da Instrução da mesma comarca, Juiz de Direito, Dr. João Carlos Pereira de Ibiapina, que o envia ao Presidente da Província que, por sua vez, o encaminha à Assembléia Legislativa.

Refere-se o professor às necessidades de sua escola e também discorre sobre o processo do ensino e objetivos da educação. Pede um **banco** "de areia em que os alunos se exercitem a fazer os riscos e curvas das letras do abecedário, com a economia de papel, pena e tinta [...]" Apresenta ainda, como conseqüência, vantagens provindas para o asseio.

Ao aconselhar a substituição dos castigos pelos prêmios, deixa-nos um típico exemplo de esquizografia: "[...] é um ensaio de moral, de amor que **sacratizará amoridade** piauiense, substituindo a emulação do medo". (Idem. M. 380. Doc. de 7/6/1854).

Digitalizado com CamScanner

O primeiro Diretor Geral da Instrução (já função de âmbito provincial) foi o Dr. Umbelino Moreira de Oliveira Lima. O cargo foi criado em 13/9/1859. Até então, havia Diretor da instrução para cada comarca.

Passemos a estudar o movimento escolar do ensino primário após o governo de Saraiva. Vejamos o que diz Anísio Brito:

"No primeiro lustro, depois da mudança da capital, a estatística acusa este número de cadeiras e de alunos na província:

1853 – 32	cadeiras	626	alunos
1854 – 30	"	622	"
1855 – 32	"	807	"
1856 – 33	"	833	"
1857 – 34	"	968	"

"A 13 de setembro de 1850, foi instituída a Diretoria Geral de Instrução Pública, e nomeado primeiro diretor o Dr. Umbelino Pereira de Oliveira Lima".

"Movimento escolar, durante os primeiros cinco anos após a organização da administração do ensino primário:

1860 – 38	cadeiras	963	alunos
1861 – 38	"	901	"
1962 – 38	"	827	"
1863 – 38	"	792	"
1864 – 40	"	790	"

"Várias, inúmeras as reformas, diversas leis, modificando, alterando o ensino público. Ensino obrigatório e outras providências constituíram interessantes textos legais, não logrando resultado positivos".[23]

O Estabelecimento de Educandos Artífices foi criado para acolher crianças pobres, e desamparadas, dar-lhes abrigo, instrução e ensino profissional. Correspondia a imediato interesse econômico da Província, cujo desenvolvimento era entravado pela falta de

Digitalizado com CamScanner

trabalhadores profissionais: "Estabelecimentos como este, há em quase todas as províncias [...]", dizia Góis, em mensagem a Câmara Legislativa.

Apresentada a idéia de sua criação em 1847, a Câmara Legislativa aprovou a lei que recebeu o N.° 220, e foi sancionada e promulgada por Marcos Antônio em 24 de setembro de 1847. Decorridos mais de dois anos, Perete consegue fazer sua instalação em 1/12/1849 com a matrícula de 15 alunos, em pouco, elevada para 20, distribuídos a princípio em oficinas particulares de carapinas, merceneiros, ourives, ferreiros, alfaiates e sapateiros.[24]

Foi Saraiva que criou oficina dentro do estabelecimento, aumentou o número de seus alunos para mais dez, sugeriu a criação do ensino de música vocal e instrumental e a instalação de estabelecimento do mesmo gênero para o sexo feminino, visando dessa forma preparar um magistério baseado na mulher. Aconselha ainda que se mandem ao Rio de Janeiro educandos hábeis para aperfeiçoamento de suas especialidades.

"Eu não posso, Senhores, dizia ele, deixar de recomendar a vossa proteção às órfãs do Piauí, pois que podereis até cuidando da educação de algumas, habilitar boas mestras para as escolas do sexo feminino".[24a]

Em junho de 1852, o diretor do estabelecimento comunica a Saraiva que nos 12 últimos meses as oficinas dos Educandos venderam obra no valor de 1:719$835 (um conto de réis e setecentos e dezenove mil e oitocentos e trinta e cinco réis). A 1/8 recebe o Diretor ordens para em companhia de seus alunos seguir para a nova capital, alugando cavalgaduras e indo a pé os que pudessem. (Idem. M. 352. Docs. de 5/6/1852 e L. 217. 85. Doc. de 1/8/1852).

Ao chegar em Teresina, já sob a direção de Mestre João Isidoro, junto a outros operários, entram nos trabalhos de melhoramento da nova Capital. Passam a trabalhar no aparelhamento dos prédios públicos. (Idem. M. 353. Doc. de 17/9/1852).

Cuida-se de construir telheiros para oficinas de ferreiro, carapina, pois vinham os educandos trabalhando até então nas oficinas que estavam sob a direção de Mestre João Isidoro, a quem aludiremos em pouco mais pormenorizadamente. Procura-se também alugar casa para o educandário enquanto já se pensa em

Digitalizado com CamScanner

construir casa própria, recebendo o Engenheiro Dr. João Nunes de Campo, então a serviço do Piauí, autorização para fazer a planta do prédio. (Idem. L. 232. 3 e 6. Docs. de 15/9 e 18/10/1852, e 23 v. Docs. de 15/3/1852. L. 203. 6. Doc. de 14/2/1853).

Com dificuldade aparelham o estabelecimento cuja matrícula já se eleva a 45 alunos e, em pouco, com aprovação de S. Majestade, são encarregados de fazer os calçados para a tropa de 1.º Linha, com sede em Teresina, e também para os recrutas que se incorporam às forças militares. (Idem. M. 374. Docs. de 5/1/1854 e 9/1/1854. L. 239. 32. 32v. e 42v. Docs. de 16/6 e 16/8/1854).[25]

Em 1856 já são 48 alunos, de 9 a 22 anos, dos quais 18 em oficina de marcenaria, 16 em alfaiataria, 6 em sapatarias, 7 em ferraria, 1 em tipografia e 16 em música que, como os de letras, freqüentariam ainda as oficinas que, então, apresentam uma renda de 3:555$880 (três contos e quinhentos e cinqüenta e cinco mil e oitocentos e oitenta réis) despesa de 2:718$171 (dois contos setecentos e dezoito mil e cento e sessenta e um réis) e saldo de 738$649 (setecentos e trinta e oito mil e seiscentos e quarenta e nove réis). Dois alunos são enviados ao Maranhão onde fazem aprendizagem na oficina de tanoeiros. Ao terminar o curso, voltam ao Piauí, onde um se torna mestre na oficina que se inaugura nos Educandos, para formação desses profissionais. Cria-se ainda uma oficina de encadernador.[26]

É quando a reforma do ensino promovida pela **Resolução n.º 485, de 13/9/1859**, modifica as atribuições do Presidente, de quem, segundo Diogo Velho, **retira todo o arbítrio.** Certamente, o **arbítrio** a que se refere **era a primeira grande vantagem** apresentada por Góis e Vasconcelos, como trazida pela sua reforma. Disse esse Presidente: "Fortifica a ação do presidente sobre o ensino que fica sujeito a uma direção uniforme".

Vem ainda uma crise financeira que restringe as possibilidades de realizações da Província.

Era, então, o Educando dividido em cinco secções, dirigida cada uma por um cabo da polícia e, todos sob ordens do Diretor, por vezes, também militar.

Havia seis oficinas organizada e uma aula de primeiras letras. Os mestres eram relativamente bons.[27]

Limita-se a matrícula e também é restringido o número de oficinas, ficando apenas as mais rendosas.

Digitalizado com CamScanner

Contudo, fala-se em mandar doze educandos estudar no Maranhão, certamente em busca de aperfeiçoamento. E o Presidente Gaioso, que extinguiu várias cadeiras no Liceu, julgou, entretanto, inconveniente continuarem fechada as oficinas, fez melhoramento no prédio do educandário, e, sob esse ponto de vista, é seguido pelo sucessor.[28]

Dória dá-lhe novo estímulo com várias providências administrativas a que corresponde a instituição confeccionando quatro mil peças de fardamento para os soldados que se aprestam para as lutas do Sul, a cujos contingentes, muitos dos que aí se prepararam, se incorporaram e foram combater nos campos do Paraguai.

Podemos crer que estava agora em seu apogeu. **A Resolução de 20/7/1854** permitiu que se elevassem seus alunos a cem. Aumentam o número de oficinas, melhoram suas acomodações e aconselham que se mandem ao Maranhão educandos para aperfeiçoamento profissional.[29]

✓

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] GIRÃO, Raimundo. **Pequenas Histórias do Ceará.** 3. ed., revista 262.

[2] VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. **Relatório** de 1/8/1845, à Assembléia Legislativa.

[3] VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. Idem. Idem. COSTA, F. A. Pereira da. Op. cit. p. 281 a 282.

[4] Vide **Relatório** de 1846 e 1847, de Zacarias de Góis e Vasconcelos, dirigido à Academia Legislativa.

[5] Vide **Relatório** de 1846, de Zacarias de Góis e Vasconcelos, à Assembléia Legislativa.

[6] Vide **Relatório** de 1845 e 1846, de Zacarias de Góis e Vasconcelos, à Assembléia Legislativa.

[7] Vide **Relatório** de 2/7/1857 e 1/7/1870 respectivamente de J. J. de Oliveira Junqueira e Manuel José de Espínola Júnior, dirigidos à Assembléia Legislativa.

[8] BRITO, Anísio. **Do Ensino Primário,** em **A instrução pública do Piauí.** 1922. p. 50 a 51.

[9] BRITO, Anísio. Op. cit. p. 56.

[10] DIAS, José. **São Raimundo Nonato,** em **O Piauí no centenário de sua Independência.** Vol. IV. 1923, p. 222.

[11] NUNES, Odilon. **Pesquisas.** Vol. II, p. 428 a 430.

[12] Vide Góis e Vasconcelos, em seu **Relatório** de 1/8/1845, da página 11 à 18.

[12a] Góis e Vasconcelos, **Relatório** de 6/7/1847, apresentado à Assembléia Legislativa.

[13] FREITAS, Esmaragdo de. **O Visconde da Parnaíba.** 1947, p. 75.

[14] SARAIVA, José Antônio. **Fala** de 3/7/1851, apresentando à Assembléia Legislativa.

[15] TEIXEIRA, Luís Carlos de Paiva. **Relatório** de 1/7/1853. Frederico de Almeida Albuquerque. **Relatório** de 22/9/1852. Vide a Lei citada.

[16] CARVALHO, Antônio Francisco Pereira de. **Fala** de1/7/1854, à Assembléia Legislativa. COELHO, Balcom José. **relatório** de 1/11/1855.

[17] ALBUQUERQUE, Frederico de Almeida. **Relatório** de 22/9/1856 à Assembléia Legislativa.

Digitalizado com CamScanner

[18] JUNQUEIRA, J. J. de Oliveira. **Relatório** de 2/7/1857 e 1/7/1858, à Assembléia Legislativa.

[19] Vide arts. 2, 3 e 4 da **Resolução N.° 511**, de 1/8/1861.

[20] DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. **Relatório** de 1/7/1864 à Assembléia Legislativa.

[21] **A Imprensa.** N.° 73, de 15/12/1866 e **A Imprensa** N.° 80, de 2/2/1867.

[22] PEIXOTO, Afrânio. **Livro de horas.** 1947, p. 203.

[23] BRITO, Anísio. **Ligeira notícia sobre o ensino público.** 1936, p. 5 a 6.

[24] COSTA, Pereira da. Op. cit. p. 285 a 286. MOTA, Inácio Francisco Silveira da. **Relatório** de 1/7/1850 à Assembléia Legislativa. TEIXEIRA, Luís Carlos de Paiva. **Relatório** de 1/7/1853 à Assembléia Legislativa. MELO, Gervásio Cícero de Albuquerque. **Relatório** de 18/7/1873 à Assembléia Legislativa.

[24a] SARAIVA, José Antônio. **Fala** de 3/7/1857 e 1/7/1852 à Assembléia Legislativa.

[25] TEIXEIRA, Luís Carlos de Paiva. **Relatório** de 1/7/1852. CARVALHO, Antônio Francisco Pereira de. **Fala** de 1/7/1854.

[26] ALBUQUERQUE, Frederico de Almeida. **Relatório** de 22/9/1856. JUNQUEIRA, J. J. de Oliveira. **Relatórios** de 2/7/1857 e 1/7/1858.

[27] COUTO, Antônio Correia do. **Relatório** de 27/6/1859 ao Vice-presidente Ernesto José Batista.

[28] AZEVEDO, Manuel Antônio Duarte de. **Relatório** de 15/4/1861 a José Mariano Lustosa do Amaral. GAIOSO, Antônio de Brito Sousa. **Relatório** de 13/7/861 à Assembléia Legislativa e **Relatório** de 13/6/1862 a José Fernandes Moreira. MOREIRA, José Fernandes. **Relatório** de 1/7/1863 a Pedro Leão Veloso.

[29] DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. **Relatório** de 12/7/1865 e 9/7/1866. FREIRE, Adelino Antônio de Luna. **Relatórios** de 9/9/1867, à Assembléia Legislativa, e 5/11/1867 dirigido ao Vice-presidente José Manuel de Freitas. **Relatório** de 7/5/1870, de Luís Antônio Vieira da Silva ao Vice-presidente Manuel José Espínola Júnior.

Digitalizado com CamScanner

3

O crime

Os crimes no Piauí recrudescem com as lutas partidárias de 1844 e 1845. E são esses crimes provindos dos choques entre facções políticas os que mais afetam a sensibilidade pública. Em relação às províncias vizinhas, os homicídios haviam, entretanto, declinado desde muito, embora registrados de vez em quando, predominando os de origem passional, ou por motivos de terras, ou ainda os de escravos, perpetrados contra os senhores ou seus familiares.

Dum modo geral, o escravo do Piauí vivia relativamente tranqüilo; tinha mesmo vida de folgazão. Se por vezes sentia motivos para rancores pessoais, não seriam jamais para rebeliões como noutras partes. Até mesmo o mocambo foi cousa rara em nossa história. Em 1844 houve providências para reduzir um que se formava nas matas de Curimatá. Na onomástica do Piauí pouco encontramos de que evoque redutos de negros fugidos. (Idem Casa Anísio Brito. Arquivo. Província. L. 172. 5. 5v. Doc. de 13/2/1844).

O senhor ordinariamente tratava de modo paternal sua escravaria, e ainda melhor tratava, se era ele pobre, pois disporia apenas de escravos como serviçais, para pajem, ou trabalhos domésticos, e desde então ficavam integrados na vida familiar como criados.

A pecuária, apesar de baseada no latifúndio, sempre conduziu as tendências democráticas, ao exercício da liberdade, donde, o respeito à dignidade humana.

Digitalizado com CamScanner

Já nos referimos a esse aspecto da economia, e a ele ainda voltaremos.

Entre 1844 e 1849 houve, entretanto, quatro assassinatos que também provocaram grande emoção no seio da família piauiense porque foram cometidos por escravos contra os senhores. E ainda há mais para lamentar que entre os mortos estavam homens que se distinguiram pelos relevantes serviços que prestaram à nação, nas lutas da Independência e da Balaiada.

Se o homicídio era praticado por escravos contra o senhor ou familiares, nunca recorriam estes à justiça para punição. Os senhores e familiares matavam, e quase sempre, após torturas inauditas, o escravo assassino.

Perete, em ofícios ao Ministro da Justiça, comentando esses crimes, apresentava a punição legal como recurso para eliminá-los. E exemplificava o último assassinato de fazendeiro por seus escravos que foram após violenta e barbaramente sacrificados. Informa que o fazendeiro perdera um pouco antes pela mesma forma um irmão que fora semelhantemente vingado pelos familiares. Opina, então, que, se o primeiro crime houvesse sido punido pela lei, talvez não tivesse ocorrido o novo homicídio. E acrescenta que das mortes assim praticadas pelos escravos, só se apontava um caso em que o assassino fora entregue à Justiça. (Casa Anísio Brito. Arquivo Provincial. L. 205. 2 a 4v. 8 a 9. Docs. de 21/12/1848 e 10/1/1849. L. 183. 19v. Doc. de 11/5/1844. L. 172. 116v. 117. Doc. de 25/8/1846. 112v. Doc. de 8/8/1846. L. 180. 86, 87. Doc. de 3/3/1847. 158v. 159. Doc. de 1/8/1840. 172v. 173. Doc. de 6/11/1848. L. 200. 68v. 69. Doc. de 14/8/1848. 74. 74v. doc. de 19/8/1848. 169v. 170. Doc. de 7/4/1849. M. 341. Doc. de 20/8/1852).

Mas, dum modo geral, o escravo servia tranqüilamente o senhor, de cuja família era um apenso, integrado no convívio doméstico.

Os crimes comuns e de homicídio, especialmente os de origem passional, ou pelo domínio de terras eram mais numerosos. Seus autores era recrutados na população vagabunda que perambulava na zona rural, predominando entre estes, facínoras vindos das províncias vizinhas.

Digitalizado com CamScanner

As autoridades provinciais assinalaram a ocorrência e nos deixaram elementos para a conclusão de que as causas básicas do crime eram o uso livre de armas, a vaidade de certos fazendeiros em acoitar criminosos, subtraindo-os da punição legal, a falta de escolas e de missões religiosas, policiamento, justiça isenta de paixões partidárias.

Justiça é o que não tínhamos, pois em província de grande extensão territorial como a do Piauí, havia em 1852 apenas seis comarcas, e essas não eram confiadas a juízes togados. (Idem. L. 180. p. 48. Doc. de 10/2/1846).

Os crimes nas províncias vizinhas por vezes repercutiam no Piauí, provocando medidas de precaução, e por vezes mobilização de tropas, quando praticados por bandos armados, nas proximidades da fronteira.

É assim que logo nos primeiros dias de sua administração, José Ildefonso de Sousa Ramos recebe ofício do Presidente da Bahia e do Juiz de Direito de Sento Sé, em que participam que esta comarca da Província vizinha estava convulsionada por Militão Plácido, que à frente de mais de trezentos homens havia atacado e desbaratado as forças de Pilão Arcado, e acrescentava que os subversivos já se dirigiam rio abaixo contra Sento Sé.

Atendendo à solicitação de socorros, José Ildefonso expede imediatamente, por intermédio de Juazeiro, armas e munições conduzidas por destacamentos de seis soldados sob o comando dum cabo.(Idem. L. 176. 9v. 10. Doc. de 12/2/1844. L. 184. 3v e 4v. a 5 Docs. de 9/2/1844 e 15/2/1844. M. 242. Docs. de 29/1/1844. 3/2//1844. 17/3/1844. L. 197. 14. Doc. de 8/2/1847).

Militão era chefe político, propenso ao despotismo, e se antepunha à eleição para deputado do Dr. Francisco Mariani, vinculado por consanguinidade aos Vanderlei. Descendiam de ilustres famílias e, como Militão, também tinham prestígio no alto sertão do S. Francisco.

Pelo terror e atos de banditismo conseguiu Militão levar ao parlamento brasileiro mediocridades, legítimos produtos de sua ação política. Esses fatos serviram de argumentos a Euzébio de Queiroz para combater a "lei dos círculos" que possibilitava ascenderem à Assembléia Geral verdadeiras nulidades para a vida parlamentar.[1]

Digitalizado com CamScanner

Pouco depois, quando Saraiva na presidência da Província, vinha a Parnaguá passar moedas falsas José da Rocha Medrado, o que muito preocupava as autoridades piauienses, não só o Presidente, como autoridades judiciárias de Parnaguá: José Cândido de Pontes Visgueiro, Juiz de Direito, e José Mariano Lustosa do Amaral, Juiz Municipal e Delegado.

José da Rocha Medrado era parente dos Medrados, da Chapada da Diamantina, e destes é que havia sido eleito um deputado à Assembléia Geral, por **bastardia de Militão**, dizia Saraiva a Cotegipe, em correspondência em torno do assunto.

O Dr. Francisco Mariani, a que nos referimos, desta vez foi derrotado nas eleições pelo bacamarte e o poder econômico de Plácido Militão que assim elege deputado, e tem acesso ao Parlamento apagada e inexpressiva figura, completamente despida dos atributos precisos para o desempenho de tão alta e meritória missão. (Idem. L. 219. 2v. 3. Doc. de 15/9/1850. 7. Doc. de 12/12/1850. 9. 9v. Doc. de 18/12/1850. 18v. 19. Doc. de 20/8/1851.)[2]

Assim os senhores feudais procuravam obstar a liderança dos doutores, e dirigir a cousa pública no alto S. Francisco. Estava, pois, iniciada a luta entre os bacharéis em direito, saídos das escolas de Pernambuco e S. Paulo, e caudilhos, rebutalhos do nosso medievalismo, em que pouco a pouco se foram perdendo as virtudes que embeleceram a Europa em sua história medieval.

No Maranhão também ocorria a mesma cousa. Não só Militão Bandeira de Barros, que já o conhecemos quando da Balaiada, fazia provocações na comarca da Chapada, como ainda Francisco Dias Carneiro, parceiro também na repressão dos **balaios**, cometiam tropelias, este em Pastos Bons, Passagem Franca e Caxias. Lembremo-nos de que um pouco antes fora a vila de Imperatriz vítima de desassossego provocado por chefes prepotentes, de prestígio local. (Idem. L. 134. 22v. 23. Doc. de 8/2/1845).

Em março de 1849, Perete recebe vários ofícios de autoridades de Jerumenha e Pastos Bons, a respeito de atos de banditismo ocorridos na vila maranhense. Havia assalto a mão armada, ferimentos, assassinatos. A polícia de Pastos Bons dispersou elementos que atacaram a fazenda Carnaubal, de propriedade de Antônio Carneiro da Silva Oliveira, delegado na vila. As autoridades maranhenses pedem auxílio ao Piauí, enquanto as facções contendoras estavam arregimentando forças para prosseguimento da luta.

Digitalizado com CamScanner

Envolveram-se nesses fatos Francisco Dias Carneiro, os Neiva, todos movidos por motivos partidários e vinganças pessoais.

Perete expede 32 praças, armas e munições, para Jerumenha, e autoriza o comandante a reuni-las aos guardas nacionais que fossem necessários para auxiliar a vila maranhense, a cujas autoridades participa as deliberações tomadas e pede que oficiem com urgência, se porventura de mais recursos precisassem. (Idem. L. 148. 131v. Doc. de 24/3/1849. 135v. Docs. 2/5 e 2/5/1849).

Participa tudo ao Presidente do Maranhão e ao Ministro da Justiça. (Idem. L. 148. 131v. 132. Doc. de 28/3/1849. L. 205. 46v. 48v. Doc. de 28/3/1849).

Essas medidas, parece, intimidaram os agitadores, segundo opina Perete. Idem. L. 184. 139. Doc. de 11/7/1849. L. 205. Doc. de 4/6/1849).

Em ofício de 11/7/1849, dirigido a Euzébio, acusa o recebimento do Aviso de 8/5 em que aprova as medidas que tomara sobre as ocorrências do Maranhão e ordena-lhe que continuasse a prestar os auxílios necessários. Perete informa, então, que, Dias Carneiro **não tem prudência nem moderação, querendo que a sua vontade prevaleça em tudo, tanto, assim que não contente com ter sido demitido o seu contendor** (Antônio Carneiro) **do lugar de delegado, ainda exige que se retire da comarca.** Também denuncia a cumplicidade do próprio presidente do Maranhão, bem como da imprensa da Província vizinha que adultera a verdade, desfigurando os fatos com propósito político. (Idem. L. 205. 68. 69. Doc. de 11/7/1849. L. 184. 139. 139v. Doc. de 11/7/1849).

Ao aproximarem-se as eleições com gente armada, Dias Carneiro abarraca-se nas proximidades da vila, donde em seguida acampa em S. Romão, a uma légua de Pastos Bons.

Ainda uma vez, Perete mobiliza gente e manda estacionar nas margens do Parnaíba, para eventual ajuda. (Idem. L. 200. 301. 301v. doc. de 11/8/1849. 302v. 303v. Doc. de 19/8/1849. L. 205, 75v. 76. Doc. de 28/7/1849).

Perete em ofício de 17/8/1849 informa ainda a Euzébio que Pastos Bons estivera sitiada no dia 5/8 por Dias Carneiro, conforme a comunicação que recebera do delegado da vila, motivo porque foram adiadas as eleições, pedindo então a autoridade maranhense recursos para a defesa. Autorizou Jerumenha a postar 50 guardas nacinais nas margens do Parnaíba para socorro necessário. (Idem.

Digitalizado com CamScanner

L. 205. 79. 80. Doc. de 17/8/1849. 82v. 83. Doc. de 23/8/1849. 83v. 84. Doc. de 24/8/1849).

Apesar de tudo, as eleições de Pastos Bons realizaram-se. (Idem. L. 205. 89v. Doc. de 12/9/1849).

Corriam, então, rumores de que havia descoberta e suplantada em tempo, uma insurreição que se tramava em Pastos Bons, e que esse movimento subversivo tinha ramificações no Piauí. Em verdade, Lívio continuava a barulhar a campanha eleitoral em Campo Maior, e até mesmo em Oeiras, e Perete manifesta suas apreensões. (Idem. L. 205. 83v. Doc. de 24/8 e 24/8/1849).

Como precaução tomaram-se várias medidas.

As coisas no Piauí não corriam como nas províncias limítrofes. Passaram-se os tempos em que os governadores da Capitania temiam os chefes indígenas assessorados pelos letrados alienígenas, quase sempre vinculados pelo matrimônio às famílias piauienses. Vimos a angústia de muitos governantes, delegados de El-Rei, em face de resistência que lhes oferecia **a oligarquia de fazendeiros que vinham dominando os representantes da Coroa, ou combatendo-os, quando não se rendiam a seu arbítrio.**

Um quartel de século de rígida disciplina amaciou um pouco as tendências turbulentas dos vaqueiros indisciplinados.[3]

Na bacia oriental do Parnaíba já não havia ambiente favorável à instituição do crime a mão armada, para a obtenção da vitória nas lutas entre as facções políticas.

O assanhamento dos prélios eleitorais conduziu quando muito a crimes individuais, de ferimento ou de homicídio, a cenas de pugilato nos recintos eleitorais. Jamais houve choques entre bandos armados. Não houve correrias que conduzissem ao banditismo caudilhesco.

Em verdade, os assassinatos de Meireles, Beltrão. P. Quintino, Cap. Teodoro tiveram sua origem nas tricas partidárias. A eles já nos referimos.[4]

A transferir a Perete as funções de presidente, Cerqueira, em seu **Relatório**, faz supor que reinava a paz na Província. Contudo,

Digitalizado com CamScanner

recrudescia o crime que já era o principal assunto da correspondência oficial do Piauí.

As infrações das leis penais eram constantes; desagregara-se o clã dos Mourão, e se encarniçava sangrenta luta entre seus componentes.

Perete, ao atravessar o território da Província para alcançar a Capital, pôde testemunhar o ambiente predisposto à criminalidade. Informa, então, ao Ministro do Império que em nenhum lugar infringe-se tanto a lei, e que os cidadãos pacíficos estão de contínuo à mercê dos facínoras. E acrescenta, a denunciar as autoridades políticas: "E de mais era aqui costume serem mortos os indivíduos que se iam prender [...] Talvez não haja outra província, sem excetuar mesmo a de Pernambuco, onde, como nesta se cometam tantos crimes [...]" (Idem. L. 186. 159 a 166v. Doc. de 29/7/1848).

Afora a luta dos Mourão, vamos encontrar, em Barras, os Bacelar, em Poti, José Pereira de Araújo, a preocuparem os representantes da lei, embora sem veleidade de enfrentá-los a mão armada para conflagrar a ordem pública.

Barras estava ainda abalada com a trucidação do assassino do Ten-Cel. João Rabelo Cardoso. A escolta que o prendeu, depois de manietá-lo, barbaramente o matou, comprometendo as autoridades policiais.

Valença, por sua vez, permanecia estupefacada com o assassinato pelos escravos de rico fazendeiro, cujos familiares, num desafio à lei, recorreram a represália de truculência inaudita, assim fazendo matar seis cúmplices na morte do senhor. Idem. L. 186. 159 a 166v. atrás citado).

Perete, quando assumiu suas funções no Piauí, já trazia longa experiência na repressão do crime, pois já exercera judicatura em cidades e vilas do Nordeste; fora magistrado, secretário de governo do Ceará e do Maranhão, vice-presidente de Pernambuco e do Ceará, presidente de Sergipe, Alagoas, e muito aprendera no difícil tirocínio, e dessa aprendizagem iria pôr em execução a prática adquirida. Deliberações que tomara anteriormente, seriam agora executadas no Piauí.

Em circular autorizou a mandar prender e processar as escoltas que matassem os presos que conduzissem a cassar, em casos especiais, licenças para o uso de armas só as concedendo a pessoas de bem, a prender e processar irremissivelmente os indivíduos que

Digitalizado com CamScanner

transitassem armados, sem licença, nas ruas e estradas, a patrulhar, ou melhor, a fazer rondas duas vezes por semana, como policiamento, até mesmo na zona rural. (Idem. L. 200. 45. Doc. de 13/7/1848. 46. Doc. de 15/7/1848. 46v. 47. Doc. de 15/7/1848).

Pouco depois já elogiava o Delegado de Barras, porque houvera capturado e anunciado a instauração de processo dos soldados que mataram um preso, ao escoltá-lo, sob a alegação de que o mesmo procurara fugir. Já em ofício do dia imediato passa a intimidar às mesmas autoridades que deixaram escapar da prisão os presos da escolta assassina. E tudo isso, na primeira quinzena após sua posse. (Idem. L. 200. 50. Doc. de 21/7/1848. 50. 51. Doc. de 22/7/1848).

Passaria, então, a ser vigilante para com as autoridades policiais.

José Pereira de Araújo e os Bacelar (estes teriam como intermediário o Dr. Ângelo Custódio de Araújo Bacelar, para cuja condição de homem ilustre apela o Presidente) passaram a ser vigiados, e com assiduidade. O Livro 200 da Casa Anísio Brito vem repleto de documentos em torno do assunto (vide também L. 203. 8. Doc. de 14/8/1848).

A infração das leis criminais se manifesta mais freqüentemente na fase do pleito eleitoral. Foi o que vimos nas presidências de José Ildefonso de Sousa Ramos e Rio Pardo.

Aproximavam as eleições e Perete toma uma série de medidas acauteladoras do sossego público. Faz saber que nas vésperas das campanhas políticas, a lei proíbe o recrutamento, até então sempre usado como instrumento de perseguições, e manda que não se faça nenhuma pressão sobre os portugueses que, nessas ocasiões, quase sempre sofriam violências. Determina ainda que se requisitassem mesmo guardas nacionais, para manter a ordem, se fosse preciso. (Idem. 200. 62v. 63. Doc. de 7/8/1848. 115v. Doc. de 8/11/1848. 117v. Doc.15/11/1848. L. 203. 12v. Doc. de 8/11/1848).

Lívio, cuja ação devia ser no norte da Província onde estavam seus interesses políticos, vai assistir ao pleito em Oeiras, onde faz provocações. Perete descreve ao Ministro do Império o episódio ocorrido na matriz da Capital, e na praça fronteira, provocado pelos liberais, e que da janela do paço presidencial testemunhou em parte.

Digitalizado com CamScanner

Liberais e conservadores, no recinto da matriz "travam grande luta, quebram-se bancos, tampas de sepulturas, e munidos desses destroços, trocam os contendores algumas pancadas, e depois espalham-se pelo pátio da igreja, atirando pedras uns aos outros". O Presidente manda fazer intervenção pelo destacamento de fuzileiros, dispersando os exaltados. (Idem. L. 186, 184 a 192. pág. 190. Doc. de 13/9/1848).

Pouco depois dessa cena, diria também a Euzébio, Ministro da Justiça, que inda "não tinha visto gente mais reatora, feroz e sangüinária do que os partidos desta Província".[5]

Chega a afirmar que via reflexos no Piauí da queda de Luís Filipe. Adianta, então, que Tibério Burlamaque, chefe do Partido Liberal da Província, era "homem cego de ambos os olhos desde a idade de dezoito anos, porém dotado de muita inteligência e resolução, e que sabia por tal maneira arregimentar e conservar unidos os seus correligionários, que estes obedecem a seu menor aceno". E acrescenta que Tibério dispunha ainda do maior desordeiro do Piauí, Lívio Lopes Castelo Branco, enquanto mantinha também entendimentos com o Senador Alencar.[6]

No ano imediato, com a aproximação de novo pleito, receia Perete que haja ainda perturbação de ordem pública, pois afirmam que os "liberais pretendem atacar com armas os seus adversários nos lugares onde não puderam vencer". (Idem. L. 205. 77. Doc. de 4/8/1849).

Dirige-se, então, a várias autoridades, tomando precauções. Ao Delegado de S. Gonçalo, a quem envia armas e munições, oficia autorizando-o a empenhar-se na manutenção do sossego público, mandando revistar as pessoas que tenham acesso à matriz, a fim de evitar que entrem armadas no recinto da seção eleitoral. Autoriza ainda a retirar da praça fronteira todas as pedras que porventura possam prestar-se arremesso, não permitindo que no dia da eleição usem-se armas, recomendando ainda que se entendessem com o Vigário da paróquia "para fazer tirar da matriz qualquer objeto que possa servir de arma, em algum motim, como sejam varas de pálio, cruzes de procissão, lanterna e imagens [...]" (Idem. L. 200. 298. 299. Doc. de 28/7/1849).

Contudo, não pôde obstar que em Poti houvesse choque entre as duas facções, salientando-se entre os contendores Galdino Ribeiro Melo, que pertencera até então aos conservadores e se

Digitalizado com CamScanner

bandeara para os liberais acompanhado dos irmãos, entre os quais, o Padre Melo. (Idem. L. 213. 19 a 24. Doc. de 12/11/1849).

A defecção política dos Melo provocou a cisão no clã dos Mourão a que pertenciam, e desencadeou tremenda luta que perturbou por longo tempo a tranqüilidade do Piauí e Ceará.

Os liberais de ontem já eram conservadores, e estes, liberais.

As lutas dos Mourão, Gadelha, Melo, Santiago e Bezerra, que em grande parte se desenrolaram no Piauí, têm pois sua origem nas dissensões políticas.

Eram famílias de fronteiras, e radicadas no Piauí e Ceará com vinculações no Maranhão, onde tinham aliados, uns, por motivos políticos, outros, já por causa de parentesco.

Os Mourão, Melo e Gadelha achavam-se entrelaçados por consangüinidade, a construir uma aliança que se presumia indestrutível, especialmente porque sempre estiveram solidários seus constituintes nas lutas políticas.

Tiveram como inimigos no Ceará a facção que obedecia ao Padre Alencar. É assim que vimos este em 1836, em harmonia com o Barão da Parnaíba, exercer pressão no velho Alexandre Mourão para forçá-lo a fazer sentarem praças seus filhos, que, em verdade, já vinham perturbando o sossego público e complicando-se com a justiça.[6a]

Contudo, em 1839 e 1840, vemo-los nas fileiras da legalidade a prestar serviços na repressão aos **balaios.** Estiveram presentes nos combates de Frecheiras e S. Pedro, e nos de Beiru e Bebedouro. No de Frecheiras saiu ferido José de Barros Morão, que, mais tarde, viria notabilizar-se nas sanguinolentas lutas do clã a que pertencia.

Alexandre Mourão, sem suas **Memórias,** diria mais tarde: "Conseguimos passar Vila Nova para Ipu e este para cabeça de comarca, e organizar a Guarda Nacional com um esquadrão de cavalaria.

"Aparece a revolução do Bem-ti-vi no Maranhão, e os conflitos aterradores principiam a ameaçar a nossa comarca.

"Fortificamos Vila Nova, e participamos ao Governo, este fez seguirem os Majores Francisco Xavier Torres e Joaquim Ribeiro da

Digitalizado com CamScanner

Silva para bater o Bem-te-vi, que a revolução já havia rebentado por quase toda a serra de Ibiapaba; e ordenou que seguisse o esquadrão de cavalaria de Ipu e reunir-se com Torres.

"Seguimos, eu comandando o esquadrão no lugar de Major, meus irmãos e cunhados, José de Barros e João Guedelha como Capitães, e Joaquim Mourão e Raimundo Guedelha como Tenentes.

"Reunimo-nos à coluna de Torres, que comandava a 1ª linha, e Joaquim Ribeiro o esquadrão da cavalaria de Sobral.

"Antes de chegarmos à povoação de S. Pedro, principiamos a bater os grupos que íamos encontrando e assim fomos até tomar as Frecheiras depois de muitos e renhidos combates por aquelas matas, onde havia trincheiras, fortificando o ponto Frecheiras, que era onde se achava o maior grupo.

"Ali demoramo-nos alguns dias, descansando das fadigas dos combates e diligenciando-se os grupos que apareciam pelas matas.

"Seguimos para a Vila da Parnaíba (Piauí), fronteiras do Piauí com Ceará e Maranhão, a fim de impedirmos o inimigo atravessar o rio; quase todos os dias tínhamos combates com os inimigos, quando explorávamos o rio; nós embarcados em canoas e eles em terra.

"Daí fomos bater Beiru, Bebedouro e outros pontos, onde rebentavam os grupos.

"Voltaram os outros para S. Pedro onde continuavam aparecer os conflitos, e eu fiquei com o resto do esquadrão sufocando os grupos que apareciam por aquelas matas.

"Recolhemo-nos às nossas casas depois de 6 meses".[7]

Quando surgem os partidos liberal e conservador, unem-se às hostes contrárias à agremiação que tinha como chefe o Padre Alencar, o tradicional inimigo que tanto se distinguiu na campanha da Maioridade.

Após a vitória, com o Gabinete de 24 de julho de 1840, pelo segunda vez ascende o Padre Alencar à Presidência de sua província natal. Viera encontrar os Mourão a servir nas forças comandadas por Torres e Joaquim Ribeiro. Certamente, no levante de Sobral foram solidários com seus comandantes contra o rancoroso e detestado adversário. Não assumiram, entretanto, grande responsabilidade no incidente.

Digitalizado com CamScanner

O domínio dos liberais foi, então, de curta duração. Em pouco retorna ao poder o partido conservador, reduto a que pertenciam e, assim, continuariam a ser os mandões na comarca de Príncipe Imperial (Piauí) e na de Ipu (Ceará) e adjacências. Famílias poderosas gozavam de prestígio irrestrito em vários municípios, estendendo-se pelo sertão circunvizinho, Serra Grande e Norte do Piauí, até o Maranhão, onde tinham como aliados os Dias Carneiro, compartes no mandonismo e na perturbação da ordem.

Quando em 1844 caem os conservadores, houve a cisão dos Mourão. Os Melo, representados pelo Padre Inácio Ribeiro de Melo e seus irmãos, Francisco Paulino Galvão, seguem o Padre Francisco Correia de Carvalho e Silva que em Ipu solidarizou-se com os liberais.

Assim converteram-se os componentes das duas mais importantes famílias constituintes do clã em adversários políticos e, em pouco, em rancorosos inimigos pessoais. Eram remanescentes do nosso medievalismo. Como conseqüência tinham rígida e abstrusa concepção de honra. Seus ressentimentos conduzem a violentas atitudes.

Os Mourão, com o prestígio em Príncipe Imperial, como vingança prepararam um simulacro de processo criminal contra os Melo e, munidos de precatória, João Ribeiro Mourão e seus comparsas partem para Ipu a fim de prenderem os desertores das hostes conservadoras.

Mais é que em Ipu os Melo souberam em tempo de tudo o que vinham ocorrendo em Príncipe Imperial, e por sua vez forjam processo criminal contra os Mourão e seus partidários.

No dia 14/1/1846, antes de alcançarem Ipu, mas já em suas vizinhanças, são surpreendidos e presos os emissários condutores da precatória de Príncipe Imperial. João Ribeiro Mourão, além de preso, é levado ao **tronco**, na cadeia da vila cearense.

A surpresa de Ipu chocou profundamente Alexandre Mourão que, com a morte do pai e homônimo, pouco a pouco vinha tomando ascendência na parentela, então sob a chefia de seu irmão José. Iria a Ipu arrebatar João, também seu irmão, do tronco infamante, e desafrontar a família que se procurava humilhar. A princípio encontrou relutância em aceitar seu propósito por parte

Digitalizado com CamScanner

dos que foram consultados. Mas persiste intransigentemente na desafronta que premeditara. Encontra enfim solidariedade, e à frente dum grupo, do qual co-participava José, parte para o assalto que era uma temeridade.

Ainda dessa vez não fariam surpresa a Ipu, que já os esperava, alvoratada e com reforço de guarda na cadeia ameaçada.

A 25 de janeiro de 1846, numa escura e chuvosa madrugada fazem o ataque audacioso, só visto e repelido pelos defensores após os assaltantes invadirem o presídio, de que ficam senhores, a tiros e pancadas. E a machado lascam os **trocos** e soltam os presos.

Reagrupam-se os soldados expulsos e, reanimados por novas forças, procuram retomar a cadeia em tenaz investida. Os ocupantes retiram-se, levando morto José de Barros Mourão. Entre os soldados ficaram um morto e três feridos.

Alexandre com seus asseclas, dando curso a sua vingança, vai à fazenda Canabrava, três léguas distante, onde estava um seu cunhado, o delegado de Ipu, Manuel Ribeiro Melo, assassina-lhe um fâmulo, derriba a porta de sua residência , onde se encontra doente e, à vista de familiares, esposa e filhos, e irmã e sobrinhos do atacante desfere-lhe vários tiros, dos quais vem a falecer três dias após.

Retorna ao Piauí, onde debandam seus asseclas. Uns buscam o Maranhão, e conduzidos por Alexandre, ao atravessar o Parnaíba, em Melancias, são acometidos por forças cearenses que os perseguiam.

Do ataque aos fugitivos, escapou apenas Alexandre; dessa vez foi morto seu irmão Antônio, e entre os feridos prisioneiros estava José Ribeiro Mourão, o que fora libertado em Ipu. (Idem. L. 172. 98v. Doc. de 20/4/1846).[8]

Não mui tardou, Góis e Vasconcelos, em virtude de representação do Padre Inácio Ribeiro Melo, determina que o Delegado de Príncipe Imperial e Sub-Delegado do 1.° Distrito empreguem todos os esforços para reprimir os Mourão, que capitaneados por Alexandre, ameaçam novo assalto. (Idem. L. 200. 8v. 9. Doc. de 10/12/1846).

Em começo de 1847, há assassinatos e ferimentos em Príncipe Imperial, cujo Delegado opina que "não acha outra causa a que imputar tão atrozes atentados senão a diferença de credo político [...]", o que posteriormente foi confirmado.

Digitalizado com CamScanner

Se não havia outrora partidos nacionais, sempre houve facções municipais a digladiar-se na conquista de posições de mando e de domínio. Não se pode negar que a dissidência política tenha sido a verdadeira causa das lutas que se desencadearam no clã dos Mourão, e também ainda não se pode negar que a ação da justiça, entregue a políticos de campanário, sempre foi anulada por interesses partidários, a constituir uma das principais causas do crime nos sertões do Nordeste.

Contudo, a dissolução do clã dos Mourão se operou após a criação dos partidos nacionais, e a luta entre seus componentes teve como causa a dissidência partidária.

Adequada legislação criminal seria o recurso que se prestaria à magistratura togada para o sopeamento de instintos caudilhescos, que cedo ou tarde bem poderiam ameaçar a unidade da nação.

Já testemunhamos que, no período colonial, um conjunto de lei foi o instrumento para repressão da anarquia e restauração da autoridade. A capangagem colonial foi destruída por toda parte, graças à ação daquele instrumento da legalidade. Por toda parte há a consolidação do poder público".[9]

Vimos também que o **Código do Processo Criminal (Lei de 29 de Novembro de 1832)** deu origem ao ressurgimento da capangagem e conduziu a Nação a um municipalismo destituído de brasilidade, cuja concepção política pouco ia além do campanário.[9a]

Já o **Ato Adicional** inspirou às províncias a **Lei dos Prefeitos,** que teve por objetivo levar ao Governo Central força de decisão na aplicação das leis criminais, cerceando em parte as prerrogativas das autoridades eletivas municipais. Adotaram-na no Piauí, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e S. Paulo, dando origem a protestos que conduziram até mesmo a levantes armados, com a **Balaiada.**

Em verdade, essa lei provincial, proposta pelo presidente, feria em cheio a legislação geral, embora seu objetivo fosse robustecer o poder central, pois transferia para o prefeito, funcionário de livre escolha e nomeação do presidente da província,

Digitalizado com CamScanner

atribuições dos juízes da paz, legadas pelo **Código do Processo e leis** complementares, todas emanadas do Governo Central.

Embora fosse o prefeito de livre escolha e nomeação do presidente delegado do Governo Central, sua influência na política municipal, especialmente no crime, era delimitada em parte pela Legislação geral que atribuía certos poderes a outras autoridades locais. Acontece ainda que sua execução tendia à criação e robustecimento duma oligarquia provincial, encastelada na Assembléia Legislativa, e que se tornaria mais nociva à Nação que a oligarquia municipal provinda do **Código do Processo.**

Daí vir sendo pedida uma reforma judiciária para conduzir o Brasil a um governo capaz de implantar solidamente a unidade nacional, sob o domínio da Lei.

Em 1839, Diogo de Vasconcelos apresentou um projeto de reforma do **Código do Processo**, que ficou paralisado até Paulino José Soares de Sousa (mais tarde, Visconde do Uruguai), que se vinha manifestando favorável ao projeto a que ofereceu emendas, como Ministro da Justiça do Gabinete de 23 de Março de 1841, fê-lo transformar-se na **Lei de 3 de dezembro** que dava "novos moldes ao processo judiciário brasileiro, muito dos quais ainda hoje em vigor", como diz Max Fleiuss em 1922.[9b]

Essa lei foi regulamentada por dispositivos de novas leis de 31 de janeiro, 2 de fevereiro e 15 de março de 1842.

Oliveira Viana, referindo-se a essa brilhante face de nossa história, dá a evolução e objetivos da reforma judiciária que se processava sob o princípio de lealdade à pessoa do rei: "Os estadistas do Império se utilizam dessa ação catalítica, desse prestígio imenso do monarca para executarem, com perfeita segurança, o plano admirável de unificação e legalização do país. O mecanismo centralizador, que constroem, encheria de surpresas os velhos políticos coloniais. Estes apesar de agirem numa época de absolutismo, não haviam conseguido aparelhar coisa igual. É uma edificação possante, sólida, maciça, magnificamente estruturada, constringindo rijamente nas suas malhas resistentes todos os centros provinciais e todos os nódulos de atividade política do país: nada escapa, nem o mais remoto povoado do interior, à sua compressão poderosa.

"O movimento conservador, que culmina na lei de interpretação do Ato Adicional, de 1840, havia permitido, com efeito, aos estadistas do Império completarem, de maneira mais

Digitalizado com CamScanner

perfeita, o seu soberbo mecanismo político, montado em 1824. Com essa lei de interpretação, que restringe a competência das assembléias provinciais, eles adquirem a faculdade de intervir nos menores detalhes da economia provincial e local. Leis posteriores lhes vão facilitar a objetivação, tanto quanto, possível, deste grande pensamento de unificação e legalidade, ou enriquecendo o organismo do poder central com os novos órgãos da mais segura eficiência sobre os centros locais e provinciais, ou dando a órgãos já existentes poderes e atribuições, que não tinham até então".[10]

Foi esse o instrumento legal que os estadistas do império deram aos presidentes de províncias e especialmente ao poder judiciário para conduzir a nação ao regime de ordem e legalidade, sob a **ação catalítica da pessoa real** que, sendo o sociólogo e historiador, neutralizou **a ação dispersiva dos fatores geográficos** e suas conseqüências prejudiciais à estruturação política da Nação. A reforma judiciaria que se processava foi fator preponderante para a manutenção da unidade da nação brasileira no período caótico e conturbado em que se debatia.[11]

A lei promulgada em 3 de dezembro de 1841 foi regulada com brevidade, mais sua execução exigiu vagar, em virtude da extensão do país, dificuldades de comunicações, e sobretudo, falta de bacharéis em direito. No Piauí teve início em 16/6/1842, com a nomeação do chefe de polícia, para quem foram transferidas atribuições que o **Código do Processo Criminal** conferira ao juiz de paz, pessoa que no dizer do Paulino José Soares de Sousa, "nunca ouviu enunciar o princípio mais trivial de jurisprudência", e que era, entretanto, pela estrutura judiciária anterior, a principal autoridade na repressão do crime, e como conseqüência, a principal peça que constituía a engrenagem de domínio dos chefes locais.[12]

Em princípio de 1844 chegam ao Piauí instruções contidas no **Aviso** reservado de 4/12/1843, expedido pelo Ministério da Justiça, pelas quais presidente e chefe de polícia deveriam manter freqüentes conferências verbais sobre assuntos policiais, especialmente sobre nomeações e demissões de seu pessoal, e só haver entendimentos por ofícios após estarem acordes nas deliberações a tomar; o presidente deveria ouvir o chefe de polícia, e este deveria ter toda a

Digitalizado com CamScanner

deferência para com o presidente, considerando-o como primeira autoridade da Província, imediato delegado do Governo Imperial. (Idem. L. 180. 5. 5v. Doc. de 29/1/1844).

Seria o chefe de polícia um magistrado do judiciário, afora essa autoridade, passariam a ter real influência na repressão do crime, o juiz de direito, o juiz municipal e o promotor; todos deveriam ser bacharéis, formados em direito. (Idem. L. 153. 128. Doc. de 16/6/1842).

Tinha, então, o Piauí seis comarcas com a criação da de Campo Maior, pela **Lei de 25/8/1836**, e a de Amarante, pela de 27/9/1841. Já vimos anteriormente a criação dos comarcas então existentes.

Como dissemos, era entretanto a Província de grande extensão territorial e de população dispersa, e sempre deficientes foram seus órgão de justiça, quer sob o aspecto quantitativo, ou mesmo qualitativo. Essa deficiência era apontada como primordial causa das contínuas infrações da lei. Ocorria ainda que não havia o provimento dos cargos de judiciário; assim é que, na função de juiz de direito, em 1846 havia apenas 3 magistrados togados em exercício; no ano mediato já eram apenas 2 e 3 juízes municipais, e nenhum promotor, o que vemos nos relatórios de Góis e Vasconcelos que ocupa a presidência do Piauí, após as lutas partidárias de 1844 e 1845. É quando deflagra a luta dos Mourão.

Como conseqüência do crime de Pedregulho e das medidas que vinham tomando as autoridades judiciárias que já tinham ação policial, foram pronunciados 25 mandatários e 14 mandantes, e em ambos os grupos de sentenciados estavam membros das famílias Santiago, Sousa Lima e Bezerra Chaves, elementos dos Mourão, que passaram a compartilhar das sangüinolentas lutas. (Idem L. 213. 34v. 35. Doc. de 30/11/1849. 45v. 46. Doc. de 11/1/1850).

Dos implicados nesses crimes, uns já se acham presos; outros eram foragidos, e destes, muitos escaparam à ação da polícia, em conivência com autoridades locais.

Para a Paraíba, mais tarde foram conduzidos indiciados da chacina de Pedregulho, mandatário e mandantes, e entre estes estavam pessoas de relevo social.

Digitalizado com CamScanner

Os principais representantes dos Melo foram também presos, e continuavam as diligências para outras prisões. (Idem L. 220. 5v. 6. Docs. de 23/1/1850. 23/2/1850. 20. Doc. de 14/5/1850. 29v. Doc. de 23/5/1850. 40v. 41. Doc. de 6/9/1850).

Se Perete teve em Silveira da Mota digno sucessor na repressão do crime, este também teve em Saraiva substituto não menos digno. Da presidência do Piauí seguiu Silveira da Mota para a do Ceará; ele e Saraiva conjugam esforços para debelar o mal que debilitava as duas províncias. Quando ainda no Piauí, adotara política rígida como Perete. (Idem. L. 219. 4v. 5. Doc. de 25/11/1850).

Ao Ministro da Justiça, Saraiva anunciava pouco depois novas prisões, dessa vez inda também de criminosos do Ceará. Elogia elementos da polícias do Piauí, para os quais pede a munificiência de S. M. o Imperador. (Idem. L. 219. 12v. 13. Doc. de 19/4/1851).

A luta judiciária seria também longa e difícil. Se ainda não temos, em nossos dias, um corpo de jurados capaz de interpretar sua função soberana na defesa real da sociedade a que pertence, que seria naqueles tempos em que o Brasil emergia pouco a pouco de seu medievalismo?

Foi, entretanto, um período brilhante da magistratura brasileira no Piauí. Os juízes de direito, os juízes municipais, os promotores públicos foram os instrumentos dessa nova arrancada para a restauração da autoridade e a soberania da ordem, e como conseqüência estava resguardada a unidade nacional e implantando o domínio do poder central, até então ameaçado pelos régulos de campanário.

A ação contínua da política levava à cadeia os comprometidos na justiça; ou premidos pelas batidas constantes em busca de suas prisões, muitos se apresentam às autoridades para julgamento. Enquanto isso proviam-se os quadros da magistratura com bacharéis formados em direito.

Não mui tardaria, Saraiva poderia dizer: "Comarcas que nunca viram seus juízes, possuem hoje distintos magistratos". E ainda: "Os maiores facínoras têm sido capturados. Os destacamentos vivem em continuado movimento e comandados por oficiais estimulados quase diariamente pela Presidência. A prisão

Digitalizado com CamScanner

de cinqüenta e tantos assassinos, presos em menos de um ano, acredita já alguma coisa à polícia da Província".[13]

Informa ainda que, entre os capturados (de junho de 1850 a julho de 1851), 46 respondem a processo por homicídio, e 4 por tentativa de morte. Acrescenta ainda que já estavam ocupadas por juízes de direito as seis comarcas existentes, e já havia 5 juízes municipais, todos formados em direito.[14]

Luís Carlos de Paiva Teixeira, que o substituíra na presidência da Província, já noticia que são bacharéis todos os juízes de direito, 7 juízes municipais e um promotor público, enquanto Baldoíno Coelho, dois anos após poderia asseverar que "jamais a administração da justiça no Piauí teve pessoal como o que presentemente possui [...]"[15]

Frederico de Almeida Albuquerque, a quem Baldoíno transfere as funções de presidente da Província, mais tarde diria também que as medidas de segurança individual e de administração da justiça tomadas então, fizeram com que os crimes praticados no momento, em relação aos do passado, estivessem "na razão de uma para 70 ou 80". E aconselha o estabelecimento de novas comarcas, apresentando como causa de seu alvitre a dispersão populacional.[16]

Em verdade, há exagero da parte do Presidente em tamanha proporção. Não podemos, porém, negar que tudo haja melhorado sensivelmente sob esse aspecto, graças à ação de uma magistratura honesta, isenta de partidarismo político, e servida, então, por uma política atuante, conseqüência da reforma judiciária em 1841.

Já eram 8 comarcas, pois já haviam sido criadas as de Jaicós e Teresina, respectivamente pela Lei n.° 371, de 17/8/1854 e a de n.° 398, de 14/12/1855.

Há, em relação aos anos anteriores a 1854, decréscimo de homicídios, embora noutros aspectos da criminalidade tenha havido maior volume de incidências, o que se explica, não pelo aumento real das infrações da lei. Sua verdadeira causa foi o crescimento do aparelho judiciário e da atuação policial entregues a bacharéis em direito, e assim eram registrados todos os crimes e presos seus autores ou cúmplices, e instaurados os devidos processos, que teriam curso normal, o que não se fazia anteriormente, quando a impunidade era o que se via por toda parte.

Digitalizado com CamScanner

Em 1863 já eram 11 comarcas, pois já haviam sido criadas as de Piracuruca, S. Raimundo Nonato e Valença respectivamente pelas leis n.° 432, de 9/7/1857, n.° 468, de 12/8/1859 e n.° 592, de 6/8/1866.

Vimos Pontes Visgueiros e José Mariano, em Parnaguá, respectivamente, juiz de direito e juiz municipal, libertando a Comarca da ação de Medrado que se recolhe ao S. Francisco, onde continua a desafiar a lei. Vemo-lo em fins do decênio de cinqüenta e emaranhar-se cada vez mais na teia de seus crimes.[17]

Em Príncipe Imperial, comarca em que se registrava maior incidência na infração da lei e em que predominavam os Mourão, já se encontravam, bravos e intemeratos magistrados a enfrentar desassombradamente veteranos e prepotentes políticos municipais, outrora soberanos absolutos em seus feudos. E a presidência da Província vinha sendo ocupada por bacharéis como Góis e Vasconcelos, Marcos Antônio, Perete, Silveira da Mota, Saraiva e outros, todos, mais tarde, luminares no império, e irmanados na luta contra o feudalismo que se antepunha ao alvorecer de nossa Idade Moderna.

Dissemos que Visconde da Parnaíba descerrou as portas de nossa Idade Moderna. Foi ele quem pela primeira vez, com resolução e ação decisiva enfrentou os magnatas paroquais.[18]

Sem aparelho judiciário capaz de implantar o domínio da lei, teve que apelar para a ação policial, único recurso de que dispunha para a repressão da delinqüência, segurança individual e manutenção da ordem.

Sua ação teve caráter fulminante. Condenaram-na seus sucessores, esquecidos de a legislação anterior não possibilitava recursos que os da violência policial.

Perete, analisando Príncipe Imperial e a luta que se travava no clã dos Mourão, informa que "em nenhuma quadra apareceram neles tantos crimes como sob a administração do Visconde da Parnaíba, o qual mandou para ali um destacamento comandado pelo Alferes José Borges Leal, e este com ordens tão amplas que conseguiu no espaço de quatro anos, que em tal comissão se demorou, plantar no município em questão a segurança individual, exterminando um dos ramos da sobredita família, praticando os atos mais violentos que se possam figurar, recrutando, matando, incendiando, e obtendo sempre o assento do Presidente, que queria

Digitalizado com CamScanner

obter o desaparecimentos dos assassinatos, e turbulências, sem se importar com os meios empregados para alcançar este fim".

"Passados alguns anos, renovaram-se os crimes no município de Príncipe Imperial [...]", o que Perete no momento procurava debelar, sob o amparo da lei. (Idem. L. 205. 72v. 73. Doc. de 28/7/1849).

Mais tarde exacerba ainda mais a crítica, na qual envolve o Padre Alencar, ao dizer que o Visconde "mandava ao célebre Alferes José Borges Leal que **cobrisse os criminosos com fumaça**, e depois de inauditas atrocidades sossegou o município de Príncipe Imperial, ao passo que o Padre Alencar, Presidente do Ceará, procurava pelos mesmos meios estabelecer a tranqüilidade nos termos de Ipu e Inhamus". (Idem. L. 213. Doc. de 26/11/1849).[19]

Inaugura-se agora um novo período em nossa história. Só então a magistratura togada seria sobranceira na repressão do crime, pois já tinha a seu serviço uma polícia atuante, estimulados todos pela vigilância da Presidência, pois o objetivo máximo da reforma judiciária era salvaguardar as instruções imperiais, e, com elas, a unidade do Brasil, ameaçada pela cizânia duma política regionalista que se amparava e robustecia no prestígio dos campanários enfeudados a famílias ricas e poderosas, de atitudes medievais. A política brasileira teria que ser enquadrada em partidos nacionais.

Foi assim que teve início novo período em nossa história. Príncipe Imperial, comarca padrão do período que findava, renitia em manter suas características feudalistas. Continha-a com lisura e intimoratomente uma digna magistratura que infundia a todos decoro e austeridade, representada por José Bandeira de Melo, Juiz de Direito, e Antônio de Sousa Mendes Júnior, Juiz Municipal.

Esses magistrados lidaram com régulos afeitos à prepotência e ao desrespeito à lei, pois se não eram os déspotas as mesmas autoridades municipais, a estas sempre comandaram. Foram sempre senhores dos delegados, dos juízes de paz; ainda eram eles que compunham o corpo de jurados, de que dispunham soberanamente. Tinham sido até então, suseranos na justiça... justiça que tinha seus atributos... atributos de iniqüidade.

O mandonismo teria que ceder lugar a nova mentalidade. Essa nova mentalidade já não era nascida no arbítrio, mas numa experiência longa que se vinha processando na elaboração social

Digitalizado com CamScanner

e política da nação, dando origem a uma elite que, embora dividida em dois grandes partidos, como conseqüência do processo de ação e debate esclarecedor, sempre teve os mesmos objetivos provindos de princípios básicos: a salvação das instituições imperiais e preservação da unidade nacional que se tornaram escopos primordiais da reforme judiciária de 1841.

Essa reforma possibilitou à magistratura recursos para implantar no momento a primazia da lei na solução das questões judiciais, de ordem social e política.

Instaurados os processos, teriam seu trâmites normais. Se criminais, encontrariam, entretanto, em muitos casos óbices provindos do júri que por vezes anulavam todo o esforço na moralização da justiça.

O Padre Luís Lopes Teixeira Júnior, que substituiu o Padre Inácio Ribeiro Melo, seu tio, como chefe dos liberais, tudo fazia para incluir na lista dos jurados elementos seus a fim de influenciar na decisão do tribunal do júri, no município a instância última do processo, para soltura, por absolvição, de seus parentes e satélites criminosos.

Não percorremos todas as peças documentais, pois não nos interessavam essas particularidades, narradas em documentos dispersos em maços e livros do rico Arquivo que nos vem servindo. (Idem. M. 365. Docs. de 14/3/1853, 2/5/1853, 15/11/853, 2/12/1853, 16/12/1853, 20/12/1853, M. 341. Docs. de 10/3/1852, 6/5/1852. M. 361. Doc. de 9/3/1853. M. 381. Docs. de 24/5/1854 e M. 381. Docs. de 5/4/1854).

Só posteriormente foram atenuadas as mazelas da instituição do júri, que ainda perduram, entretanto, nas zonas em que há resíduos do mandonismo.

José Bandeira de Melo e Antônio de Sousa Mendes Júnior portaram-se como autênticos magistrados. Eles dignificaram a magistratura a que pertenciam, souberam lutar com destemor para fazer calar os prepotentes, e levar à prisão os criminosos.

Destes, muitos morreram lutando igloriamente, outros encarcerados nas cidades em que gozaram de tanto prestígio que não souberam usar para o bem comum. Ainda outros saíram das prisões, já velhos, desiludidos, alquebrados.

José de Barros Mourão morreu no assalto à cadeia de Ipu, Manuel Ribeiro Melo é abatido em Canabrava, Antônio Mourão é

Digitalizado com CamScanner

massacrado em Melancias, assim também em Pedregulho o Padre Inácio e seu irmão Sebastião Ribeiro Melo.

Nertan Macedo nos informa que João Ribeiro de Melo foi também morto em Canabrava, e com ele, dois filhos e três domésticos, ficando feridos familiares e outras pessoas.

Ele também nos dá notícia de que José de Barros Melo faleceu na cadeia de Príncipe Imperial em 1878.[19a]

José de Barros Melo, cuja vida de crimes em parte já conhecemos, foi um dos **cinqüenta e tantos presos** a que se refere Saraiva em seu **Relatório** de 1851. Com ele, pelo mesmo crime de assassinato de José de Paiva Bezerra e João Severo Santiago, em Pelo Sinal, foram também presos no mesmo dia seu irmão Pedro Ribeiro Melo e seu sobrinho Galdino Ribeiro Melo. Teriam que responder a outros processos por novos crimes. Foram transferidos para a cadeia de Oeiras, donde eram recambiados à comarca de Príncipe Imperial, quando nas sessões do Júri.

Iam sempre bem montados, em situação privilegiada, pois os presos, quando conduzidos em viagem, eram algemados.

Antônio Mendes denuncia o aso a Luís Carlos de Paiva Teixeira, juiz de direito no Piauí, e que eventualmente governava a Província, como vice-presidente em exercício de presidente. Luís Carlos toma providências para que não se repetisse tamanha regalia. (Idem. M. 365. Doc. de 17/11/1853).

É quando assume as funções de presidente Antônio Francisco de Carvalho.

José Barros Melo apressa-se em denunciar à nova autoridade que impunemente percorrem o Piauí e Ceará os matadores de seus irmãos e sobrinhos. Acrescenta que há três anos se acha preso em Oeiras com seu irmão Pedro Ribeiro Melo e seu sobrinho Galdino Ribeiro Melo, e que por duas vezes foram responder júri, uma em Príncipe Imperial, e outra em Marvão, e que nunca foram algemados e agora, o vice-presidente que o antecedera no governo da Província, ordenou que não saísse da cadeia nenhum preso sem algemas e acorrentado. Pede enfim que evite sofra **essa humilhação ele e seus infelizes companheiros de sofrimento.** (Idem. M. Doc. de 17/12/1853).

Não prosseguimos na pesquisa em busca do desfecho. Sabemos, entretanto, que Galdino cumpriu a pena de 16 anos de prisão, e, com ele, Pedro, a 24 de anos, José, como vimos, veio a falecer na mesma prisão.

Digitalizado com CamScanner

Enquanto isso o infortúnio foi menos diligente para com Alexandre Mourão de todos talvez o mais truculento. Preso na cadeia de Sobral, foi transferido para a de Fortaleza em 1850 ou talvez 1851, onde contou com a proteção de chefes políticos que tudo fizeram para amenizar sua vida de presidiário. Ainda pôde transferir o prestígio de que vinha gozando, para proteção duma companheira de presídio com quem mantinha convivência amorosa. Nertan diz que "Alexandre cumpriu sua pena de maneira um tanto ou quanto suave, recomendado por autoridades amigas. Terminou transferido, diz o mesmo Alexandre, **para um bom quarto em cima, no sobrado, onde eu, de porta aberta, tinha liberdade para dar meus passeios pelo muro, e prisão de minha presa, que achei-a de galés perpétuas, mas felizmente com a proteção de meus poucos amigos, pude conseguir sua liberdade** [...]" [20]

✓

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo.** 1937. 521 a 526 e **Nota 1**, da página 526. Vide ainda pág. 558 a 562 e **Notas.**

[2] PINHO, Wanderley. Op. cit. p. 526. 558. Vide ainda p. 559 e 561 e **Notas.**

[3] NUNES, Odilon. **Súmula de história do Piauí.** 1963, p. 66.

[4] Capítulo I. **Lutas partidárias.**

[5] PERETE, João. **Notícia Breve do 2.° Reinado.** 1955, p. 157.

[6] PERETE, João. Op. cit. p. 141, 142, 157, 164.

[6a] NUNES, Odilon. **Pesquisas.** Vol. III. p. 21.

[7] MACEDO, Nertan. **O Bacamate dos Mourões.** Editora "Instituto do Ceará". 1966, p. 231a 232.

[8] MACEDO, Nertan. Op. cit. p. 124 a 127.

[9] NUNES, Odilon. **Súmula.** p. 60.

[9a] FLEIUSS, Max. **História administrativa do Brasil.** 1922, p. 209.

[10] VIANA, Oliveira. **O povo brasileiro e sua evolução.** Publicação do Recenseamento de 1920. p. 376 a 377; p. 381 a 382.

[11] Para reconhecimento das reformas a que nos referimos vejam-se os seguintes autores: Max Fleiuss. **História administrativa do Brasil.** p. 208 a 211; SOUSA, José Antônio Soares de. **A vida do Visconde do Uruguai**, Cap. IV; VIANA, Oliveira. **Populações meridionais.** p. 293 a 297. É de importância conhecer também Levi Carneiro, **O Federalismo.** p. 239 a 256; RESENDE, Astolfo. **Polícia administrativa, polícia judiciaria.** p. 409 a 414; MELO, Alfredo Pinto Viera de. **O Poder judiciário no Brasil,** todos contidos nos Tomos Especiais da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** consagrados ao Primeiro Congresso de História Nacional.

[12] SOUSA, J. A. Soares de. **Vida do Visconde do Uruguai.** 1944, p. 108.

[13] SARAIVA, José Antônio. **Fala** de 3/7/1851.

[14] SARAIVA, José Antônio. **Relatório** de 3/7/1851. 7. Vide também Quadros anexos à **Fala.**

[15] TEIXEIRA, Luís Carlos de Paiva. **Relatório** de 1/7/1853 e o de 1/11/1855,

[16] ALBUQUERQUE, Frederico de Almeida. **Relatório** de 22/9/1856.

[17] PINHO, Wanderley. Op. cit. p. 559. 561.

Digitalizado com CamScanner

[18] NUNES, Odilon. **Súmula**. p. 83.

[19] MACEDO, Nertan. Op. cit. p. 97 a 111; p. 154 à 158.

[19a] MACEDO, Nertan. OP. cit. P. 31, 147, 159, 168, 172.

[20] Ilmo. e Exmo. Sr. Disse eu meu ofício N.° 124, de 21 de fevereiro pp. ser o município de Príncipe Imperial um dos que dão mais cuidados aos presidentes desta Província, porque ali, há quase trinta anos, se debatem três famílias, ou antes três ramos de uma só e mesma família, os Melos, Gadelhas e Mourões, que têm cometido inauditas atrocidades já naquele município, e já nos de Ipu o de Inhamuns da Província do Ceará. Sobre esse assunto chamo a atenção de V. Exa. para o que comunicaram a essa Secretaria de Estado os meus antecessores, Dor. Zacarias de Góis e Vasconcelos em ofício N.° 129, de 3 de março de 1847, o Bacharel Marcos Antônio de Macedo em ofício N.° 32, de 1 de fevereiro de 1848, e o Bacharel Francisco Xavier Cerqueira em ofícios N.° 1 e 12, de 22 de abril e 30 de maio do mesmo ano. Cito todos esses ofícios a fim de que V. Exa. conheça que os presidentes, que aqui têm estado nestes últimos tempos têm pensado sem exceção alguma da mesma maneira sobre o município de Príncipe Imperial, e entretanto consta-me que em nenhuma quadra apareceram nele tantos crimes como sob a administração do Visconde da Parnaíba, o qual mandou para ali um destacamento comandado pelo Alferes José Borges Leal, e este com ordens tão amplas que conseguiu no espaço de quatro anos, que em tal comissão se demorou, plantar no Município em questão a segurança individual, exterminando um dos ramos da sobredita família, praticando os atos mais violentos que se possam figurar, recrutando, matando, incendiando, e obtendo sempre o assenso do Presidente, que queria obter o desaparecimento dos assassinatos e turbulências, sem se importar com os meios empregados para alcançar-se esse fim. Passados alguns anos renovaram-se os crimes no município de Príncipe Imperial e nos termos limítrofes, sendo perpetrados aqueles a que se referem os mencionados ofícios, e para que V. Exa. bem entenda como ateou-se a intriga entre os membros da família, a que acima aludi, tomo a liberdade de expor a respeito alguns fatos sucedidos de 1844 em diante, aliás indispensáveis para a explicação das ocorrências que acabam de ter lugar, e de que adianta tratarei. Manuel Ribeiro Melo, Delegado do Termo do Ipu, mandou prender a diversos membros da família Mourões, seus primos carnais, ou fosse para conservá-los com segurança, ou somente para injuriá-los, fê-los pôr no tronco. Alguns irmão e parentes dos presos

Digitalizado com CamScanner

arrombaram a cadeia, em que estes se achavam e dela os tiraram, e depois foram matar o Delegado Melo. José Ribeiro Melo, irmão do Delegado falecido seguiu imediatamente para a cidade de Fortaleza, e dali voltando munido de ordens para capturar os assassinos do delegado, mandou sobre eles uma porção de gente armada que encontrando-os à margem do Parnaíba, quando se preparavam a atravessar para o território do Maranhão, matou um a um, prendeu outros, evadindo-se alguns. Depois disso mandou de acordo com os irmãos residentes no termo do Príncipe Imperial, acometer casa de Antônio Bezerra Chaves Júnior que foi assassinato, e algum tempo depois o mesmo mandou praticar na pessoa de um tal Gadelha, morador no sítio denominado Gruta. Antônio Bezerra Chaves Senior, pai do primeiro e tio do segundo veio se queixar destas duas mortes ao ex-presidente desta Província, Macedo, e não 73/73v tendo alcançado providências, então um filho de nome José Bezerra Chaves, alguns Mourões Gadelhas, assaltaram a fazenda Canabrava no termo de Ipu, onde morava João Ribeiro Melo, assassinaram-no, fizeram uma horrível carnificina em mulheres e meninos, e agregados, e depois se retiraram. Desejosos de vingarem a morte de João Ribeiro Melo, os irmãos deste, moradores no Príncipe Imperial, que são José de Barros Melo, Padre Inácio Ribeiro de Melo, e Pedro Ribeiro de Melo, procuraram saber onde se achavam acoitados os assassinos, e tendo certeza de achar-se um deles José Bezerra Chaves no Inhamuns, termo da província do Ceará, entenderam-se com o Delegado suplente e Comandante do destacamento de Príncipe Imperial, que enviaram uma força policial, que comandada pelo cabo Malaquias Bispo de Holanda, e guiada pelo terrível assassino Francisco Irineu Pessoa, apoderou-se do referido José Bezerra, amarrou-o, quando chegou ao lugar denominado Vertente, já pertencente a esta Província, dois soldados, o comandante da força, e dito Francisco Irineu, cortaram uma orelha ao preso, arrancaram-lhe os olhos e mataram-no. Informado o Governo Imperial desses horrendos crimes pelo ex-presidente do Ceará, o Doutor Casimiro José de Morais Sarmento, mandou remeter à presidência desta Província por essa Secretaria de Estado os Avisos de 20 e 23 de março de 1848, cujas providências ainda não tinham sido executadas, quando aqui cheguei em 11 de julho do dito ano, por cujo motivo no dia 21 daquele mês dirige ao delegado e subdelegado do termo de Príncipe Imperial o ofício da cópia inclusa N.° 1, exigindo saber que procedimento haviam tido a respeito da morte de José Bezerra

Digitalizado com CamScanner

Chaves, e responderam-me o Delegado que ia instaurar o devido processo, expedi-lhe o ofício da cópia N.° 2, e com data de 23 de agosto do ano passado. O subdelegado pediu a sua demissão, que lhe foi concedida, e o Delegado socorrendo-se a diversos pretextos para não formar aquele processo, resolvi demiti-lo, e nomeei para substituí-lo a Manuel de Antônio de Sousa, homem moderado, prudente e abastado. As novas autoridades, apesar de não se acharem como as demitidas, ligadas aos Melos, nem por isso trataram de fazer o processo, a que 73v/74 acima referi-me. Entretanto, tendo sido presos conforme tive a honra de participar a V. Exa. em meus ofícios n.°s 138 e 160, de e 29 de março deste ano, Francisco Irineu Pessoa e Malaquias Bispo de Holanda, dois dos matadores de José Bezerra Chaves, o pai deste encaminhou-me um requerimento pedindo-me que ordenasse as competentes autoridades houvessem de proceder contra os matadores de seu filho, e tendo eu dado o despacho constante da Cópia n.° 3, foi feito o processo e saíram pronunciados os mandatários, e os mandantes, e entre estes últimos José de Barros Melo, que depois de proferida a denúncia praticou contra os Gadelhas, que iam apresentar-se ao Juiz do Ipu, o atentado, que relata o ofício da Cópia n.° 4. No dia 21 do corrente foram-me entregues os dois ofícios das Cópias n.°s 5 e 6 do Delegado suplente, e do Comandante do destacamento do termo da vila de Príncipe Imperial, participando-me que o mencionado José de Barros Melo achava-se no lugar denominado Campos, do indicado município de Ipú à testa de cem homens, e que protegido pelas respectivas autoridades ameaçava assaltar aquela vila, e indicando-me por esse motivo a necessidade de enviar-se um reforço da tropa regular para o mesmo destacamento, que estava sendo auxiliado por alguns paisanos, que se tinham oferecido para esse serviço. A tais ofícios respondi com os das Cópias n.°s 7 e 8, fazendo ver ao Delegado, Comandante do destacamento indicado que não era possível reduzir mais do que estava a guarnição desta cidade, e ao passo que autorizei-os a requisitarem guardas nacionais para o reforço do sobredito destacamento, que aliás é o mais forte da Província, mostrei-lhes a convicção, que eu tinha, de que não seria a vila atacada, determinando-lhes, porém que empregassem toda a vigilância para prevenirem qualquer agressão desta natureza, tanto mais de recear quanto mais se fosse aproximando o dia das eleições. Ao anoitecer desse dia 21 recebi desse mesmo Delegado suplente, e Comandante do destacamento os ofícios das Cópias n.°s 9 e 10, em que comunicavam-me que na noite do dia 13 uma patrulha composta de um soldado de polícia, e de um

Digitalizado com CamScanner

paisano, Francisco Xavier de Melo, encontrava em uma rua da 74/
74v vila a Antônio de Lima Barbalho (que é irmão de José de Barros Melo) com uma faca de ponta, e que lha querendo tomar resistira ele à ronda resultando da luta sair ferido o resistente com um tiro da arma do paisano, que lhe dispara. Apesar de me afirmar o Delegado que ficava preso e ia ser processado o paisano, que fizera o ferimento, contudo sabendo eu ser este indivíduo irmão do subdelegado, e suspeitando ser ele inimigo do que recebera o tiro, fiz sem demora os ofícios das Cópias n.°s 11 e 12, e porque constasse-me estar um certo Capitão de Guardas Nacionais, Gonçalo Correia Lima inteirado da maneira por que esta fato se passara, dirigi-lhe o ofício n.° 13. Apenas havia seguido para a vila de Príncipe Imperial estes ofícios, quando dali chegaram-me os que constam das Cópias n.° 14, 15, 16, em que se me comunicava que o facinoroso José de Barros Melo não se atrevendo a atacar dita vila por se achar bem guarnecida, assaltara juntamente com seu irmão Pedro Ribeiro Melo, e um séquito de catorze bandidos a povoação de Pelo Sinal, e ali, depois fazer passar a sua gente por uma força mandada por estar Presidência, amedrontara assim os pacíficos habitantes e matara o Capitão João Severo Santiago, e José de Paiva Bezerra, deixando ferida a mulher do primeiro, e indo depois em procura do Cel. Manuel Ferreira Santiago, do Padre Antônio Ricardo de Albuquerque, e de outros para igualmente tirar-lhes a vida. Ao saber os horrores perpetrados por essas feras, mandei preparar armamento, munições, cavalgaduras, e em menos de 24 horas fiz partir uma expedição comandada pelo meu próprio Ajudante de Ordens, a quem dei as instruções constantes da Cópia n.° 17, aproveitando eu essa ocasião para levar ao conhecimento de V. Exa., que inda estão por chegar os três oficiais, cuja vinda pedi a V. Exa. Entretanto com a saída dessa força ficando assaz desfalcada a guarnição desta cidade, aliás muito reduzida em conseqüência do grande número de soldados que se acham doentes das bexigas na Enfermaria militar, vi-me obrigado a fazer destacar vinte e cinco guardas nacionais, número que pretendo elevar a quarenta, que com as quarentas já destacadas no mês de 74v/75 março: e que ainda não pude dispensar de serviço, tem de perfazer oitenta. Espero que V. Exa. se digne, aprovar meu procedimento, à vista das fortes razões que o motivaram, servindo-se V. Exa. fazer ver ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra a necessidade da medida, que tomei, de destacar esses guardas nacionais a fim de obstar a continuação dos crimes, que acima tratei, pois embora seja eu totalmente oposto a qualquer aumento de despesas, não

Digitalizado com CamScanner

hesitarei em determiná-lo toda vez que se torne absolutamente preciso a bem da tranqüilidade pública e da segurança individual. Deus guarde a V. Exa. Palácio da Província do Piauí, 28 de julho de 1849. Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara. Ministro e Secretária de Estado dos Negócios da Justiça. Anselmo Francisco Perete. **Livro 205.** 72v a 75.

Ilmo. Sr. Dr. Antônio Francisco de Sales: – Acuso recebida a sua prezadíssima carta de 27 de outubro passado, e por ela fiquei 26/ 26v ciente dos justos motivos, pelos quais V. Senhoria se dirigiu da cidade da Parnaíba a essa Comarca, porquanto se daquela cidade viesse a esta, para daqui seguir para Príncipe Imperial, ficaria sendo a sua viagem de duzentas léguas. Tendo V. Senhoria estado há alguns anos na sobredita cidade da Parnaíba sem vir a esta Capital, mal pode estar a par dos negócios da sua Comarca, e por isso alguma cousa entendo dever extender-lhe a respeito. Tem sido o município de Príncipe Imperial assim como os do Ipu e do Inhamuns (estes dois últimos pertencentes à Província do Ceará) o teatro dos mais horrorosos crimes desde épocas anteriores à Independência. Os governadores desta, e da Província do Ceará, de mãos dadas, quando não podiam prender os criminosos de tais municípios debelavam-nos a ferro e a fogo, como tenho visto dos livros antigos da Secretaria da Presidência, e nessas expedições muito sangue era derramado, sendo que chegou a haver um criminoso, que para ser batido foi preciso que se reunissem tropas desta província e das do Ceará e Maranhão, onde na povoação de Aldeias Altas (hoje cidade de Caxias) foi ele morto a título de resistente, quando já por ali ia fugindo depois de desbaratado o seu séquito. No tempo em que esta província foi governada pelo Visconde da Parnaíba, mandava ele ao célebre Alferes Borges Leal que **cobrisse os criminosos com fumaça**, e depois de inauditas atrocidades sossegou o Município de Príncipe Imperial, ao passo que o Padre Alencar, Presidente do Ceará procurava pelos mesmos meios estabelecer a tranqüilidade nos termos do Ipu e do Inhamuns. De 1844 em diante renovaram-se os atentados, e turbulências nos três municípios sendo mandantes e mandatários dos crimes, então, cometidos, os Melos, Mourões, Gadelhas e Bezerras Chaves, e por uma longa série de atrozes delitos foi o último cometido pelos Melos, e seus saquazes na pessoa de José Bezerra Chaves, 26v/27 este último crime estava impune, quando aqui cheguei apesar das ordens do Governo Imperial, tendo eu mandado instaurar o devido processo contra os seus autores, foram iludidas as minhas determinações, motivo por que tive de demitir as autoridades, que pertenciam a parcialidade

Digitalizado com CamScanner

dos Melos. Nomeado para Delegado Antônio de Sousa, o pai de José Bezerra Chaves tratou de promover a punição dos matadores de seu filho, e feito o processo, saíram entre outros criminosos o Padre Inácio Ribeiro Melo, José de Barros Melo, Galdino Ribeiro Melo como mandantes. Pronunciados estes indivíduos, foi corrida a casa da amásia do sobredito José de Barros Melo, homem muito conhecido pelos seus numerosos crimes, e que se dizia preparado para atacar essa vila. Nesse varejo dizem os Melos que se praticaram excessos, mas o certo é que na referida casa não se achou depósito de armamento, e sim apenas dois bacamartes, e nem tão pouco se encontrou reunião de pessoas, mas unicamente um português de nome Ozório, e um filho menor de José de Barros. Os quais foram conduzidos presos, mas ao depois foram soltos. Em conseqüência dos boatos que corriam de pretender José de Barros atacar essa vila, entenderam as autoridades que deviam reforçar o destacamento (aliás o mais forte da Província) com paisanos, e daí originou-se todo o mal, porquanto um desses paisanos, Francisco Xavier de Melo rondando na noite de 13 de julho juntamente com um soldado de polícia encontrou Antônio de Lima Barbalho (irmão de José de Barros) com uma faca, quer tomar a faca, ele não a entrega, lutam ambos, e como Barbalho estivesse em frente da própria casa, corre para entrar nela, e nessa ocasião fez-lhe fogo Francisco Xavier, e Barbalho cai gravemente ferido no ventre. Barbalho, apesar de ferido, e quase moribundo, é processado, e pronunciado, o ofensor Francisco Xavier 27/27v é também processado, porém não é pronunciado, e tendo sido preso depois do tiro, é solto com extraordinário escândalo: Francisco Xavier era comensal de Manuel de Paiva Bezerra, muito protegido dos Santiagos, e portanto logo que José de Barro soube do tiro que ele dera em seu irmão Barbalho, tencionou assaltar a vila, mas não se atravendo a fazê-lo por estar ela bem guarnecida, foi assaltar a povoação do Pelo Sinal, e ali matou João Severo Santiago, cunhado dos referidos Santiagos, e a José de Paiva Bezerra, filho do mencionado José de Paiva Bezerra, e não contente com essas duas mortes esse feroz assassino ainda baleou a mulher do mesmo João Severo. E eis como a luta, que só existia entre os Melos, Gadelhas e Chaves veio também, estender-se aos Santiagos e Paiva Bezerras, que outrora eram pacíficos, mas que se tronaram tão bárbaros, e furiosos com os Melos, e Mourões conforme passo a mostrar. Logo que constaram nessa vila os horríveis assassinatos perpetrados na povoação do Pelo Sinal, reuniu-se uma tropa de paisanos, que entrou a percorrer em diversos sentidos o município, e que tendo em vista descobrir onde

Digitalizado com CamScanner

se achavam escondidos os Melos, cometeu não poucos desatinos surrando pessoas forras e escravos para acertar com o esconderijo daqueles, devassando casas, destruindo roças, espancando e fazendo fogo a torto e a direito, tanto que depois de terem alguns da tropa dado com os couces das armas, em um velho, que veio a morrer dessas pancadas, porque já era doente de um aneurisma no coração, ainda mais o indicado Francisco Xavier de Melo que de semelhante tropa fazia parte, atirou em um pobre rapaz, que estava caçando marrecas, e que vendo aproximar-se o grupo de paisanos, receara algum recrutamento, ou prisão, por isso deitara a correr. Não 27v/28 contentes com atos tão reprovados a tropa de paisanos, a que aludo entrou para o município do Ipu (Província do Ceará), e ali encontrando no lugar denominado Canabrava, a sete indivíduos dos que tinham assistido ao assalto da povoação do Pelo Sinal, matou a três, Leandro, Honorato e Luciano. Tendo eu no dia 22 de julho recebido participação das terríveis ocorrências da povoação do Pelo Sinal, fiz sem demora partir para essa vila o Capitão José Teixeira da Silva Freire Guimarães, o qual chegando ali com bastante força que o acompanhava, fez logo cessar as condenáveis represálias, que os inimigos dos Melos estavam cometendo, mas esses homens, cuja sede de vingança ainda não estava extinta, conhecendo que não haviam de ser apoiados pela força regular em seus reprovados intentos, e sabendo que o Padre Inácio Ribeiro de Melo, e outros se haviam retirado pelo Inhamuns, iludem ao Delegado desse município e obtendo dele uma precatória para as autoridades das províncias confinantes, marcham com ela em seguimento dos Melos, rastejam-nos por alguns dias, vão encontrá-los num pouso dentro do mato, no lugar denominado Pedregulho, no município de vila de Sousa, da Paraíba, ali surpreendem-nos matam a ferro e fogo ao dito Padre Inácio, a seu irmão Sebastião Ribeiro Melo, a Francisco Bezerra Passarinho, ferem a outros, retiram-se apregoando que por motivo de resistência é que tinham feito essas mortes e ferimentos, quando não há quem ignore que de inimigos rancorosos dos Melos, isto é, parentes, fâmulos, e amigos das vítimas do Pelo Sinal, só se deveria esperar que matassem e ferissem os mesmos Melos no caso de encontrá-los, como aconteceu. Em conseqüência dessas mortes e ferimentos foram 28/28v pronunciados não só os indivíduos que tais crimes perpetraram se não como outros que se presumem terem-nos mandado cometer, e por conseguinte quer de um e quer de outro partido acham-se criminosas as pessoas mais proeminentes. É nestas difíceis circunstâncias que V. Sa. entra no exercício de seu

Digitalizado com CamScanner

cargo, acrescendo a tudo que não há aí pessoas de quem se lance mão para servirem os empregos policiais, umas por estarem criminosas, e outras por serem conjuntas aos indivíduos que entre si lutam, as quais no exercício dos empregos haviam de se tornar instrumentos de vinganças. O próprio promotor Manuel de Sousa Lima acaba por mim de ser demitido por estar pronunciado na vila de Sousa. E devo prevenir a V. Sa. que todos estes indivíduos que estão pronunciados e que pela maior parte estavam no caso de o serem, apregoam santidade, e se dizem perseguidos, os Melos declarando malvados aos Santiagos e Paiva Bezerras, e estes aos seus antagonistas, sem verem que iguais crimes têm cometido. Tanto é verdade que onde reina o espírito de partido não há consciência. Sendo pois certo que em ambas as parcialidades há indivíduos bem culpados, sempre que V. Sa. mostrando-se surdo às narrações deles, tratando de conhecer por si a verdade e procurando trilhar a senda da imparcialidade, que convém, tenha somente em vista o cumprimento da lei, como é de esperar de suas boas intenções, probidade, e ilustração. Lembre-se V. Sa. que a Província, a Presdência, e o Governo Imperial tem os olhos fitos sobre V. Sa. e que se sua tarefa é difícil, grande é a glória, é o conceito, que lhe hão de resultar de um procedimento sisudo, e imparcial, próprio a acalmar esses povos. Enfim se V. Sa. mostrar a devida aversão aos crimes, e sobretudo aos assassinatos, irá desta maneira moralizando os homens dessa terra, que só se desagravam com o punhal, e o bacamarte, e se for justo (como é mais que provável) já na presidência do júri, já na decisão dos recursos, tirará a esses indivíduos todo o pretexto para se fazerem justiça pelas suas mãos, dizendo que não a encontram nas autoridades. Desejo-lhe saúde, e prosperidade, e sou com estima e consideração. De V. Sa. Amigo fiel, colega afetuoso, e criado obrigadíssimo. Anselmo Francisco Perete. Oeiras, 24 de novembro de 1849. (L. 213. Da página 26 à 29).

Digitalizado com CamScanner

4

A mudança da capital Teresina e seu desenvolvimento no Império

Dois dias após sua posse, que se realiza em 7/9/1850, Saraiva externa, em documento oficial, o **propósito de melhoramento moral e material da Província como pensamento cardeal de seu governo.**

Dois problemas atraem sua atenção ao entrar no exercício de suas funções: a mudança da Capital, e a justiça, como prevenção contra o crime. Eram os temas mais discutidos na burocracia do Piauí de então.

Escreve logo ao delegado de Príncipe Imperial, comarca que ainda se ressentia dos crimes de que fora palco. A Euzébio de Queiroz, Ministro da Justiça, depois de pintar a situação daquela comarca, solicita que se digne de procurar um bacharel para seu juiz de direito, e a que se ofereçam vantagens no exercício da melindrosa judicatura. (Casa Anísio Brito. Arquivo. Província. L. 219 1.2 Doc. de 10/9/1 850).

Ao Ministro do Império, em ofício escrito logo depois, anunciava que seguiria no dia 22/10 para a vila do Poti, onde iria ver se era bom o local para onde se projetava transferir sua sede, pois desde muito vinha sendo castigada pelas enchentes de seus rios. Informa ainda que no trajeto da viagem passaria por S. Gonçalo para ver também as obras da ladeira do Castelo, então em melhoramento, e examinar o local onde se prendia construir a ponte do Canindé. E denuncia, então, seu propósito máximo: "a idéia

Digitalizado com CamScanner

Exmo. Sr., da mudança da Capital que toda a Província deseja, porque é ela precursora da prosperidade do Piauí, tem sido até hoje desprezada pela opinião de sua inexeqüibilidade, atentas às dificuldades da criação de uma povoação, que trazendo grandes despêndios, tem até provocado da parte do Governo Imperial ordem à Presidência, a fim de que seja circunspecta em uma medida, que tende a sobrecarregar aos cofres gerais. Entretanto, a prudência administrativa, que aconselha todas as cautelas em ordem a evitar despesas, não pode inibir o administrador empenhado no futuro da Província que lhe foi confiada pelo ilustrado Governo de S. M. o Imperador, de lançar suas vistas para que tal desiderato seja obtido, sem que se tenha de lamentar os gastos de grande quantias. Acredito, Exmo. Sr., que se conseguir mover os habitantes de Poti e dar incremento à edificação de suas moradas no novo local, se conseguir que eles edifiquem à sua custa a casa da Municipalidade, e outras, que possam ser convenientemente alugadas para repartições públicas, eu terei preparado o terreno no qual os meus sucessores possam ganhar a gratidão da Província. Preciso para isso de que o impulso seja dado pelo Governo Imperial". (Casa Anísio Brito. Arquivo. Província. L. 209. 82v. 83. Doc. de 21/10/1850).

Mas é que Saraiva não iria esperar o impulso do Governo Imperial, nem tão pouco estaria disposto a preparar terreno para que seus sucessores ganhassem a gratidão da Província; ele mesmo conquistaria esse galardão, com o idealismo de sua mocidade e sem a ajuda do Governo Imperial.

Quanto ao crime, já em declínio, não pretendemos voltar a estudá-lo nessa administração, pois já o fizemos no capítulo anterior, e se alguém interessar situar e ampliar os fatos já estudados, facilmente o fará, recorrendo às citações que acompanham o capítulo a que nos referimos, e à própria documentação em sua fonte originária.

Iremos estudar apenas a mudança da Capital, suas conseqüências e fatos correlativos ao assunto.

Digitalizado com CamScanner

Em virtude das contínuas enchentes dos rios, afetando notadamente a vila do Poti, a **Lei Provincial N.º 140, de 1/12/1842**, havia autorizado que a mesma fosse transferida para local que oferecesse mais segurança. Vieram dias mais tranqüilos, invernos menos rigosos, e a lei ficou no esquecimento. Sua execução seria, entretanto, ótimo pretexto para alcançar Saraiva seus intentos. Acenaria aos potienses, a mostrar as vantagens que se lhes oferecia sua futura sede municipal, ao converter-se em metrópole do Piauí, o que bem poderia acontecer, se oferecessem sua solidariedade em busca do objetivo. Com esse argumento que era poderoso estímulo, Saraiva encontraria, na vila castigada, valorosos aliados, e contornaria os empecilhos apresentados por seus antecessores, e ainda o indiferentismo, ou melhor, a oposição do Governo Central.

Na manhã de 22 de outubro, poucos dias após sua posse em companhia de Baldoino Coelho, Secretário do Governo, depois de autorizar que lhe fosse remetida para Poti a correspondência oficial recebida em Oeiras no período de sua ausência, viajou em rumo de S. Gonçalo, em cuja proximidade deveria estar o local onde se construiria a ponte do Canindé, e veria a célebre ladeira do Castelo, já em serviço desde a administração anterior, e que diria em seu primeiro relatório em 3/7/1851, que, como conseqüência dos melhoramentos feitos, era o trecho da estrada de Caxias que apresentava mais fácil trânsito. (Idem. Doc. de 21/10/1850. L. 190. 34. Doc. de 21/10/1850. L. 214. 55).[1]

Manteve então contato com João Isodoro da Silva França, mestre da obra em execução, português de nascimento, vaidoso, com ambição de distinção, e que pedira naturalização de cidadão brasileiro e também mercê do Hábito da Ordem de Cristo. Já estivera Mestre João em Valença onde trabalhou em sua matriz. Prestaria agora relevantes serviços nos empreendimentos que se iriam iniciar. (Idem. 186. Doc. de 10/7/1848. 159v. doc. de 23/8/1852. M. 353. Doc. de 28/9/1853. L. 237. 17v. Doc. de 28/9/1853).

De S. Gonçalo, Saraiva buscou o porto próximo de S. Francisco, à margem do Parnaíba, donde embarcado alcançou a vila de Poti, onde mantém, então, os primeiros entendimentos para a escolha do local apropriado para a sua trasladação. Ficou assentado que seria a seis quilômetros ao sul da sede municipal, no lugar já conhecido, segundo a tradição oral, por Chapada do

Digitalizado com CamScanner

Corisco, à margem do Parnaíba e em cujas proximidades havia dois moradores, segundo informa Pereira da Costa.[1a]

Há vários documentos assinados pelo Presidente na então vila do Poti. Tendo de edificar outra igreja para substituir a matriz arruinada, ficou logo assentado que seria na sede nova, e para isso foi constituída uma comissão de que faziam parte o P. Mamede Antônio de Lima, pároco da freguesia, Dr. Jesuíno de Sousa Martins, juiz municipal, e o abastado fazendeiro Cel. Roberto Raimundo de Aguiar, a qual deveria promover donativos para a obra, inspecionar sua execução, fazer a aquisição do material preciso. À Comissão Saraiva transferia a lista das pessoas que espontaneamente já haviam concorrido com donativos que já se elevavam a 3:000$000 (três contos de réis) para a obra que deveria ser iniciada no vindouro mês de dezembro. Até o Imperador contribuiria mais tarde para a construção da matriz de N. S. Amparo, enviando 1:000$000 (um conto de réis). (Idem. L. 203. 36. 36v. Doc. de 2/11/1850. L. 203. 32v. 41. 47. Docs. de 9/10/1851. 24/10/1851. M. 348).

Ainda na vila do Poti, Saraiva toma medidas de ordem administrativa: assim também em seu regresso, quando na passagem de Santo Antônio ocorre na localidade crime de morte, e ainda em S. Gonçalo, quando as sessões dum júri já em dias de se realizarem, estavam na iminência de serem proteladas à falta de juiz. Em S. Gonçalo mantém ainda entendimentos com Mestre João Isidoro, em cujo rancho de trabalho no sítio do Castelo, pernoita, e fixa compromissos e determinações para a fundação da nova vila, posteriormente narrados pelo hospedeiro. (Idem. L. 217. 16. Doc. de 3/11/1850. L. 184. 185v. 184. 186v. Docs. de 5/11/1850. 8/11/1850. L. 212. 88. 88v. Doc. de 26/4/1851. M. 348).

No dia 11/12 entra em Oeiras e recebe a notícia do falecimento do P. Marcos, ocorrido no dia 4, do mesmo mês, em sua fazenda Boa Esperança. (Idem. L. 212. 99. Doc. de 16/11/1850. L. 209. 87. Doc. de 29/11/1850).

A 18/11 Saraiva autorizara Mestre João Isidoro, em virtude da aproximação do inverno, a suspender os trabalhos da ladeira do Castelo, e seguir para a vila Poti e dar começo à igreja Matriz no local designado para a nova vila. Deveria trabalhar sob a direção da Comissão nomeada para promover donativos em favor da Matriz, cujo recinto teria que comportar 800 a mil pessoas, e não dispor de local para enterramento de cadáveres. E juntava a instruções a

Digitalizado com CamScanner

quem cumpria obedecer as quais foram enviadas também à Comissão. (Idem. L. 217, 17 a 18v. Doc. de 18/11/1850. M. 348. Doc. de 20/12/1850).

Determinou ainda que fretasse a barca de Totônio da Costa Veloso, no porto de S. Francisco, a fim de transportar à futura Vila Nova do Poti as ferramentas, utensílios, obreiros e serventes, visto ser mais rápido, cômodo e econômico do que por terra, por onde seguiriam, a conduzir os bois de carro, apenas os escravos das fazendas fiscais, que sempre estiveram presentes em toda obra. (Idem. L. 212. 99. Doc. de 20/11/1850).

Mais tarde Cipriano de Morais Rego tomaria conta da ladeira do Castelo.

A Comissão informa que mestre João Isidoro chegou no dia 6/12 no local da futura Vila Nova do Poti com 36 pessoas, das quais os obreiros já vinham percebendo salário desde o dia 26/11, dia em que saíram da ladeira do Castelo. Já no dia imediato, após o desembarque, quando os serventes passam também a perceber salário, deram início aos trabalhos preparatórios para o assentamento da pedra fundamental da igreja o que se efetuaria no dia 25/12. A comissão já havia arrecadado mais de 1:973$840, e em Vila Nova estavam 9 carpinteiros, 6 pedreiros, afora serventes, policiais e escravos. O P. Mamede foi o encarregado do dinheiro e de providenciar para que houvesse pronta execução da obra. (Idem. L. 203. 38. 38v. Doc. de 6/12/1850. 39. 39v. Doc. de 8/1/1851. M. 348. Doc. de 20/12/850 e 26/4/1851).

Mal desembarcaram na Chapada do Corisco, Mestre João Isidoro dá início ao levantamento de galpões cobertos de palmas de pindobas para acolher sua gente e seu material de trabalho. E poucos dias após a sua chegada, anuncia a Saraiva, em ofícios que, pelo sabor de seu estilo e detalhes das primeiras horas, registramo-los nessas linhas: "A honra tenho de levar ao conhecimento de V. Exa. a notícia de que se acha feito pertencente à obra de que me acho encarregado.

"Fiz uma casa grande para me arranchar, duas mais por trás dela, uma para quartel dos soldados, e outra para rancho de todos os escravos, um curral para meter os bois, um grande rancho ao lado da igreja para recolher a cal e fazer o amassador, e mesmo para recolher-se a gente quando chover tudo isso debaixo de minhas vistas.

Digitalizado com CamScanner

"Tenho muitas pedras tiradas e estou mandando carrear para o serviço da igreja em um carro que o Sr. Cel Roberto Raimundo de Aguiar me fez o favor de emprestar mais duas juntas de bois porque as da obra inda não podem dar serviço.

"Tenho acudido a todas as necessidades pois aqui não achei nada pois até a mesma cal com que se assentou a pedra foi emprestada.

"Chegou a cal no dia 4 do corrente e esta semana vão trabalhar nos alicerces.

"Fique V. Exa. certo que darei todos os esforços de minha obrigação para o adiantamento da mesma obra e não levarei a efeito o que der-se só se por falta de recursos". (Idem. M. 348. Doc. de 7/1/1851).

No rancho que construíra para seu acampamento, celebrara-se a primeira missa da Chapada do Corisco. Parece que ficava no local em que hoje está a sede do Banco Nordeste ou suas proximidades.

Vejamos como Mestre João Isidoro descreve a solenidade em carta dirigida a Saraiva, no dia imediato: "Tenho a grande honra e satisfação de levar ao conhecimento de V. Exa. que no dia 25 do corrente teve lugar a primeira pedra no alicerce da porta do Evangelho da nova Matriz com as solenidades seguintes: Ao depois de uma missa do Senhor Vigário dita no meu rancho pelas 11 horas da manhã, acompanhado de todas as autoridades da Vila e mais membros da Comissão e as senhoras das principais famílias todas bem ornadas de jóias e bons vestidos e mais os principais cidadãos da Vila tendo também acompanhado o Alferes do Destacamento as autoridades junto com algumas praças que se reuniram às quatro praças que eu aqui tinha e mais imensidade de povos de fora que aqui se ajuntou toda essa brilhante companhia como acima já disse e marchou para o sítio da nova matriz onde se achava a tropa formada e metendo o Senhor Juiz de Direito na pedra solene duas moedas, uma de prata e outra de cobre com o cunho do império e ao depois de encerrada esta **arrelíquia** dentro da mesma pedra, se deitou dentro do alicerce, o dito Sr. Dr. Juiz de Direito deu vivas à Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro Segundo e a S. Imperial Família, e a Constituição do Império e ao Exmo. Senhor Presidente da província, como fundador e protetor de nova Vila, e como também a todos os Potienses o que toda a

Digitalizado com CamScanner

brilhante companhia [...] com grande entusiasmo, e ao depois disto deram-se três descargas a tropa de alegria e acabada toda esta [...] retiram-se todos para [...] e foi anunciada com alguns foguetes a reunião de muitos tabuleiros que trouxeram as mesmas famílias com diferentes iguarias que reunidas fizeram [...] banquete onde todas as famílias comeram com grande alegria e satisfação, deram-se muitos [...] ao Exmo. Sr. Presidente da Província e a todas as autoridades que acompanham tão solene auto e assim se findou todo o divertimento pelas quatro e meia da tarde e as cinco horas embarcaram todos na barca do Senhor Capitão Manuel Domingues e outros em botes e retiraram-se para sua casa, tudo com muita alegria, os Senhores da Comissão mandaram dar mais um dia de jornal e cada obreiro por requisição que me fizeram os ditos obreiros e participei a Comissão em nome deles. Eles resolveram o que acima disse esperando a aprovação de V. Exa. Assim finalizou o dia 25 cheio de entusiasmo e prazeres". (idem. M. 348. Doc. de 26/12/1850. L. 217. 25v. Doc. 8/1/1851).

É grande sua correspondência. Minuciosamente narra o que vem acontecendo, suas tricas com os escravos, com os operários, os membros da Comissão, questões policiais, assuntos, às vezes sem importância.

Um mês após o lançamento da primeira pedra, informa que os alicerces do corpo da igreja se acham quase cheios, enquanto os do arco do cruzeiro e corpo da capela-mor e parte da sacristia ainda se acham abertos e já poderiam estar cheios se não fosse a falta de materiais que tem havido. Termina sua narração dizendo que tem "acudido o que é necessário para o adiantamento da obra, e só o que me falta é material, é o que tenho a informa a V. Exa.". (Idem. M. 348. Doc. de 25/1/1852).

Um mês após, no dia 25/2/1851, remete o borrão indicando o tamanho que deveria ter os quarteirões da praça em que ficara a Matriz, e informa que o quarteirão de Manuel Domingues, que teria quatro casas de frente, exige nove e meio palmos de aterros na parte inferior do terreno. Em torno da planta há outros documentos, pois Saraiva por sua vez também já havia feito um projeto que diferia um pouco dos de Mestre João Isidoro. Esses projetos são simples borrões sem grande significação técnica. (Idem. M. 348. Doc. de 24/3/1850. 25/2/1851. L. 203. Doc. de 13/3/1851).

Digitalizado com CamScanner

Para obtenção de pedras e madeira, Mestre João se utiliza do trabalho dos oficiais (pedreiros e carpinteiros), que estavam parados sem ter o que fazer. Passam a colher pedras nas vizinhanças, e a cortar madeira nas matas marginais do Parnaíba, ao sul da Vila Nova, a quatro léguas da Matriz e meia légua das margens do rio. Essa madeira conduziam águas abaixo ao sabor da correnteza. O grosso dos trabalhadores braçais era, porém, de escravos das fazendas fiscais.

Queixava-se Mestre João Isidoro que afora os escravos ajudantes eram necessários "um escravo para amassador, outro para traçador de cal, quatro para serventes de pedreiro três para canoas passando cal (vinda do Maranhão), tijolos e cacos de telha, três para andarem com o carro, dois para carregar água constantemente para o amassador, um para estar com o cavoqueiro na pedreira tirando as soleiras para as portas, três para irem para o mato carregarem madeira para a borda do rio, faz por todos os números de 18 – agora não tem bois e tenho empregado os aprendizes para carrearem pedras" "Idem. M. 348. Doc. de 24/3/1851).

Assim não tinha o suficiente e pedia a remessa de mais seis. (Idem. M. 348. Docs. de 13/3/1861 e 14/3/1851).

Com o deslocamento de obreiros para o corte de madeira e obtenção de pedras, Saraiva escreve à Comissão e a Mestre João lamenta a ocorrência. Pede vigilância e parcimônia. (Idem. 203. 41v. a 42. 43v. 44. Docs. de 7/4/1851).

Como a falta de dinheiro vinha perturbando a boa marcha do serviço, o Presidente autoriza a Comissão a dirigir-se, de sua parte, a Manuel Domingues para suprir com o dinheiro à mesma obra até que tenha dado providência. (Vide ainda L. 203. 43v. a 44)

Apesar dos evidentes esforços de Saraiva, a ação particular excedia de muito a ação oficial.

Nos últimos dias de abril de 1851, vinte e um proprietários deram começo à construção de casas residenciais, entre os quais estava Manuel Domingues, com a iniciativa de quatro edificações, enquanto outros já se preparavam para ingressar no esforço da cooperação. Saraiva rejubilava-se sobremaneira com a promissora

Digitalizado com CamScanner

ocorrência, e contratava cinco oleiros que partem imediatamente para a Vila Nova com a instrução a João Isidoro a fim de que faça um forno de oleiro e se providencie a disposição de lenha de modo a não faltar material de alvenaria. (Idem. L. 217. 43. 43v. Doc. de 13/5/1851).

E Mestre João Isidoro deseja saber donde retirar dinheiro para a construção do forno. Escreve, então: "A V. Exa. não lhe é estranho que eu vá em quatro meses que estou suprindo a obra a fim de que ela não pare com o meu dinheiro de empréstimo, e me acho sozinho no campo, porém não voltarei a cara atrás para cumprimento da minha palavra que dei a V. Exa. de a obra não parar até julho vindouro (nesse mês deveria reunir-se a Câmara e abrir crédito) ou mais alguns dias, até que V. Exa. possa dar alguma providência a respeito, e assim Exmo. Senhor veja se destes mesmos dinheiros de empréstimo pertencentes à igreja é que devo lançar mão para as despesas de que me determina a respeito dos oleiros". (Idem. M. 348. Doc. de 18/6/1851).

Como vemos, era efetivamente um entusiasta da obra, mas sua vaidade era exorbitante quando subestima a ajuda de todos, ao dizer que se acha sozinho no campo de ação. Saraiva, entretanto, jamais deixou de reconhecer a inexcedível cooperação dos particulares.

Por essa época já não eram poucos os que queriam fazer a aquisição de terrenos na Vila Nova. Já em fevereiro a Câmara Municipal pedia a João Isidoro que se encarrega de demarcar quaisquer terrenos no local da vila concedidos pela mesma Câmara. (Idem. M. 348. Doc. de 14/2/1851).

Mas, posteriormente participa a Saraiva que não podia fazer aforamento, pois a vila fora situada em terras pertencentes e particulares e não tinha havido desapropriação. (Idem. M. 348. Doc. de 5/4/1851).

Oficia também aos Tens.-Céis. Francisco da Cunha Castelo Branco e Alexandre de Araújo Costa, condôminos da fazenda em que está assentada a Vila Nova, e pede-lhes doação de terras à municipalidade. Apesar dos encomiásticos ofícios, parece-nos que só respondeu o Ten-Cel. Francisco da Cunha Castelo Branco que faria doação das referidas terras que lhe pertenciam, sob condição de serem isentos de pagar foros de prédios que construíssem ele e seus herdeiros, assunto cujo solução a Câmara transfere a Saraiva. (Idem. M. 348. Docs. de 12/7/1851 e 13/1/1852).

Digitalizado com CamScanner

Já Saraiva havia previsto a necessidade de precauções para evitar que certas pessoas possam tomar terrenos na Vila Nova sem que pretendam edificar, somente com o fim de os revender ou especular com o que não lhes pertence. (Idem. M. 348. Doc. de 9/10/1851).

Só mui posteriormente foram solucionados esses problemas. (Fala na Lei 312 de 13/9/1851, art. 9.°, § 2 que manda cobrar 100 réis por braça de terreno na Vila Nova).

As promessas do empreendimento a todos animavam. Foi nessa atmosfera de otimismo que Saraiva apresentou seu primeiro **Relatório** à Assembléia Legislativa. Já nesse documento em que anuncia que constrói um quartel de polícia na Vila Nova do Poti, pronuncia-se contra os melhoramentos das estradas de Caxias e da Bahia, bem como a construção da ponte sobre o Canindé, cujas despesas julga improdutivas, e opina que melhor seria gastar com a navegação do Parnaíba, com o fim de libertar nosso comércio da tutela do Maranhão. E dizia ele: "Será isso uma cousa que se possa realizar, sem o auxílio poderoso da administração? É mister, portanto, que eu e vós, Senhores, estejamos à margem daquele rio, e não vivamos a dezenas de léguas, nestes sertões, uma vida estéril para os mais importantes melhoramentos materiais da Província."

Quer antepor ao comércio de Caxias o da vila de Parnaíba que já tem uma casa inglesa comprando e vendendo a Liverpool. Espera assim arrebatar de S. Luís toda a produção do Piauí que se vinha escoando através de Caxias e do Itapecuru. Denuncia o escandaloso contrabando do algodão a dizer que a Província produz mais de 120.000 (cento e vinte mil) arrobas, enquanto o meio dízimo desse gênero só lhe rende 350$000 (trezentos e cinqüenta mil réis). É que o algodão piauiense figurava ainda como produção maranhense, pois era contrabandeado em quase sua totalidade. Se o Piauí não mudar sua Capital, acrescentava ele" não pode provincializar o seu comércio, e conseqüentemente desenvolver sua agricultura [...]" E apresenta as vantagens da mudança da Capital para as margens do Parnaíba, para a Vila Nova, que tão alvissareiramente crescia próxima às **ricas matas banhadas por um dos melhores rio do Brasil:** salubridade, capacidade para arrebatar a Caxias o comércio do Piauí, facilidade para as relações comerciais e políticas com a Corte e os grandes centros do Império,

Digitalizado com CamScanner

mais rica zona agrícola da Província e, portanto, maiores possibilidades para o progresso. E informa que em menos de seis meses já estão em construção perto de trinta casas de telhas.[2]

E a Câmara do Poti acrescentava em ofício dirigido a Saraiva: "Esta Câmara tem em muita consideração o aumento da Vila do Poti conforme V. Exa. recomenda em ofício de 10 de maio último, e tem por esta vez de levar ao conhecimento de V. Exa. que a edificação ali vai com tanto progresso que se não houver algum motivo de arrefação nos proprietários em breve estará capaz de receber em si a Capital desta Província". (Idem. M. 348. Doc. de 15/7/1851).

E Saraiva, embora ainda não contasse com uma Câmara Legislativa favorável à mudança da Capital, conseguira dotações orçamentárias que viriam auxiliá-lo em seus intentos. A **Lei N.° 370, de 12/9/1851**, no **Título 10** consigna 800$000 (oitocentos mil réis) para salário do Mestre de Obras, 2:000$000 (dois contos de réis) para as matrizes da Província, e 4:000$000 (quatro contos de réis) paras obras da Vila Nova. Com a perspectiva dessa lei, quando ainda não aprovada e promulgada, oficia à Comissão da Matriz, estimula seus componentes e pede que enviem a folha de salários dos operários a fim de efetuar o pagamento pela Tesouraria Provincial, e promete que de setembro em diante procuraria ajudar de modo mais eficiente. (Idem. L. 203. 46. Doc. de 13/8/1851).

Prepara-se, então, para sua segunda viagem à Vila do Poti, e a 15/9/1851 toma providências junto ao Administrador dos Correios, autorizando a enviar-lhe para Poti a correspondência oficial dirigida ao Governo Provincial, pois no dia imediato, como da primeira vez, acompanhado de Baldoíno Coelho, Secretário de Governo, partiria para aquela vila. (Idem. L. 190. 38. Doc. de 15/9/1851. L. 214. 83. Doc. de 15/9/1851).

Dessa vez, sua ausência de Oeiras seria mais longa, demorar-se-ia mais tempo na Vila Nova do Poti, ao pé da obra, ao lado de Mestre João Isidoro. Aí se arrancharia por período mais dilatado, daí emanaria o grosso de sua correspondência nessa fase de atividade.

Assina também vários documentos na Vila do Poti, a vila velha.

Em Vila Nova provavelmente ainda se hospedou no rancho de Mestre João Isidoro, como já o fizera na ladeira do Castelo, no

Digitalizado com CamScanner

ano anterior. Segundo Clodoaldo Freitas, que tudo situa como se fora já em Teresina após a mudança da Capital, recebia refeições vindas em canoas e mandadas por Manuel Domingues, de sua Fazenda Boa Vista, logo abaixo, às margens do Parnaíba, do lado do Maranhão.

Preferencialmente se fixou em Vila Nova, donde cogitou não apenas de suas obras, mas também de assuntos referentes à justiça, ao fisco, estradas, polícia, guarda nacional, de interesses vários, municipais e provinciais. Foi enfim, sede de governo na zona rural, na Vila Nova, quando ainda não era nem mesmo sede de governo municipal. (Idem. L. 203. 47 a 47v. L. 211. 57 a 58. L. 212. 148. a 148v. L. 214. 85 a 85v. L. 217. 56 a 57. Doc.)

Daí oficia aos membros da Comissão da Obra da Matriz e da Junta de Reclamações do Poti, ao Diretor da Comissão Liquidadora das Contas Provinciais, como se vê, sobre assuntos locais, e também provinciais. À Comissão de Obra da Matriz anuncia que já expediu ordens de pagamento dos salários do obreiros referentes a agosto. (Idem. L. 217. 56 a 56v. Docs. de N.° 4 e 5, de 7/10/1851).

No dia 7/10, a Câmara de Poti informa a Saraiva que está resolvida a tornar efetiva sua mudança para Vila Nova, conforme a Lei de 29/11/1851, e pede sua aprovação ao mesmo tempo que o convida a honrar o ato com sua presença, bem como a indicar o novo nome a vila. Saraiva, ao aprovar a solicitação, recomenda que sejam feitas as posturas municipais de modo a tenderem as edificações às conveniências urbanísticas, e também as de salubridade. (Idem. M. 348. Docs. de 7/10 e 9/1851).

Foi, então, assentado que se efetuaria o auto de transferência às 9 horas da manhã do dia 20/10, na casa que vinha servindo de sede da Câmara Municipal. Convidam, então, as autoridades para a solenidade. (Idem. M. 348. Doc. de 9/10/1851).

Às vésperas da mudança da sede municipal, Câmara de Poti, que no dia anterior tudo houvera predisposto com Baldoíno Coelho, Secretário do Governo, à uma hora da tarde, envia uma comissão à presença do Presidente da Província para felicitá-lo e apresentar a seguinte moção: "A Câmara Municipal de Poti, em demonstração da alta estima, subida consideração e sincera adesão que devota a V. Exa. pela sábia administração e incansável zelo, com que tem procurado promover o progresso dessa Província, e com

Digitalizado com CamScanner

especialidade o deste município, tem encarregado-nos de felicitar a V. Exa. pela sua chegada, assim mais de fazer sentir que está no firme propósito de continuar a prestar a administração de V. Exa. o mais franco, sincero e leal apoio". (Idem. M. Doc. de 9/10/1851).

Após o ato que oficializou a transladação da Vila de Poti para a Vila Nova, houve as comunicações de estilo, para as autoridades municipais e provinciais, e Saraiva prepara-se para regressar a Oeiras. (Idem. 348. Doc. de 20/10/1851).

Antes de regressar a Oeiras, onde estaria com os primeiros dias de novembro, deliberações importantes tomou Saraiva em virtude de reclamações dos escravos das fazendas fiscais que vinham trabalhando na fundação da nova vila onde prestavam relevantes serviços. Queixavam-se especialmente das rações que recebiam, insuficientes para seu sustento. A alimentação diária que lhes davam era paga pela Comissão ao encarregado contratante na base de $200 (duzentos réis) diários por indivíduo. Certamente havia falhas que motivaram as reclamações. Saraiva ordenou, então, que lhes fosse dada administrativamente a alimentação de acordo com uma tabela que organizou e consignava as rações pertinentes a cada escravo, na seguinte base:

½ libra de carne seca (200 gramas)
2 canecas de farinha
½ caneca de feijão
½ quarta de libra de toucinho
Sal suficiente
Milho cozido à noite com rapadura e arroz
Sabão para a roupa que seria lavada pelas escravas.

Autoriza anda a Comissão a comprar fazenda para dar duas calças e duas camisas e cada escravo, e as escravas, uma saia e uma camisa. (Idem. L. 217. 56v. e 57. Docs. de 22/10 e 22/10/1851. M. 348 Docs. de 23/10 e 24/10/1851. M. 374. Doc. de 17/11/1854).

Contudo, dentro em pouco voltam os escravos ao regime anterior. Em 1854, em Teresina, recusam comida e fazem novas reclamações. (Idem. L. 203. 56. Doc. de 16/10/1852). M. 374. Doc. de 17/11/1854. M. 353. Doc. de 14/10/1852. M. 353. Doc. de 5/1/1852).

Digitalizado com CamScanner

Saraiva regressa a Oeiras onde chega, senão antes, pelo menos a primeiro de novembro, pois nessa data já assina documentos na sede do governo, e a 5 baixa portaria determinando que se fizesse eleição em 15/1/1852 para escolha de deputados que deveriam compor a Assembléia Legislativa da Província.

Abdias Neve informa que Saraiva marcara eleição da nova Assembléia para janeiro de 1852, "verificando-se a apuração no Paço da Câmara Municipal a 15 de março e saindo reconhecidos deputados os Srs. Dr. Antônio de Sousa Mendes Júnior com 155 votos, Dr. Simplício de Sousa Mendes com 154; Dr. Raimundo Antônio de Carvalho com 151; Padre Francisco José da Silva com 147; Dr. José Mariano Lustosa do Amaral com 145; Ten. Joaquim Damasceno Rodrigues com 145; Cel. Jacob Manuel de Almendra com 141; Dr. Antônio Francisco Sales com 140; Cel. José Ferreira Carvalho com 137; Maj. João Antônio Vaz Portela com 136; Maj. Miguel Furtado de Mendonça com 133; Ten. Otaviano José de Amorim com 128; Padre Antônio Ricardo de Albuquerque Cavalcante com 127; Dr. Eleutério Augusto de Ataíde com 122; Ten-Cel. Ernesto José Batista com 120; Cap. Antônio Martins da Rocha com 120; Ten-Cel. José Rodrigues Coelho com 119; Padre Mamede Antônio de Lima com 117; Dr. Ângelo Custódio Bacelar com 112; Cap. Ângelo Gonçalves Mineu com 108.[3]

Com a renovação da Assembléia Legislativa, Saraiva conseguiria a **Res. N.° 315, de 21/7/1852**, lei que autorizava a mudança da Capital, pois a **Res. N.° 253, de 3/8/1849** revogara todos os dispositivos anteriores relativos a essa deliberação.

Quais eram essas leis que foram revogadas? Vejamos antes como surgiram numa ligeira digressão.

Segundo Pereira da Costa, foi Fernando Antônio de Noronha (1792), governador e capitão-general das capitanias do Maranhão e Piauí, quem primeiro aventou a idéia, chegando mesmo a propor sua efetivação ao Rei, ao partir de Lisboa para o Maranhão. D. João de Amorim nos faz saber, entretanto, que a primeira autoridade que se manifestou a favor da mudança da Capital e para a vila da Parnaíba, foi o segundo Governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. (Idem. L. 18. 33 a 33v. Doc. de 15/8/1798).[4]

Digitalizado com CamScanner

D. João de Amorim Pereira foi também partidário da transladação para a vila de Parnaíba, "discutindo o assunto com critério e proficiência e mostrando as incalculáveis vantagens que resultariam à Província e ao estado semelhante alvitre".

Em ofício de 19/8/1798 debate a tese com interesse, e desde então a vila de Parnaíba tornou-se a preferida com o pronunciamento de Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos e "posteriormente, quer nas câmaras constituintes, quer na Assembléia Geral do Rio de Janeiro, e ainda mesmo em épocas posteriores".[5]

Quando Saraiva empreendeu seu grande feito, os Miranda Osório mostram as excelências de Parnaíba para sede de governo da Província e põem à sua disposição, por cinco anos, vários prédios para as repartições públicas. Mas Saraiva responde-lhes que pensa de maneira diferente e que, em sua opinião, é o lugar mais próprio. Recusa o oferecimento e acrescenta que só à Assembléia Legislativa cumpre resolver a questão. (Idem. L. 203. 40v. Doc. de 17/2/1851).

A primeira deliberação da Assembléia Legislativa foi dada pela **L. P. N.° 174. de 23/8/1844**, que autorizou que se mudasse a Capital da Província para um local à margem do Parnaíba, na confluência com o Mulato, onde se edificaria a cidade que receberia o nome de Regeneração. No ano imediato vem nova legislação com a **L. P N.° 191, de 30/8/1845**, que autoriza o Governo a efetuar a mudança quanto antes, transferindo as repartições para a vila de S. Gonçalo, onde deveriam ficar até a edificação da cidade de Regeneração, às margens do Parnaíba. Cousa alguma foi feita. Em 1849, a Assembléia Provincial aprova lei de 23/8 que vai promulgada, determinando que se efetuasse a transferência para o lugar destinado a edificação de uma nova vila no município de Poti, logo que ali houvesse as comodidades indispensáveis. Mas logo no ano imediato, pouco antes da chegada de Saraiva, promulga-se a **L. P. N.° 253, de 3/8/1850** que revoga tudo quanto fora legislado a respeito do assunto.

Saraiva , senhor da lei que lhe dava poderes para a realização de seus propósitos, com firmeza iria concluir a grande obra que tivera início em ambiente de controvérsias, incertezas e oposição pertinaz de grande parte da Província.

Digitalizado com CamScanner

Em obediência a uma portaria presidencial já assinada em Oeiras, no dia 14/11, a Câmara Municipal da Vila Nova do Poti toma providência para que seja escolhido o local em que deveria ser feito o cemitério. De acordo com o P. Mamede ficou assentado que seria a 552 braças abaixo da vila, medidas em linha reta, tomando com base a frente da Matriz, e deveria ser, "distante 100 braças do rio Parnaíba e 120 da estrada que conduz à Vila Velha". Por aqui se deduz a estrada que primitivamente prendia a Vila do Poti à Vila Nova, se fôssemos reconstituir, deveria corresponder a um traçado entre as atuais ruas David Caldas e 13 de maio. O cemitério permanece no local primitivo. (Idem. M. 353. Doc. de 14/1/1852).

Ainda o P. Mamede foi o encarregado de fazer, em colaboração com Mestre João Isidoro, o orçamento da despesa provável para cercar a área que se destinaria a dar origem ao futuro cemitério, pois Saraiva determinara que fosse logo cercado. (Idem. M. 353. Doc. de 14/1/1852. Vide também Doc. de 30/4/1852, do **Caderno da Câmara Municipal de Poti**).

Foi orçado em 500$000 (quinhentos mil réis) e teria cem palmos de frente por cento e cinqüenta de fundo, seria de pau a pique, com mil estacas e quarenta carnaúbas. Teria um portão. Como se vê, era uma obra provisória, de emergência. Só com a chegada de Saraiva é que o trabalho teve curso em maior dimensão. (Idem. M. 353. Doc. de 5/5/1852).

A Câmara recebe ofício circular da Presidência solicitando informações sobre as necessidades mais urgentes do município. Aponta como obras de imediata necessidade e de inadiável execução uma casa que tenha acomodações para as sessões da Câmara e do júri e que se preste ainda como cadeia, e também de um quartel para o destacamento policial, pois dormem os soldados abandonados por diferentes partes da vila, tornando-se difícil encontrá-los, quando preciso. (Idem. M. 348. Doc. de 3/5/1852, e também no Cad. Câm. Mun. de Poti).

Não foram concluídas as paredes da capela-mor em fins de dezembro, de modo a receber o teto, como era desejo de Saraiva. Contudo, em fins de fevereiro, já eram terminadas, e também já

Digitalizado com CamScanner

estavam em andamento as duas sacristias. (Idem. L. 214. 65. 65v. Doc. de 7/1/1852. L. 203. 51v. Doc. de 5/4/1852).

E a comissão em ofício de 4 de abril, informava que até o fim do mês estariam concluídas as duas sacristias e capela-mor. Apesar de propalarem que os trabalhos realizados ameaçavam ruir, a obra crescia, e cada vez mais avultava. Em maio começariam a trabalhar no corpo da igreja. (Idem. L. 203. 51v. Doc de 20/4/1852. M. 353. Doc. de 4/4/1852).

Enquanto isso, os membros da Comissão denunciam João Isidoro, anunciando que empregava carpinas e pedreiros como serventes. Defende-se o acusado, afirmando que assim faz quando não há trabalhos para mestres, e, quando assim, não percebem os obreiros maior salário que o de servente, já houvera feito isso na coleta de pedras e no corte de madeiras. (Idem. M. 353. Doc. de 26/4/1852).

É quando novamente há falta de cal, e Mestre João participa que a obra, como conseqüência, poderia parar. Saraiva autoriza, então, que se adie o levantamento das paredes do corpo da igreja e que quatro escravos, dirigidos por oficial carpina, sejam mandados para as matas do Cel. José Cândido, a quem oficia pedindo permissão, a fim de tirarem madeira, especialmente cedro, para a igreja. Os demais escravos seriam empregados na aquisição de pedras, barro e quaisquer outros materiais que seriam logo postos ao pé da obra. Determina ainda a compra de cal que for encontrada pelo preço por que vinha sendo adquirida.

Manda, então, que João Isidoro apresente um orçamento do quanto seria preciso gastar ainda na Matriz, isto é, no levantamento das paredes e de sua cobertura, concluídas as torres e a parte do frontispício, orçamento que deveria ser minucioso "para que eu possa resolver, dizia ele, se a obra deve continuar por administração, ou arrematação, visto como, e apesar do quanto me há dito V. Mcê, é inegável que a obra da Matriz do Poti não tem custado o preço que seria de desejar que custasse a obra empreendida com tantos sacrifícios". Pede que opine "se deve ser arrematada a obra, e o preço por que poder-se-ia ela acabar por administração".

Vê-se, então que as sacristias ainda não estavam cobertas, pois determina que logo conclua a cobertura das mesmas, dispense todos os oficiais, quer pedreiros, quer carpinteiros. (Idem. L. 217. 81. 82. Doc. de 28/5/1852).

Digitalizado com CamScanner

Mestre João suspende o levantamento das paredes do corpo da igreja, fecha o alicerce da torre, da parte do Evangelho, pois não convinha deixar aberta a parede mestra, e participa a Saraiva que despedirá os carpinteiros ao deitar as madeiras no teto. (Idem. M. 353. Doc. de 8/6/1852).

Faz, então, o orçamento solicitado, compreendendo as paredes laterais que faltam ser terminadas, do frontispício até a cornija geral, madeiramento do corpo da igreja, excluindo o embuço. As despesas ainda se elevariam a 17:148$280 (dezessete contos cento e quarenta e oito mil e duzentos e oitenta réis). (Idem. M. 348. Doc. de 16/7/1852).

Por essa época, o Dr. Cândido Gil Castelo Branco passaria a substituir na Comissão da Matriz o Dr. Jesuímo de Sousa Martins que teve de regressar a Oeiras. (Idem. L. 203. 52. Doc. de 24/4/1852. M. 353. Doc. de 7/7/1852).

Mas sua função seria bem curta, pois Saraiva, com a promulgação da **R. n.º 315, de 21/7/1852**, que elevou a Vila Nova do Poti à categoria de cidade com o nome de Teresina e foros de capital, estava habilitado a fixar residência na nova sede de governo e pessoalmente a inspecionar as obras provinciais que aí se realizavam.

Após ser publicada a **Resolução**, um de seus primeiros atos foi, usando prerrogativas que lhe eram conferidas, adiar no último dia de julho os trabalhos da Assembléia Legislativa, e, com os primeiros dias de agosto tomar as medidas positivas para a transferência de funcionários e repartições públicas para a nova Capital.

Como o Estabelecimento de Educandos Artífices seria o instrumento que pelas suas condições muito poderia contribuir para a execução de seus propósitos, logo no primeiro dia de agosto determina que seu Diretor, **no mais breve espaço de tempo**, trate de passar-se para a cidade de Teresina com todos os educandos e que para o transporte de bagagens e alunos, alugasse cavalgaduras, indo a pé os que pudessem. (idem. L. 214. 144. 144v. Doc. de 1/8/1852. L. 217. 85. Doc. de 1/8/1852).

E em portaria da mesma data, conforme comunicação ao Inspetor da Administração da Fazenda Provincial, marca ajuda de custo dos empregados para a viagem que deveriam empreender. (Idem. L. 214. 144. Doc. de 3/8/1852).

Digitalizado com CamScanner

E então sucedem-se as portarias e os ofícios. No dia imediato ordena ao Administrador do Correio, que **no mais breve espaço de tempo**, transfira sua repartição para Teresina. Essa autoridade sugere, então, a criação duma agência em Oeiras para substituir o órgão que seria removido (Idem. L. 190. 41. Doc. de 2/8/1852. M. 352. Doc. de 4/8/1852).

Ao Administrador da Fazenda Provincial dá várias ordens de pagamento de despesas para arranjo, acondicionamento e transporte do arquivo, bem como determina que se preparem todos os empregados a fim de partir logo que recebem ordem, já havendo, entretanto, seguido para a nova Capital o contínuo da mesma repartição. (Idem. L. 214. 144v. 115v. 116v. Docs. de 4/8, 4/8, 4/8/1852).

Na mesma data, isto é, a 4/8, depois de prévio entendimento, José Pereira Nunes apresenta a Saraiva orçamento no valor de 492$000 (quatrocentos e noventa e dois mil réis), por quanto seria feito o transporte do arquivo da Secretaria do Governo. (Idem. M. 345. Doc. de 4/8/1852).

A 6, dia em que abandonou Oeiras, toma as últimas providências para o contrato de cavalgaduras necessárias para o transporte do material e mobiliário das repartições já em deslocamento, e procura fazer a aquisição, por compra a Manuel Antônio de Carvalho, de objetos e pertences que serviam na iluminação pública da cidade, para adaptar à iluminação da nova Capital (Idem. L. 214. 117. Doc. de 6/8/1852. L. 203. 53. 53v. Doc. de 6/8/1852).

Parece-nos que só então Saraiva procuraria entrar em entendimento com o Governo Central sobre tão importante assunto.

Como vemos, Saraiva agia com firmeza, a descoberto, sem clandestinidade. Se, porventura procurou dissimilar seus propósitos, foi em face dos ministros a quem, entretanto, participava suas intenções logo ao assumir as funções de presidente.

Há quase dois anos, ao regressar a Oeiras de sua primeira viagem a Poti, dissera ele ao Ministro do Império que com vagar relataria tudo o que ocorrera na inspeção que fizera, e, como sabemos, essa primeira viagem foi o passo decisivo para mudança da Capital. (Idem. L. 209. 86v. a 87. Doc. de 29/11/1850).

Digitalizado com CamScanner

No decorrer desse longo período, em sua correspondência, abundante, notadamente sobre a trasladação da sede de governo, nada encontramos, com referência ao assunto, dirigido a autoridades da Metrópole. Agora, logo no dia 2/8 dirige-se ao Ministro da Fazenda a quem solicita "expedir as necessárias ordens para a transferência da Tesouraria que por todos os motivos não pode permanecer por muito tempo" separada do governo provincial, pois nesses três dias, dizia ele, partiria para Teresina. Pede ainda que seja marcada ajuda de custo para os empregados da Tesouraria que devem viajar e informar ainda quanto concedeu aos empregados provinciais, e manifesta o desejo de que os do governo central tenham melhor remuneração, e passa, então, a mostrar as excelências da obra que está realizando. (Idem. 178. 175 a 176. Doc. de 2/8/1852).

Dirige-se ao Ministro da Guerra a quem também anuncia o que está fazendo e pede autorização para começar a construir um quartel para a força de 1.° Linha, cujo orçamento não chegaria a 5:000$000 (cinco contos de réis) e cuja construção poderia ser administrada pelo Comandante Cap. Miguel Ferreira Cabral. Acrescenta ainda que há muito material destinado ao quartel da Polícia que não será feito, pois os soldados vivem espalhados em destacamento pelo interior, e os que guarnecem Teresina ficarão em casa alugada. Aquele material poderia prestar-se para obra do Governo Central. (Idem. L. 228. 46v. Doc. de 2/8/1852).

Saraiva acabaria vencendo com essa teimosia que lhe era peculiar e que sempre esteve a serviço das causas nobres. Lera o **Relatório** de Góis que afirmara que "erguer de repente uma cidade inteira, é empresa possível a um homem de gênio que disponha de inumeráveis braços, de uma riqueza imensa mas é uma perfeita quimera para o governo constitucional de uma província pobre". Saraiva deixou-nos a lição de que, apesar de pertencermos a uma comunidade ainda pobre, muito poderemos fazer para enriquecê-la desde que saibamos amá-la com carinho e pertinácia.[6]

Saraiva em seu terceiro relatório sobre a administração, apresentado ao transferir ao governo ao Dr. Simplício de Sousa Mendes, seu sucessor, em 11/3/853, diz que saíra de Oeiras no dia 6/8, com destino à nova Capital, onde chegara a 13.

Digitalizado com CamScanner

Abdias Neves diz "Chegou aqui a 14 de agosto e a 15 ordenou que a Tesouraria deveria achar-se em Teresina no próximo dia 6 de outubro [...]"[7]

Parece-nos que pelo menos dois dias após sua chegada, já estava em ação, pois autoriza o Diretor da Administração da Fazenda Provincial, embora tardiamente, a pagar a José Ricardo de Sousa Neves e gratificação mensal de 50$000 desde o dia 15/8, quando lhe arbitrou essa gratificação, em virtude de estar encarregado de vigiar escrupulosamente o nivelamento de Teresina em sua edificação, e saber que a Câmara Municipal não tem recursos para isso. (Idem. L. 214. 125. 125v. Doc. de 16/10/1852).

Parece-nos também que um de seus primeiros atos burocráticos, cujo original não conhecemos, e que infelizmente foi omitida a data em seu registro, foi a dispensa dos serviços da Comissão da Matriz, pois tendo agora residência em Teresina assumiria pessoalmente aquelas funções. (Idem. L. 203. 54v. 55. Doc. s/d.).

A Câmara Municipal de Poti, agora de Teresina, mais uma vez lhe renderia homenagem, quando, ao acusar seu ofício de 16/8/1852 em que participa a execução da Lei 315, que autoriza a mudança da Capital, proclama seu "mérito do melhor administrador que tem tido esta parte integrante do Império", e se apressa a falicitá-lo, "entregando-lhe por maior honra sua o glorioso título de Fundador da Cidade de Teresina". (Idem. M. 353. Doc. de 22/9/1852).

Ao chegar Saraiva à nova Capital continua a trabalhar na disposição da cidade para o funcionamento do aparelho burocrático da Província e do Governo Central.

Manifesta a Manuel Domingues seus agradecimentos por ter-lhe oferecido gratuitamente pelo espaço de dois anos a casa que lhe vinha servindo em Teresina de Palácio Presidencial, assim como as que estava construindo. (Idem. L. 203. 55. 55v. Doc. de 21/8/1852).

Amparado pela população que lhe vinha proporcionando todo o concurso, autoriza o Inspetor da Administração da Fazenda Geral a fazer logo a transferência de sua repartição e que lhe sejam declarados quais os funcionários que já dispõem de casa na nova Capital. (Idem. L. 214. 120. 120v. Doc. de 16/8/1852).

Digitalizado com CamScanner

Não se pronunciando as Secretarias de Estado, em fase de exigüidade de tempo, a respeito de seus ofícios enviados ainda de Oeiras sobre a mudança da Capital, resolve a 16/9/1852 dirigir-se novamente ao Ministro da Fazenda e, depois de referir-se à sua correspondência anterior, informa que **"chegando a Teresina foram-lhe oferecidos pelos habitantes do lugar casas gratuitamente por um a dois anos, para Palácio, Tesourarias, Correio, e outras repartições públicas e, além disso, foram postas a sua disposição muitas outras casas para empregados que tiveram família. Isso o habilitava a fazer a transferência de todas as repartições públicas, quando o achasse conveniente."**

E acrescenta como que já prevendo uma justificação se tornava precisa ao Governo Central, em vista da omissão dos senhores ministros, e visto já de Teresina ter autorizado a transferência de Oeiras para a Capital das Tesourarias, a provincial e geral: "Apesar, porém, de ter autorização do Exmo. Sr. Presidente do Conselho para efetuar a transferência da Capital, logo que o Corpo Legislativo Provincial o resolvesse, queria todavia esperar pelas ordens parciais dos diversos ministros, e mesmo atender em nova consulta a recomposição que havia sofrido o Gabinete.

"Reconheci, porém, ao chegar aqui, e ao receber notícias de Oeiras que toda e qualquer demora na transferência das Tesouraria e na execução da Lei da mudança era prejudicial, não só porque essa demora dificultava a transferência em conseqüência da estação invernosa, que se aproxima, e que vai, até abril, do ano seguinte, como ainda por entreter em Oeiras uma espécie de fermentação nos espíritos, que conquanto nenhum resultado funesto possa produzir a mudança, não deixa todavia de ser um mal, que cumpre evitar, e que procuro remover sobre mim a responsabilidade de ordenar a transferência da Tesouraria para aqui".

Pede, então, que aprove seu ato e afiança que em menos de três meses terá "o prazer de comunicar a V. Exa. que a nova capital do Piauí funciona regularmente, e a muitos respeitos melhor do que a velha" (Idem. L. 178. 178v. Doc. de 16/9/1852).

Ainda nesse mesmo dia torna a oficiar ao mesmo Ministro sobre a ajuda de custo, e repete: "Foi oferecido gratuitamente por dois anos casa para a Tesouraria Geral, que pode depois continuar a ter o mesmo destino mediante aluguer razoável. Essa tem mais acomodações, e é mais forte do que a de Oeiras, onde se achava a mesma Tesouraria".

Digitalizado com CamScanner

Quanto a mobiliário dizia que "tem sido emprestado, pois que a população me vai ajudando como pode". (Idem. L. 178. Doc. de 16/9/1852).

Em verdade, os ministros custaram a responder. Quem primeiro se pronunciou foi o Ministro do Império. Com referência à mudança da Capital, da parte de S. Majestade, informa que manda declarar que teria sido mais regular que aguardasse a aprovação solicitada para a realização que já, entretanto, efetuou, e quanto a transferência da administração do Correio, aprova, mas acrescenta que "teria sido mais conveniente e regular que houvesse V. Exa. precedentemente solicitado explícita autorização". (Idem. M. 353. Docs. de 8/10/1852 e 9/10/1852).

Como vemos são dois **pitos.** Mas o fato estava consumado e a aprovação seria sua conseqüência.

Mais tarde os outros ministros também se pronunciam, e não há outro caminho senão o da aprovação. (Idem. M. 353. Docs. de 24/12/1852).

Ao receber Fernando da Costa Freire autorização para transferir-se com sua repartição para Teresina, dispôs em caixões que se adaptavam a costais de cavalgaduras todos os livros e papéis que formavam seu arquivo, e ainda dois retratos, um do Imperador e outro de N. S. da Vitória, e no dia 14/9/1852, tendo tudo confiado a Custódia L. P. Correia e Henrique Ferreira de Carvalho , vaqueiros das fazendas fiscais, a fim de conduzirem até o porto de S. Francisco. Acompanhavam o arquivo quatro soldados. De S. Francisco seguiram embarcados os caixões conforme ajuste com Raimundo Antônio Borges à razão de 3$500 (três mil e quinhentos réis) o volume.

No dia 20, a cargo do Tesoureiro, seguiria o cofre, que também seria escoltado, guardado pela força pública, pois continha elevada importância. No balancete então apresentado pela Contadoria, via-se um saldo de 111:746$832 (cento e onze contos e setecentos e quarenta e seis mil oitocentos e trinta e dois réis). (Idem. M. 343. Docs. de 14/9/1852. Docs. de 14/9/1852 e 15/10/1852).

No dia 8/10, José Maurício da Costa Pestana comunica nessa data instalou em Teresina a Administração da Fazenda Provincial e dera início a seus trabalhos. (Idem. M. 352).

Digitalizado com CamScanner

No dia 11 era Fernando da Costa Freire que comunicava haver nessa mesma data instalado a Tesouraria na Fazenda Nacional e ser preciso comprar ou mandar fazer o mobiliário para a repartição, anunciando ainda que já havia pedido para isso autorização do Ministro da Fazenda. Informa ainda que todo o arquivo chegou em ordem. (Idem. M. 343. Docs. de 11/10 e 15/10/1852).

Saraiva quando mandou que seguisse logo para Teresina o Estabelecimento dos Educandos Artífices já foi com o propósito de aproveitá-lo nas obras que então se realizavam nessa cidade. Havia na instituição, afora mestres, alunos habilitados que poderiam prestar serviços nas obras que se realizavam em Teresina. Trabalhariam em cooperação com os obreiros de Mestre João Isidoro. Vemo-los aplicados no preparo da mobília necessária aos estabelecimentos públicos, a coadjuvar nas oficinas de ferreiros e carpinas, e também no telheiro da igreja Matriz com os operários contratados nas mesmas obras. (Idem. L. 232. 3.3 a 3v. Docs. de 16/9 e 16/9/1852. M. 353. Doc. de 17/9/1852).

A princípio alojaram-se como puderam, certamente nos galpões de palha que Mestre João construíra. Em seguida, cogita-se no aluguel duma casa para acolhê-los, mais tarde se providência a construção da casa própria, quando Saraiva manda que se faça o alinhamento do terreno para a obra, e que se tire a madeira com a ajuda dos escravos das Fazendas do Fisco. (Idem. L. 232. 6. 9v. Docs. de 18/10 e 9/12/1852).

A construção do cemitério que já era objeto de estudo antes da mudança da Capital, voltava agora, com prioridade, sob as vistas diretas de Saraiva que manda que se prepare logo o terreno onde deveria ser assentado. Dentro em poucos dias estava tudo pronto para o início da obra, quando há cogitações para que seja feita a arrematação, de modo a ser concluída em fins de fevereiro. (Idem. L. 203. 56v. Doc. de 14/10/1852). (L. 232. 15v. Doc. de 28/1/1853. M. 353. Docs. de 14/10 e 9/11/1852).

Nessa mesma época vai construído por Jacó Manuel de Almeida Júnior o curral que serviria de matadouro. (Idem. L. 203. 57v. e 58 a 59. Docs. de 4/11 e 11/11/1852).

Saraiva autorizou Mestre João a preparar planta e orçamento de edifício de dois andares, que deveria ser construído em terreno ao lado da Matriz, de modo a haver acomodações no andar superior

Digitalizado com CamScanner

para a Assembléia Legislativa e sessões da Câmara Municipal e do júri, e no inferior, para a Tesouraria Provincial, Coletoria e Liceu. A construção deveria ser "de maneira que não seja ofendida a beleza e regularidade que o mesmo edifício deve proporcionar às duas praças que se acham em frente e nos fundos da Igreja Matriz". (Idem. L. 232. 4. Doc. de 10/1852).

A desídia e o desprezo a nossa tradição fizeram-nos esquecer as lições que nos deixara Saraiva, ainda no verdor dos anos, mas já talhado para estadista.

Por essa época eram tomadas medidas para a trasladação da sede paroquial da freguesia de Poti para Teresina. Às vésperas de Natal de 1852, após a bênção solene do santuário da capela-mor da Igreja de N.S. do Amparo a imagem da padroeira da velha igreja matriz de Poti é festivamente conduzida em procisão para a nova matriz de Teresina.

Como documento interessante, registramos o "AUTO da trasladação da Paróquia da antiga vila do Poti para a cidade de Teresina como abaixo se declara.

"Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinqüenta e dois, aos vinte e quatro dias do mês de dezembro do dito ano, nesta Freguesia de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Teresina da Província do Piauí, na nova capela que deverá servir para sede da matriz, pela razão da total aniquilação da antiga, nesta Cidade a sede da Província, removidos o reverendo Vigário colado da vara desta Freguesia o Padre Mamede Antônio de Lima comigo escrivão de seu cargo adiante nomeado pelo dito Reverendo ministro me foi dito lavrar o presente auto de visita. Bênção e transferência da sede desta Paróquia, o que sendo por mim satisfeito passou o reverendo Ministro a visitar e achando-a decente e capaz de celebrar nela com a precisa dignidade os Ofícios Divinos, deitou-lhe uma bênção na conformidade do Excelentíssimo Ordinário deste Bispado e logo em seguida ordenou a trasladação da padroeira do velho para o novo templo, e seguida do necessário concurso do povo em solene procissão foi conduzida a Senhora do Amparo Padroeira desta Freguesia para Capela da cidade de Teresina sendo colocada no Altar-mor onde recebeu os fervorosos afetos de Piedade dos Fiéis, contando-se Missa Solene pelo Reverendo ministro. Sendo de tudo testemunhos o Excelentíssimo Sr. Presidente desta Província, e os ilustríssimos Senhor Doutor Chefe

Digitalizado com CamScanner

de Polícia, Inspetor Geral desta mesma Província que com o Reverendo Ministro assinaram; e logo pelo mesmo Reverendo Ministro me foi ordenado tirasse cópia autêntica da presente para ser remetida ao Excelentíssimo Reverendíssimo Ordinário deste Bispado, de que fiz este auto. Eu José Ferreira Guimarães, Escrivão da Vara – que o escrevi.

Pe. Mamede Antônio de Lima
José Antônio Saraiva
Luís Carlos de Paiva Teixeira
José Álvares de Sousa
Fernando da Costa Freire".

Saraiva incumbe a José Mendes Vieira e ao Dr. Júlio César Andreini a escolha do local para edificação do Hospital de Caridade, e mantém entendimentos com o Dr. João Nunes de Campos que, no momento, trabalhava no Maranhão, para que visse prestar serviços no Piauí, resultando dessa consulta a vinda do engenheiro a quem confia fazer a planta dum edifício que sirva de Palácio de Governo, e de duas casas, uma para os Educandos e outra para o Hospital de Caridade. O Palácio do Governo deveria ter dois pavimentos, o superior para residência presidencial, e o inferior para Secretaria do Governo, Correio e Guarda; o Hospital de Caridade deveria a destinar-se a 60 doentes, dos quais 20 seriam do sexo feminino; o de Educandos, com acomodações para 60 alunos, deveria ainda ter acomodações para 6 oficinas e residência do Diretor. (Idem. L. 203. 61v. 63. 63v. Docs. de 22/1, 24/1, 24/1, 14/2/1853).

Reitera ainda ao Ministro da Guerra seu pedido para construção de um quartel para a tropa de 1.ª Linha. Diz que com a mudança da Capital, a tropa ficou sem quartel. "O de Oeiras era uma casa grande sem acomodações capazes. É indispensável que se construa aqui um bom quartel, pois que de futuro será ele um bom depósito de recrutas de todo este centro e há de conter o triplo ou o quádruplo da força que tem o Piauí hoje, pois que as coisas vão mudar muito, e a Capital nova do Piauí vai tornar-se o centro da organização militar do interior das províncias do

Digitalizado com CamScanner

Maranhão e Ceará, sobre isso já oficiei a V. Exa [...]" (Idem. L. 228. 59v. a 60. Doc. de 24/1/1853).

Ao mesmo tempo mandava abrir em linha reta uma estrada ou rua até a povoação do Poti, pela frente do cemitério, e abrir outra estrada que, partindo da rua que fica atrás da Matriz, ao meio da praça vá ao Poti, em linha reta. Se possível, acrescenta, que faça tudo ao mesmo tempo. "As estradas devem ter quarenta palmos de largura, e devem ser conservadas as árvores copadas sem prejuízo do trânsito". (Idem. L. 203. 58v. Doc. de 11/11/1852).

Manda também que se **"alinhe o terreno onde tem de ser edificada a cadeia** e que deve ser defronte do Quartel de Linha na extremidade da praça em que fica aquele quartel. Devo dizer-lhe que os portões da cadeia devem corresponder aos portões do Quartel". (Idem . 203. 59v. a 60. Doc. de 3/12/1852).

Como vemos, já há um quartel de linha, certamente em galpões de palha a que mais tarde se referem os documentos. E assim foram construídas as duas obras indispensáveis ao crescimento da cidade, os portões da cadeia correspondendo aos portões do Quartel, até quando um ato insano e sem finalidade justificável demoliu o velho Quartel do 25 B.C., onde tivemos a honra e o prazer de prestar nosso serviço militar.

A Câmara Municipal já havia designado , para acomodação da pobreza que não pudesse fazer casas conforme as exigências legais, lugares às margens do rio e em torno da cidade. (Idem. M. 353. Doc de 22/9/1852).

Saraiva procura ainda melhorar as condições das ruas que ficam entre a Matriz e o Barrocão que já se acham com boas edificações, bem como procura fazer alguma coisa pela iluminação pública com o que restava da iluminação pública de Oeiras, o que já uma vez intentara adquirir. (Idem. L. 203. 61. a 62. Doc. de 10/1/1853. M. 359. Doc. de 22/1/1853).

"Ao chegar a Teresina, havia boas construções na Praça da Constituição (atual Deodoro) e Praça Saraiva, Rua da Glória, Rua Grande, Rua Bela, estes últimos logradouros já conhecidos por estes nomes. Viam-se também muitas cabanas pelas circunvizinhanças, especialmente na beira do rio e em rumo do Barrocão. Em fins de 1854, já tinha Teresina uns oito mil habitantes. Era a maior sede municipal da Província".[8]

Digitalizado com CamScanner

Luís Carlos de Paiva Teixeira, em **Relatório** a Antonio Francisco, dá-nos aspectos de Teresina de 1853. Informa que em dois grandes barracões cobertos de palha estavam alojados os soldados do Meio Batalhão que servia na Província, e também os seus doentes, bem como os da Polícia Militar. Acrescenta que são obras provinciais e estão a ser concluídas a matriz, a cadeia, o hospital, o cemitério e o quartel de polícia. O Governo Geral fazia a Casa da Pólvora. No hospital já se pode admitir até 25 doentes, e no cemitério estão prontas e podem ser alugadas 50 catacumbas. Já se cogitava a abertura de 2 poços para abastecimento d'água à cidade, cujo porto era de contínuo freqüentado por barcas conduzindo os gêneros de produção de primeira necessidade dos municípios de uma e outra margem do rio, e gênero de importação e exportação de barra afora, vindos e levados pela cidade de Parnaíba.[9]

Já Pereira da Costa dá o seu testemunho de Teresina de 1885: "A cidade é dividida em sete praças e 26 ruas, sendo 10 de norte a sul, e 16 de leste a oeste, todas espaçosas, bem alinhadas e cortadas em ângulos retos, formados em geral de boa e elegante edificação.

Os seus edifícios públicos são os seguintes: o Quartel da Companhia de Infantaria, Hospital da Santa Casa de Misericórdia e a Casa de Detenção, situados no Campo de Marte; Matriz de N. S. do Amparo, Tesouro Provincial, Paço da Assembléia, Palácio da Presidência, Tesouraria da Fazenda, Correio, Mercado, Câmara Municipal, Fundição e Escritório da Companhia de Navegação Fluvial no Parnaíba, situados na Praça da Constituição, a mais bela e notável da cidade, pela sua extensão, edificação e arborização, notando-se ainda, no centro da praça, uma coluna de mármore dedicada ao ex-presidente da Província Dr. José Antônio Saraiva, a quem se deve a iniciativa da mudança da Capital de Oeiras para Teresina; O Quartel de Polícia , na Praça Arquidaban; a nova Igreja de S. Benedito, o mais belo e elegante edifício da Província, na praça do mesmo nome; a Igreja Matriz de N. S. das Dores e dois edifícios de escola pública na praça Saraiva; a Secretaria de Polícia, na rua da Palma; e o Cemitério Público, com uma capela, catacumbas e alguns mausoléus, situado fora das raias da cidade, mas a pequena distância.

"Os prédios particulares, em geral de boa construção, e sobretudo de ótimas acomodações e de barato aluguel, elevando-se

Digitalizado com CamScanner

pouco mais ou menos ao número de 500 além de algumas chácaras e centenas de choupanas, que se estendem até fora dos limites da cidade."

E logo adiante: "A cidade de Teresina é iluminada a querosene por noventa combustores públicos, além de outros particulares.

"Tem quatro tipografias em que se publicam os seguintes periódicos: **Imprensa**, órgão do partido Liberal, **Época**, órgão Conservador, **Telefone**, imparcial, e **Mocidade Piauiense**, jornal literário do colégio de N. S. das Dores."

E ainda, quando Saraiva escolheu o local para capital: "Por esse tempo o local escolhido, que fora outrora uma fazenda de criação, e conhecido por **chapada do corisco**, pelas grandes trovoadas e freqüentes faíscas elétricas, que caem do começo até certa época da estação invernosa, era uma chapada estéril, coberta de matos, e apenas com duas ou três casas." A população de Teresina propriamente, baseado ainda em Pereira da Costa, era em 1885 de 10.000 habitantes, e todo o município, conforme o recenseamento de 1872, era de 21.917, sendo 18.796 livres e 3.121 escravos.[10]

✓

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] SARAIVA, José Antônio. **Fala** de 3/7/1851.

[1a] COSTA, Pereira da. **Notícia sobre as comarcas do Piauí,** anexo à Fala do Dr. Raimundo Teodorico de Castro e Silva, de 1/6/1885, p. 226.

[2] SARAIVA, José Antônio. **Fala** de 3/7/1851.

[3] Vide **Litericultura.** Ano I. N.° 2. p. 67 a 68.

[4] COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí.** 1909, p. 99.

[5] COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia.** p. 106 a 107.

[6] VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. **Relatório** de 1/8/1845.

[7] **Litericultura**. Ano I. N.° 2. p. 68.

[8] NUNES, Odilon. **A mudança da capital de Oeiras para Teresina.**

[9] TEIXEIRA, Luís Carlos de Paiva. **Relatório** de 5/12/1853. p. 7 a 9. 14 a 15.

[10] COSTA, F. A. Pereira da. **Notícia.** p. 222 a 226. Baseada em **Notícia sobre as comarcas do Piauí** e leis posteriores, na parte final do volume, em apêndice, está a relação das comarcas do Piauí, ao ser proclamada a República.

Digitalizado com CamScanner

5

Transportes e Comunicações fontes econômicas

Se estudarmos o movimento de navios no porto de Parnaíba, verificaremos que a navegação marítima começara a declinar após a Independência.

Lembremo-nos de que o autor do **Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí** (1770) nos informara que nesse porto anualmente ingressavam de 16 a 17 navios.[1]

Em 1836 entraram apenas 9 embarcações, e já não aparece navegação de alto mar desde o ano anterior. Mas em Parnaíba havia ainda 3 estaleiros, incluindo o de Barra do Longá.[2]

Pouco depois, quando o Ministério da Marinha quis construir uma lancha e uma catraia para socorro marítimo, não encontrou quem quisesse aceitar a encomenda porque já não existiam recursos para a construção e a encomenda não compensava a organização de um estaleiro para esse fim. (Casa Anísio Brito. Arquivo. L. 249. Doc. de 11/8/1845. L. 183. Docs. de 10/11/1845 e 10/2/1846. M. 257. Doc. de 21/2/1845).

Após a Balaiada, de notável cousa alguma ou quase nada se fez no Piauí nos quatro anos imediatos ao término da luta. Só depois das dissensões e conflitos partidários que frustaram os propósitos de realizações dos governos de José Ildefonso de Sousa Ramos e do Conde do Rio Pardo, a Província ingressa numa senda de trabalhos e pode efetuar obras públicas, regulamentar o funcionamento de suas repartições, criar novos órgãos burocráticos,

Digitalizado com CamScanner

bem como reprimir o crime que recrudesceu com as desordens por que passou o Piauí, anulando a ação policial e administrativa das autoridades.

Havia até mesmo quase desaparecido a incipiente navegação do rio Parnaíba que vinha promovendo a distribuição do sal e de produtos importados cujo valor da venda era permutado pelos produtos da terra.

O comércio piauiense, excluindo o que se fazia em cavalgaduras para o Ceará, o das boiadas para as feiras das províncias vizinhas, escova-se pela Itapecuru através das praças intermediárias do Poti (Piauí) e Caxias (Maranhão).

A **Lei Provincial n.° 129, de 30/9/1841** que autorizava o Presidente da Província a conceder privilégio exclusivo por 25 anos à companhia que estabelecesse a navegação no rio Parnaíba por barcos a vapor ou outros meios superiores que se descobrissem, marcaria apenas um tópico literário de nossa história. Não despertou nenhum interesse; não teve nenhuma conseqüência ponderável.

Contudo a navegação do Parnaíba e seus afluentes já era considerado como recurso primordial para promover o desenvolvimento do Piauí. Vimos isso no Governo de José Ildefonso de Sousa Ramos, quando as autoridades municipais manifestam seu pensamento.

O grupo que defendia a tese de que o progresso viria com a mudança da Capital sempre teve como opositores os que pleiteavam o melhoramento das estradas e o aproveitamento do Parnaíba como recursos principais para a solução do problema. Foi o que vimos em Góis e Vasconcelos.

Marcos Antônio de Macedo posteriormente se dirige a Alves Branco, o futuro segundo Visconde de Caravelas, e, no momento, primeiro ministro do gabinete que durou de 22/5/1847 a 8/3/1848, e também estuda o assunto com eficiência. Em sua explanação acaba dando prioridade à navegação: "Não havendo outro meio mais adequado para tirar esta província do atraso em que se acha, e fazê-la chegar ao estado de prosperidade e adiantamento de que é suscetível pela riqueza que encerra, do que dando-se impulso à navegação do imenso rio Parnaíba e não tendo ainda chegado a esta população os verdadeiros conhecimentos dos grandes recursos que podem derivar de um plano de navegação interior, nem havendo, por isso, pessoa alguma habilitada para

Digitalizado com CamScanner

oferecê-lo ao público a fim de ver se o concita ao desejo de criação de alguma companhia que se queira propor a introdução de barcos de vapor de pequeno lote, rogo a V. Exa. para que se digne acolher esta minha idéia em sua alta sabedoria, enviando para esta província um engenheiro, que tenha os precisos conhecimentos para organizar um plano de navegação por vapores tanto naquele rio, como em seu afluente denominado Canindé, pelo qual se pode estender a navegação até esta capital na estação invernosa.

"Contando com o apoio de V. Exa., tenho deliberado mandar levantar a planta de uma estrada de transporte por carros entre esta capital e o dito rio, que ficara distante dela vinte léguas pouco mais ou menos.

"Esse veículo se torna de mais real interesse, porque não sendo estáveis, as águas do Canindé, deixará de haver interrupções nos transportes das mercadorias, que todos são feitos presentemente em costas de animais, a custa de muito tempo, excessivo trabalho, e fretes extraordinários.

"Muito se tem falado em um plano de mudança da Capital, mas pelo que vou observando, parece-me inexequível, ou pelo menos muita mais dispendioso do que a navegação que traz além de tudo outras vantagens mais imediatas". (Idem. L. 186. 136v. a 137. Doc. de 2/11/1847).

A mesma orientação seguiria Perete. Ao assumir o Governo diz ao Ministro da Justiça que o único porto da província é o da cidade da Parnaíba e que a ele não se dirigem embarcações estrangeiras e apenas dali vão alguns navios nacionais conduzir gados a Caiena, na Guiana Francesa, donde quase sempre voltam sem lastro [...] (Idem. L. 180. 168v. Doc. de 2/10/1848).

Ao Ministro do Império diria que era do mais alto interesse a navegação do Parnaíba não só para o Piauí como ainda para as províncias limítrofes, o Maranhão e o Ceará. E reitera o pedido de seus antecessores a fim de que se faça alguma coisa para a consecução desse melhoramento. (Idem. L. 209. 25. Doc. de 9/3/1849).

E logo em seguida sanciona a L. P. n.° 244, de 30/8/1849 que autoriza a abertura do canal do Igaraçu que tinha por finalidade aproximar o porto da cidade de Parnaíba do litoral e atrair navios de curso marítimo.

Nessa mesma época, Leonardo Castelo Branco, a sonhar ainda com a emancipação do Piauí, dessa vez, sob o ponto de

Digitalizado com CamScanner

vista econômico, obtém por L. P. de 31/8/1849, uma subvenção para a construção de um barco que idealizava para o Parnaíba. E cujas vantagens práticas não lograria demonstrar.[3]

Silveira da Mota pouco adianta sobre o assunto. Mas aconselha que se façam melhoramento nas estradas, e informa que há pouco comunicação com a Parnaíba.

Saraiva, que a princípio julgara de maior rendimento despender com a navegação em vez de se fazerem gastos improdutivos em melhoramentos nas estradas da Bahia e do Maranhão, em pouco faz opção pela mudança da Capital, afirmando que a mesma haveria de produzir a navegação. E foi a orientação que seguiria.[4]

Considerava ele que era de incaculável vantagem a exploração do Parnaíba, rio que, como dissera, parece destinado a mudar a face da mesma Província. Mas condicionou esse objetivo à mudança da Capital, a que se dedicou inteiramente.

Outrora, no período colonial, quando havia navegação marítima ligando o Piauí ao Estado do Maranhão e ao Estado do Brasil, os navios preferencialmente penetravam no Parnaíba pela barra da Tutóia. Testemunhamos essa ocorrência, pelo menos, até o decênio de 30, do século XIX.[5]

Desde então, os poucos navios que por vezes ainda estavam no delta desse rio, preferiam a barra das Canárias, porque distava apenas duas léguas do porto da Parnaíba, enquanto Tutóia dista 20 léguas.

Mas os navios que buscavam Canárias ancoravam distante da terra, e das duas léguas e percorrer em busca da cidade que repousava afastada do litoral, uma e meia seriam feitas em cavalgaduras, em péssimos caminhos e, quando no inverno, não eram pequenas as avarias que sofriam as mercadorias transportadas.

Melhor seria a barra do Igaraçu onde também já se encontrava e que conduziria diretamente ao porto da Parnaíba desde que se abrisse um canal que aumentasse suas águas pelo desvio das águas do rio Parnaíba que se derramavam nas Canárias. Daí a Lei promulgava por Perete.

Digitalizado com CamScanner

No governo de Saraiva, no ano de 1851 não se falava senão na Vila Nova do Poti, e em 1852 o objetivo máximo era, até a efetivação do ato, a mudança da Capital. As coisas correram assim.

Mas em fins de 1851, Saraiva recebeu uma representação dos negociantes da cidade do Parnaíba, entre os quais figuravam José Coelho de Miranda, José Francisco de Miranda Osório e também representante da firma inglesa André Miller & Companhia, e mais outros, pedindo a abertura do Canal do Igaraçu.

Saraiva, ao acusar o recebimento da representação, diz que já enviou ao Governo Imperial, e pede a André Miller informações sobre as medidas que deveriam ser tomadas para a execução da obra, e quais as vantagens advindas de sua realização. (Idem. L. 203. 50. Doc. de 19/12/1852).

Desde fins de 1851, logo após receber a representação, escrevera Saraiva ao Juiz de Direito, Dr. Antônio Francisco de Sales, a quem também solicita esclarecimentos sobre o mesmo assunto.

O Dr. Sales julga conveniente que seja ouvido um engenheiro, e junta uma carta de José Coelho de Miranda que tanto se interessara pela abertura do canal que se propusera mesmo a construí-lo mediante indenização posterior. Agora, ressentido pela falta de atenção que lhe fora dispensada, manifestava desinteresse em pessoalmente executar a obra.

Julga, entretanto, que a abertura do **canal é da maior utilidade pública e particular, para animar a navegação, tanto a marítima, como a do interior.** E justifica que esse braço do Parnaíba (o Igaraçu), que deságua em Amarração, já tivera bastante profundidade e já fora a barra de acesso para a cidade da Parnaíba. Mas a formação de bancos de areia vinha ocasionando grandes prejuízos à navegação. E relata que em 1848 tinha três navios de consignação, mantendo o comércio de gados com Caiena: o brigue escuna **Águia** de 155 toneladas, a sumaca **Parnaíba** de 105 toneladas e a escuna **Feliz Amizade** de 55.

Quando tentaram abandonar o porto pela barra do Igaraçu, não o conseguiram, pois bancos de areia impediram. Foi forçado a descarregar os navios, fazê-los saírem vazios barra afora a fim de entrarem na barra das Canárias para onde mandou o carregamento

Digitalizado com CamScanner

pelo rio Parnaíba, com grandes dispêndios para um novo embarque. Um dos proprietários não fez mais voltar o seu navio. Continuaram nesse comércio a sumaca **Parnaíba** e a escuna **Feliz Amizade**, penetrando pelas Canárias, com grandes perigos e despesas maiores.

Em agosto de 1851 perdeu-se o brigue inglês **Britânia**, e em novembro o **Three**, ambos de propriedades de André Miller & Companhia, negociantes ingleses estabelecidos em Parnaíba, como já sabemos, e que, como conseqüência das dificuldades encontradas, manifestaram intenção de também abandonar o comércio, o que efetivamente fizeram um pouco mais tarde. Julga José Coelho de Miranda indispensável a abertura do canal e acrescenta que não faltaria quem queira aceitar a execução da obra. (Idem. M. 340. Docs. de 20/1/1852 e 28/5/1852).

O Governo Imperial promulga o **Decreto N.° 632, de 18/9/1856**, que tem por fim fomentar a navegação a vapor. O Ministério entra em entendimento com os governos provinciais. Monte Alegra, então Ministro do Império, escreve ao Presidente do Maranhão sobre a incorporação de uma ou mais companhias que tomem a si uma empresa de navegação entre as províncias do Norte. O Presidente do Maranhão dirige-se a Saraiva sobre o assunto. Trata-se de estabelecer navegação a vapor entre S. Luís e Fortaleza, com escala no porto mais próximo do rio Parnaíba, ou melhor, a cidade desse mesmo nome. O comércio do Maranhão se interessou pelo empreendimento, e é elaborado um plano a ser executado. (Idem. M. 355. Docs. de 16/3/1852 e 24/8/1852).

O Ministro do Império, do Gabinete imediato, dirige-se também a Saraiva sobre a empresa que deveria ser iniciativa particular. E junto a Góis e Vasconcelos, então ministro da Marinha, providencia ordens para que seja posto à disposição do Governo do Maranhão um pequeno vaso de Guerra a fim de visitar e inspecionar os portos a serem escalados pelas embarcações da companhia incorporada a ser fundada. (Idem. M. 353. Docs. de 3/12/1852 e 3/12/1852).

O desenrolar desses últimos fatos preenche todo o ano de 1852, quando Saraiva, a princípio, se dedicava afanosamente à

Digitalizado com CamScanner

mudança da Capital, e logo em seguida, já em Teresina, às providências necessárias para que não houvesse o emperramento da máquina burocrática, com prejuízos da administração pública.

Saraiva escreve ao Dr. Sales em 10/2/1853 para informar que deseja melhorar uma das barras do Parnaíba, e que para isso nomeará uma comissão da qual o Juiz faria parte, bem como José Francisco de Miranda Osório e José Coelho de Miranda, para opinar sobre o assunto. Aconselha ainda que todos deveriam entender-se com o oficial da Marinha encarregado da inspeção dos portos. "A presidência espera, dizia ele, que a comissão se prestará a esse serviço que é prognóstico de grande porvir para sua terra natal". (Idem. L. 203. 62 a 62v. Doc. de 10/2/1853).

O Presidente do Maranhão comunica que já havia seguido para Parnaíba o brigue escuna **Andorinha** a fim de estudar as barras e determinar a que deveria abrigar o porto de escala dos vapores da companhia que se projetava criar. (Idem. M. 364. Docs. de 16/2/1853 e 16/2/1853).

Quando os membros da comissão participam a Saraiva o recebimento de seu ofício, já anunciam a chegada do barco de guerra que vinha desincumbir-se de sua missão, no delta do Parnaíba. (Idem. M. 358. Docs. de 23/2/1853 e 25/2/1853).

O brigue estava nas Canárias, pelo menos, desde os primeiros dias de fevereiro, pois no dia 8, seu comandante já responde ofício no dia 6 em que lhe foi solicitado relatório sobre a inspeção que realizava.

É quando Saraiva, em 12/3/1853, abandona o Governo que transfere a Simplício de Sousa Mendes que fica na presidência até 2/4/1853, quando assume as funções Luís Carlos de Paiva Teixeira. (Idem. L. 233. 31v. 34v. L. 177. 31v. L. 228. 65v. e 66. L. 237. 6. L. 232. 26 e 26v.)

Luís Carlos estimula Parnaíba a apresentar com brevidade seus estudos, pois havia verba, que poderia ser aplicada no canal. Nesse sentido há entendimento com o inspetor da Tesouraria. E João Nunes de Campos, então a serviço do Piauí, recebeu a incumbência de apresentar minucioso relatório de estudo do Parnaíba para a navegação de barcos a remos e a vapor, da confluência do Canindé ao Igaraçu, cuja barra cumpria também examinar para opinar com o fim de atender a solicitação dos membros da Comissão. (Idem. L. 203. 69 e 70. L. 232. 32v. e 39v.

Digitalizado com CamScanner

L. 235. Ofs. N.° 72 e N.° 85. M. 368. Doc. 6/6/1853. M. 358. Docs. de 8/7/1853 e 8/6/1853).

O Comandante do brigue, Ten. Pedro Tomé de Castro Araújo, recebendo o pedido de informação sobre o Igaraçu, apresentou imediatamente, como dissemos, relatório a respeito dos melhoramentos necessários nessa barra, quando se pronunciou a favor da de Amarração, por ser mais perto de Parnaíba.

Termina, dizendo: "A carência dágua remedeia-se rompida uma ponta de terra na entrada do Igaraçu, cujo furo sendo de umas 150 braças para menos, encaminhará para Amarração as águas do Parnaíba que seguem com mais arrojo para Canárias – esta última barra tem hoje duas saídas e é mais funda que a de Amarração, porém os navios não podem chegar senão muito longe da cidade e as cargas atravessam légua e meia por terra e no inverno é quase impraticável – os navios latinos são os mais próprios para essa navegação – sinto não poder mandar uma cópia da planta do rio e barra por não estarem ainda prontas – mas mando do Maranhão". (Idem. M. 358. Doc. de 8/1/1853).

Parece que não mandou a planta, motivo por que mais tarde seria censurado pela comissão em ofício ao Presidente. (Idem. M. 358. Docs. de 8/2/1853 e 9/6/1853).

Dessas cogitações surgem orçamentos que se elevam, o da planta e navegabilidade do rio Parnaíba, exclusivamente o estudo confiado a João Nunes, a 1:836$000, e o da feitura do canal, a 12 ou 14:000$000, com adiantamento, para início da obra, de 4:000$000, cujo pagamento foi logo autorizado, o que se vê compulsando os documentos indicados. (Idem. M. 358. Doc. de 9/6/1853. M. 368. Doc. 6/6/1853).

João Nunes chegara ao Piauí com os primeiros dias de fevereiro, e após prestar serviço nas obras públicas de Teresina, deu início a seus estudos sobre o Parnaíba: sua navegabilidade e levantamento de sua planta. (Idem L. 235. Doc. de 6/6/1853. Of. N.° 72).

Desde junho fora posto a sua disposição o numerário para a execução deste trabalho que, entretanto, só teve começo no mês de setembro. (Idem. L. 232. 32v. Doc. de 6/6/1853).[6]

Digitalizado com CamScanner

A comissão do canal já mostrara a conveniência dum engenheiro para com acerto pronunciar-se a respeito do assunto. Como seu presidente, o Dr. Sales, seguisse para a Capital, por seu intermédio, mais pormenorizadamente seria esclarecida a conveniência sugerida, quando então solicitaria ao Governo autorizar o Dr. João Nunes e prestar sua cooperação. (Idem. M. 358. Doc. de 21/7/1853).

Luís Carlos atende o pedido, e participa que o engenheiro estudaria a barra e o terreno do Igaraçu logo após a exploração do Parnaíba, bem como daria orientação para o começo e término da obra. (Idem. L. 203. 70v. Doc. de 11/8/1853. L. 232. 39v. Doc. de 11/8/1853).

A comissão era propensa a proceder à execução da obra pela abertura duma vala que seria um ensaio ou experiência como traçado do vindouro e definitivo canal.

Assim, a 28/9/1853 publica edital de concorrência, e reúne-se no paço municipal a 5/10, quando a arrematação é feita por Evaristo da Silva Menezes, sob finança de Paulino José Coelho Bastos, Vice-Cônsul de Portugal, por 3:799$000, obrigando-se o arrematante a dar a obra concluída no dia 31/10/1854. Evaristo, no dia 10/10, à frente de seus escravos e de homens livres, dá início à abertura do escoadouro que seria, conforme o edital, de "260 braças de comprimento em linha e se abrirá o furo com 25 palmos de largura, 15 de profundidade, ou aqueles que forem precisos para chamar a água na baixa-mar das marés vivas, no fundo do canal ficará com 10 de largura, e a ribanceira com sete e meio de elevação por cada lado, correspondendo esta a 15 palmos; a terra que se tirar do furo será depositada em uma longitude de 30 palmos para o lado de baixo, para que não volte". (Idem. L. 232. 39v. Docs. de 11/8/1853 e 11/8/853. L. 203. 70v. Docs. de 11/8/1853. 73v. Doc. de 19/10/1853. M. 358. Docs. de 9/6/1853 e 8/7/1853. M. 380. Docs. de 28/10/1854. M. 377. Docs. de 2/8/1854. 29/7/1854. 9/10/1854. 5/10/1854.[7]

O trabalho prosseguiu, só interrompido pelo inverno. Todos presumiam que a água das enchentes buscaria a vala aberta e facilitaria a operação por meio de arrombamento, precipitando-se para Amarração. Isso se deduz da lei sancionada por Perete. Terreno de aluvião, ocorreu o que poderia ser previsto. Esbarrondaram-se as ribanceiras, e as chuvas consecutivas impediram a continuação dos trabalhos e houve, então, a obstrução do escoadouro.

Digitalizado com CamScanner

Antônio Francisco Pereira de Carvalho, que assumira a presidência em 5/12/1853, demostrara grande interesse não só pela desobstrução do Parnaíba, como também pelo canal Igaraçu. A João Nunes pediu orçamento para os dois empreendimentos e também escreveu à comissão tratando do mesmo assunto. (Idem. L. 203. 54. Doc. de 5/12/1853).

Com a vinda do estio, Evaristo reiniciava os trabalhos. Tanto assim que o Presidente, em maio de 1854, escrevendo ao Ministro do Império sobre Igaraçu informa que o empreendimento vai bem.

Em face de obstáculos encontrados e das despesas realizadas, verificou o arrematante que não poderia satisfazer todos os compromissos assumidos. Pede, então, uma prorrogação de prazo para o término da obra, e nova avaliação. A comissão opina a favor do que solicitava o arrematante, enquanto a Tesouraria da Fazenda dá informação contrária. Posteriormente aprova o Presidente o parecer de prorrogação. Em março de 1855, dizia essa autoridade que era essa a única obra do Governo Geral em andamento da Província. (Idem. L. 237. 34. 35. Doc. de 8/5/1854 e 52. 52v. Doc. de 17/3/1855. L. 203. 79. Doc. de 10/2/1855. M. 380. Doc. de 28/10/1854. M. 377. Docs. de 2/8/1854, 13/7/1854, 2/8/1854, 29/8/1854).

Até então não havia nenhum órgão do Governo a disciplinar e proteger a navegação do Parnaíba, e as barras desse rio ainda não tinham práticos.

A navegação para o interior, alcançando mesmo Oeiras, estava em desenvolvimento, a forçar uma saída para o mar. Tudo era de iniciativa particular.

José Coelho de Miranda, em seu ofício de 20/1/1852, ao Juiz de Direito de Parnaíba, em que muito fala sobre o assunto, na parte final acrescenta que já se empregaram para mais de 100 homens livres na navegação para o interior e que certamente com a mudança da Capital ainda mais aumentaria aquele número. (Idem. M. 340. Doc. de 20/1/1852).

Mais tarde, após a mudança da Capital, informa ainda que é proprietário em Parnaíba e tem diversos barcos navegando no rio, em operações comerciais suas, bem como de diversos

Digitalizado com CamScanner

negociantes, e bem assim de lavradores, e que, sem meios de reparações, sofrem continuamente prejuízos em virtude do desleixo e malversação do pessoal de bordo sem respeito a uma lei regulamentar que o discipline e o responsabilize. Pede, então, providências para tantos abusos. (Idem. M. 358. Doc. de 8/6/1858).

Quanto a práticos para o porto de Amarração, no governo de Luís Carlos houve cogitações para nomeação de pessoas habilitadas. Contudo, só no governo de Antônio Francisco há a nomeação do primeiro prático para o porto de Amarração, ao expirar de 1854. Foi o que vimos nessa fase. (Idem. L. 177. 33. Docs. de 14/7/1853. 36v. 37. Doc. de 16/11/1854).

Também esse presidente muito se interessou pela criação da Capitania do Porto que foi estabelecida pelo **Dec. N.° 1552**, de 10/2/1855, ainda em sua administração. Eram as primeiras medidas oficiais que se concretizavam para a disciplina e o desenvolvimento da navegação do Piauí. (Idem. L. 177. 37, 37v. 38. 39. Docs. de 3/1/1855. 17/2/1855. 13/4/1855).

Já vimos o interesse que Antônio Francisco vinha tomando a fim de que se proporcionassem recursos para o estabelecimento da navegação no Parnaíba.

Ao Ministro do Império disse ele: "A navegação a vapor pelo grande rio Parnaíba é o objeto que merece a mais séria atenção do Governo Imperial, porque estabelecida ela, duas províncias tirarão grandes vantagens, esta e a do Maranhão, as quais pertence, e divide. Segundo informações que tenho colhido, o rio é navegável em grande extensão sem que ofereça certos embaraços, e conquanto não tenha ainda havido uma exploração científica do mesmo em toda a sua extensão, como seria para desejar, contudo posso asseverar a V. Exa. ser ele um dos grandes rios do país, sendo muito favorável ao fim da navegação a vapor [...]" Acrescenta que, segundo João Nunes, o rio conserva nos lugares mais rasos três palmos e meio de águas", e que no trecho estudado "não se encontram cachoeiras e nem mesmo pedras, sendo o seu leito álveo, ou todo arenoso". "Não terminarei, continua o Presidente, não terminarei, porém, o presente, sem referir a V. Exa. uma circunstância bastante lisonjeira e é de terem descido na estação

Digitalizado com CamScanner

invernosa, depois que cheguei, balsas conduzindo diversos produtos do país, e isto dos confins da Província, e de lugares tão remotos da de Goiás, sem que esses que assim empreenderam pela primeira vez uma viagem tão ousada e desconhecida, tivessem encontrado dificuldades sérias como mo declararam verbalmente". (Idem. L. 237. 27. 28. Doc. de 16/2/1854).

E também envia o **Relatório** de João Nunes sobre o exame que procedeu no Parnaíba, desde o Igaraçu a Teresina (pois deixou de estudar o trecho da Capital ao Canindé) com o fim de ver se o rio se prestaria a navegação a vapor. (Idem. L. 237. 34. Doc. de 6/5/1854).

Em sua administração promulga a **Res.** N.° 378, de 16/8/1854, que concede uma subvenção de 10:000$000 à companhia que se encarregue da iniciativa e manutenção do melhoramento.

Acometido de mortal doença a que pouco resistiu, veio a falecer no dia 9/8/1855, quando, então, Ernesto José Batista assume as funções que transfere no dia 10/9 a Baldoíno José Coelho que, por sua vez, dá posse a Frederico de Almeida e Albuquerque no dia 1/12/1855. (Idem. L. 237. 67. 67v. 78. 78v. Docs. de 8/8/1855. 11/8/1855. 30/11/1855. L. 177. 42. 42v. 47v. Docs. de 11/8/1855 e 3/12/1855. L. 239. 115v. Docs. de 11/8/1855 e 3/12/1855).

Almeida e Albuquerque revelou bastante lucidez na análise que faz dos empecilhos que tolhem o desenvolvimento da Província. Dá a falta de transporte como causa básica do subdesenvolvimento. Daí a alta importância que atribui à navegação do rio Parnaíba.

Poucos dias após sua posse, ao Ministro do Império dizia ele: Esta Província fica quase em sua totalidade, tão distante dos portos de mar, e dos grandes mercados do País que muitos de seus produtos agrícolas deixam de ter valor algum, porque as despesas de transportes absorvem e porventura excedem ao mesmo valor; e aquele mesmo produto que é o objeto da ocupação da máxima parte dos respectivos habitantes que constitui a riqueza da Província, o gado, vende-se por preço mui inferior àquele por que costuma ser vendido o que produzem as províncias vizinhas que se acham colocadas em condições mais favoráveis. Sem que pois se adote o melhoramento de que trato, por certo esta Província não sairá do estado deplorável em que se acha, de atraso e pobreza; entretanto, por seus recursos naturais é susceptível de progresso". (Idem. L. 237. 79v. Doc. de 29/12/1855).

Digitalizado com CamScanner

E logo após assina o orçamento a **Lei** N.º 422, de 15/1/1856, que consigna no Orçamento 30:000$000 para solução do problema.

Denuncia ainda a indisciplina das tripulações que conduzem canoas, botes, barcaças que fazem o comércio no rio Parnaíba, e também a ausência no espírito de associação de que carece o piauiense. (Idem. L. 177. 50v. 51. 52. Docs. de 28/1/1856, 31/1/1856).

Em **Relatório** que apresenta a Assembléia Legislativa em 22/8/1856, mais pormenorizadamente analisa as causas de nosso atraso: falta de comunicações e transportes, de braços livres de trabalhadores profissionais; responsabiliza também como causa do subdesenvolvimento a indolência habitual dos habitantes em virtude de abundantes recursos de subsistência que oferece a terra, e também a frugalidade das classes abastadas, sem nenhum pendor para gozar comodamente a vida.

Era o fruto do individualismo que tanto caracterizou o piauiense do primeiro século, e que perduraria por longo tempo nos grupos dominantes, e ainda a propalada indolência que não é senão o desânimo das populações pobres a padecer sempre as conseqüências do nenhum valor do produto do seu trabalho, numa terra trancada, sem comunicações e possibilidades de empreendimentos.

E Frederico de Almeida e Albuquerque ainda diz: "Os interesses econômicos de um país têm entre si uma verdadeira afinidade, prendem-se todos uns aos outros, e formam uma grande cadeia, de modo que para se poder promover uns, é mister que se faça progredir todos". Concita a criação do espírito empresarial, a conjugação de todos os esforços para o soerguimento econômico da Província, e sua integração no concerto nacional.

Ainda ao Ministro do Império solicita a vinda dum oficial da marinha para explorar as barras do Igaraçu e das Canárias, onde há coroas que convém remover. (Idem. L. 177. 51v. 52. Doc. de 30/1/1856. Vide Lei de 15/1/1856).

Faz nomeação de práticos e aquisição de catraias e escaler para a Capitania do Porto em virtude de dificuldades que oferece o ancoradouro e para facilitar a atividade dos práticos.

O 1.º Ten. Engenheiro Alfredo de Barros Vasconcelos, como encarregado das Obras Públicas da Província, vai incumbido de

Digitalizado com CamScanner

examinar o furo do Igaraçu, com instruções para coadjuvar os que trabalham em Parnaíba. (Idem. L. 177. 53. Doc. de 10/3/1856. L. 255. 9v. 10. 14. 16. 16v. Docs. de 10/3/1856. 19/9/1856. 26/9/1856, 16/7/1856. M. 439. Docs. de 20/6/1856. 12/7/1856).

Apesar de consignar a Lei Orçamentária boa verba para a navegação a vapor, Almeida e Albuquerque, que tão lucidamente interpretou a conjuntura piauiense, pouco fez de positivo.

João José de Oliveira Junqueira é quem vai dar o passo decisivo em rumo de sua solução. Sua ação já não se restringiria a simples análise do problema. Já tem caráter decisório.

Seu antecessor, Lourenço Francico de Almeida Catanho, vice-presidente que no dia 7/3/1857 substituíra Almeida e Albuquerque, lhe transfere as funções no dia 10/6. (Idem. L. 248. 21. 26. Docs. de 9/3/1857. 10/6/857. L. 177. 66. Doc. de 10/6/1857).

Poucos dias após sua posse, em **Relatório** à Assembléia Legislativa, de 2/7/1857, afirma que a navegação do Parnaíba é a primeira necessidade da Província. E ainda: "Assim estou disposto a empregar, sem perda de tempo, a verba de 30:000$000, votada para essa navegação, na aquisição de um vapor [...]" Informa ainda que já se entendeu com Saraiva, então ministro da Marinha, a respeito do assunto e já solicitou ao Governo Imperial que fizesse os vapores da Companhia Brasileira tocar em Parnaíba, ou os da empresa pernambucana, que já vem até Granja, estender sua linha até a cidade piauiense. Acrescenta ainda que já determinara a vinda de escravos das Fazendas Nacionais para a limpeza do rio. "Não devo omitir que navegação do Parnaíba está compreendia entre aquelas que têm de ser exploradas por uma companhia de navegação entre o Ceará, Piauí, Maranhão e Pará, abrangendo também os principais rios dessas províncias [...]" Isso não era senão o objetivo do **Decreto N.° 632**, de 18/9/56 a que já nos referimos.

Mas o exercício financeiro de 1856-1857 era findo, e assim o Presidente já não poderia utilizar-se de suas dotações. Contudo, consegue ele que a Câmara aprove nova lei orçamentária para o exercício de 1857-1858 que consigna ainda a verba de 30:000$000 para o mesmo fim e que ela sanciona e publica sob N.° 427, de 7/7/1857.

Digitalizado com CamScanner

Publicada a lei, expede imediatamente os escravos das fazendas nacionais e homens livres, guiados por pessoas entendidas, para fazer a limpeza do rio Parnaíba, de Teresina à barra do Longá, e confia o mesmo serviço de barra do Longá àquela cidade ao Capitão do Porto. (Idem. L. 255. 23v. 24. Doc. de 23/7/1857. L. 248. 30. Doc. de 4/8/1857).

Ao Ministro do império, a quem já comunicara o que vinha fazendo, diz: "É, porém, de meu dever indicar desde já a V. Exa. que a primeira necessidade dessa Província é a navegação a vapor do rio Parnaíba, assunto que já hei, por vezes, ocupado a atenção de V. Exa.

"Algumas medidas tenho tomado para esse fim, auxiliado pela Assembléia Provincial, que trata de habilitar-me com todos os meios próprios, e contando com a cooperação do Governo Imperial, espero obter algum resultado". (Idem. L. 248. 30. 30v. Doc. de 13/8/857).

A Assembléia Legislativa vota ainda a lei de orçamento para o ano financeiro de 1858-1859 que, sancionada e publicada sob N.º 450, em 4/9/1857, concede ainda mais 15:000$000 para navegação.

Junqueira se apressa em mandar a Saraiva cópia da mesma lei. Agora pode dispor de 45:000$000. No dia imediato ao da promulgação, em ofício a Saraiva, tece comentários em torno da emenda adotada pela Câmara dos Deputados que autoriza o Governo Imperial a estender à Província a linha de cabotagem da capitania Pernambucana, e das intenções que tem de conceder subvenção à mesma companhia. Após esse preâmbulo, acrescenta: "Feitas estas observações cabe-me apresentar o objeto deste ofício que tomo a liberdade dirigir a V. Exa. por estar convencido do interesse, e zelo que V. Exa. tem pelos negócios públicos, e principalmente pelo desenvolvimento desta Província em que V. Exa. fez a sua brilhante estreia administrativa, e que tanto deve a V. Exa. Autorizada, pois, a Presidência desta Província pelo orçamento vigente a despender trinta contos de réis e pelo orçamento votado para o seguinte exercício mais quinze contos de réis com a navegação a vapor, resulta, portanto, como acima ponderei, a quantia de 45 contos, que poderá ser logo aplicada a este importantíssimo ramo de prosperidade pública, como V. Exa. verá no § 5.º do Art. 7.º do Título 15 da Lei que tenho a honra de

Digitalizado com CamScanner

remeter a V. Exa. combinado com o § 38.° do Título 9.° da mesma Lei. Verá mais V. Exa. que a Assembléia Provincial autorizou a Presidência a contrair um empréstimo da quantia que fosse precisa (dentro da cifra votada) a fim de realizar a dita navegação (citado § 5.° do Art. 7.° do Título 15). Eu desejando levar a efeito com brevidade semelhante melhoramento, e considerando que a companhia privilegiada da Navegação Costeira e fluvial, do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará ainda terá a sua realização, ou fará a exploração das linhas concedidas para um futuro remoto, e incerto, tenho entendido que se deve tratar já da navegação a vapor no rio Parnaíba, como um meio precursor, e animador da mesma companhia.

"Neste pensamento, que partilhado por todos os piauienses, eu tenho deliberado fazer construir ou comprar por conta da Província um pequeno vapor que venha encetar esta navegação, e unir esta Capital ao porto da Parnaíba, onde encontrando os vapores da linha pernambucana se unirá a todo o Império. E como somente nessa Corte existem estabelecimentos próprios para semelhante construção, ou haja facilidade de aparecer algum pequeno vapor à venda com as dimensões, e proporções próprias para navegar em um rio, que, conquanto caudaloso, como sabe V. Exa., às vezes no tempo das secas, oferece passagens de quatro palmos de água, eu tenho me animado a rogar a V. Exa. que se digne encarregar-se de ordenar semelhante construção, ou compra pelo preço que V. Exa. entender mais acertado.

"Igualmente V. Exa. por si, ou por outrem, autorizado pelo presente, mandará contrair em algum estabelecimento bancário dessa Corte, o empréstimo relativo ao preço do pequeno vapor, e seu custeio até a cidade de Parnaíba, porquanto me parece que será aí mais fácil, e comandante arranjado tal empréstimo do que em outra praça do Império, onde os capitais menos avultam, e o juro é mais alto.

"A segurança de semelhante empréstimo para o estabelecimento mutuante é a maior, que se pode desejar: isto é, o crédito de uma Província que nada deve, e que tácita, ou expressamente faz penhor das suas rendas". (Idem. L. 177. 71 a 72. Doc. de 5/9/1857).

Digitalizado com CamScanner

Saraiva aceitou a incumbência. Em pouco contrataria com o estaleiro da Ponta da Areia a construção a vapor que receberia o nome de **Uruçuí** e que seria o primeiro a visitar Teresina.

O dinheiro a que se refere Junqueira e que deveria ser levantado na Corte, não foi, entretanto, assim obtido. O capital preciso para construção do **Uruçuí** seria mesmo o de que dispunha o Piauí pois nada vimos com referência a empréstimo, no Rio.

Poucos meses depois remete Junqueira por intermédio do Presidente do Maranhão 40:000$000 a Saraiva, a quem informa que o resto seria pago por saque do Tesouro Nacional contra a Tesouraria da Província. O **Aviso de 3/4/1858** do Ministro da Marinha acusa o recebimento da importância transferida. (Idem. L. 177. 80. Doc. de 2/3/1858. M. 456. Doc. de 3/4/1858).

Pouco depois, acompanhado do **Aviso de 10/3/858**, era recebido o contrato firmado pela Independência da Marinha, com a Companhia da Ponta de Areia, de Mauá. (idem. L. 177. 83v. Doc. de 15/5/1858).

Junqueira toma providências junto ao Capitão do Porto, em Parnaíba, a fim de que acompanhe o vapor **Uruçuí** em sua primeira viagem a Teresina, e dá-lhe completa liberdade nas deliberações a tomar. Autoriza ainda a mandar balizar o rio Parnaíba e verificar as medidas que deveriam ser adotadas, prestando todo o auxílio num caso de desarranjos. Acrescenta então, que confia a Providência afastaria os perigos temidos. (Idem. L. 255. 35. 35v. 36. Docs. de 7/5/1858 e 19/6/1858).

Em maio, Saraiva informa que o vapor não poderá estar no Piauí senão em agosto, porque para sua conclusão esperou-se pelo maquinismo que só então chegara da Europa. (Idem. M. 456. Doc. de 24/5/1858).

Somente a 20/8/1858 determinou que o 1.° Ten. Álvaro Augusto de Carvalho seguisse com seu comandante para o Piauí, logo que tudo estivesse pronto, tocando nos portos onde fosse necessário receber combustível, e, após desincumbir-se de sua missão, regressasse à Corte com a marinhagem e mais praças da tripulação, menos o piloto, maquinista e foguistas que continuariam a servir por conta do Governo da Província. (Idem. L. 177. 86v. 87. Doc. de 14/10/1858. M. 456. Doc. de 20/8/1858).

Saraiva recomenda ainda ao Presidente da Província que deixasse como empregado do vapor, no caso de haver bem

Digitalizado com CamScanner

desempenhado a comissão Miguel José dos Anjos que viera do Rio de Janeiro como Fiel e Encarregado de tomar conta, sob as vistas do Comandante, dos objetos da Fazenda Nacional. (Idem. M. 456. Doc. de 24/9/1858).

Finalmente expede ordens a 4/11/1858 a fim de que o **Uruçuí** siga para o Piauí, e participa ao Presidente da Província que fizera ao Comandante um adiantamento de 500$000 (quinhentos mil réis) como ajuda de custo, para suas despesas de viagem. (Idem. M. 456. Doc. de 4/11/1858).

Esse valor foi retirado da verba de 2:000$000 (dois contos de réis) mensais que o Ministério do Império autorizara o Governo da Província a despender como auxílio à navegação, enquanto não se inaugurasse o tráfego fluvial a vapor, e da qual Saraiva requisitara ao mesmo Ministério pôr à disposição do da Marinha 6:000$000 (seis conto de réis) a fim de ocorrer às despesas com as viagens para o Piauí. (Idem. L. 88. Doc. de 22/11/1858. M. 456. Doc. de 11/10/1858).

Por essa época, a exploração e limpeza do Parnaíba já haviam sido feitas, e, de Liverpool, por intermédio de Singlehurst Nicholson & Companhia, já haviam chegado 50 toneladas de carvão de pedra, bem como estava a lenha disposta à margem do rio, material necessário para combustível da fornalha. E Junqueira já intentava fundar uma companhia de navegação, confiado a empresários da Província.

A respeito do assunto mantinha entendimentos com Saraiva e o Ministro do Império. (Idem. L. de 86v. Doc. de 13/10/1858. L. 255. 37v. Doc. de 24/8/1858. M. 439. Doc. de 1/7/1858).

Junqueira em seu **Relatório de 30/12/1858**, quando transfere a presidência a Simplício de Sousa Mendes, anuncia que o **Uruçuí** partira do Rio de Janeiro no dia 9/11/1858. Já não teve, entretanto, o prazer de testemunhar os festejos da chegada a Teresina do primeiro barco a vapor.

A viagem ao longo do litoral brasileiro não foi tranqüila. Por vezes sofreu avarias o **Uruçuí**; esteve mesmo prestes a perder-se. Logo ao sair fundeara na enseada dos Búzios, donde parte às cinco horas da manhã do dia 10, alcançando Macaé às 16 horas. Levanta

Digitalizado com CamScanner

ferros na madrugada imediata e, então vai fundeando sucessivamente na ilha Santana, Itapemirim, Guarapari e depois Vitória, onde chega com avarias às 14 horas e 30 minutos do dia 19, e onde levanta ferro às 10 e 30 do dia 25, para em seguida ancorar em Caravelas, Morro de S. Paulo, e em Salvador às duas horas da manhã de 26 de dezembro, já sob providências do Presidente da Bahia, rebocado pelo vapor **Itajaí.** É longa sua estada na capital baiana, donde levanta ferros às 5 e 10 do dia 12 de fevereiro. Alcança Pernambuco no dia 17, onde, como na Bahia, há grande demora, e onde sai às 11 e 30 do dia 20 de março. Chega à Paraíba no dia 21, no dia 22 em Rio Grande, Ceará em 24, a 28 em Jericocoara e finalmente entra em Amarração às 16 horas.

A viagem agora passaria ser fluvial. Deixa amarração às16 horas do dia 31 de março e, pelo Igaraçu, atraca em Parnaíba, onde fica ancorado por sete dias. Abandona Parnaíba no dia 7 de abril e vai fundeando em vários portos na ilha de S. Paulo, em Pintadas, Malhada Alta, Barra da Corvina, Repartição, Curralinho, União, donde parte às 6 horas da manhã de 19, para chegar em Teresina às 15 horas do mesmo dia, percorrendo 14 léguas em 9 horas, rio acima.

Governava, então, o Piauí o Dr. Antônio Correia do Couto, que tomou posse a 24/1/1859, recebendo o Governo Dr. Simplício de Sousa Mendes.

Informa **O Propagador,** jornal que então se editava na capital do Piauí e em cujo testemunho nos baseamos, que os tropeços encontrados foram **passagens** de pouca profundidade e grande número de paus no leito do rio.

Em verdade, na viagem fluvial, quase não houve anormalidade de importâncias notáveis. O **Uruçuí** encalhou nos Baixios da Barra da Corvina, donde saiu no dia imediato, e em Pitandas perdeu um ferro (provavelmente uma âncora) e houve pequeno desarranjo na máquina . Alcança Curralinho, onde demora de 13 a 16, em consertos. No mais, foi tudo em ordem.

Já na viagem marítima do Rio de Janeiro ao Piauí foram inúmeros os perigos.[8]

Digitalizado com CamScanner

Como conseqüência dessa dificuldade, escrevera o Pres. Couto ao Presidente da Bahia, pedindo que fizesse sustar a saída do **Uruçuí** do porto de Salvador, e participando que escrevera também ao Ministro da Marinha (ofício da mesma data) ponderando a conveniência de ser o vapor rebocado daquele porto até a cidade de Parnaíba, visto não suportar o peso das ondas e já por duas vezes, uma na altura do Espírito Santo, outra, ao chegar à Bahia, estivera o ponto de perder-se. Nessa última Província salvou-o o socorro do Itajaí enviado pelo Presidente, sendo entretanto, consideráveis as avarias sofridas. (Idem. L. 272. 1. 1v. Doc. de 28/2/1859. L. 280. 2. Doc. de 28/2/1859).

Mas a 28/2, quando o Presidente do Piauí fizera seu pedido ao da Bahia, já o **Uruçuí** estava ancorado no Recife donde sairia para viagem tranqüila até Amarração.

Em Teresina foi festiva a recepção do **Uruçuí.** A bordo estiveram as pessoas representativas da cidade, inclusive o Presidente Couto. Girândolas, salvas de artilharia atroaram as águas do Parnaíba. A banda de música dos Educandos Artífices compareceu para dar mais alegria àquela gente. O povo acorreu às margens do rio para testemunhar o fato e em pouco uma passeata atraiu toda a população às ruas da Capital.[9]

Afora os que deveriam continuar nos trabalhos de bordo, constituíram a tripulação do **Uruçuí** 22 praças que deveriam retornar ao Rio de Janeiro, em Companhia do Comandante.

O Presidente Couto, no Domingo da Ressurreição (24 de abril), ofereceu ao Ten. Álvaro Augusto de Carvalho em jantar de 40 talheres. Houve muitos brindes extensivos a Junqueira, Saraiva, e saudação a S.M. Imperial e sua Augusta Família. Segue-se uma **soirée** a que comparecem pessoas gradas.[10]

Já vimos que Junqueira iniciara a fundação da companhia que deveria explorar a navegação no Parnaíba. Façamos um ligeiro retrospecto. A primeira reunião dos principais homens de terra para tratar do assunto foi feita no Palácio da Presidência no dia 4/10/1858, seguindo-se outra dois dias após.

O Presidente do Piauí deu parte ao Ministro do Império das ocorrências havidas, o que também participara a Saraiva. (Idem. L. 177. 86v. Doc. de 13/10/1858).

Digitalizado com CamScanner

Transferimos ao P. Chaves apresentação desse tópico de nossa história:

"Amadurecida a idéia, que já vinha de longe, em a noite de 4 de outubro de 1858, o Presidente Junqueira convocou ao Palácio uma reunião de alguns principais da cidade, para tratar da incorporação de uma companhia de navegação a vapor no rio Parnaíba. Era o primeiro passo. Tratou-se, na reunião, de receber assinaturas para as ações que seriam de 100$000. O resultado foi animador: foram assinadas mais de trezentas naquela noite memorável.

"Um detalhe aparentemente insignificante ia inutilizando todo o plano. A luta política em Teresina, naquela época, estava muito extremada e, mui naturalmente, o Presidente Junqueira achou que podia excluir os seus adversários políticos, não os convidando a reunião.

"Foi um erro. Alguns deles eram os pais da idéia com capacidade financeira e administrativa para cooperaram valiosamente na vitória do empreendimento.

"Inteligente, Junqueira reconheceu o passe errado e tratou logo de corrigi-lo. Convocou uma segunda reunião para o dia 6, à noite, desta vez estendendo o seu convite a todos os homens capazes de Teresina, sem distinção de partidos. Alguns dos excluídos na primeira não quiseram comparecer; outros porém, o fizeram e, "daqueles mesmos dois ou três mandaram-se inscrever, sendo um deles o Sr. Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura que se inscreveu com 50 ações, a maior assinatura da lista que nessa noite foi elevada a 478 ou 480 ações". Ficou estabelecido o seguinte: "1.° – que se criassem comissões nos municípios para agenciarem assinaturas; 2.° – que devendo ser o fundo da Companhia de 150:000$000 em (1.500) ações, logo que estejam distribuídas, ou hajam assinaturas para 800 ações se deverá incorporar a Companhia; 3.° – que dado este caso se reunirão os acionistas em assembléia geral para elegerem uma diretoria, e esta cuidar do contrato com a presidência; 4.° – que preliminarmente ficava estatuída ter o assinante de duas ações um voto e nesta razão até dez não se concedendo mais de dez votos, qualquer que fosse o número de ações tomadas; 5.° – que a assembléia geral se constituiria com a terça parte dos votos das ações tomadas. Este plano livraria a Companhia de beneficiar incorporadores".

Digitalizado com CamScanner

Já o Presidente Junqueira antecipando-se à corporificação da idéia na Província, se havia dirigido ao Governo Imperial, pedindo-lhe apoio para a mesma. A resposta foi a ordem imperial de 15 de setembro de 1858, destinando a quantia de dois contos de réis mensais "para ocorrer às despesas com a navegação a vapor no Parnaíba, desde a cidade deste nome até esta capital, abonando-se do dia em que tiver começo a navegação, e enquanto ela se não fizer por conta da Companhia que se tem de organizar".

"O movimento de assinaturas foi tão rápido que a 27 de novembro se reuniram novamente os acionistas. Estavam subscritas 800 ações, inclusive 146 tomadas pela Província. Foi então declarada incorporada a Companhia e nomeada sua primeira diretoria, em caráter provisório, ficando assim constituída: Tomás de Aquino Osório, Deolindo Mendes da Silva Moura e Simplício de Sousa Mendes.

"O Governo da Província já havia encomendado ao Estaleiro da Ponta d'Areia, no Rio, a construção do primeiro vapor para a Companhia. "Convocados pela diretoria provisória, reuniram-se em assembléia geral os acionistas, na casa de Assembléia Provincial, às 9 horas da manhã do dia 5 de dezembro. Tratou-se da organização dos estatutos da Companhia, que seriam submetidos à aprovação do Governo Imperial. A diretoria provisória apresentou à Assembléia um projeto de estatuto, que foi discutido por títulos e aceito. Foi então eleita a mesa da Assembléia dos acionistas, para gerir os negócios da Companhia. "A assembléia constituiu-se com 211 de 382 votos em 1.001 ações passadas a 101 acionistas, inclusive 22 de Oeiras. Foram eleitos: – Presidente o Sr. Dr. Cândido Gil Castelo Branco, com 114; Secretários o Sr. Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura, com 179 votos, e Tenente-Coronel José Maurício da Costa Pestana, com 110".

"Lutando com as maiores dificuldades a Companhia meteu mão à obra de desobstruir alguns trechos do Parnaíba e iniciar a construção de seus escritórios e armazéns.

"A assembléia geral só voltou a reunir-se em 8 de maio de 1859. Foi então eleito presidente da assembléia o Sr. Capitão Lourenço Antônio Marreiros Castelo Branco, e editores os Srs. Cel. José Cândido Aguiar, Major José Araújo Costa, Capitão José Ferreira de Vasconcelos, Dr. Simplício de Sousa Mendes e Tenente Firmino Alves dos Santos. Esta diretoria por sua vez, elegeu seu

Digitalizado com CamScanner

presidente o Major Araújo Costa. No dia seguinte foi nomeado Gerente da Companhia o Tenente-Coronel José Maurício da Costa Pestana.

"Muito deveu a Companhia ao Sr. Tenente-Coronel Pestana. Tem que se creditar a seus esforpos a obtenção para ela, de vantajosas concessões por parte do Governo da Província. A morte, porém, o arrebatou mui cedo aos trabalhos, sem que visse concretizado seu maior ideal: a aprovação imperial aos estatutos. Esta já veio na gerência do Sr. Tenente-Coronel Francisco Mendes de Sousa, e deve-se aos esforços do ilustre piauiense, o Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. O decreto imperial de aprovação tem o número 2.974 e é de 16 de setembro de 1862, precisamente 4 anos depois do primeiro pronunciamento imperial em favor da Companhia que se ia organizar. Em reconhecimento aos esforços do Dr. Paranaguá, a Companhia de navegação do rio Parnaíba batizou o seu segundo vapor com o nome do ilustre Conselheiro.

"Em 1861 a Companhia já movia um capital de mais de duzentos contos de réis".[11]

Procurou o Governo da Província transferir, sob o amparo dos poderes públicos, a empresários particulares a promissora iniciativa. Seria uma companhia incorporada que teria como fundo 150:000$000 (cento e cinqüenta contos de rés) distribuídos em 1.500 ações de 100$000 (cem mil réis), que em pouco foram subscritas.

No dia 24/11, conforme Pereira da Costa, Junqueira "contrata com a companhia de navegação do rio Parnaíba, recentemente incorporada, o serviço regular da navegação a vapor do mesmo rio, mediante as seguintes bases: A fazer a navegação nos 18 primeiros meses somente entre a Capital e a cidade da Parnaíba, tocando nos portos intermediários de União e Repartição, e nos que entendesse convenientes, e depois daquele tempo em qualquer ponto acima da Capital, empregando no serviço da navegação barcos a vapor com a força nunca inferior a 24 cavalos, mediante um privilégio exclusivo de 20 anos". E mais: cessão do **Uruçuí** à mesma companhia, que deveria construir no prazo dum ano dois barcos para reboque, levantar armazéns nos pontos de escala, fixando ainda outras condições. "Em compensação, porém, obrigou-se o governo a prestar-lhe uma subvenção mensal de 2:000$000 (dois

Digitalizado com CamScanner

contos de réis) enquanto tivesse um só vapor, e de 2:500$000 quando possuísse dois; a solicitar do Governo Imperial uma subvenção pelos cofres gerais e bem assim à Província do Maranhão, pelos benefícios que a navegação lhe proporcionava".

O Governo Imperial concedeu uma subvenção mensal de 1:000$000, conforme se vê no **Aviso** de 25/5/1859. Posteriormente foram aumentadas as subvenções.[12]

A 27/11 há reunião dos acionistas que constituem uma diretoria provisória, que deveria assentar as bases essenciais do contrato de navegação com o Presidente da Província, composta por Tomás de Aquino Osório, Deolindo Mendes da Silva Moura e Simplício de Sousa Mendes. (Idem. L. 248. 7. Doc. de 22/11/1858).

Essa diretoria convoca os acionistas para uma assembléia geral a realizar-se no dia 5/12, quando, então, apresenta um projeto de estatuto que elaborara e que deveria ser discutido para ser submetido à aprovação do Governo Imperial.

Nesse mesmo dia há a eleição do órgão que deveria conduzir os negócios da companhia, recebendo o Dr. Cândido Castelo Branco 114 votos para presidente, e o Dr. Deolindo Mendes da Silva e José Maurício da Costa Pestana, respectivamente 179 e 110, para secretários.

A 21/12 enviam-se ao Ministro do Império ofícios acompanhando o **Estatuto** e participando que já haviam sido subscritas 1.140 ações. (Idem. L. 248. 75v. Doc. de 21/12/1858).

Em pouco era findo o governo de Junqueira. Em 8/5/1859, já no governo de Correia do Couto, com o **Uruçuí** ancorado no porto de Teresina, há reunião de assembléia geral, quando se faz nova eleição de presidente, diretores e se escolhe para gerente José Maurício da Costa Pestana a quem muito ficaria devendo a organização empresarial.

O Presidente Antônio Correa do Couto é entusiasta da navegação a vapor no Parnaíba. Em ofício de 7/4/1859 ao Ministro do Império pleiteia aumento da subvenção para 4:000$000 (quatro conto de réis) mensais, visto nos primeiros anos não ter a empresa rendimentos satisfatórios por não haver de pronto o que exportar e

Digitalizado com CamScanner

conseqüentemente seria insignificante a importação. Julga o aumento da subvenção medida justa e necessária, dizendo: "[...] quando falo em ato de justiça, refiro-me às outras companhias organizadas em províncias muito mais adiantadas e ricas que, entretanto, têm sido coadjuvadas pelo Governo com pingues subvenções".

E já fala num certo desânimo que se vai apoderando da Companhia em face dos obstáculos que se lhe deparam. (Idem. L. 248. 85. 85v. Doc. de 7/4/1859).

Em ofício de 5/5/859 diria ao Ministro do Império que tendo chegado o **Uruçuí**, aprovara sob sua responsabilidade e em caráter provisório, o estatuto da Companhia, que fora remetido anteriormente ao Ministério para homologação, pois só assim, mediante essa formalidade, poderia a companhia receber o referido vapor a fim de dar início à navegação. Informa que tomou também o arbítrio, para atender justificada solicitação da mesma empresa, de continuar a pagar os 2:000$000 (dois contos de réis) mensais que o Ministério autorizara dar como ajuda para a navegação do Parnaíba, enquanto essa não se inaugurasse. Pede para tudo a aprovação e justifica suas deliberações com os argumentos expendidos em seu ofício de 7/4, acrescentando ainda que o Governo Imperial deve lançar suas vistas para a iniciativa, "concedendo-lhe todos os favores de que carece para prosperar, certo de que sem esses favores será difícil, senão impossível que a mesma Companhia se não aniquile". (Idem. L. 248. 75v. 86v. Doc. de 21/12/1858 e 5/5/1859).

No dia 19/5 solicita Couto ao Capitão do Porto que preste mais um serviço à Província incumbindo-se de dirigir o **Uruçuí** em seu regresso à cidade de Parnaíba, visto não ter comandante, e em Teresina, no momento, não haver quem pudesse desempenhar a função. (Idem. L. 255. 48. Doc. de 19/5/1859).

Ás 10 horas do dia 24 de maio parte o **Uruçuí** de Teresina, realizando a viagem de regresso a Parnaíba em 24 horas.

Ao porto da Capital, para solenizar o ato, compareceram o Presidente, altas autoridades, e grande assistência popular.

Afora poucos passageiros, cujos nomes enumera o **O Propagador**, foram embarcados, como carregamento do comércio, 176 couros salgados, 150 meios de sola, e por conta da Companhia, 6 dúzias de tábuas de cedro.

Digitalizado com CamScanner

O barco seguiu quase descarregado. Sua receita montou apenas a 304$940 nessa primeira viagem.[13]

Diz, entretanto, Pereira da Costa que seguiu com carregamento completo no dia 23/5 a data, baseado nos relatórios de Couto, de 27/6/1859, e de Luna Freire, de 9/9/1867. Ainda baseado nesses mesmo relatórios, diz que o **Uruçuí** chegou a Teresina no dia 10, quando foi a 19.[14]

Para fazermos um juízo a respeito da navegação marítima e fluvial, e do comércio do Piauí contemporâneos desses fatos, temos algumas informações colhidas na imprensa e documento oficiais. Há ofício muito interessante, dirigido ao Presidente da Província pelo Capitão do Porto. Refere-se ao movimento marítimo do porto do Parnaíba no período de um ano, de 31/5/1856 e 1/6/1857. Entraram 20 navios e saíram 20. Eram nacionais 16, e 4 ingleses. Vindos do Maranhão 12, do Pará 1, do Rio Grande do Norte 1, de Apicum 1, de Granja 1, e 3 de Liverpool. – Granja e Apicum são do Ceará.

Ceará, nesse ano, teve pouco comércio marítimo com o Piauí. Continuava entretanto, o comércio por terra, em cavalos e éguas, especialmente o comércio do café e sal, produtos cujos valores eram permutados agora pelo fumo, sola, couro e gado vivo.

Daqueles navios, três traziam-nos gêneros estrangeiros, nove gêneros nacionais e ainda estrangeiros, 2 gêneros do país, 2 sal e cereais, e três sem lastro, certamente os que conduziam gado para o Pará.

Os que saíram, 10 levaram gêneros do país, 7 transportavam animais vivos, 1 cereais, 1 sem lastro, e outro apenas 1 engenho de ferro para Granja. Eram pataxos, iates, alvarengas, sumacas, brigues, escunas, e nenhum vapor. É importante saber que entraram três sem lastro, e nessas condições saiu apenas um. (Idem. M. 439. Doc. de 27/6/1857).

Há outro documento colhido na imprensa, de dois anos após, referente ao movimento de três meses. Entraram no porto da Parnaíba, de 1 de janeiro a 9 de abril de 1859, 11embarcações e saíram 11.

O grosso dessas embarcações, quase todas a vela era para o Maranhão e Ceará; apenas uma para Pernambuco, e outra para

Digitalizado com CamScanner

Liverpool. Mas já havia um barco a vapor, o **S. Luís**, da Companhia Maranhense de Navegação Costeira (assim nomeia o **Relatório** de 30/12/1858, de Junqueira) e que iniciara recentemente sua escala em Parnaíba, onde, nesse curto período de pouco mais de três meses, entrou cinco vezes, e cinco vezes saiu, em sua linha de capital da Maranhão à do Ceará. Traziam-nos essas embarcações gêneros nacionais e estrangeiros, café, do Ceará e passageiros do Maranhão, Pernambuco e Ceará.

Não eram poucos os botes e barcos que faziam, então, o comércio ao longo do Parnaíba, desde S. Francisco (posteriormente Amarante) até Parnaíba, com escalas em Teresina, União, S. Quitéria, S. Bernardo, Repartição, dedicando-se especialmente ao transporte de algodão, sola e também passageiros, e continuavam a trocar seus produtos por gêneros nacionais e estrangeiros, vindos pelo litoral.[15]

Os barcos fluviais eram de negociantes estabelecidos no Piauí e continuariam no comércio cotidiano mesmo após a navegação fluvial a vapor. Para os negociantes ofereciam vantagens de trafegar o Parnaíba, fundeando e demorando nos portos conforme os interesses dos proprietários, e conveniência das populações ribeirinhas. Baldoíno Coelho, em sua **Mensagem** de 1/11/1855, calcula-os em quarenta barcos de diferentes tamanhos.

Desde a fundação de Teresina, vinham balsas de S. Filomena, conduzindo produtos dos confins da Província, de lugares tão remotos de Goiás, como informaram alguns documentos, para abastecimento da Capital e o estabelecimento de relações comerciais com aquela zona. (Idem. L. 237. 28. e 28v. Doc. de 16/2/1854. L. 248. 39. 39v. 57. 69. 70. Docs. de 27/11/1857 e outros. Vide também **Mensagem** de Antônio Francisco, de 27/11/1857).

Cumpria agora criar novas fontes econômicas e incentivar as que já atribuíam para animar o movimento comercial, a fim de fomentar a navegação fluvial a vapor.

A companhia de Navegação teria forte concorrência naqueles quarenta barcos que faziam comércio no longo do Parnaíba. Criar novas fontes econômicas, e fomentar as que já contribuíram para animar o incipiente comércio seria a política a seguir. Só assim seria promovido o êxito da empresa.

Digitalizado com CamScanner

Mas, sobretudo, para alcançar o objetivo era imprescindível melhorar com prioridade o Igaraçu, a barra mais conveniente ao embarque e desembarque na cidade de Parnaíba, porto fluvial mais perto do litoral, a apenas duas léguas, e ainda o empório da Província, que seria assim libertada da praça de S. Luís. Sem a saída para o mar, impossível seria o desenvolvimento da hinterlândia que prendia o Nordeste a região amazônica, e também ao planalto goiano. O Piauí continuaria mergulhando na estagnação. O porto marítimo era imprescindível.

Procuram corrigir os defeitos da barra, e ainda providenciaram a aquisição de barcos como escaleres, catraias, e ainda instrumentos para orientação dos navegantes, como agulhas de marear, bóias para balisas, e também pessoal especializado. (Idem. L. 255. 9v. 10. 16v. 24. 33v. 35. 35v. 39. Docs. de 10/3/1856, 26/9/1856. 2/7/1857. 27/3/1858. 19-6-1858. 24/8/1858. L. 177. 53. 82. Docs. de 10/3/1856. 27/4/1858).

O Igaraçu tornou-se mais visitado. Aumentou o número de embarcações que freqüentavam o porto da Parnaíba.

Convém, entretanto, saber que todas as providências adotadas resultaram em condições precárias: o pessoal não tinha conhecimentos especializados, as bóias eram barris detidos com péssimas presílias e por vezes desapareciam. (Idem L. 285. 6. 6v. Doc. de 13/7/1859).

Pouco antes da chegada do **Uruçuí** perdeu-se no delta do Parnaíba uma barca, e logo depois outro barco esteve em risco de naufrágio. (Idem. L. 255. 40v. 43. 44v. Docs. de 10/12/1858. 11/1/1859. 11/2/1859).

Anteriormente soçobrara nas Canárias a escuna **Harmonia**, isso em 1857. (Idem. L. 177. 70. Doc. de 28/8/1857).

Começada a navegação fluvial, há uma série de desastres marítimos: o sinistro ocorrido na barra de Amarração com a escuna inglesa **Austrália**, seguido doutro ocorrido ainda com navio inglês, o **Loyal**, que esteve na iminência de ir a pique. Se foi tranqüilo o ano de 1861, já não o foi de 1862, pois com os primeiros dias desse anos perde-se o barco **S. João**, em Amarração, por culpa do práticos, e pouco depois, na mesma barra já não escapa o pataxo inglês **Loyal**. (Idem. L. 255. 63v. 64. 64v. 79. Docs. de 21/9/1860. 3/10/1860. 26/11/860. 13/3/1862. L. 280. 38v. 39. Doc. de 26/10/1863).

Digitalizado com CamScanner

Outros naufrágios vieram testemunhar o perigo de Amarração. Por instâncias de comandantes e proprietários de navios, o presidente Franklin Américo de Menezes Dória, logo no começo de seu governo, fizera a capitania do Porto Edificar em Amarração, num morro a sudoeste pequena torre de madeira em que, à noite, se apunha um lampião que serviria de baliza aos navegantes como se fosse farol. Pouco depois, em virtude de fragilidade da obra, os ventos destruíram-na. Renovam os pedidos para seu restabelecimento. Franklin, sob a alegação de que não havia verba suficiente, submeto o assunto à consideração do Ministério da Marinha. (Idem. L. 280. 45. Doc. de 26/10/1864).

No ano imediato, o Ministério autoriza a restauração da torre de madeira. (Idem. M. 623. Doc. de 12/7/1865).

Parece aí esta a origem do farol de Amarração, cujos apetrechos só chegaram a Parnaíba no dia 2 de maio de 1871, procedentes de Liverpool e remetidos pelo Engenheiro Zózimo Barroso, os quais, à falta de cômodos na Capitania do Porto, foram recolhidos em sua casa para esse fim alugada. (Idem. L. 565. 101. Doc. de 20/5/1871).

A guerra do Paraguai certamente motivou a delonga das providências para realização da obra.

O Presidente da Província Manuel do Rego Barros Sousa Leão participa ao Ministro da Marinha que já providenciara a fim de que fosse despachado, recebido e guardado todo o material. (Idem. L. 565. 102. Doc. de 2/6/1871).

Só no ano imediato tem início o trabalho para assentamento do farol. Para escolher o ponto em que deveria ser construído, foi designado o 1.° Ten. da Armada José Maria do Nascimento Júnior. (Idem. L. 117. 122. Docs. de 4/4/1872. 28/6/1872).

Coube ao Eng. Newton César Burlamaque, tendo a seu serviço o Eng. John Robertson, da fundição da Companhia de Navegação, já funcionando nesse momento, a incumbência de assentar em local próximo à Pedra do Sol, designado pelo 1.° Ten. José Maria, o farol que ali se acha e que começou a funcionar no dia 18/3/1873. (Idem. L. 565. 127. 144. 145. 146. 148. Docs. de 6/8/1872. 18/3/1873. 29/3/1873). (Vide também **Relatório**).

Pereira da Costa dá pormenorizada informação sobre as características do farol e sua posição geográfica.[16]

Digitalizado com CamScanner

Embora alguns presidentes da Província mostrem-se por vezes desanimados com a navegação fluvial, sente-se que o empreendimento segue firme em busca de seu objetivo, ressentido-se entretanto, das deficiências econômicas e financeiras da Província.

O Presidente Duarte de Azevedo, em **Relatório** de 15/4/1861, aponta também os defeitos técnicos do **Uruçuí** que não se adapta às conveniências da navegação no Parnaíba, bem como os obstáculos suscitados pela "intolerância política". E acrescenta que por causa da crise financeira por que passa a Província, já não é paga pontualmente a subvenção a que tem direito a empresa que, como se vê em **Relatório da Diretoria da Companhia de Navegação**, apresentado em Assembléia Geral dos Acionistas, em 27/1/1861, já era credora nesse título em mais de quinze contos de réis. Em documento anexo, dizia também a Gerência que eram bem diminutos os fretes, enquanto eram repetidos os concertos e reparos do **Uruçuí** e de sua barca.

E também Gaioso em seu **Relatório** de 13/6/1862, informa que "o desânimo já se apodera, e com razão, dos espíritos, e ela (a empresa) terá de dissolver-se ao inutilizar-se o único vapor que corta o rio e que já se acha bem deteriorado". E acrescenta, como a induzir uma censura, que a Província muito tem ajudado; o Governo Geral, não.

O Governo Provincial também pouco tem ajudado, tanto assim que, logo depois, o Presidente J. Fernandes diz que a Província não pôde ainda pagar a subvenção, apesar de já reduzida para apenas 2:000$000 (dois contos de réis).

Mas os homens a quem confiara a iniciativa não se deixaram tomar de desalento. Satisfazem as condições ajustadas com o Governo. Fazem o **Uruçuí** subir até S. Francisco (local para onde há pouco havia sido transferida a sede da vila de S. Gonçalo de Amarante) numa viagem redonda de menos de três dias, e para onde seria estendida a navegação. Sua primeira visita a Amarante realizou-se a 10/6/1862.[17]

Em pouco já se cogitava fazer aquisição do segundo vapor, enviando 20:000$000 (vinte contos de réis) ao Rio de Janeiro, para onde seguiria o Gerente da Companhia a fim de tratar do assunto.[18]

Digitalizado com CamScanner

brasileira e atenuar o desequilíbrio econômico provocado pela engenharia egípcia, criação de um devaneio de Ludovico Schwennhagen), possibilitariam navegação entre as duas regiões, ou melhor, as duas bacias, e certamente viríamos a ter também as ricas terras do sudoeste piauiense irrigadas para desenvolvimento duma agricultura produtiva que bem poderia fazer um dia a riqueza da província. Com referência a essa interligação de rios, Dória também fala com exaltação, como plano gigantesco que preocupava os **espíritos profundos**, para estabelecer uma navegação regular de mais de 700 léguas, da província de Minas Gerais à Bahia, ao Piauí, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, ao oceano enfim, constituindo um formidável sistema viário.

Essas tentativas provavelmente tiveram sua inspiração na obra de Humboldt, cuja ação como cientista neste continente vislumbrou a grandeza das Américas na criação de um portentoso mercado com a interligação das bacias fluviais através de seus mananciais.

Assim também Castelnau pensou.

Desde 1859, esse assunto era debatido no Piauí. José Mariano Lustosa do Amaral encaminhou ao Ministro do Império a fim de que fosse apresentado ao S. M. o Imperador um memorial feito por Ângelo Gonçalves Meneu acerca da canalização do rio S. Francisco no rio Piauí, afluente do Canindé.(Idem. L. 248. 104. Doc. De 4/11/1859).

O Ministério do Império pede informações a respeito do assunto. O Presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque informa, então, que, a idéia não era nova e que o Governo Imperial já houvera comissionado um engenheiro para estudá-la. Julga conveniente que se façam "as explorações necessárias em ordem, ou a verificar-se a exeqüibilidade dela, ou acabar-se de uma vez com esta preocupação de algumas imaginações ardentes que disto fazem tema para constantes recriminações aos poderes do Estado". (Idem. L. 248. 121. 121v. Doc. de 13/3/1860).

A idéia não morreu aí. O Presidente Espínola em seu **Relatório** de 1/7/1870, referiu-se a ela com muito entusiasmo:"Resta ainda o soberbo projeto de junção dos rios S. Francisco e Parnaíba, pelos Canindé e Piauí, o qual só em um futuro mais remoto poderá talvez ser realizado". Perece que no período Imperial aí foi o ponto final no Piauí sobre o plano portentoso de interligação das bacias do S. Francisco e do Parnaíba.

Digitalizado com CamScanner

Projetos como esse foram acalentados noutras províncias. Estamos com Espínola, pois não faz muito, a Alemanha de Hitler gastou muito dinheiro em canais interiores, o que a Rússia contemporânea o faz, e também com represas, como os Estados Unidos, possibilitando irrigação para o rejuvenescimento da terra, energia para as indústrias, ampliando as redes comunicatórias, vitalizando o comércio e a riqueza da Nação. O canal ligando o S. Francisco ao Parnaíba um dia ainda poderá ser feito valorizando ainda mais a posição geográfica do Piauí, corredor de migrações, circundado por mercados dos quais um dia poderá ainda ser empório.

Felizmente o assunto volta à tona das cogitações hodiernas, embora com caráter polêmico. Denunciam os nacionalistas brasileiros que o Instituto Hudson elabora um projeto que tem por finalidade a ligação dos rios Orenoco, Amazonas e Paraguai, criando assim um grande mercado. Vêem, entretanto, intenções imperialistas no plano do Instituto Hudson. Mas, nós mesmo, um dia, que talvez não esteja longe, poderemos executar essa obra gigantesca que tanto exaltava o Presidente Doria. (Vide **A Amazônia para os Negros Americanos**, de Nícia Vilela Luz. 1968. p. 17, 30 a 44, 56).

Agora mesmo, o Almirante Luís Clóvis de Oliveira, do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, informou à Câmara dos Deputados que já se acha em estudos a ligação hidroviária de Brasília com o mar, através de afluentes do rio Amazonas.

Continuaria a Companhia de Navegação sua trôpega marcha. A falta de fretes seria o principal fator de desânimo.

Até mesmo em nossos dias, empreendimentos dessa natureza ainda são por vezes, simples instrumentos da economia política, e seu objetivo máximo não é apresentar dividendos a seus acionistas, mas fecundar as fontes econômicas da nação.

A Companhia de Navegação não poderia, contudo, viver apenas de subvenções. Teria de cumprir sua função política e social: promover o comércio pelo desenvolvimento das fontes econômicas do Piauí, com a oferta de transporte a baixo preço e conseqüente

Digitalizado com CamScanner

presidente o Major Araújo Costa. No dia seguinte foi nomeado Gerente da Companhia o Tenente-Coronel José Maurício da Costa Pestana.

"Muito deveu a Companhia ao Sr. Tenente-Coronel Pestana. Tem que se creditar a seus esforpos a obtenção para ela, de vantajosas concessões por parte do Governo da Província. A morte, porém, o arrebatou mui cedo aos trabalhos, sem que visse concretizado seu maior ideal: a aprovação imperial aos estatutos. Esta já veio na gerência do Sr. Tenente-Coronel Francisco Mendes de Sousa, e deve-se aos esforços do ilustre piauiense, o Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. O decreto imperial de aprovação tem o número 2.974 e é de 16 de setembro de 1862, precisamente 4 anos depois do primeiro pronunciamento imperial em favor da Companhia que se ia organizar. Em reconhecimento aos esforços do Dr. Paranaguá, a Companhia de navegação do rio Parnaíba batizou o seu segundo vapor com o nome do ilustre Conselheiro.

"Em 1861 a Companhia já movia um capital de mais de duzentos contos de réis".[11]

Procurou o Governo da Província transferir, sob o amparo dos poderes públicos, a empresários particulares a promissora iniciativa. Seria uma companhia incorporada que teria como fundo 150:000$000 (cento e cinqüenta contos de rés) distribuídos em 1.500 ações de 100$000 (cem mil réis), que em pouco foram subscritas.

No dia 24/11, conforme Pereira da Costa, Junqueira "contrata com a companhia de navegação do rio Parnaíba, recentemente incorporada, o serviço regular da navegação a vapor do mesmo rio, mediante as seguintes bases: A fazer a navegação nos 18 primeiros meses somente entre a Capital e a cidade da Parnaíba, tocando nos portos intermediários de União e Repartição, e nos que entendesse convenientes, e depois daquele tempo em qualquer ponto acima da Capital, empregando no serviço da navegação barcos a vapor com a força nunca inferior a 24 cavalos, mediante um privilégio exclusivo de 20 anos". E mais: cessão do **Uruçuí** à mesma companhia, que deveria construir no prazo dum ano dois barcos para reboque, levantar armazéns nos pontos de escala, fixando ainda outras condições. "Em compensação, porém, obrigou-se o governo a prestar-lhe uma subvenção mensal de 2:000$000 (dois

Digitalizado com CamScanner

contos de réis) enquanto tivesse um só vapor, e de 2:500$000 quando possuísse dois; a solicitar do Governo Imperial uma subvenção pelos cofres gerais e bem assim à Província do Maranhão, pelos benefícios que a navegação lhe proporcionava".

O Governo Imperial concedeu uma subvenção mensal de 1:000$000, conforme se vê no **Aviso** de 25/5/1859. Posteriormente foram aumentadas as subvenções.[12]

A 27/11 há reunião dos acionistas que constituem uma diretoria provisória, que deveria assentar as bases essenciais do contrato de navegação com o Presidente da Província, composta por Tomás de Aquino Osório, Deolindo Mendes da Silva Moura e Simplício de Sousa Mendes. (Idem. L. 248. 7. Doc. de 22/11/1858).

Essa diretoria convoca os acionistas para uma assembléia geral a realizar-se no dia 5/12, quando, então, apresenta um projeto de estatuto que elaborara e que deveria ser discutido para ser submetido à aprovação do Governo Imperial.

Nesse mesmo dia há a eleição do órgão que deveria conduzir os negócios da companhia, recebendo o Dr. Cândido Castelo Branco 114 votos para presidente, e o Dr. Deolindo Mendes da Silva e José Maurício da Costa Pestana, respectivamente 179 e 110, para secretários.

A 21/12 enviam-se ao Ministro do Império ofícios acompanhando o **Estatuto** e participando que já haviam sido subscritas 1.140 ações. (Idem. L. 248. 75v. Doc. de 21/12/1858).

Em pouco era findo o governo de Junqueira. Em 8/5/1859, já no governo de Correia do Couto, com o **Uruçuí** ancorado no porto de Teresina, há reunião de assembléia geral, quando se faz nova eleição de presidente, diretores e se escolhe para gerente José Maurício da Costa Pestana a quem muito ficaria devendo a organização empresarial.

O Presidente Antônio Correa do Couto é entusiasta da navegação a vapor no Parnaíba. Em ofício de 7/4/1859 ao Ministro do Império pleiteia aumento da subvenção para 4:000$000 (quatro conto de réis) mensais, visto nos primeiros anos não ter a empresa rendimentos satisfatórios por não haver de pronto o que exportar e

Digitalizado com CamScanner

conseqüentemente seria insignificante a importação. Julga o aumento da subvenção medida justa e necessária, dizendo: "[...] quando falo em ato de justiça, refiro-me às outras companhias organizadas em províncias muito mais adiantadas e ricas que, entretanto, têm sido coadjuvadas pelo Governo com pingues subvenções".

E já fala num certo desânimo que se vai apoderando da Companhia em face dos obstáculos que se lhe deparam. (Idem. L. 248. 85. 85v. Doc. de 7/4/1859).

Em ofício de 5/5/859 diria ao Ministro do Império que tendo chegado o **Uruçuí**, aprovara sob sua responsabilidade e em caráter provisório, o estatuto da Companhia, que fora remetido anteriormente ao Ministério para homologação, pois só assim, mediante essa formalidade, poderia a companhia receber o referido vapor a fim de dar início à navegação. Informa que tomou também o arbítrio, para atender justificada solicitação da mesma empresa, de continuar a pagar os 2:000$000 (dois contos de réis) mensais que o Ministério autorizara dar como ajuda para a navegação do Parnaíba, enquanto essa não se inaugurasse. Pede para tudo a aprovação e justifica suas deliberações com os argumentos expendidos em seu ofício de 7/4, acrescentando ainda que o Governo Imperial deve lançar suas vistas para a iniciativa, "concedendo-lhe todos os favores de que carece para prosperar, certo de que sem esses favores será difícil, senão impossível que a mesma Companhia se não aniquile". (Idem. L. 248. 75v. 86v. Doc. de 21/12/1858 e 5/5/1859).

No dia 19/5 solicita Couto ao Capitão do Porto que preste mais um serviço à Província incumbindo-se de dirigir o **Uruçuí** em seu regresso à cidade de Parnaíba, visto não ter comandante, e em Teresina, no momento, não haver quem pudesse desempenhar a função. (Idem. L. 255. 48. Doc. de 19/5/1859).

Ás 10 horas do dia 24 de maio parte o **Uruçuí** de Teresina, realizando a viagem de regresso a Parnaíba em 24 horas.

Ao porto da Capital, para solenizar o ato, compareceram o Presidente, altas autoridades, e grande assistência popular.

Afora poucos passageiros, cujos nomes enumera o **O Propagador**, foram embarcados, como carregamento do comércio, 176 couros salgados, 150 meios de sola, e por conta da Companhia, 6 dúzias de tábuas de cedro.

Digitalizado com CamScanner

O barco seguiu quase descarregado. Sua receita montou apenas a 304$940 nessa primeira viagem.[13]

Diz, entretanto, Pereira da Costa que seguiu com carregamento completo no dia 23/5 a data, baseado nos relatórios de Couto, de 27/6/1859, e de Luna Freire, de 9/9/1867. Ainda baseado nesses mesmo relatórios, diz que o **Uruçuí** chegou a Teresina no dia 10, quando foi a 19.[14]

Para fazermos um juízo a respeito da navegação marítima e fluvial, e do comércio do Piauí contemporâneos desses fatos, temos algumas informações colhidas na imprensa e documento oficiais. Há ofício muito interessante, dirigido ao Presidente da Província pelo Capitão do Porto. Refere-se ao movimento marítimo do porto do Parnaíba no período de um ano, de 31/5/1856 e 1/6/1857. Entraram 20 navios e saíram 20. Eram nacionais 16, e 4 ingleses. Vindos do Maranhão 12, do Pará 1, do Rio Grande do Norte 1, de Apicum 1, de Granja 1, e 3 de Liverpool. – Granja e Apicum são do Ceará.

Ceará, nesse ano, teve pouco comércio marítimo com o Piauí. Continuava entretanto, o comércio por terra, em cavalos e éguas, especialmente o comércio do café e sal, produtos cujos valores eram permutados agora pelo fumo, sola, couro e gado vivo.

Daqueles navios, três traziam-nos gêneros estrangeiros, nove gêneros nacionais e ainda estrangeiros, 2 gêneros do país, 2 sal e cereais, e três sem lastro, certamente os que conduziam gado para o Pará.

Os que saíram, 10 levaram gêneros do país, 7 transportavam animais vivos, 1 cereais, 1 sem lastro, e outro apenas 1 engenho de ferro para Granja. Eram pataxos, iates, alvarengas, sumacas, brigues, escunas, e nenhum vapor. É importante saber que entraram três sem lastro, e nessas condições saiu apenas um. (Idem. M. 439. Doc. de 27/6/1857).

Há outro documento colhido na imprensa, de dois anos após, referente ao movimento de três meses. Entraram no porto da Parnaíba, de 1 de janeiro a 9 de abril de 1859, 11embarcações e saíram 11.

O grosso dessas embarcações, quase todas a vela era para o Maranhão e Ceará; apenas uma para Pernambuco, e outra para

Digitalizado com CamScanner

Liverpool. Mas já havia um barco a vapor, o **S. Luís**, da Companhia Maranhense de Navegação Costeira (assim nomeia o **Relatório** de 30/12/1858, de Junqueira) e que iniciara recentemente sua escala em Parnaíba, onde, nesse curto período de pouco mais de três meses, entrou cinco vezes, e cinco vezes saiu, em sua linha de capital da Maranhão à do Ceará. Traziam-nos essas embarcações gêneros nacionais e estrangeiros, café, do Ceará e passageiros do Maranhão, Pernambuco e Ceará.

Não eram poucos os botes e barcos que faziam, então, o comércio ao longo do Parnaíba, desde S. Francisco (posteriormente Amarante) até Parnaíba, com escalas em Teresina, União, S. Quitéria, S. Bernardo, Repartição, dedicando-se especialmente ao transporte de algodão, sola e também passageiros, e continuavam a trocar seus produtos por gêneros nacionais e estrangeiros, vindos pelo litoral.[15]

Os barcos fluviais eram de negociantes estabelecidos no Piauí e continuariam no comércio cotidiano mesmo após a navegação fluvial a vapor. Para os negociantes ofereciam vantagens de trafegar o Parnaíba, fundeando e demorando nos portos conforme os interesses dos proprietários, e conveniência das populações ribeirinhas. Baldoíno Coelho, em sua **Mensagem** de 1/11/1855, calcula-os em quarenta barcos de diferentes tamanhos.

Desde a fundação de Teresina, vinham balsas de S. Filomena, conduzindo produtos dos confins da Província, de lugares tão remotos de Goiás, como informaram alguns documentos, para abastecimento da Capital e o estabelecimento de relações comerciais com aquela zona. (Idem. L. 237. 28. e 28v. Doc. de 16/2/1854. L. 248. 39. 39v. 57. 69. 70. Docs. de 27/11/1857 e outros. Vide também **Mensagem** de Antônio Francisco, de 27/11/1857).

Cumpria agora criar novas fontes econômicas e incentivar as que já atribuíam para animar o movimento comercial, a fim de fomentar a navegação fluvial a vapor.

A companhia de Navegação teria forte concorrência naqueles quarenta barcos que faziam comércio no longo do Parnaíba. Criar novas fontes econômicas, e fomentar as que já contribuíram para animar o incipiente comércio seria a política a seguir. Só assim seria promovido o êxito da empresa.

Digitalizado com CamScanner

Mas, sobretudo, para alcançar o objetivo era imprescindível melhorar com prioridade o Igaraçu, a barra mais conveniente ao embarque e desembarque na cidade de Parnaíba, porto fluvial mais perto do litoral, a apenas duas léguas, e ainda o empório da Província, que seria assim libertada da praça de S. Luís. Sem a saída para o mar, impossível seria o desenvolvimento da hinterlândia que prendia o Nordeste a região amazônica, e também ao planalto goiano. O Piauí continuaria mergulhando na estagnação. O porto marítimo era imprescindível.

Procuram corrigir os defeitos da barra, e ainda providenciaram a aquisição de barcos como escaleres, catraias, e ainda instrumentos para orientação dos navegantes, como agulhas de marear, bóias para balisas, e também pessoal especializado. (Idem. L. 255. 9v. 10. 16v. 24. 33v. 35. 35v. 39. Docs. de 10/3/1856, 26/9/1856. 2/7/1857. 27/3/1858. 19-6-1858. 24/8/1858. L. 177. 53. 82. Docs. de 10/3/1856. 27/4/1858).

O Igaraçu tornou-se mais visitado. Aumentou o número de embarcações que freqüentavam o porto da Parnaíba.

Convém, entretanto, saber que todas as providências adotadas resultaram em condições precárias: o pessoal não tinha conhecimentos especializados, as bóias eram barris detidos com péssimas presílias e por vezes desapareciam. (Idem L. 285. 6. 6v. Doc. de 13/7/1859).

Pouco antes da chegada do **Uruçuí** perdeu-se no delta do Parnaíba uma barca, e logo depois outro barco esteve em risco de naufrágio. (Idem. L. 255. 40v. 43. 44v. Docs. de 10/12/1858. 11/1/1859. 11/2/1859).

Anteriormente soçobrara nas Canárias a escuna **Harmonia**, isso em 1857. (Idem. L. 177. 70. Doc. de 28/8/1857).

Começada a navegação fluvial, há uma série de desastres marítimos: o sinistro ocorrido na barra de Amarração com a escuna inglesa **Austrália**, seguido doutro ocorrido ainda com navio inglês, o **Loyal**, que esteve na iminência de ir a pique. Se foi tranqüilo o ano de 1861, já não o foi de 1862, pois com os primeiros dias desse anos perde-se o barco **S. João**, em Amarração, por culpa do práticos, e pouco depois, na mesma barra já não escapa o pataxo inglês **Loyal**. (Idem. L. 255. 63v. 64. 64v. 79. Docs. de 21/9/1860. 3/10/1860. 26/11/860. 13/3/1862. L. 280. 38v. 39. Doc. de 26/10/1863).

Digitalizado com CamScanner

Outros naufrágios vieram testemunhar o perigo de Amarração. Por instâncias de comandantes e proprietários de navios, o presidente Franklin Américo de Menezes Dória, logo no começo de seu governo, fizera a capitania do Porto Edificar em Amarração, num morro a sudoeste pequena torre de madeira em que, à noite, se apunha um lampião que serviria de baliza aos navegantes como se fosse farol. Pouco depois, em virtude de fragilidade da obra, os ventos destruíram-na. Renovam os pedidos para seu restabelecimento. Franklin, sob a alegação de que não havia verba suficiente, submeto o assunto à consideração do Ministério da Marinha. (Idem. L. 280. 45. Doc. de 26/10/1864).

No ano imediato, o Ministério autoriza a restauração da torre de madeira. (Idem. M. 623. Doc. de 12/7/1865).

Parece aí esta a origem do farol de Amarração, cujos apetrechos só chegaram a Parnaíba no dia 2 de maio de 1871, procedentes de Liverpool e remetidos pelo Engenheiro Zózimo Barroso, os quais, à falta de cômodos na Capitania do Porto, foram recolhidos em sua casa para esse fim alugada. (Idem. L. 565. 101. Doc. de 20/5/1871).

A guerra do Paraguai certamente motivou a delonga das providências para realização da obra.

O Presidente da Província Manuel do Rego Barros Sousa Leão participa ao Ministro da Marinha que já providenciara a fim de que fosse despachado, recebido e guardado todo o material. (Idem. L. 565. 102. Doc. de 2/6/1871).

Só no ano imediato tem início o trabalho para assentamento do farol. Para escolher o ponto em que deveria ser construído, foi designado o 1.° Ten. da Armada José Maria do Nascimento Júnior. (Idem. L. 117. 122. Docs. de 4/4/1872. 28/6/1872).

Coube ao Eng. Newton César Burlamaque, tendo a seu serviço o Eng. John Robertson, da fundição da Companhia de Navegação, já funcionando nesse momento, a incumbência de assentar em local próximo à Pedra do Sol, designado pelo 1.° Ten. José Maria, o farol que ali se acha e que começou a funcionar no dia 18/3/1873. (Idem. L. 565. 127. 144. 145. 146. 148. Docs. de 6/8/1872. 18/3/1873. 29/3/1873). (Vide também **Relatório**).

Pereira da Costa dá pormenorizada informação sobre as características do farol e sua posição geográfica.[16]

Digitalizado com CamScanner

Embora alguns presidentes da Província mostrem-se por vezes desanimados com a navegação fluvial, sente-se que o empreendimento segue firme em busca de seu objetivo, ressentido-se entretanto, das deficiências econômicas e financeiras da Província.

O Presidente Duarte de Azevedo, em **Relatório** de 15/4/1861, aponta também os defeitos técnicos do **Uruçuí** que não se adapta às conveniências da navegação no Parnaíba, bem como os obstáculos suscitados pela "intolerância política". E acrescenta que por causa da crise financeira por que passa a Província, já não é paga pontualmente a subvenção a que tem direito a empresa que, como se vê em **Relatório da Diretoria da Companhia de Navegação**, apresentado em Assembléia Geral dos Acionistas, em 27/1/1861, já era credora nesse título em mais de quinze contos de réis. Em documento anexo, dizia também a Gerência que eram bem diminutos os fretes, enquanto eram repetidos os concertos e reparos do **Uruçuí** e de sua barca.

E também Gaioso em seu **Relatório** de 13/6/1862, informa que "o desânimo já se apodera, e com razão, dos espíritos, e ela (a empresa) terá de dissolver-se ao inutilizar-se o único vapor que corta o rio e que já se acha bem deteriorado". E acrescenta, como a induzir uma censura, que a Província muito tem ajudado; o Governo Geral, não.

O Governo Provincial também pouco tem ajudado, tanto assim que, logo depois, o Presidente J. Fernandes diz que a Província não pôde ainda pagar a subvenção, apesar de já reduzida para apenas 2:000$000 (dois contos de réis).

Mas os homens a quem confiara a iniciativa não se deixaram tomar de desalento. Satisfazem as condições ajustadas com o Governo. Fazem o **Uruçuí** subir até S. Francisco (local para onde há pouco havia sido transferida a sede da vila de S. Gonçalo de Amarante) numa viagem redonda de menos de três dias, e para onde seria estendida a navegação. Sua primeira visita a Amarante realizou-se a 10/6/1862.[17]

Em pouco já se cogitava fazer aquisição do segundo vapor, enviando 20:000$000 (vinte contos de réis) ao Rio de Janeiro, para onde seguiria o Gerente da Companhia a fim de tratar do assunto.[18]

Digitalizado com CamScanner

brasileira e atenuar o desequilíbrio econômico provocado pela engenharia egípcia, criação de um devaneio de Ludovico Schwennhagen), possibilitariam navegação entre as duas regiões, ou melhor, as duas bacias, e certamente viríamos a ter também as ricas terras do sudoeste piauiense irrigadas para desenvolvimento duma agricultura produtiva que bem poderia fazer um dia a riqueza da província. Com referência a essa interligação de rios, Dória também fala com exaltação, como plano gigantesco que preocupava os **espíritos profundos**, para estabelecer uma navegação regular de mais de 700 léguas, da província de Minas Gerais à Bahia, ao Piauí, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, ao oceano enfim, constituindo um formidável sistema viário.

Essas tentativas provavelmente tiveram sua inspiração na obra de Humboldt, cuja ação como cientista neste continente vislumbrou a grandeza das Américas na criação de um portentoso mercado com a interligação das bacias fluviais através de seus mananciais.

Assim também Castelnau pensou.

Desde 1859, esse assunto era debatido no Piauí. José Mariano Lustosa do Amaral encaminhou ao Ministro do Império a fim de que fosse apresentado ao S. M. o Imperador um memorial feito por Ângelo Gonçalves Meneu acerca da canalização do rio S. Francisco no rio Piauí, afluente do Canindé.(Idem. L. 248. 104. Doc. De 4/11/1859).

O Ministério do Império pede informações a respeito do assunto. O Presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque informa, então, que, a idéia não era nova e que o Governo Imperial já houvera comissionado um engenheiro para estudá-la. Julga conveniente que se façam "as explorações necessárias em ordem, ou a verificar-se a exeqüibilidade dela, ou acabar-se de uma vez com esta preocupação de algumas imaginações ardentes que disto fazem tema para constantes recriminações aos poderes do Estado". (Idem. L. 248. 121. 121v. Doc. de 13/3/1860).

A idéia não morreu aí. O Presidente Espínola em seu **Relatório** de 1/7/1870, referiu-se a ela com muito entusiasmo:"Resta ainda o soberbo projeto de junção dos rios S. Francisco e Parnaíba, pelos Canindé e Piauí, o qual só em um futuro mais remoto poderá talvez ser realizado". Perece que no período Imperial aí foi o ponto final no Piauí sobre o plano portentoso de interligação das bacias do S. Francisco e do Parnaíba.

Digitalizado com CamScanner

Projetos como esse foram acalentados noutras províncias. Estamos com Espínola, pois não faz muito, a Alemanha de Hitler gastou muito dinheiro em canais interiores, o que a Rússia contemporânea o faz, e também com represas, como os Estados Unidos, possibilitando irrigação para o rejuvenescimento da terra, energia para as indústrias, ampliando as redes comunicatórias, vitalizando o comércio e a riqueza da Nação. O canal ligando o S. Francisco ao Parnaíba um dia ainda poderá ser feito valorizando ainda mais a posição geográfica do Piauí, corredor de migrações, circundado por mercados dos quais um dia poderá ainda ser empório.

Felizmente o assunto volta à tona das cogitações hodiernas, embora com caráter polêmico. Denunciam os nacionalistas brasileiros que o Instituto Hudson elabora um projeto que tem por finalidade a ligação dos rios Orenoco, Amazonas e Paraguai, criando assim um grande mercado. Vêem, entretanto, intenções imperialistas no plano do Instituto Hudson. Mas, nós mesmo, um dia, que talvez não esteja longe, poderemos executar essa obra gigantesca que tanto exaltava o Presidente Doria. (Vide **A Amazônia para os Negros Americanos**, de Nícia Vilela Luz. 1968. p. 17, 30 a 44, 56).

Agora mesmo, o Almirante Luís Clóvis de Oliveira, do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, informou à Câmara dos Deputados que já se acha em estudos a ligação hidroviária de Brasília com o mar, através de afluentes do rio Amazonas.

Continuaria a Companhia de Navegação sua trôpega marcha. A falta de fretes seria o principal fator de desânimo.

Até mesmo em nossos dias, empreendimentos dessa natureza ainda são por vezes, simples instrumentos da economia política, e seu objetivo máximo não é apresentar dividendos a seus acionistas, mas fecundar as fontes econômicas da nação.

A Companhia de Navegação não poderia, contudo, viver apenas de subvenções. Teria de cumprir sua função política e social: promover o comércio pelo desenvolvimento das fontes econômicas do Piauí, com a oferta de transporte a baixo preço e conseqüente

Digitalizado com CamScanner

atração e retenção de capitais e estímulos das finanças da Província. Teria, então como recíproca, o ressarcimento de suas próprias finanças.

Como, porém, promover o comércio se não havia ponderável densidade demográfica para criar mercados internos que servissem de base às empresas provinciais, e se não havia mesmo indústrias, e se a agricultura se encontrava em estágio pré-capitalista? E se houvesse mesmo produção, como transportá-la, se não havia estradas comunicatórias do interior para o rio Parnaíba? E se houvesse estradas, haveria compensação transportá-las aos mercados litorâneos tão distantes dos centros produtores e também tão frágeis sob o ponto de vista demográfico? Na época, parece-nos que não. Só mesmo a pecuária, e já despida do esplendor de outrora, poderia sobreviver nesse cenário por vezes adusto e ríspido, que impõe ao homem tenacidade e capacidade de renúncia. É de capital importância no desenvolvimento da comunidade o fator transporte, mas transporte eficiente pela rapidez e preço de compensadora indenização. Dele dependem produção e consumo, isto é, a distribuição do produto, com presteza e de modo parcimonioso, de sua fonte originária até os consumidores. É assim que surge o comércio que vitaliza a Nação.

E, por vezes, como no caso do Piauí o frete supera o valor da própria mercadoria. Daí o emperramento empresarial e a conseqüente estagnação econômica. Aí temos a conjuntura do Piauí.

Em 1732, Antônio Pedro, governador da Colônia do Sacramento, dissera que **não obstante a dificuldade no transporte dos couros pela infinita distância em que se acha o gado**, era vertiginoso o crescimento do comércio provindo da pecuária do sul.

Comentando esse depoimento, fizemos restrições ao juízo do Governador, e dissemos que não tinha razão Antônio Pedro, pois o Rio Grande do Sul em pouco arrebatara do Piauí, no norte do Brasil, seus mercados, em virtude de ficarem as **vacarias** e **estâncias** bem próximas do litoral com facilidade de transportes, em meio geográfico mais vantajoso que o do Piauí, cujo currais em sua maioria ficavam bem distantes do litoral onde estavam seus mercados.

Conhecemos ainda o depoimento de Carvalho Reis quando, estudando os entraves do progresso maranhense, no **Diário do Maranhão** (1856), escrevia que "nada concorre para o atraso de

Digitalizado com CamScanner

nossa lavoura como a carestia dos fretes e as dificuldades de transportes", acrescentando ainda que "os preços de nossa produção agrícola são quase totalmente absorvidos pelos excessivos fretes e carretos que sobre ela pesam".[24]

Que dizer do Piauí? Sua posição geográfica era, então, muito mais desfavorável que a do Maranhão, do qual era tributário, conduzindo a S. Luís e a Tutóia o grosso de seu comércio. Razão tinha o Presidente Frederico de Almeida Albuquerque, quando, um pouco antes dissera ao Ministro do Império que o Piauí estava "tão distante dos portos de mar e dos grandes mercados do País, que muitos de seus produtos agrícolas deixam de ter valor algum porque as despesas de transportes absorvem, e porventura excedem ao mesmo valor; e aquele mesmo produto é o objeto da ocupação da máxima parte dos respectivos habitantes, que constitui a riqueza da província, o gado vende-se por preço mui inferior àquele por que costuma a ser vendido o que produzem as províncias que se acham colocadas em condições mais favoráveis". (Idem. 237. 79. 79v. Doc. de 29/12/1855).

Presumimos que assim ficam elucidadas, em nossos dias, as causas da estagnação da economia do Piauí.

Efetivamente não tínhamos estradas. Se computarmos as dotações orçamentárias do governo central e do provincial destinadas a esse fim, verificaremos sua exigüidade. Perlustremos as páginas dos orçamentos da Província e vejamos a pouquidade das dotações ministeriais. Havia penúria de possibilidades para o Piauí cujas condições geográficas e sociais requeriam mais assistência dos poderes públicos, a adoção duma política nacional mais sábia.

Os presidentes da Província, as câmaras municipais, enfim todos os que porventura consagrassem um pouco de atenção à conjuntura econômica do Piauí, chegariam àquela conclusão tão notória quanto prejudicial a todos que mourejavam na hinterlândia piauiense.

As consultas das secretarias de estado aos presidentes da Província, e, como conseqüência, as dos presidentes às câmaras municipais, tinham como resultado a elucidação da ocorrência.

Digitalizado com CamScanner

Eram os habitantes da província, esparsos nos vales de seus rios, que denunciavam as falhas prejudiciais ao desenvolvimento. Os estadistas do Império e os da República não se libertaram das influências provincianas impostas por grupos parlamentares, cuja intuição política era obliterada pelo regionalismo estreito que obstava uma visão nacional.

Detivemo-nos na administração de Sousa Ramos no estudo das informações que lhe foram dadas pelos párocos e câmaras municipais a respeito das necessidades mais instantes da sua comunidade. Dum modo geral, em circunstância bem parecidas, foram muito semelhantes as que se prestaram anteriormente, como seriam ainda as que se dariam posteriormente.

Góis, quando participou aos deputados da Assembléia Legislativa do Piauí que construíra a ponte do Pouca Vergonha, em Oeiras, dissera também que a obra fora reconhecida como de necessidade desde o tempo do Conselho Geral da Província, e inculcada em quantos relatórios se haviam lido nas mesma Assembléia.

Alguns anos depois, com a transferência da vila de S. Gonçalo de Amarante para as margens do Parnaíba, foi sentida a indispensabilidade de construir-se na vila, no riacho Mulato, a ponte que daria mais fácil aceso à nova sede municipal a população rural das ricas matas de Angical e de S. Pedro. Autorizando sua construção, promulgaram-se leis em 1869, 1872 e 1884, para que mais tarde fosse feita a ponte necessária. Havia quase sempre deficiência de dotações orçamentárias, por vezes, a falta de pessoal habilitado para execução da obra.

No largo período que ora estudamos são contínuos os pedidos para construção de pontes, consertos de ladeiras, manutenção de canoas nas passagens dos rios. Mas nesse sentido pouco se fez.

A câmara de Piracuruca faz ver a necessidade de melhoramentos na estrada para Granja (Ceará), bem como, na de Campo Maior, de uma ponte no lugar Caiçara. (Idem. M. 358. Doc. de 27/4/1853).

Oeiras solicita que se faça um caminho para a margem do Parnaíba (o que já vinha pedindo e continuaria a pedir) que se preste ao trânsito de carros puxados a bois, como nas outras províncias do Império, e diz que, com pesar, vê decrescer o comércio com o Maranhão. Lamenta a falta de empresários para iniciativa

Digitalizado com CamScanner

dessa natureza. Muitas anos depois, o Presidente Viveiros de Castro aconselha a concessão do pedágio aos construtores de vias públicas, "sistema este que reúne a dupla vantagem de facilitar as vias de comunicação e de não aumentar as despesas". Mas tudo ficava como estava. (Idem. M. 630. Doc. de 14/4/1865).

Em verdade, as câmaras municipais tinham prerrogativas que lhes davam poderes quase autoritários. É assim que a câmara de Marvão, não achando lisonjeiras as condições das estradas municipais, autoriza seu fiscal a intimar os proprietários para que as abrissem através de suas terras com largura suficiente para o tráfego de carros. Todos os fazendeiros vinham abrindo e mantendo limpos os caminhos nas terras de seus domínios, desde o período colonial. Mas, povoados e vilas comunicavam-se entre si por essas simples trilhas, mais convenientes a pedestres e cavaleiros que a carros de bois para transportes. (Idem. M. 629. Doc. de 13/1/1865).

Bom Jesus reclama ao Governo Provincial consertos de ladeiras na estrada que prende o vale do Gurguéia ao do Uruçuí. Anuncia que o picadão de vinte e duas léguas feito por particulares e de grande utilidade porque liga o município à província da Bahia, se acha fechado pelo mato, e por isso quase abandonado. (Idem. M. 621. Docs. De 17/4/1865 e 17/4/1865).

Jaicós informa que seus caminhos estão em péssimas condições, e solicita que seja aberto mais um de trinta léguas para Brejo Seco (Ceará), donde lhe vêm cereais, enquanto S. Raimundo Nonato também pede outro, para Canto do Buriti, no momento pertencente à freguesia de S. João. (Idem. M. 614. Doc. de 7/7/1865. M. 621. Doc. de 7/4/1865).

Se abandonarmos a correspondência oficial das câmaras municipais, e lançarmos as vistas para as falas, relatórios e ofícios dos presidentes da Província, veremos a mesma coisa.

Antônio Francisco dizia ao Ministro do Império que o Piauí não tinha estradas, e procura mostrar a conveniência de melhorar a que prende Oeiras à Bahia e fazerem-se pontes no Canindé e no Parnaíba, no prosseguimento da que vai para o Maranhão. A ponte sobre o Parnaíba seria ainda pedida por Diogo Velho ao ministro do Império, em 1859. Junqueira, em ofício ao Ministro do Império, refere-se também à carestia dos produtos importados, em virtude das dificuldades e despesas dos transportes. (Idem. L. 237. 50 a

Digitalizado com CamScanner

52v. Doc. de 17/3/1855. L. 248. 39. 106. a 106v. Docs de 24/11/1857 e 12/11/1859).

Já Leão Veloso mandou abrir um caminho prendendo Parnaíba a Buriti dos Lopes, e foi logo entregue ao tráfego. Assim também Franklin Dória contratou a construção da ponte no riacho dos Cavalos, entre União e Teresina, e a estrada de S. Filomena a Parnaguá respectivamente com João do Rêgo Monteiro (posteriormente Barão de Gurguéia) e com José da Cunha Lustosa, o futuro Barão de Paraim, trabalhos que foram iniciados logo após os contratos e entregues na administração imediata, a de Luna Freire. (Idem. L. 307. 1v. 6 e 6v. Docs. de 13/8/1866 e 5/1/1867).[26]

Em 1873 dizia Pedro Afonso Ferreira ao Ministro da Agricultura que não há uma só estrada que valha a pena ser mencionada como digna desse nome. A de Parnaguá a S. Filomena, a de Caranguejo que liga Piracuruca a Pedro II, a de Amarante a Oeiras, a de Teresina a Valença, que é sem dúvida o ponto mais agrícola de toda a Província, a que se dirige de Campo Maior a Marvão e Príncipe Imperial, são simples trilhas, somente transitáveis pelo tempo das secas [...] interceptadas por rios especialmente a que se dirige de Marvão a Valença. Era o que informava o Presidente para concluir: "Com as péssimas estradas que existem, o alto preço dos transportes tira ao produtor lucros importantes que se fossem percebidos e acumulados, aumentariam as forças da produção. Os gêneros chegam ao mercado com onerosos gastos, e assim sofrem uma grande depressão no seu valor". (Idem. L. 578. 116 a 121v. Doc. de 2/1/1873).

Pereira da Costa registra um tópico desse documento que na sua íntegra é digno de estudo e encontramo-lo no Livro acima citado.

Perduravam no Piauí as mesmas trilhas que no período colonial ligavam entre si as fazendas, as mesmas veredas abertas pelos vaqueiros e boiadeiros na labuta cotidiana. E continuavam pelo mesmo processo a multiplicarem-se os caminhos, rasgados ao tropel das boiadas, e ao trote das cavalgadas. Os poderes públicos pouco contribuíram para a expansão e manutenção dessas vias das comunicações interiores.

Digitalizado com CamScanner

Seria profícuo, porventura, cogitar-se naquelas épocas da construção de estradas de ferro do Piauí? Certamente que não. Já vimos que a câmara municipal de Campo Maior, em 1844, já dizia: "Não chegamos ainda ao ponto de empregar o vapor nos transportes terrestres; portanto guardamos silencioso desejo acerca deste tão importante melhoramento que deve ser com bastante antecedência precedido dos outros". (Idem. L. 240. Doc. de 18/4/1844).

Em 1840, o governo Imperial firmou um contrato com Tomaz Cócrane para construção duma linha férrea cuja inauguração só seria feita em 1858, e já executada por companhia brasileira, e que seria o começo da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Precedera, entretanto, à sua inauguração a da estrada de ferro, que, partindo do Rio iria a Petrópolis, e cujo primeiro trecho, contratado em 1852 por Mauá, foi inaugurado em 1854.

Algumas províncias viriam receber esse melhoramento ainda no período imperial. O Piauí só viria obtê-lo no terceiro decênio deste século, uns cinqüenta anos após a lei provincial que autoriza a construção da que começando em Parnaíba, terminaria em Amarração, requerida por José Maria Barnes, Francisco Gano Gulic e Joaquim Coelho Fragoso.[27]

Por essa mesma época há dois pedidos de concorrência para construção da de S. José (porto fronteiro a Teresina) a Caxias, também no Maranhão, ligando o vale de Itapecuru ao do Parnaíba: o do Dr. Davi Freire da Silva e Engenheiro Joseph Graune, e o de Vinhais & Cia. e Temictocles Aranha. Segundo o Presidente Gervásio Cícero, essa estrada iria fazer parte num futuro mais ou menos remoto do grandioso sistema viário já começado na Bahia, Pernambuco e Ceará que há de ligar o norte do Império, tendo por centro o vale do S. Francisco. (Idem. L. 578. 147v. Doc. de 2/7/1873).

Pereira da Costa registra ainda duas leis provinciais que autorizam a presidência a contratar novas construções de vias férreas.

Uma é a **Lei Nº 853**, de 2/7/1874 que autoriza a construção da de Amarante a Oeiras, com ramal para Valença pelo Comendador Antonio Pires Ferreira e Engs. André Rebouças e Manuel Antônio da Silva Reis, e logo em seguida, em 9/10/1875, contrata com os Engs. Manuel Antônio da Silva Reis, André Rebouças e Dr. Fernando Pires Ferreira.[28]

Digitalizado com CamScanner

Entrementes em **Aviso Ministerial** de 20/11/1882 ao Presidente da Província para informar requerimento do Eng. João Crokatt de Sá Pereira Castro, acompanhado de planta, em que pedia privilégio para construção da de S. Filomena a Porto Franco, em Goiás.[29]

E finalmente, a **Lei Nº 1168**, de 25/6/1888 concede aos Engs. Newton César Burlamaque e Benjamim Franklin de Albuquerque Lima privilégio de sessenta anos para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Amarante, passando por Oeiras, atingiria pelo Canindé a Serra dos Dois Irmãos, nos limites de Pernambuco, tendo por objetivo S. Francisco.[30]

Foi tudo o que vimos no regime imperial. Coisa alguma de concreto foi realizada nesse sentido. Mas já se sentia que o Piauí, esse corredor de migração, seria, num futuro embora remoto, o maior centro viário do norte do Brasil. Seria apenas uma questão de tempo.

Isto ficou patenteado pelo depoimento de técnicos e presidentes da Província, cuja lucidez denunciara as excelentes possibilidades porvindouras da terra.

Correia do Couto já havia notado, quando na sua administração, que os criadores piauienses, por vezes, não faziam grande esforço para vender seus produtos, porque os marchantes das províncias vizinhas **apresentavam-se em suas fazendas, e a porfia faziam subir o preço do gado pela grande demanda em relação ao oferecimento.**[31]

Era opinião de Sinval Odorico de Moura, expressando juízo unânime dos homens da época, que a comarca de S. Filomena seria um centro de comércio não só de diversos pontos da Província, como da Bahia, Goiás, Minas Gerais, e, por que não dizer, também do Maranhão?[32]

Se assim pensavam com referência ao comércio, já Perete dizia ao Ministro do Império que a cidade de Oeiras "pode mais fácil e prontamente acudir a diversos pontos do interior do Maranhão, Bahia, Ceará e Pernambuco do que as capitais dessas províncias, e que por esse motivo deve a presidência desta Província estar munida de maiores recursos do que os tem [...]" (Idem. L. 205. 49. 49v. Doc. de 29/3/1849).

Lembremo-nos ainda de que no governo de Carlos César Burlamaque já se dizia que Oeiras seria ponto central das comunicações comerciais deste principado."[33]

Digitalizado com CamScanner

Opinião bem parecida emitia Saraiva a Manuel Felizardo, então Ministro da Guerra. Eram idéias que vinham desde o período colonial e ainda virão à tona de nosso trabalho. (Idem. L. 228. 59v. a 60. Doc. de 24/01/1853).

O Piauí terá num futuro não mui remoto, posição de privilégio nas transações comerciais do norte do Brasil, pois será região que interligará grandes mercados. Converter-se-á, então, como conseqüência, em excelente centro para parques industriais,pois bem sabemos quão importante é a distribuição dos produtos industrializados, fazê-los chegarem com mais presteza e a baixo preço aos centros consumidores.

Muitos desses mercados circunvizinhos do Piauí já têm grande poder aquisitivo, outros estão em formação. O Piauí, por sua vez, vê crescer dia a dia seu mercado interno que pouco a pouco vai aumentando sua capacidade de produção e consumo, bem como de mão-de-obra especializada.

Com a mudança da Capital de Oeiras para Teresina aumenta consideravelmente a população ribeirinha do Parnaíba, e essa ocorrência manifesta-se mais intensamente com a navegação a vapor. Surgem povoações nas margens do rio e suas vizinhanças, e, como conseqüência, há um estímulo para a incipiente agricultura da Província, que já se mostrava mais promissora nessa faixa territorial, bem como nas proximidades do litoral. E assim ficou patenteado que o principal fator do desenvolvimento é a perspectiva de fácil recurso de transportes, atraindo e nucleando populações.

Sousa Leão já registra em **Relatório** de 1/7/1871 que o Piauí cultiva mandioca, fumo, arroz, milho, cana, cultura cujo produto mal chega para o consumo local. Em verdade exporta apenas o algodão, pois o fumo e a aguardente só ocasionalmente, e em pequena quantidade. Enquanto isso importava cereais, não só através do Parnaíba, como também de suas fronteiras orientais. Amarante passaria a figurar como o maior centro produtor de algodão. (Idem. L. 578. 116 a 121v. Doc. de 2/1/1873).[34]

Pedro Afonso Ferreira, em ofício ao Ministro da Agricultura e Comércio, dá-nos interessantes informações a respeito do assunto: "Em geral cultivam-se na Província o algodão, a cana, a mandioca, o milho, o feijão, arroz e o fumo, nos municípios da Capital, Amarante, Batalha e Barras; o algodão e a cana da qual fabrica-se açúcar em pequena escala, rapadura e aguardente, constitui o que

Digitalizado com CamScanner

se poderia chamar a grande cultura; a mandioca, o arroz, o milho, o feijão e o fumo – a pequena cultura, sendo que unicamente no município de Amarante, o mais produtor de algodão, está calculada a sua exportação anual em dez mil arrobas [...]" Nos outros municípios "cultivam-se de preferência a cana, mandioca, e mais reduzidamente o algodão, o milho, o arroz, o feijão e mamona; em alguns deles, como Campo Maior e Manga, com esses gêneros são produzidos em tão diminuta quantidade que mal chegam para o consumo". (Idem. L. 578. 116 a 121v. Doc. de 21/1/1873).[35]

E passa então a descrever a penúria de nosso estabelecimentos rurais, a rotina dos processos de cultura agrícola. Traceja enfim um vivo quadro da estagnação econômica do Piauí do decênio de 70.

Posteriormente, ao pronunciar-se o Presidente Manuel Prado a respeito do assunto, reitera o depoimento de Pedro Afonso, ao informar: "Apenas fazem-se à margem do Parnaíba algumas plantações de que se tira o necessário para o consumo da Província, e o pouco que se exporta".[36]

Se nas margens do Parnaíba assim era, que seria na região central da Província? Os fazendeiros plantavam apenas o bastante para assegurar a manutenção de seus familiares e comensais (parasitos), certo de que todo e qualquer excedente resultaria em pura perda. E os pobres camponeses, sem salários, agregados aos fazendeiros, como manter suas famílias? Se previdentes, teriam que imitar os ricos fazendeiros, isto é, plantar também apenas para comer certos de que perderiam, se houvesse, o excedente da colheita, à falta de compradores, pois o vizinho que não tivesse obtido colheita, não teria também, à falta de trabalho assalariado, dinheiro para comprar o que comer. Havia apenas o refrigério das caçadas ou o paternalismo dos fazendeiros já despidos da prodigalidade de outrora. E se plantavam, teriam ainda de resguardar suas plantações das manadas de gado a invadir todas as terras devassáveis. E ainda a perspectiva das secas a evocar as cenas pavorosas já de todos conhecidas.

Bem pequena foi a contribuição da agricultura a animar o comércio da Província.

Em verdade o comércio não poderia medrar enquanto não houvesse um mercado interno servido por vias comunicatórias

Digitalizado com CamScanner

que possibilitassem fretes a baixo preço. Era o que ainda não tínhamos, como vimos. Mas não seria somente isso. Imprescindível seria também o crescimento das fontes econômicas, bem assim sua diversificação. A agricultura, como vimos, continuava incipiente, e sua produção deficitária para manutenção de escassa população. Daí a importação de cereais, ora do Maranhão, ora do Ceará.

Em piores condições estavam os ensaios para a implantação de empresas industriais, especialmente à falta de capitais e de transportes.

O algodão, a cana-de-açúcar e o fumo, produtos agrícolas, que solicitavam industrialização, demonstram a inópia das possibilidades nativas, conseqüência, em parte, também das estruturas política e social de então

O Alto Gurguéia ainda em nossos dias mantém uma indústria doméstica de tecidos que talvez seja legado dos indígenas. Esses tecidos apresentam coloridas padronagens, impressas com tintas naturais, quase sempre de origem vegetal. Apesar de indústria secular, não experimentou nenhum desenvolvimento, quer sob o ponto de vista técnico, quer mesmo sob o ponto de vista quantitativo, e tende mesmo a desaparecer.[37]

A generalização da arte de tecelagem foi um imperativo da época e do meio, e se impunha como recurso quase único para aquisição de tecidos de uso das populações sertanejas sem poder aquisitivo. Pouco, entretanto, se fez, como veremos em pouco.

Após a Independência, Góis e Vasconcelos, falando à Assembléia Legislativa, aconselha que se buscasse "estrangeiro ou nacional para introduzir mecanismo aperfeiçoado de fiar algodão, que saiba fazer com perfeição as rodas de fiar, das que se usam noutros países, a fim de ensinar aqui fabricá-las".[38]

Três anos após já informava Perete ao Ministro do Império que em Poti havia máquinas das melhores para beneficiar algodão. No mesmo ofício acrescentava que se cultivava caca-de-açúcar por toda parte e que já se fabricavam, em pequenos engenhos de madeira, aguardente e açúcar, este de péssima qualidade e insuficiente para o consumo da terra, o que já dissera Sousa Ramos, donde se deduz que a cultura da cana se achava esparsa, porém em pequenos plantios. (Idem. L. 186. 12. Doc. de 8/7/1844. L. 209. 22v. a 25. Doc. de 9/3/1847).

Digitalizado com CamScanner

Logo após chegaria, enviado pelo Governo Central, máquina de descaroçar algodão, vinda pelo Maranhão, e que seria ainda melhor que as conhecidas em Poti. Mais tarde seriam recebidas instruções como usá-la. (Idem. L. 203. 30 a 30v. 32. Docs. de 8/1/1850. L. 184. M.. 346. Doc. de 22/12/1852).

Em fins do decênio de 50 funda-se uma fábrica de charutos que teve sua origem na cultura do fumo e teria vida efêmera como uma serraria que posteriormente seria anexada à Fundição mantida pela Companhia de Navegação. Parnaíba também teve uma fábrica de sabão de vida curta. A saboaria foi indústria doméstica que se propagou por todo o Piauí, especialmente nas Fazendas Nacionais. Sua matéria-prima provinha da pecuária e de nossa flora. Assim também o curtume com sua produção de atanados que por vezes figurava na balança comercial da Província.

O fumo continuaria a ser vendido, segundo o testemunho de contemporâneo nosso, até começo deste século, "em cordas recobertas de couro ou em balotes de cinco a 10 quilos envolvidos em fibras de diferentes palmeiras". Era o começo de sua industrialização.[39]

Em 1865, ajuizou com acerto a Câmara Municipal de Oeiras que não havia no município indústria alguma, pois não se poderia considerar como fábrica o trabalho de indivíduos que exercem em casa algum emprego em ponto sumamente pequeno. Arrescenta que Oeiras recebeu uma máquina de descaroçar algodão que nem sempre está em ação e nem se há de constituir em ofício. (Idem M. 630. Doc. de 14/1/1865).

No começo do decênio de 70, em Teresina havia cinco engenhos de ferro, afora os de madeira. Valença tinha vários engenhos de madeira, em Príncipe Imperial havia mais de 10 máquinas de descaroçar algodão, e também Independência tinha algumas. Os produtos de Valença, Independência e Príncipe Imperial escoavam-se para o Ceará, e quase sempre como contrabando, em costas de animais.[40]

Pouco antes, um presidente informava ao Ministério da Agricultura que os estabelecimentos rurais são de nenhuma importância, mesmo nos municípios mais ricos. Predominam pequenos engenhos de madeira, com maquinismo pouco aperfeiçoado, em casa de palha, para descaroçar algodão ou para o fabrico de rapaduras, açúcar, aguardente ou farinha de mandioca,

Digitalizado com CamScanner

e tudo onerado por dívidas, pois não havia associação de crédito. A falta de capital foi sempre denunciada por todos quanto estudaram a economia do Piauí. (Idem L. 578. 116 a 121v. Doc de 2/1/873).

O leite e o sebo, sem mercado consumidor, deram origem ao fabrico de queijo e sabão, a princípio para uso das famílias adjacentes aos currais, mais tarde, possibilitando sua comercialização. A fundação da Colônia de S. Pedro de Alcântara foi também empreendimento desse decênio, o qual estudaremos em capítulo posterior.

Por essa época promulga-se a **Res. 816**, de 11/8/1873, que concede a Adan Benaron autorização para fundação, sem concorrência e pelo espaço de 50 anos, de uma ou mais fábricas de tecidos de algodão, sob obrigação de serem admitidos gratuitamente em uma das fábricas 40 órgãos, de ambos os sexos, ou ingênuos aos quais a empresa faria ministrar o ensino de primeiras letras, doutrina cristã e a arte de tecelão ou fiandeira, correndo tudo por conta da mesma empresa, vestuário, alimento, tratamento da saúde. Duas outras leis vieram em torno do assunto (**Resolução** Nº 881, de 24/7/1874 e a de Nº 915. de 23/7/1875). E nada mais a não ser alguma burocracia. Posteriormente, quase ao expirar o Império, voltam as cogitações em torno do assunto.

Foram esses os estágios máximos da industrialização dos produtos pecuários e agrícolas na fase imperial. Não receberam o influxo desenvolvimentista do capital e do que hoje apelidamos de infra-estrutura. E ainda havia deficiência de técnica e sobretudo de organização.

Apesar das deficiências apontadas, a Companhia de Navegação muito contribuiu para o desenvolvimento do Piauí. A agricultura como vimos experimentou um surto de crescimento, e o comércio reanima-se, estimulando as finanças públicas. É o que iremos estudar.

O florescimento da agricultura nas margens do Parnaíba foi fruto da mudança da Capital de Oeiras para Teresina. Em seguida veio a navegação a vapor que também concorreu para seu desenvolvimento, e serviu de estímulo ao comércio da Província.

Digitalizado com CamScanner

Essas ocorrências possibilitaram a estabilização de firmas estrangeiras na cidade de Parnaíba, e a conseqüente penetração de capitais por seu intermédio. Parnaíba, estimulada pela competição de Caxias, dentro em pouco firmar-se-ia como empório do Piauí, o prognóstico de Saraiva.

Segundo o testemunho do Inspetor da Alfândega há em Parnaíba em 1866 178 casas térreas, 10 sobrados, 4 armazéns, espírito comercial empreendedor de especulações de monta, restringindo-se as transações de vulto às casas inglesas de Singlehurst Nicholson & Companhia, e francesa de Naeff Nadler & C°, filial de uma outra do Maranhão, e os limitados gêneros de produção local são exportados em diminuta escala por cabotagem e se dirigem às praças do Maranhão, e Ceará, já por conta de negociantes dessa cidade, ou pela maior parte por ordem e encomenda do comércio daquelas praças.[41]

Por essa época tinha a Província 413 casas comerciais, das quais 22 eram de portugueses, 3 de negociantes de outras nacionalidades. Pouco depois modificavam-se respectivamente esses números para 401, 28 e 8.[42]

"A exportação de algodão e gado bovino que avulta pelo seu valor, diz o **Relatório** do Inspetor da Alfândega, é feita parte pela casa inglesa mencionada por conta própria e comissão, e maior parte tem caráter de depósito do comércio de trânsito do interior para a província do Maranhão que, para esse fim, tem aqui casas filiais e comissionadas".[43]

A autoridade alfandegária já mencionava, entretanto, sintomas de nova depressão que sofria o comércio provincial, e dá como causas a crise por que passa a Nação, como conseqüência da falência de casas bancárias no Rio de Janeiro, Guerra do Paraguai, de Secessão nos Estados Unidos, perturbações nas praças comerciais européias, alto preço do capital e seu retraimento à circulação.[44]

Essas causas deveriam interferir na crise que se esboçava no Piauí, mas de modo tênue, de pouca importância. A causa que mais afetava a Província tinha sua origem na produção cronicamente inexpressiva e que nos últimos anos, dum modo geral, vinha debilitando a Nação.

As causas indicadas acima pelo Inspetor da Alfândega eram causas gerais vividas pelas suas conseqüências mediatas; mais

Digitalizado com CamScanner

agudas porque mais sentidas e porque eram causas presentes, eram as causas locais a que se refere dessa forma: "Além das razões expostas que indicam em meu conceito a causa da paralisação comercial desta cidade, é do meu dever ponderar que as dificuldades que oferece o porto em que o embarque e desembarque é regulado forçosamente pelas marés, e mais ainda o dessecamento progressivo que vai sofrendo o Rio Parnaíba que banha esta povoação com a denominação de Igaraçu, acanham o comércio e impedem a navegação de cabotagem até este porto.

"É de esperar, porém, que levados a efeito melhoramentos que tendam a facilitar e tornar mais barato a condução dos gêneros e mercadorias de importação e exportação, e que adotadas providências adequadas, novos capitais, e suprimento de população industrial venham fertilizar este país que se presta ao progresso por tantas circunstâncias felizes, seja pela posição em relação ao interior, principal e mais importante porto marítimo e do litoral da Província, seja pela influência benéfica de seu clima e riqueza natural do solo".[45]

Enfim foi passageira a depressão a que se refere, o que veremos em pouco.

A principal exportação que se fazia, então, pela cidade de Parnaíba era a do algodão para a Inglaterra e Maranhão, e, em seguida vinha a de animais vivos, comércio efetuado por "um agente do contratante com o Governo Francês em Caiena, estabelecido na povoação do porto de Amarração (então pertencente ao Ceará), para o fornecimento dos emigrantes e prisioneiros do mesmo Governo, e sua conta, nas possessões das Guianas Francesa, cuja exportação orça por cinco mil cabeças anualmente".

Para a Guiana Francesa vendiam-se ainda carneiros, porcos, mulas, cavalos, em pequena escala. Para a Inglaterra vendíamos ainda couros, chifres, tatagiba, e até mesmo café pilado, certamente vindo do Ceará; e para o Maranhão vendiam-se animais vivos, carne salgada, couros, fumo e já figurava também a cera de carnúba. O Pará comprava-nos sola.[46]

Vendíamos também produtos estrangeiros, a denunciar a fragilidade do poder aquisitivo de nosso mercado: piano, mobílias, artigos de armarinho e moda, bebidas, medicamentos etc.

Importávamos diretamente da Inglaterra e da Alemanha armas e munições, tecidos e roupas feitas, calçados, chapéus, louças,

Digitalizado com CamScanner

talheres, azeite, manteiga, queijos, presuntos, massas alimentícias, farinha de trigo, medicamentos, sabão, ferragens, tintas, artigos de armarinho, moda, escritório e muita coisa mais, que melhor veremos, compulsando os quadros que acompanham o **Relatório** da autoridade alfandegária. Da Guiana Francesa nos vinham também louças, espelhos, conservas alimentícias, manteiga, farinha de trigo, e diretamente da França, medicamentos, vinho, charutos, peixe em conserva, cigarros e muita coisa mais, até mesmo banha de porco.

Para ver o global desse movimento alfandegário, apresentamos uns quadros que resumem as operações comerciais, organizados de acordo com documentos encontrados nos Maços N.º 611 e 643. (Vide na parte final do Capítulo, em apêndice, os Quadros números 1a, 1, 2, 3 e 4).[47]

A depressão comercial a que se refere a autoridade alfandegária em **Relatório** de 15/3/1866, foi passageira, e parece mais se manifestou em Parnaíba. Ela se fez refletir, entretanto, de modo notável, no exercício financeiro de 1866-1867, quando, como conseqüência, caem as rendas provinciais, as gerais e a da Alfândega. (Vide na parte final do Capítulo, em apêndice, os Quadros números 5 e 6).

Em seguida há reações. Como anteriormente, ocorrências dessa natureza ainda se manifestarão. Não havia estabilidade na economia do Piauí que ainda repousava quase exclusivamente na pecuária, já, entretanto, em plena decadência, a padecer crises provenientes de maus invernos, da competição doutros rebanhos, e, ainda mais, com a invasão de pestes bovinas que já vinham dizimando e enfraquecendo a gadaria.

No ano imediato, novo **Relatório** do Inspetor da Alfândega, anexado ao do Pres. Luna Freire, enviado à Assembléia Legislativa, abrangendo período mais amplo, a partir do decênio de 850, já nos informa que, dum modo geral, há elevação de rendas, as quais têm aumentado sensivelmente, máxime de 1854 em diante. O crescimento, comparando o exercício de 1853-1854 com o de 1862-1863, é de 196%, "visto como no primeiro exercício as rendas da Alfândega e mesa de renda atingem a 33:251$685, e no último

Digitalizado com CamScanner

a 98:411$906, e nessa progressão tem continuado". E é verdade. Espínola também diz em 1870 que a Alfândega arrecadara há quatro anos 120:658$906, e que no ano anterior arrecadara 267:450$138. (Vide Quadro n.º 5).[48]

Também nos informa Dória que a renda provincial no triênio 1860-1863 foi de 460:000$000, e a do triênio imediato foi de 780:000$000.[49]

No primeiro triênio a que se refere houve depreciação do gado, e ainda também o cólera e causas gerais que atingiram o mercado piauiense e que contribuíram para a depressão financeira. O Presidente do Piauí chegou a solicitar ao do Maranhão que enviasse mensalmente alguma quantia, pois havia falta de dinheiro e havia seis meses estava em atraso o pagamento do funcionalismo. (Vide **Relatórios** e Quadros citados). (Idem. L. 301. 123. 223. Doc. de 6/9/1862. L. 272. 93 e 93v. Doc. de 15/6/1861).

A reação que se processava elevando gradativamente as finanças naquele período, veio até o decênio de 1870-1879 que foi entretanto, uma fase catastrófica a que advieram secas, fracos invernos, pestes, invasão de flagelados, arruinando a economia do Piauí.

Até 1869 a receita da Província não havia atingido o nível de 300 contos, mas vinha sempre em crescimento, como vimos. De 1870 em diante a arrecadação melhora consideravelmente, apesar das ocorrências desfavoráveis a que nos referimos, como três anos consecutivos de péssimos invernos.[50]

Menezes Prado, em **Relatório** de 7/9/1886, afirma que, "desde o exercício de 1882-1883 se nota que a receita provincial vai diminuindo, criando no corrente exercício embaraços reais à marcha regular do serviço público.

"Atribui-se esse decrescimento não só a uma série consecutiva de maus invernos que desde 1877 se tem repetido, ocasionando grandes prejuízos e diminuindo progressivamente a fortuna particular, senão também a falta de procura de gado, devida provavelmente a motivos oriundos dessa mesma causa".[51]

E que vindo a seca, há a depreciação do gado com o aumento da oferta, porque o fazendeiro procura dispor das reses antes que venham a morrer, como conseqüência da estiagem, e o capital aflui, então, para poucas mãos; há a falta de serviços para o trabalhador

Digitalizado com CamScanner

braçal, o campo é abandonado, as cidades enchem-se de flagelados, afrouxa-se o fisco por vezes vem a peste.

Carlos P. de Figueiredo, incumbido por Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros, de reunir em volume as informações que solicitara aos presidentes de províncias a respeito das finanças provinciais, e fazê-las editadas, diz em ofício que serve de prólogo à publicação, que o Piauí está entre as províncias do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Santa Catarina, que não tinham deficits em 1876-1877, e o têm no momento, isto é, 10 anos após.

"Acrescenta que as do "Piauí, Goiás e Mato Grosso, sem dúvida por sua posição extremamente central, embora por meio de rios navegáveis que as comunicam com o oceano, pudessem manter relações comerciais mais ativas e importantes, ao menos com o resto do Império, conservam-se estacionárias. Sua receita e despesa são mais ou menos as que eram há dez anos passados".[52]

No Piauí, em verdade houve decréscimo, comparando os orçamentos do decênio de 870 com os do decênio 880, que antecederam ao pronunciamento de Carlos de Figueiredo. Comparando, entretanto, o decênio de 880 com o de cinqüenta, houve crescimento nas finanças provinciais, e, como vimos, a começar no decênio de 860, de modo mais auspicioso. Mas esse crescimento no conjunto foi tão lento que bem pode ser considerado mais como resultado do crescimento vegetativo, embora seja absurdo não considerar também a ação da navegação a vapor no rio Parnaíba, como fator concorrente, o que estudaremos em pouco. Mas, essa contribuição, provinda da navegação, não foi como se esperava.

A fim de se fazer juízo a respeito do Piauí, apresentamos um quadro confrontando sua receita com a de outras províncias no decênio de oitenta. (Vide na parte final do Capítulo, em apêndice, o Quadro n.º 7).

A Companhia de Navegação foi fator concorrente na evolução econômica do Piauí. Depois de sua inauguração, há um crescimento mais rápido no comércio e nas finanças, a denotar um ritmo mais acelerado no desenvolvimento. Mas em verdade, a Companhia de

Digitalizado com CamScanner

Navegação a Vapor, pelas causas já estudadas, apresentava contínuos deficits.

Em **Relatório** de 12/7/1865 de Dória, vê-se que de 1859 a 1864, a Companhia teve uma receita de 82:539$036, e despesas de 193:142$371, com deficit de 110:603$335, que foi coberto pelas subvenções que montaram a 256:537$267. Logo após vê-se ainda que no ano de 1865 recolheu de fretes apenas 13:782$649, de passagens 9:507$840, e que o valor presumido das mercadorias transportadas se elevava a 918:843$267.[53] (Vide Quadro nº 8).

Já no exercício 1865-1866, o frete de mercadorias se elevava a 27:298$437, com valor presumido das mercadorias de 1.819:875$800.[54]

Para melhor juízo a respeito da situação real do Piauí, é também indispensável conhecer o movimento do tráfego marítimo e fluvial da época.

Em 1865 houve 66 viagens redondas feitas pelos navios da Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba, 39 pelo **Uruçuí**, e 27 pelo **Conselheiro Paranaguá**. O cálculo é feito no cômputo global dos Sete portos escalados, de Parnaíba a Manga. Foram transportados 2.976 passageiros, dos quais apenas 427 eram particulares. O grosso era constituído de passageiros do Governo, soldados enviados para o Sul; iriam engrossar as forças brasileiras que defendiam o solo pátrio da invasão paraguaia. (Vide na parte final do Capítulo, em apêndice, o Quadro nº 9).

As entradas de navios de cabotagem em Parnaíba e sua saída, no exercício de 1864-1865, elevaram-se respectivamente a 52 com 6009 toneladas, e a 47, com 5641 toneladas. O comércio maior era mantido com o Maranhão seguido pelo Ceará; vem depois Rio Grande do Norte e Pará. (Vide na parte final do Capítulo, em apêndice, o Quadro nº 10).

Já em viagem de longo curso, no mesmo exercício, foram 29 entradas de navios e 28 saídas, e, globalizando entradas e saídas, temos 15 ingleses, 36 americanos, 1 prussiano, 3 brasileiros e 2 franceses, com um total de 57 entradas e saídas. A tonelagem total desses navios era de 10.125, distribuídas em 5.258 toneladas de entradas e 4.867 de saídas. (Vide na parte final do Capítulo, em apêndice, o Quadro nº 11).

Segue-se o Quadro nº 11, bastante interessante porque apresenta o movimento mês a mês, juntando num global a

Digitalizado com CamScanner

tonelagem. (Vide na parte final do Capítulo, em apêndice, o Quadro nº 12).

No ajustamento desse Quadro aos dois anteriores, vêem-se pequenos desvios que não afetam seu objetivo.

O crescimento da economia do Piauí é patente, porém, em verdade, não como se esperava.

Vimos a euforia de Dória ao referir-se às coisas do Piauí. O mesmo espírito otimista animava os homens que dirigiam a Companhia de Navegação e que a julgavam como a **primeira, mais útil e grandiosa empresa de nossa bela Província**, para a qual antevêem um **brilhante futuro**. Anunciavam, o estado promissor da Companhia e já tomavam as primeiras providências para a aquisição duma oficina que serviria de base à futura fundição.[55]

Como sabemos, o Piauí não dispunha de trabalhador especializado. O **Uruçuí** trouxe o elemento de que precisava para que mantivesse o seu tráfego no Parnaíba. Mas desde muito a Companhia vinha se ressentindo dessa deficiência e mui especialmente de instrumentos para reparos e mesmo confecções de peças indispensáveis ao bom andamento de seus serviços. O Dória já participava a falta de artistas mecânicos, e lembrava não ter ainda podido estabelecer uma fundição. (Idem. Maço 645. Doc. de 15/6/1866).

Em pouco, para esse fim, chegaria da Inglaterra a ferraria essencial para início das oficinas. Levanta-se a casa que acolheria as primeiras máquinas na Praça da Matriz, ao Sul, fazendo quina com a Rua da Divisão, de frente para o Norte, onde hoje está a imprensa Oficial.[56]

Dentro em pouco estaria concluída a 1ª Secção onde se faria o assentamento de algumas peças. A máquina a vapor encomendada à Inglaterra já havia chegado, e também o Engenheiro John Robertson, vindo especialmente para dirigir suas oficinas.

É quando a gerência recebe autorização para comprar nova caldeira que deveria substituir a do **Uruçuí** que já estava deteriorando-se.

Digitalizado com CamScanner

O vapor **Uruçuí** naufragava, entretanto, pouco depois, a 9/8/867, na Coroa Aurora, a 41 léguas, ao sul de Teresina. O engenheiro Gustavo Dodt, que viajava a bordo, testemunhou a ocorrência, e seria um pouco mais tarde incumbido pelo presidente Gomes de Castro de fazer o levantamento da planta do Parnaíba. (Idem. L. 5.77. 109. Doc. de 22/11/1868).

O Gerente da Companhia e o Eng. John partem imediatamente no **Cons. Paranaguá** para o local do desastre, a fim de "ver, dizia o **Relatório** do Gerente, se podia salvar-se o mencionado vapor, que por muitos títulos, máxime por ser o primeiro que sulcou as águas do Parnaíba, e veio como que trazer-nos a civilização, a prosperidade, a riqueza, merecia a estima do piauiense". O Relatório informa que todos os habitantes de Teresina deixaram tomar-se de emoção pelo naufrágio do **Uruçuí**, "não porque se atendesse ao valor real, material que ele podia valer, mas sim, como sabeis, pelas razões já expostas e pelos bons serviços que nos prestou".

Os destroços do **Uruçuí** partido em três pedaços foram visitados por Dodt, John e o Gerente da empresa.

"Tanto o Comandante como os maquinistas e a tripulação dos vapores e barca têm trabalhado com vigor e constância", diz o Gerente em carta, e mais: "Depois de muito trabalho, salvou-se o maquinismo e algum material do referido vapor, e tudo mais ficou submerso, entregue à discrição das águas".[58]

Desde dezembro de 1867 chegou a Parnaíba, vindo da Inglaterra, um novo vapor desmontado, encomendado pela Diretoria. Pouco depois, a 30 do mesmo mês, foi o mesmo enviado, na barra **Poti**, rebocada pelo **Cons. Paranaguá**, a Teresina, deveria ser feita a montagem. O próprio Gerente viajava a borto do vapor, quando às 12 horas do dia 1° de janeiro de 1868, no lugar Estreito, vai a pique a barca **Poti**, e submerge com toda a carga. Em pouco mais de quatro meses, duas perdas desalentadoras. A Companhia que esperava em pouco dispor de três vapores, ficava apenas com o **Cons. Paranaguá**, já cansado, sem forças para rebocar a barca de ferro que ainda restava.

O Gerente testemunhou o afundamento da **Poti**, desastre que dramaticamente descreve em carta que dirige à Diretoria.

No salvamento, todos trabalham com ardor, e ele em pouco poderia dizer à Diretoria, que do naufrágio quase tudo foi

Digitalizado com CamScanner

recuperado pois só faltavam poucas peças do casco, de pequeno valor e os mancais e bronzes pertencentes à máquina.

Já estava, então, bem adiantada a feitura da casa de palha onde deveria ser montado o novo navio, às margens do Parnaíba, próxmo à Fundição sob as vistas do Eng. John. E também no trabalho da montagem já funcionava na Fundição a máquina a vapor. Tudo estava, pois, predisposto para a reconstituição do novo barco com os achados dos naufrágios.

Ao terminar o ano de 1868, o **Piauí**, nome do vapor construído em Teresina com o material que fora salvo da barca **Poti** e parte de peças vindas do Rio, estava quase concluído. No dia 4/2/69 faz sua primeira viagem.[60]

No ano imediato começam as cogitações para o aproveitamento do que fora recuperado do **Uruçuí**. Há entendimentos com a praça do Rio para aquisição das peças que não foram encontradas. Continuaram as diligências em 1871, quando chegam enfim as peças solicitadas, e John, acompanhado de operários, foguistas, maquinistas, todos eles trabalhadores da Companhia, segue para Parnaíba onde chega a 2/12, a fim de fazer a junção do casco. No dia 4 começa a montagem. No dia 26 retira-o da doca e, ao lançá-lo nágua, dá-lhe o nome de **Parnaíba**. A 31 parte para Teresina, onde deveria adaptar ao casco o maquinismo. Vangloriavam-se de que tudo fora feito exclusivamente com trabalhadores da Companhia, sem a cooperação de gente de fora.[61]

Mas só em 1872 foi concluída a montagem completa do vapor. Numa justa homenagem, resolvem mudar o nome primitivo de **Parnaíba** para o de **Cons. Junqueira**. Faz sua primeira viagem experimental em 9/10, e começa suas viagens normais no dia 12/10.[62]

Durante esse período a Companhia realizou novas obras: criou oficina de marcenaria, comprou maquinismo para serraria a vapor, oficinas que ficam anexadas à Fundição que trabalhava no preparo de duas barcas para uso próprio de sua navegação, e doutra que seria empregada na passagem do Parnaíba, no porto fronteiro a Teresina, enquanto encomenda à Inglaterra uma máquina de torno.[63]

Levantava-se, então, na Pedra do Sal o farol, cujas obras de construção ficavam sob a responsabilidade de Newton Burlamaque, com a cooperação de John, assunto que já estudamos

Digitalizado com CamScanner

O Governo Geral e o Provincial não estavam em dia com a Companhia em seus compromissos, pois se encontrava atrasado o pagamento das subvenções, fretes e passagens de que eram devedores.[64]

Contudo, fazem-se as primeiras viagens para Manga e o **Cons. Junqueira** prossegue rota além dessa vila, até 80 léguas acima, em rumo de S. Filomena. Informam, então, que se fosse adquirido vapor apropriado, poderiam alcançá-la, e empreender cinco viagens anuais até a vila que fica no Alto Parnaíba, com bom resultado para o Maranhão, Goiás e o Piauí.[65]

Em verdade, os vapores que vinham servindo, não eram adaptados às condições do rio Parnaíba. As inconveniências foram sentidas. Só a experiência poderia denunciá-las. Eram navios longos e pesados: o maquinismo em pouco estava desajustado e havia rápido desgaste das peças. Foi o que ocorreu com o **Cons. Paranaguá**, o que também já se evidenciava no **Cons. Junqueira**, cujos cilindros exigiam constantes reparos.

Mas só em 1878, quando se projetava nova vagem a S. Filomena, é que se fazem indagações no Rio para saber por quanto se poderia obter um barco rebocador conveniente à navegação do Alto Parnaíba.[67]

O **Cons. Junqueira** continua a explorar o Alto Parnaíba. Em uma dessas viagens, naufragou em Boa Esperança. A tripulação após tenazes e demorados esforços consegue salvá-lo. E reinicia sua vida, e em 1882, depois de 32 dias de árdua viagem, consegue alcançar S. Filomena, onde se demora 20 dias. A 19/3, após 6 dias de viagem de regresso, chega a Teresina donde saira a 21/1. Foi penosa jornada, pois toda a tripulação foi acometida de febres palustres, de que resultou a morte do 2º maquinista que ficou sepultado no último porto de escala.[68]

A Fundição continuava a trabalhar na construção das duas barcas de ferro, e a Companhia encomendava à Inglaterra uma caldeira e um casco para o **Cons. Paranaguá**, o qual, em 1877, é completamente renovado.[69]

As viagens de exploração, desde 1882, passaram ao Governo Geral. Essa deliberação foi tomada após a primeira viagem do **Cons. Junqueira** a S. Filomena, de caráter puramente experimental.

Digitalizado com CamScanner

A princípio dirigiu a Comissão de melhoramento do rio Parnaíba, serviço que ficou afeto ao Ministério da Agricultura, o Eng. Benjamim Franklin de Albuquerque Lima. A Comissão de que também faziam parte o Eng. José de Castro de Gouveia e Antônio de Sousa Melo Neto, inicia os trabalhos de desobstrução do rio pela corredeira Vargem da Cruz, seguindo-se a do Cajueiro, e posteriormente a das Panelas. Esta exigiu "um canal na margem direita do rio para trânsito da navegação na época das enchentes, uma vez que nas águas médias o perigo é menor e durante a estiagem desaparece totalmente. Aquele canal é todo aberto em rocha durítica compacta e, rigidíssima, tem 100 metros de extensão sobre 30 de largura, e de profundidade 4,30m".[70]

A Comissão faz interessantes observações meteorológicas (temperatura, pressão atmosférica, quantidade de chuvas) em Parnaíba, Teresina, Amarante, Vargem da Cruz, Surubim. Lamentavelmente são poucas as observações e feitas em curto período.[71]

O otimismo da época dominava os trabalhos de desobstrução do rio Parnaíba, "cuja franquia de navegação unirá os centros de produção da Província ao litoral e ao mesmo tempo servirá de imediata viação dos produtos das províncias limítrofes do Maranhão e Goiás, principalmente na imensa e fertilíssima zona do vale do Parnaíba, passando mesmo a ser feito por aquela viação o imenso comércio que faz esta última província com a do Pará pelo rio Tocantins, de inconstante e perigosa navegação, e de distância muito superior.

"Será, pois o dia em que começar a franca navegação do rio Parnaíba desde a sua foz às suas cabeceiras, o ponto de partida do engrandecimento e prosperidade da Província do Piauí, cujos elementos de grandeza assaz possui".[72]

Os obstáculos de navegabilidade do Parnaíba, entre Nova Iorque e S. Estêvão, foram destruídos, ficando abertos à navegação 1.096km. Exploravam, então, o trecho entre S. Estêvão e S. Filomena que percorrem em oito dias. Infelizmente são suspensos os trabalhos de exploração e melhoramentos em 1886.[73]

Já havia, então, uma lancha a vapor no rio Parnaíba, a qual o Pres. Jansen Matos Pereira pôs à disposição dos que ficaram com a incumbência de arrecadar o material de que se utilizavam nas obras do rio.[74]

Digitalizado com CamScanner

Pouco depois é a mesma comissão restabelecida. Parece, ainda no Império, pois quando veio a República já estava novamente em ação. J. Nogueira Paranaguá pouco depois anunciava que ela prosseguia com os trabalhos de desobstrução. Melhorava as condições de Vargem da Cruz, Cajueiro e Boa Esperança. A mesma coisa confirma Gabino Besouro.[75]

A Companhia, ao completar os vinte anos de atividades, primeiro período estabelecido pelo contrato da sociedade incorporada, convocou os acionistas para deliberação.

O pessoal da Diretoria, Gerência, Fundição, tripulação de vapores e barcas elevava-se apenas a 86 pessoas com vencimento mensal de 4:180$298. Nos vencimentos já havia ascendência da técnica. O Comandante de vapor percebia ordenado mensal de 100$000, e o maquinista, 120$000.[76]

Desde muito se distribuíam dividendos que variavam de 4$000 a 8$000 por ação de 100$000. Houve anos que não possibilitaram dividendos; mas quando chega a República já eram melhores as condições da empresa. Paranaguá informa que já dá dividendos de 10$000 a 12$000.[77]

Em 1880, ao ingressar a Companhia em nova fase, o seu ativo já se elevava a 504:552$259, e já tem quatro vapores. As vésperas da proclamação da República, fizera a aquisição de mais dois, o **Santo Estêvão** e o **Amarante**.[78]

Ia, pois, crescendo. Já vimos o movimento do tráfego marítimo e fluvial até 1865. Confrontemos os registros desse último ano com as informações de documentos posteriores para ajuizar a respeito do desenvolvimento econômico do Piauí.

Temos estatísticas referentes à navegação marítima que registram a entrada em Parnaíba, em 1869, de 73 navios; em 1870, 76; em 1871, 85; havendo, entretanto, queda em 1872, quando entraram apenas 75.[79]

Com referência ainda a este mesmo ano de 1872, e ainda quanto a **unidade de barcos entrados**, registra-se em 1881 nova queda, e ainda maior. Entraram apenas 61, dos quais 50 eram brasileiros, 8 franceses e 3 ingleses. Apesar da queda do número de navios, o aumento de tonelagem foi consideravelmente elevado,

Digitalizado com CamScanner

pois os 61 barcos eram de 66.732 toneladas e portanto, seis vezes superior ao ano de 1864-1865, com seus 81 navios de entrada, que, entretanto, só transportavam 11.267 toneladas. Sob esse aspecto se conclui pela ascensão comercial. Anteriormente jamais se elevara a tão alto índice o crescimento comercial. Todos os barcos, à exceção de 3 escunas, eram vapores. (Vide no Apêndice, na parte final do capítulo, o Quadro nº 13).

Mas as finanças da Província propriamente jamais alcançaram o nível do decênio de 70.[80]

Por quê? É patente o crescimento da economia da Província. E por que não, o crescimento de suas finanças? É que o Piauí continuava a ser tributário das províncias limítrofes. Não era apenas imposição de ordem geográfica, a falta dum porto marítimo, de vias comunicatórias articulando toda a hinterlândia piauiense. Era também, como dizia um governador da fase republicana, a **guerra das tarifas, o bloqueio de medidas vexatórias** "com que os Estados limítrofes nos ameaçam, ou mais do que isso, com que nos estão oprimindo, impossibilitando a exportação dos nossos produtos ou só a permitindo mercê dos mais escandalosos contrabandos, convertendo em suas as rendas do nosso patrimônio tributário".

"Ora os nossos vizinhos recusam aceitar como despachados neste Estado os gêneros dele saídos, embora os seus portadores exibam os talões do despacho, ora como sucede no Maranhão, baixam propositadamente a taxa do imposto nos municípios ribeirinhos ao Parnaíba, fomentando desta arte o contrabando no Piauí, com graves prejuízos para as suas fontes de renda". E acrescenta que "estado existe que não só onera de tributo todos os gêneros do nosso, que entram no seu território, não somente para ali serem consumidos, mas mesmo em trânsito para outros, como os próprios gêneros de sua produção, que importamos em grosso e a retalho reexportamos". E ainda informa o Secretário da Fazenda que "embaraços continuam a opor os agentes do Estado da Bahia" [...] que se esquivam "a receber os despachos ou conhecimentos de pagamentos de direitos dos gêneros de exportação deste Estado que transitam por aquele Estado [...]" A mesma coisa faz o Ceará.[81]

Já Perete em 1848 reclamou do Presidente do Maranhão providências para que fossem aceitas as guias do imposto do meio dízimo de algodão do Piauí que as autoridades maranhenses há

Digitalizado com CamScanner

vários anos sistematicamente recusavam receber. (Idem. L. 184. 118v. Doc. de 28/10/1884).

Pouco depois, Saraiva dizia também, denunciando a evasão de nossa renda: "É de estranhar que, exportando a Província para cima de 120 mil arrobas de algodão, figure no art. 2° da receita como meio dízimo desse gênero a pequena quantia de 350$000".

Sousa Leão relata que o Ceará cobra imposto do gado do Piauí que se exporta para Caiena pelo porto de Amarração, e não atende a reclamações do Sr. Lalanne, cidadão francês, interessado no comércio e que reclamou por intermédio do cônsul.[82]

Sob esse aspecto, para alcançar a emancipação de nosso comércio, foram frustrados os objetivos de Saraiva, bem como os daqueles que davam prioridade à navegação. Testemunha ainda essa verdade Menezes Prado ao afirmar em 1886, "o comércio do Piauí acha-se subordinado à praça do Maranhão, da qual recebe seus sortimentos, pagos em geral em dinheiro, em conseqüência da despesa que acarreta a permuta de gêneros, que são exportados com mais vantagens pelo porto da Parnaíba. Lamenta continuar a Província presa à praça de S. Luís, quando deveria negociar diretamente com a Europa.

"Enquanto, porém, o Piauí permanecer no estado de atraso e de apatia em que vive, enquanto a iniciativa particular não se erguer viva e capaz de fecundar suas terras e melhorar suas indústrias, será baldada toda tentativa que se faça para quebrar os laços que a prendem à província do Maranhão.[83]

A evasão de sua riqueza continuava através de suas fronteiras sem possibilitar a formação duma reserva de capital para o estímulo de seu desenvolvimento.

Ainda confessa Menezes Prado: "Ao vir para o Piauí trouxe a idéia de iniciar aqui alguns melhoramentos necessários ao seu progresso, mas fui, diz ele, com bastante pesar obrigado a desistir dela em face do estado financeiro da Província, que não permite atualmente a realização de cometimentos que tragam aumento de despesas.

"É lamentável que uma Província tão necessitada de certos melhoramentos que já existem em diversas outras, esteja condenada a não possuí-los por falta de meios.

"Urge tirá-la desse estado lastimável, melhorando suas finanças e desenvolvendo seu progresso e prosperidade".[84]

Digitalizado com CamScanner

A conjuntura do Piauí era conhecida de todos. Mas o Piauí por si só não poderia safar-se da estagnação.

E os homens que formavam a elite dominante ainda não tinham uma visão ampla do problema nacional, nem eram autênticos estadistas, pois suas ações restringiam-se a simples interesse de âmbito regional, onde estavam seus colégios eleitorais. Achavam-se ainda presos a seus campanários. Os ensinamentos de Jacques Lambert, Alberto O. Hirschman, Stefan H. Robock ainda constituem em nossos dias advertência àqueles que conduzem o destino da nação brasileira.[84a]

Sem infra-estrutura e sem mercado interno, no Piauí, só mesmo a pecuária poderia sobreviver e possibilitar continuidade econômica porque o boi prescindia do transporte para sua condução, e, por si mesmo, tocado pelo **tangerino**, buscaria as feiras do litoral, e também de Minas Gerais.

Assim constituiu-se no período colonial em fonte única de enriquecimento na hinterlândia piauiense, não só de sua gente como também de seu erário, e continuaria a ser senão única, pelo menos a mais ponderável base da fazenda pública, até mesmo no período republicano.

Após o primeiro século ainda há orçamento em que os tributos originados do gado e seus derivados contribuem com mais de metade para a receita orçamentária, às vezes 60, 70%. Só mais tarde com o aparecimento de novos produtos como o algodão, e depois a borracha, a cera, o babaçu, se torna menor sua contribuição percentual.

A rica malvácea cultivada na região desde os primeiros dias, por quase todo o período colonial, era empregada exclusivamente na indústria caseira de tecidos para redes, e tecidos para roupa que usava o grosso da população. Só após a Independência ingressaria no comércio e passaria ao lado do fumo, a figurar como tributo do fisco. Mas sempre, como conseqüência da falta de transporte, sua participação foi mínima em relação à da pecuária que sempre foi o grande contribuinte das finanças do Piauí. No período colonial foi insignificante parcela de comércio provincial, apesar de possuir terras excelentes para sua cultura.

Digitalizado com CamScanner

Apresentamos o Quadro n° 12, baseado na previsão orçamentária que nos mostra em anos diferentes, de 1855 a 1885, dados globais referentes ao assunto. E convém notar que no global da receita orçamentária afora o global dos títulos provindos da pecuária, a maior parcela éa da dívida ativa em que certamente é grande a participação dos currais. (Vide na parte final do Ca-pítulo em apêndice, o Quadro n° 14).

Como sabemos, o dízimo é baseado no preço comercial do produto tributado. Em virtude da flutuação dos preços, a oscilação orçamentária da Província é conseqüente. Nas estiagens que se convertem em secas prolongadas, como já vimos, os criadores do Nordeste vendem o quanto podem as reses capazes de corte, certos de que as perderão à falta de pastagens. Há, então, a queda dos preços, enquanto os rebanhos se dissipam. Posteriormente será feita sua reconstituição nas províncias vizinhas com a aquisição de gado de cria no Piauí, menos afetado pela falta de chuvas e de pecuária mais rica. Daí a elevação de preços provocada ainda pela ausência de gado de corte.

José Fernandes Moreira deixa informações que elucidam a ocorrência. Estudando o crescimento das rendas provinciais do Piauí, do decênio de 50, esclarece que a par da dívida ativa estava a elevação do preço do gado que de 15$000 passou para 300$000. Após a conjuntura, tudo mudou. As províncias vizinhas já haviam restaurado seus rebanhos com crias adquiridas no Piauí, e suspenderam em parte suas compras; a dívida ativa diminuiu, caiu o preço do gado que baixou para 15$000, 12$000, até mesmo 10$000, provocando deficit anunciado em 1861.

Essa ocorrência, quando o Piauí, no norte do Brasil, mantinha o monopólio do boi, não era sentida na Província de modo muito sensível.

Revendo documentos, testemunhamos que no período imperial o preço do boi variava entre 14$000 e 16$000, nos anos normais. Influências climatéricas fazem-no variar de 10$000 a 32$000. (Idem. L. 187. 50v: Doc. de 17/1/1848. M. 343. Doc. de 19/1/1852).[85]

Enquanto se debilitavam os rebanhos piauienses como conseqüências do meio geográfico e da contínua evasão de gado de cria para as províncias vizinhas e ainda mais fatores de ordem biológica, como a de degenerescência dos rebanhos, fazendeiros

Digitalizado com CamScanner

e autoridades coisa alguma faziam no sentido de proteger a pecuária.

Dizia Antônio Francisco que o gado produzido no Piauí já apresentava sensível decadência, em virtude de sua degeneração e irregularidade dos invernos. Denuncia a rotina dos criadores e aconselha a proteção dos rebanhos e introdução de nova raça. Pede verbas destinadas a esse fim, e se preocupa também com o melhoramento do muar e do ovino.[86]

Um pouco antes, um **Aviso de 8/6/853**, do Ministério do Império indagara se já houvera sido feita tentativa para introdução de carneiros próprios para a produção de lã, e qual o resultado, e se a Província apresentava possibilidade para a experiência, bem como se havia proprietário que desejasse fazer a exploração dessa indústria e receber carneiros importados para o objetivo mediante posterior indenização. Não havia ainda sido feita a experiência, mas os proprietários estavam prontos para executá-la. (Idem. L. 237. 15v. Doc. de 13/8/1853).

Antônio Francisco volta a tratar do assunto em ofício de 13/7/1855 dirigido ao Ministro do Império, quando focaliza com eficiência e minuciosidade a situação em que se encontra a viga mestra de nossa economia.

Diz que "as causas de seu atraso têm sido com especialidade a peste – o mal triste – o carrapato que desde 1835 se desenvolveu nesta Província, e a escassez de ervas e repetidas secas nestes últimas anos".

E aconselha: "A fatura de certos serviços, bem como fontes artificiais vulgarmente chamadas tanques ou açudes, queima das matas para destruição dos répteis venenosos, matanças de onças, morcegos que muito ceifam os gados e construção de cercados grandes onde se recolhem por ocasião de serem beneficiados, ou amansados concorrerá para o seu melhoramento e progresso".

Esses cercados são certamente imprescindíveis a toda a criação, o primeiro passo para sua racionalização, sua conversão de extensiva em intensiva. Refere-se também à quantidade de gado por vezes superior à capacidade das pastagens, dando motivo para que alguns **proprietários, reputados de experientes na matéria, vendam anualmente além dos bois, porção de vacas, e garrotes a fim de ficarem as fazendas só com o gado que podem criar em relação ao pasto e água de que dispõem.** Sugere a introdução

Digitalizado com CamScanner

de diferentes raças para melhorar a existente, e que para esse fim o Governo mandasse vir por sua conta raças mais convenientes "para serem distribuídas nesta Província pelas Fazendas Nacionais e pelos proprietários", que se interessarem, mediante pagamento posterior. (Idem. L. 237. 50 a 52v. Doc. de 17/3/1855).

Poderíamos dizer que desde então a decadência da pecuária no Piauí fora unanimemente denunciada por todos que dedicaram atenção ao assunto, se não fora o depoimento isolado de Junqueira que afirma que "sem receio de erro, a produção de gado vacum tem aumentado, bem que estes últimos anos tenham aparecido certos males ou doenças desconhecidas dos antigos criadores; contudo, reitera ele, a produção é maior [...]

Certamente fora influençiado pela participação em aumento da pecuária na constituição da receita orçamentária no decênio de 50, assunto que já estudamos, mostrando suas verdadeiras causas. (Idem. L. 148. 41v. a 44. Doc. de 15/1/1858).

O que dizia Junqueira, encerrava uma verdade. Os rebanhos ainda cresciam. Mas, se abandonarmos seu ponto de vista, e olharmos outros informes estatísticos, ou mesmo se não restringirmos seu ponto de vista ao decênio de 50, e alongarmos a observação por um período mais dilatado, veremos que já há sintomas de decadência até mesmo sob aspecto quantitativo como conseqüência natural da degeneração dos rebanhos da invasão de pestes e pragas como o carrapato, e mui especialmente pela exploração agrícola indispensável à subsistência da população provincial que já ocupava neste mister grande parte das melhores terras outrora destinadas exclusivamente à manutenção dos rebanhos.

Se examinarmos o Quadro nº 14, veremos que as duas últimas colunas referentes a 1880-1881 e 1884-1885, na parte concernente a **dízimos vacum cavalar e muar** já ofereceram decréscimo em relação à segunda e terceira colunas (1868-1869 e 1874-1875). Assim também o Quadro nº 15 que registra o número de bezerros no decênio de setenta, há notável queda. Parece-nos, entretanto, que a depressão da pecuária só mais tarde se pronunciaria de modo alarmante, mui especialmente pela degeneração dos rebanhos, e como conseqüência da diminuição das pastagens.

Em fins do decênio de cinqüenta e começo do de sessenta encontramos os registros máximos de nascimentos de bezerros,

Digitalizado com CamScanner

que se elevam a 259.679 e 250.679. (Vide na parte final do Capítulo, em apêndice, os Quadros nº 14 e 15.[87]

Para cobrança do dízimo tributavam-se apenas 50% dos bezerros nascidos, ficando metade isenta de imposto, pois era considerada de reses fêmeas, gado destinado à procriação.

Mais tarde, como vimos, houve queda na produção, depressão sob o aspecto quantitativo. Para isso a princípio contribui a diminuição das pastagens, e em seguida, o absentismo, ficando a pecuária confiada a trabalhadores livres, sem o preparo para o desempenho da função, desassistidos dos fazendeiros que testemunhavam dia a dia a depreciação de seus rebanhos.

Como vimos, Antônio Francisco percebeu a decadência biológica dos rebanhos piauienses. Desde então, os presidentes da Província passaram a chamar a atenção para o fato. E para a recuperação de nossa pecuária retornam à política de Carlos César Burlamaque que até então não tivera continuadores. Pediram a introdução de novas raças ou de garanhões provindos de melhores rebanhos. Aconselharam a criação de fazendas-modelo nas fazendas nacionais, o envio de fazendeiros às províncias do Império onde pudessem colher conhecimentos, a radicação à terra de colonos que tivessem prática no curtume, na fabricação de queijo, manteiga, etc.

De tudo isso resultaram tentativas de colonização com duplo propósito; melhorar os rebanhos e aproveitá-los em processos de industrialização. É o que estudaremos em capítuto posterior. (Idem. L. 572. 111 a 111v. Doc. de 4/3/1873. L. 579. 127 a 128. Doc. de 15/9/1873).[88]

Não nos referimos à freguesia cearense de Amarração, que foi anexada ao Piauí, ficando pertencendo ao Ceará a comarca de Príncipe Imperial, de ricas terras, de maior população e extensão territorial.

É que pleiteava o Piauí um porto marítimo, o que vem pedindo há quase dois séculos. (Vide em Pereira da Costa, 347, Decreto n.º 3.012, de 22/10/1880).

Sobre comunicação pouco tínhamos. Havia deficiência nos Correios, e se instalavam as primeiras linhas telegráficas.[89]

✓

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 1a

Demonstração dos principais gêneros de produção e manufatura da Província do Piauí exportados em maior quantidade no período do 1853 – 1854 até 1863 – 1864

	Exportação para fora do império						Exportação para dentro do Império					
Exercícios	Algodão em rama Arroba	Animais vivos Nº	Chifres Nº	Couros diversos Nº	Sola Nº	Tatajuba Arroba	Algodão em rama Arroba	Animais vivos Nº	Chifres Nº	Couros diversos Nº	Fumo em rolo Arroba	Sola Nº
1853-1854	4.137	336	—	6.400	—	2.005	11.836	—	6279	8.807	42	6.413
1854-1855	6.217	410	—	1.957	—	5.600	20.801	—	6.704	23.976	322	6.131
1855-1856	7.040	623	13.642	6.248	—	6.546	16.662	1.140	3.420	31.791	666	6.741
1856-1857	8.067	4	12.305	7.954	—	6.690	15.780	325	—	18.620	—	8.941
1857-1858	5.916	46	8.850	7.498	—	9.590	10.490	418	3.760	10.424	1.117	7.940
1858-1859	16.123	—	—	134.970	2.000	4.916	11.532	38	—	17.531	261	2.940
1859-1860	7.854	1.310	—	331.740	9.930	24.125	7.520	51	—	98.580	389	79.463
1860-1861	11.014	2.017	154.301	423.576	9.016	21.893	8.612	—	—	96.476	792	82.183
1861-1862	11.137	3.635	—	335.968	10.480	14.700	12.232	42	4.724	178.901	—	51.065
1862-1863	6.436	4.638	—	326.588	2.113	28.805	22.738	165	2.400	204.316	2.051	36.464
1863-1864	7.818	4.608	—	104.832	2.828	20.300	23.304	146	4.628	478.752	867	72.959
	91.759	17.622	189.098	1.687.731	36.417	145.170	161.307	2.325	31.915	1.168.208	6.507	365.240

Alfândega da cidade de Parnaíba, 29 de dezembro de 1864. O ajudante do Inspetor Prudêncio José Botelho.

(Doc. Maço nº 611, de 29/12/1864). Saturnino Mesquita

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº1

Mapa de exportação para fora do Império de gêneros de produção da Província do Piauí efetuada pela Alfândega da cidade de Parnaíba, expresso em valores oficiais e por nacionalidade, relativo ao período de 1853 – 1854 até 1863 – 1864.

Exercícios	Grã-Bretanha	Possessão Francesa
1853 – 1854	31:181$339	4:157$600
1854 – 1855	33:093$456	4:850$000
1855 – 1856	54:717$860	7:806$400
1856 – 1857	84:323$341	304$000
1857 – 1858	73:050$943	–
1858 – 1859	130:279$260	–
1859 – 1860	133:438$300	–
1860 – 1861	151:815$565	47:079$000
1861 – 1862	137:285$588	64:552$972
1862 – 1863	144:864$491	78:236$744
1863 – 1864	163:736$822	62:528$540
	1.137:786$965	**289:515$256**

Exportação para fora do Império

	Valores	Direitos
Grã-Bretanha	1.137:786$965	71:012$672
Possessão Francesa	289:515$256	19:634$085
	1.427:302$822	**190:646$757**

(Doc. do Maço nº 611, de 24/12/1864).

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 2

Mapa da Exportação para dentro do Império de mercadorias e gêneros de produção da Província do Piauí, efetuada pela Alfândega da cidade de Parnaíba expresso em valores oficiais e por Província, relativos ao período de 1853 – 1854 até 1863 – 1864.

Exercícios	Pará	Maranhão	Ceará
1853 – 1854	–	79:222$862	20$400
1854 – 1855	1:725$120	147:714$469	–
1855 – 1856	0:267$245	126:632$130	804$000
1856 – 1657	7:303$680	135:003$417	509$000
1857 – 1858	–	100:300$397	–
1858 – 1859	–	91:679$894	–
1859 – 1860	–	71:242$310	–
1860 – 1861	–	100:484$127	–
1861 – 1862	–	119:343$705	–
1862 – 1863	4:024$800	328:864$029	–
1863 – 1864	3:672$160	546:842$950	–
	26:993$005	**1.847:330$290**	**1:333$480**

Exportação para dentro do Império

	Valores
Pará	26:993$005
Maranhão	1.847:330$290
Ceará	1:333$480
	1.875:656$775

(Doc. Maço nº 611, de 24/12/1864)

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 3

Mapa da Importação estrangeira direta e indireta, efetuada pela Alfândega da Cidade de Parnaíba, expresso em valores oficiais e por nacionalidade relativo ao período de 1853 – 1854 até 1863 – 1864.

	Importação direta		Importação indireta	
Exercícios	Nacionalidade	Valores oficiais	Portos do Império	Valores oficiais
1853-1854	Grã-Bretanha	83:079$283	–	–
1853-1854	Brasil	124$284	Maranhão	48:258$768
1854-1855	Grã-Bretanha	60:818$277	–	–
1854-1855	Brasil	163$060	Maranhão	60:560$991
1855-1856	Grã-Bretanha	114:660$767	–	–
1855-1856	Brasil	488$298	Maranhão	78:793$658
1856-1857	Grã-Bretanha	136:104$927	–	–
1856-1857	Brasil	464$027	Maranhão	61:894$825
1857-1858	Grã-Bretanha	138:776$694	–	–
1857-1858	Brasil	283$580	Maranhão	103:328$871
1858-1859	Grã-Bretanha	172:246$103	"	100:106$601
1859-1860	"	182:938$286	"	142:187$432
1860-1861	"	253:316$799	"	123:565$553
1861-1862	"	259:577$933	"	161:881$200
1862-1863	Grã-Bretanha-França	213:720$385	"	171:042$899
1863-1864	Grã-Bretanha-Franço	137:170$322	"	322:572$400
		1.753:933$025		1.374:139$398

Alfândega da Parnaíba, 24 de dezembro de 1864
Ajudante do Inspetor – Prudêncio José Botelho

Conforme o oficial

Saturnino Mesquita

(Doc. Maço nº 611, de 24/12/1864)

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 4

Valor da Importação e Exportação da Província do Piauí, no período de 1853 a 1866.

Ano	Importação	Exportação
1853 – 1854	131:462$335	114:582$201
1854 – 1855	121:488$328	187:383$045
1855 – 1856	193:942$723	200:227$635
1856 – 1857	198:463$779	227:443$518
1857 – 1858	242:389$245	173:351$340
1858 – 1859	272:352$704	221:959$154
1859 – 1864	325:125$718	204:680$610
1860 – 1861	276:882$352	299:378$692
1861 – 1862	421:459$133	321:182$265
1862 – 1863	384:763$384	555:990$064
1863 – 1864	459:742$722	796:780$472
1864 – 1865	828:896$532	842:821$461
1865 – 1866	744:032$423	874:724$901

(Informações colhidas nos Relatórios de F. A. de Menezes Dória, de 12/7/1865, p. 39.40. E Relatório de Adelino Antônio de Lima Freire, de 09/09/1867, p. 83.).

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 5

RENDA GERAL E RENDA DA ALFÂNDEGA

Ano	Renda Geral	Renda da Alfândega
1854	78:613$346	33:251$685
1855	120:623$373	29:970$042
1856	117:597$470	43:489$539
1857	98:548$395	53:513$371
1858	128:354$022	54:457$222
1859	155:982$245	67:645$217
1860	144:209$209	72:360$946
1860 – 1861	164:404$589	100:574$195
1861 – 1862	189:218$811	113:164$233
1862 – 1863	160:830$303	98:411$906
1863 – 1864	154:037$707	77:530$536
1864 – 1865	253:862$722	144:846$348
1865 – 1866	206:862$726	131:836$953
1866 – 1867	189:843$500	124:016$868
1867 – 1868	256:280$139	163:043$103
1868 – 1869	339:445$618	266:952$949
1869 – 1870	381:923$601	238:578$017

(As informações foram colhidas nos relatórios de F. A. de Menezes Dória, Luna Freire, Espínola e em Pereira da Costa). (Cronologia).

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 6

RECEITA E DESPESAS DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ NO PERÍODO DE 1854 a 1888

Ano	Receita	Despesas
1854	143:911$763	140:869$408
1855	170:823$024	159:710$190
1856	151:640$917	149:285$209
1857	276:165$733	255:270$286
1858	259:836$475	239:935$665
1859	196:491$796	196:050$397
1860	180:090$480	179:985$331
1861	103:565$457	102:981$122
1862	180:413$852	178:013$915
1863	224:035$089	175:418$996
1864	292:766$117	239:122$359
1865	297:025$963	274:115$674
1866	249:422$296	243:517$357
1867	209:283$549	–
1868	285:502$312	–
1869	243:922$654	–
1870	302:725$736	318:048$731
1871	392:092$000	330:030$000
1872	332:4305165	324:354$610
1873	298:6285650	302:776$055
1874	–	346:526$330
1875	–	350:999$779
1876	–	348:126$217
1877	392:099$739	330:030$366
1878	392:099$739	–
1879	325:176$991	–
1880	277:377$172	–
1881	291:897$611	299:957$243
1882	349:921$392	311:140$377
1883	240:812$957	313:516$177
1884	240:812$957	313:516$177
1885	–	–
1886	293:229$542	286:938$000
1887	266:966$277	266:966$277
1888	392:099$739	330:030$366
1889	235:763$470	340:752$840

(Os relatórios dos presidentes, com referência à estatística, apresentam informações contraditórias, por vezes são omissos nas informações. Assim tivemos que recorrer, às vezes, às previsões orçamentárias. Essas previsões eram baseadas na média oferecida pelos três anteriores orçameritos realizados).

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 7

RECEITA E DESPESA, GERAL E PROVINCIAL, REUNIDAS CONFORME OS DADOS FORNECIDOS PELAS INFORMAÇÕES ANEXAS E NOS BALANÇOS DO TESOURO NACIONAL

		RECEITA		DESPESA	
Ano	Província	Geral	Provincial	Geral	Provincial
1886 - 1887	São Paulo	9.658:632$023	5.236:833$333	2.745:492$144	5.489:081$378
1886 - 1887	Bahia	10.885:120$784	3.046:875$600	6.002:514$747	4.486:506$355
1886 - 1887	Pernambuco	10.126:142$880	2.714:829$695	7.714:561$579	3.337:615$201
1887	Rio de Janeiro	1.284:133$400	7.017:117$060	469:467$836	5.986:964$340
1886 - 1887	Minas Gerais	1.660:430$456	3.410:200$000	1.884:307$572	3.410:200$000
1886 - 1887	Maranhão	2.237:374$461	15:906$099	1.672:263$221	767:142$892
1887	Ceará	1.172:591$207	976:564$000	1.033:105$887	1.053:940$000
1887	Mato Grosso	394:976$803	228:157$888	1.615:805$118	249:208$620
1886 - 1887	Piauí	271:353$410	272:980$144	567:197$819	19:127$460
1886 - 1887	R. G. do Norte	178:093$722	391:081$000	436:842$420	492:408$151
1886 - 1887	Goiás	61:069$829	240:267$673	756:998$355	240:030$153

(Extraído do Quadro nº 3, organizado por Carlos P. de Figueiredo e anexo à sua **Introdução à Breve Notícia...**).

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 8

Despesa e receita da Companhia de Navegação a vapor do Rio Parnaíba, Subvenções.

Ano	Subvenção	Subvenção	Receita	Despesa
1859	15:733$333	19:733$333	5:570$601	16:921$435
1860	24:000$000	21:000$000	13:783$433	36:248$865
1861	24:000$000	24:000$000	22:506$551	37:976$341
1962	24:000$000	19:600$000	19:764$568	45:735$688
1863	24:000$000	8:750$000	10:930$371	28:886$072
1864	24:000$000	10:150$000	9:983$512	27:373$970
1865	36:000$000	18:600$000	29:411$318	66:840$734
1866	48:000$000	24:600$000	21:268$313	80:944$655
1867	24:000$000	17:400$000	18:045$681	36:692$775

	Receita Bruta	Despesa
1870	117:350$684	83:518$411
1871	141:254$436	107:217$073
1872	136:353$877	116:360$596

(Vide Relatório de F. Américo Dória e Gervásio Cícero C. A. Melo)

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 9

QUADRO DEMONSTRATIVO DA NAVEGAÇÃO A VAPOR NO RIO PARNAÍBA NO ANO DE 1865

VAPORES	VIAGENS REDONDAS								PASSAGEIROS						
									Particulares		Do Governo		Do Estado		
	A Teresina	A Parnaíba	A Repartição	A União	A Santana	A S. Gonçalo	Até o porto de Manga por experiência	SOMA	A ré	A proa	A ré	A proa	A ré	A proa	SOMA
Vapor Uruçuí	7	7	7	7	3	7	1	39	114	163	101	1218	31	7	1634
Vapor Cons. Paranaguá	4	4	4	4	3	7	1	27	59	91	64	1103	12	8	1342
Soma	11	11	11	11	6	14	2	66	173	254	165	1321	43	15	2976

(Baseado em Doc. do Maço nº 643)

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 10

Quadro de navegação de cabotagem no Porto de Parnaíba, no exercício de 1864 – 1865

Procedências	Entradas			Saídas		
	Navios	Toneladas	Equipagem	Navios	Toneladas	Equipagem
Pará	1	114	9	1	114	9
Maranhão	30	3876	496	29	3690	502
Ceará	18	1895	316	16	1767	284
R. Grande do Norte	3	124	13	1	70	5
	52	6009	834	47	5641	800

(Baseado em Documentos do Maço nº 643)

QUADRO Nº 11

Quadro da navegação de longo curso no porto de Parnaíba, no Exercício de 1864 – 1865

Nacionalidade	Entradas			Saídas		
	Navios	Toneladas	Equipagem	Navios	Toneladas	Equipagem
Ingleses	8	1896	110	7	1530	101
Americanos	18	2604	167	18	2604	167
Prussianos	1	220	7	–	–	–
Brasileiros	1	195	7	2	390	16
Franceses	1	343	11	1	343	11
	29	5258	302	28	4867	295

(Baseado em Documento do Maço nº 653)

Digitalizado com CamScanner

QUADRO N. 12
Entrada e saída de navios a vela e a vapor. Tonelagem

Ano e Mês	Entradas	Saídas	Nacional	Estrangeiro	A vapor	À vela	Tonelagem	Cabotagem	Longo curso	Carregamento			Observação
										Gado	Diversos	Em lastro	
1864													
Dezembro	9	9	11	7	8	10	2.320	11	7	4	11	3	
1865													
janeiro	8	7	10	5	7	8	1.965	10	5	2	10	3	
Fevereiro	8	8	10	6	7	9	2.072	10	6	2	11	3	
Março	10	9	11	8	5	15	2.538	11	8	4	4	4	2c/tropas
Abril	7	9	12	4	10	5	2.216	12	4	2	4	1	1c/tropas
Maio	6	6	10	2	7	5	1.420	10	2	1	9	1	4c/taopas
junho	8	6	10	4	7	7	856	12	2	1	11	1	1c/tropas
julho	7	8	10	5	7	8	936	10	5	3	7	2	3c/tropas
Agosto	7	8	10	5	7	8	936	10	5	3	7	2	3c/tropas
Setembro	4	5	4	5	4	5	1.276	4	5	3	4	2	1c/gado
Outubro	7	5	8	4	6	6	1.561	8	4	1	6	3	2c/tropas
Novembro	6	7	10	3	8	6	1.814	10	3	2	5	1	5c/tropas
Dezembro	87	87	116	58	–	–	19.9101	18	56	–	–	–	

Os navios estrangeiros são americanos, ingleses, franceses e prussianos.

(Baseado em documento do Maço nº 626)

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 13

Mapa demonstrativo do movimento do Porto da Cidade de Parnaíba da Província do Piauí, dos navios entrados e saídos no ano de 1880.

ENTRADAS					SAÍDAS				
Procedência	Nacionalidade	Qualidade do navio	Nº de entrada	Tonelagem	Destino	Nacionalidade	Qualidade do navio	Nº de saída	Tonelagem
Grã-Bretanha	Inglês	Vapor	3	2849	Grã-Bretanha	Inglês	Vapor	3	2849
Pará	Francês	Vapor	1	327	Caiena	Francês	Vapor	1	327
Maranhão	Francês	Vapor	2	654	Caiena	Francês	Vapor	2	654
Maranhão	Francês	Vapor	2	654	Maranhão	Francês	Vapor	2	654
França	Francês	Escuna	3	396	França	Francês	Escuna	3	396
Pernambuco	Brasileiro	Vapor	1	360	Pernambuco	Brasileiro	Vapor	1	360
Maranhão	Brasileiro	Vapor	25	30946	Maranhão	Brasilelro	Vapor	25	30946
Ceará	Brasileiro	Vapor	24	30546	Ceará	Brasileiro	Vapor	24	30546
Soma			61	66732	Soma			61	66732

Secretaria de Polícia Externa da cidade de Parnaíba, 8 de abril de 1881. O amanuense externo Raimundo José de Moura.

(Anexo ao Relatório da Secretaria de Polícia Externa, de 16/5/1881, apenso ao Relatório de Sinval Odorico de Moura, de 31/12/1881. N.º 152).

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 14

RECEITA ORÇAMENTÁRIA COM DESTAQUE DO GLOBAL E DA CONTRIBUIÇÃO PROVINDA DA PECUÁRIA

RECEITA PROVINDA DA PECUÁRIA		1855 – 1856	1868 – 1869	1874–1875	1880 – 1881	1874– 1885
Dízimo	vacum, cavalar e muar	70:166$000	141:896$180	130:094$018	114:575$533	123:302$508
2$500	sobre vacum morto para consumo	12:000$000	14:731$333	25:196$500	23:679$500	22:226$000
2$500	sobre vacum morto para consumo (seco)	300$000	202$400	1:220$000	–	656$000
5%	sobre quilo de carne seca exportada	2:500$000	47$651	16$200	–	–
$100	sobre pele miúda exportada	–	–	500$100	–	604$000
$500	sobre couro seco exportado	–	4:161$620	9:879$000	15:063$400	14:108$800
$200	sobre vaqueta ou meio de sola	–	–	2:500$000	1:681$200	1:059$800
5%	sobre quilo de sebo exportado	–	3$063	2$500	–	–
1$000	sobre porco morto para consumo	1:000$000	836$500	1:805$000	–	2:448$000
10$000	sobre açougue ou padaria	–	–	1:276$000	–	–
$200	sobre rês vacum, cavalar e muar exportado	–	–	–	1:000$000	11:683$000
1$500	sobre rês vacum, cavalar e muar exportado para o estrangeiro	–	–	–	–	1:506$000
Total provinda da pecuária		85:966$000	161:878$797	172:489$818	165:999$633	177:5935509
Total da previsão orçamentária		177:5815116	352:175$326	352:240$305	291:897$533	311:140$377

(Informações colhidas no L. 392, Doc. de 21/9/1857, na **Res.** nº 608, de 14/10/1867, nos **Relatórios** de Gervásio Cícero C. de A. Melo, de 18/7/1873, **Relatório** de A. Jansen de Matos Ferreira de 7/9/1886 e **Relatório** de Firmino de Sousa Martins, de 1/6/1880).

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 15

Indústria Pastoril

Número de bezerros, no decênio de 70, município a município, de acordo com a Contadoria do Tesouro Provincial do Piauí

	1869/ 1870	1870/ 1871	1871/ 1872	1872/ 1873	1873/ 1874	1874/ 1875	1875/ 1876	1876/ 1877	1877/ 1878	1878/ 1879
Amparo (Teresina)	932	927	1.133	1.123	917	917	628	630	548	503
Dores (Teresina)	3.414	3.455	5.196	5.196	2.970	2.965	2.234	2.233	1.784	1.522
União	1.771	1.965	1.536	1.697	995	1.058	981	1.032	817	807
Barras	3.893	3.893	3.308	3.308	4.266	4.266	3.245	3.261	3.897	3.978
Batalha	2.295	2.318	1.661	1.696	2.265	2.265	2.409	2.409	1.986	1.986
Piracuruca	5.552	5.835	3.651	3.888	3.985	3.936	3.921	3.964	3.144	3.335
Buriti dos Lopes	4.558	4.935	3.090	3.229	3.019	3.101	3.336	3.489	2.130	2.288
Parnaíba	1.882	1.947	1.842	1.825	1.697	1.714	1.860	1.888	1.016	1.059
Campo Maior	6.509	7.231	5.939	6.338	7.442	6.492	6.079	6.170	4.413	3.201
Pedro II	2.885	3.059	2.179	2.218	2.213	2.293	2.190	2.213	1.382	1.264
Marvão (C. do Piauí)	7.833	8.012	7.021	6.946	6.911	6.959	3.013	2.764	2.713	2.749
Valença	8.035	8.021	7.619	7.669	8.331	8.319	8.210	8.244	4.100	3.526
Picos	2.495	2.758	2.821	2.824	3.187	3.177	3.482	3.505	1.136	1.037
Jaicós	11.732	11.852	13.496	13.556	18.110	18.192	7.301	7.246	4.017	4.286
Oeiras	11.934	12.054	12.053	12.236	12.736	12.777	11.612	11.608	9.155	7.207
S. João do Piauí	3.788	3.926	3.734	3.899	3.512	3.426	3.298	3.552	2.613	2.687
S. Raimundo Nonato	5.591	6.098	6.260	6.510	5.873	5.958	5.027	3.217	3.042	3.141
Sta. Filomena	3.555	3.825	3.807	3.824	3.590	2.597	2.448	2.410	2.015	1.979
Corrente	3.236	3.228	2.570	2.585	1.690	1.679	1.868	1.870	1.500	1.495
Parnaguá	4.326	4.318	4.031	4.054	2.940	2.951	3.134	3.114	2.932	2.929
Bom Jesus	1.191	1.150	973	1.053	1.101	1.233	992	748	976	1.019
Jerumenha	3.907	4.058	3.463	3.725	4.071	4.598	3.755	4.087	4.341	4.261
Manga (Floriano)	3.027	3.142	2.975	3.084	3.556	3.935	3.437	3.692	3.105	3.152
Amarante	5.890	5.900	5.071	5.071	2.697	2.697	2.446	2.449	2.378	2.306
Regeneração	–	–	–	–	2.102	2.102	1.932	1.936	1.536	1.512
Piripiri	–	–	1.080	1.124	1.092	1.151	832	879	747	785
Livramento (J.d.Freitas)	–	–	–	–	931	954	913	934	956	749
Humildes (Alto Longá)	–	–	–	–	1.823	1.833	2.766	2.850	2.205	2.026

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 15

Indústria Pastoril

Número de bezerros, no decênio de 70, município a município, de acordo com a Contadoria do Tesouro Provincial do Piauí

	1869/ 1870	1870/ 1871	1871/ 1872	1872/ 1873	1873/ 1874	1874/ 1875	1875/ 1876	1876/ 1877	1877/ 1878	1878/ 1879
SOMA	110.234	113.907	106.509	108.678	114.022	113.545	93.349	92.394	70.564	66.969
	1869/ 1870	1870/ 1871	1871/ 1872	1872/ 1873	1873/ 1874	1874/ 1875	1875/ 1876	1876/ 1877	1877/ 1878	1878/ 1879
Poldros	7.925	7.969	7.247	8.052	7.969	7.992	6.353	6.561	3.276	2.903
Burros	138	151	103	116	117	120	86	73	75	68
Jumentos	58	70	39	44	47	43	46	55	46	48

(Documento anexo em **Relatório** de Sinval Odorico de Moura, de 31/12/1881).

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 16

Comércio da Província do Piauí no período de 1864 –1865

Qual o total expresso em valores oficiais da exportação para dentro e fora do Império?	842:821$461
1º semestre	275:966$195
Gêneros nacionais exportados para fora do Império	101:956$091
Gêneros nacionais exportados para dentro do Império	160:882$334
Gêneros estrangeiros exportados para dentro do Império	13:127$770
2º semestre	
Gêneros nacionais exportados para fora do Império	137:861$403
Gêneros nacionais exportados para dentro do Império	427:353$463
Gêneros estrangeiros exportados para dentro do Império	1:640$400
Qual o total expresso em valores oficiais da importação direta ou indireta?	828:896$532
1º semestre	398:004$898
Importação estrangeira direta	154:673$485
Importação estrangeira com carta de guia	205:184$341
Importação de gêneros nacionais	38:147$072
2º semestre	430:891$634
Importação estrangeira direta	172:119$686
Importação estrangeira com carta de guia	215:175$005
Importação de gêneros nacionais	38:147$072
Exportação (1864 – 1865)	
Comparada a exportação montante em	842:821$461
com a importação montante em	828:896$532
Deixa uma diferença daquela sobre esta de	13 :924$929
Comparada a mesma exportação de 1864 – 1865	842:821$461
com a de 1861 – 1862, que é de	321:182$265
Deixa uma diferença para mais de	521:639$196
Com a de 1862 – 1863	555:990$064
Deixa a diferença para mais de	286:831$397
Com a de 1863 – 1864	796:780$472
Deixa a diferença para mais de	46:040$989
Importação	
Comparando a importação deste mesmo exercício de 1864 – 1865	828:896$532

Digitalizado com CamScanner

Com a de 1861 – 1862	421:459$133
Deixa uma diferença para mais de	407:437$399
Com a de 1862 – 1863	384:763$384
Deixa a diferença para mais de	444:133$148
Com a de 1863 – 1864	459:742$722
Deixa a diferença para mais de	369:153$810

1865 – 1866

1° semestre

Qual o total expresso em valores oficiais da exportação para dentro e fora do Império?	186:228$448
Gêneros nacionais exportados para fora do Império	69:995$502
Gêneros nacionais exportados para dentro do Império	102:564$116
Gêneros estrangeiros exportados para dentro do Império ...	13:668$830
Total da importação	321:303$133
A saber:	
Importação estrangeira direta	133:845$760
Importação estrangeira com carta de guia	134:438$816
Importação de gêneros nacionais	53:018$557
Comparada a importação neste semestre	321:303$133
com a exportação	186:228$448
Deixa uma diferença para mais de	135:074$685
Comparada a exportação deste semestre	186:228$448
com a do 2° semestre de 1864 – 1865	566:855$266
Deixa uma diferença para menos de	380:626$818
Comparada a importação do mesmo semestre	321:303$133
com a do 2° semestre de 1864 – 1865	430:891$634
Deixa a diferença para menos de	109:588$501

(Doc. de 13/6/1866, no Maço n.º 643)

Teresina, em 13/6/1866

Joaquim de Lima Castro

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. I. p. 184

[2] NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. II, p. 292 a 294

[3] FREITAS, Clodoaldo. **Vultos Piauienses**. p. 111

[4] MOTA, Inácio Francisco Silveira da. **Relatório** de 1/7/1850. SARAIVA, José Antônio. **Falas** de 3/7/1851 e 1/7/1852.

[5] NUNES, Odilon. **Pesquisas**. Vol. II. p. 292, 446 a 447.

[6] TEIXEIRA, Luís Carlos de Paiva. **Relatório** de 5/12/1853.

[7] TEIXEIRA, Luís Carlos de Paiva. **Relatório** de 5/12/1853.

[8] **O Propagador**. Nº 66, de 27/4/1859.

[9] **O Propagador**. Nº 66 e 67.

[10] CHAVES, P. Joaquim. **Teresina. Subsídios para a História do Piauí**. 1952. p. 93 a 95.

[11] CHAVES, P. Joaquim. **Teresina. Subsídios para a História do Piauí**. 1952. p. 89 a 95.

[12] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 302 a 303.

[13] **O Propagador**. Nº 70, de 28/5/1859.

[14] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 303

[15] **O Propagador**. Nº 66. Ano II de 27/4/1859.

[16] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 333. 334

[17] MOREIRA, José Fernandes. **Relatório** de 10/11/1862.

[18] MOREIRA, José Fernandes. **Relatório** de 1/7/1863. VELOSO, Pedro Leão. **Relatório** de 4/12/1863.

[19] DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. **Relatório** de 1/7/1864. VELOSO, Pedro Leão. **Relatório** de 4/12/1863.

[20] DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. **Relatório** de 12/7/1865.

[21] Vide **Relatório** da Gerência da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba, de 20/1/1865.

[22] DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. **Relatório** de 9/7/866

[23] PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. 1943. p. 356, 357. Vide NUNES, Odilon, em **Econômica Piauiense**. Vol. III. p. 13.

[24] VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão**. Vol. I. 1954, p. 210.

[25] CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Fala** de 2/6/1888.

Digitalizado com CamScanner

[26] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 308 a 312. DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. **Relatório** de 9/7/1866. FREIRE, Adelino Antônio de Lima. **Relatório** de 9/9/1867.

[27] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 330 a 331. Vide **Lei** Nº 757, de 31/8/1871.

[28] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 340 a 342.

[29] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 350 a 352.

[30] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 366.

[31] COUTO, Antônio Correia do. **Relatório** de 24/1/1859.

[32] MOURA, Sinval Odorico de. **Relatório** de 15/4/1880.

[33] NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. V. II. p. 257.

[34] MELO, Gervásio Cícero de Albuquerque. **Relatório** de 18/7/1873.

[35] FERREIRA, Pedro Afonso. Vide Documento nº 10 anexado a seu **Relatório** de 1/2/1873, em Apêndice.

[36] PRADO, M. J. de Menezes. **Relatório** de 7/9/1886.

[37] LEÃO, M. R. B. Sousa. **Relatório** de 1/7/1871.

[38] VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. **Relatório** de 1/7/1846. Vide **Resoluções** n.s 816, 881 e 915 respectivamente de 11/8/1873, 24/7/1874 e 23/7/1875.

[39] JUNQUEIRA, J. J. de Oliveira. **Relatório** de 1/7/1858. SILVA, Luís Antônio Vieira da. Relatório de 7/5/1870.

[40] LEÃO, M. R. B. Sousa. Relatório de 1/7/1871.

[41] **Relatório** do Inspetor da Alfândega de Parnaíba, de 15/3/1866. p. 22.

[42] FREIRE, Luna. **Relatório** de 9/9/1867. LEÃO, M. R. B. Sousa. **Relatório** de 1/7/1871.

[43] **Relatório** do Inspetor da Alfândega de 15/3/1886. p. 22.

[44] **Relatório** do Inspetor da Alfândega de 15/3/1886. p. 20v a 21.

[45] **Relatório** do Inspetor da Alfândega de 15/3/1866. p. 22 a 22v.

[46] **Relatório** do Inspetor da Alfândega de 15/3/1866. 11v.

[47] Vide também **Relatório** de Adelino Antônio de Luna Freire, de 9/9/1867.

[48] JÚNIOR, Manuel José Espínola. **Relatório** de 1/7/1870. p. 16.

[49] DÓRIA, F. A. de Menezes. **Relatório** de 9/7/1865.

[50] Que se estudem os quadros referentes a finanças, anexados em Apêndice no fim do capítulo.

Digitalizado com CamScanner

[51] Breve notícia do estado financeiro das Províncias, organizada por ordem de S. Exa. o Sr. Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros. 1887. 108

[52] Vide **Breve notícia**. Na introdução.

[53] DÓRIA, F. A. de Menezes. **Relatório** de 9/7/1866. p. 38.

[54] FREIRE, A. A. de Luna. **Relatório** de 8/9/1867.

[55] **Relatório** da Gerência da Companhia de Navegação, de 30/6/1865.

[56] **Relatório** da Gerência da Companhia de Navegação, de 16/1/1867.

[57] **Relatório** da Gerência da Companhia de Navegação, de 25/7/1867.

[58] **Relatório** da Gerência da Companhia de Navegação, de 26/2/1868.

[59] **Relatório** da Gerência da Companhia de Navegação, de 26/2/1868.

[60] **Relatório** da Gerência da Companhia de Navegação, de 30/1/1669 e 31/7/1869.

[61] **Relatórios** da Gerência da Companhia de Navegação, de 20/8/1870, 9/2/1871, 11/8/1871, e 3/2/1872. **Relatório** da Diretoria da Companhia de Navegação, de 21/8/1870.

[62] **Relatórios** da Gerência da Companhia de Navegação, de 25/9/1872 e 9/1/1871. **Relatório** da Diretoria da Companhia de Navegação, de 28/9/1872.

[63] **Relatórios** da Gerência da Companhia de Navegação, de 9/2/1871, 11/8/1871 e da Diretoria da Companhia de Navegação, de 25/9/1872.

[64] **Relatórios** da Gerência da Companhia de Navegação, de 25/9/672 e 9/3/1873.

[65] **Relatórios** da Gerência da Companhia de Navegação, de 11/8/1871 e 29/7/1874.

[66] **Relatórios** da Gerência da Companhia de Navegação, de 13/6/1875 e 24/2/1876.

[67] **Relatório** da Diretoria da Companhia de Navegação, de 23/2/1878.

[68] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 349.

[69] **Relatórios** da Diretoria da Companhia de Navegação, de 31/7/1874, 15/8/875, 11/3/1877 e **Relatórios** da Gerência, de 28/7/1876 e 9/3/1877.

Digitalizado com CamScanner

70 COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 350.

71 COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 352, 353.

72 COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 358.

73 COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 361 a 362.

74 PEREIRA, Antônio Jansen de Matos. **Relatório** de 6/7/1887. p. 24.

75 BESOURO, Gabino. **Relatório** de 19/10/1890. PARANAGUÁ, J. Nogueira. **Relatório** de 23/8/1890.

76 **Relatório** da Gerência da Companhia de Navegação, de 4/2/1875 e 28/7/1876.

77 PARANAGUÁ, J. Nogueira. **Relatório** de 23/8/1890.

78 SILVA, Raimundo José Vieira da. **Relatório** de 2716/1869.

79 FERREIRA, Pedro Afonso. **Relatório**.

80 MOURA, Sinval Odorico de. **Relatório** de 31/12/1681.

81 NOGUEIRA, Arlindo Francisco. **Mensagem** de 1/6/1904. p. 19 a 27.

82 LEÃO, M. R. B. Sousa. **Relatório** de 1/7/1871.

83 PRADO, Manuel José de Menezes. **Relatório** de 7/9/1886.

84 PRADO, Manuel José de Menezes. **Relatório** de 7/9/1886. p. 38.

84a LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 1967, p. 25. 80 a 84. 110 a 120. 126. 189 a 193. ROBOCK, Stefan H. **Desenvolvimento econômico regional**, 1963. Ed. Portuguesa. p. 71 a 73. 79 a 82. 120 a 133. 160 a 164. 194. HIRSCHMAN, Albert O. **Política Econômica na América Latina**. 1963. p. 37. 50. 51 a 52. 63. 84. 90. 104. 292 a 293.

85 CARVALHO, Antônio Francisco Pereira de. **Fala** de 1/7/1854. COUTO, A. Correia do. **Relatório** de 27/6/1859. MOREIRA, José Fernandes. **Relatório** de 10/11/1862. LEÃO, M. R. B. Sousa. **Relatório** de 1/7/1671.

86 CARVALHO, Antônio Francisco Pereira de. **Fala** de 1/7/1854.

87 COUTO, A. Correia do. **Relatório** de 27/6/1859. AZEVEDO, M. A. Duarte. **Relatório**.

88 Com referência a comunicações, pouco tínhamos. Havia o correio a ligar vilas e cidades. O postalista conduzia nas costas a mala postal por vezes, era utilizado a cavalgadura para transporte. E assim também era a comunicação com as províncias vizinhas.

Só em 1885, no dia 5 de novembro, vai inaugurada a linha telegráfica de Teresina a S. Luís do Maranhão. O Barão de

Digitalizado com CamScanner

Capanema, Diretor Geral dos Telégrafos, testemunhou o ato inaugural, festivamente solenizado com telegramas a S. Majestade, o Imperador, a ministros e demais autoridades.

No dia 14 de dezembro vai inaugurada a linha telegráfica para Campo Maior. O Presidente Raimundo Teodorico de Castro e Silva informa em sua **Fala** de 1/6/1885, 75, que Teresirta estava ligado a Campo Maior, Piripiri, a quase todas as províncias do Brasil, a Montevidéu, num percurso de 6.916 kms, ou sejm 1.040 léguas.

Pereira da Costa registra que no exercício de 1855 a 1856, Teresina teve uma renda de 13:533$856, Campo Maior e Piripiri tiveram respectivamente 766$100 e 656$000. As três estações apresentaram um saldo de 6:269$608.

Vejamos como o P. Chaves narra o acontecimento:

"O ano de 1882 entrou alvissareiro, prometendo aos teresinenses um grande acontecimento: a ligação telegráfica de Teresina com o país. Naturalmente que o empreendimento era de tal magnitude que se não poderia dar por terminado senão depois de muitos anos; o só começá-lo, porém, já era uma grande dádiva para um povo que ainda se não beneficiara desta grande invenção que põe os povos em comunicação quase irtstantânea, não obstante a distância que os separa.

"Em fevereiro daquele ano chega a Teresina o Dr. Gustavo Luís Guilherme Dodt, engenheiro chefe do distrito telegráfico do norte, com sede em Fortaleza, que "vem em comissão do Governo estudar o terreno e verificar qual a melhor direção a dar-se à linha telegráfica que deverá atravessar esta Província". Entrando em comunicação com as autoridades locais são-lhe fornecidas informações detalhadas sobre a natureza do terreno para o norte, acidentes geográficos, distâncias, completando-as o Dr. Dodt com uma verificação pessoal que faz viajando para Pedro II. Na sua volta para o Ceará completa os estudos técnicos e ordena a construção das linhas ligando Teresina àquele Estado e ao do Maranhão. Em junho já se trabalha abrindo a picada da serra na direção de Pedro II. Esta linha chegaria a Teresina passando por Piripiri e Campo Maior.

"Quase ao mesmo tempo se abria a picada de Caxias para Teresina, sob a direção do inspetor de linhas Deusdedit Marrocos. Em 10 de setembro tem lugar a colocação do primeiro poste de ferro neste trecho. A imprensa saúda com alegria o acontecimento: "Esse dia marca uma época memorável para a Província do Piauí, pois é o precursor da breve instalação das vias de comunicação

Digitalizado com CamScanner

que nos têm de pôr em contato com os principais vizinhos, com a capital do Império e com todo o mundo civilizado."

"Durante todo o ano de 83 e parte de 84 trabalha-se na abertura das picadas, no levantamento dos postes e na colocação dos fios das duas direções.

"O serviço de Caxias para Teresina prossegue normalmente, sem sofrer solução de continuidade. Já não se observa o mesmo na linha do norte. Por ser mais longa foi dividida em duas seções, cada uma das quais entregue à direção de um engenheiro. Parece que o engenheiro de Campo Maior, de início, não ligou muita importância à missão que lhe foi confiada. Em agosto de 84 os jornais de Teresina abrem campanha contra ele alegando que naquela data o engenheiro de Pedro II já terminara sua tarefa e prosseguia com os trabalhos na direção de Campo Maior, tendo atingido mais da metade do caminho entre Piripiri e aquela vila. Ora, nada poderia justificar seu atraso visto com todo o material necessário já estava encostado em toda a extensão da picada, sujeito a extravios. Parece que a campanha surtiu efeito pois a partir de então os serviços naquele trecho se aceleram acentuadamente.

"Enfim, raiou o 5 de novembro de 1884.

"Naquele dia, às dez horas da manhã "abriu-se à comunicação pública, com as formalidades legais, a linha de telégrafo terrestre entre esta capital e a capital do Maranhão. "Foi um dia festivo para Teresina. Durante todo ele a música da Polícia tocou à porta da casa da estação "que estava convenientemente preparada, tendo à frente bandeirinhas, a bandeira nacional, arcadas de patis, etc." Foram trocados telegramas de congratulações entre os jornais de Teresina e os de S. Luís e Caxias.

À noite, na própria casa da estação, improvisou-se um baile, que se prolongou até às duas da manhã seguinte.

"Nos dias 13 e 14 de dezembro estabelecia-se a comunicação telegráfica com as vilas de Campo Maior, Piripiri, Pedro II e demais províncias do Império. Nessa ocasião a Câmara Municipal de Teresina congratulou-se com S. Majestade o imperador recebendo em resposta o seguinte telegrama: "Presidente do Conselho – S. Majestade o Imperador ordenou-me de agradecer as congratulações da Câmara Municipal transmitido por V. S. e manifesta seu júbilo pela inauguração do serviço telegráfico entre esta e a capital desta Província". Era presidente do Conselho o Dr. Simplício Mendes.

Digitalizado com CamScanner

"Em abril de 1889 está novamente em Teresina o Dr. Dodt para estudar a extensão da rede telegráfica para Parnaíba, passando por União, Barras, Piracuruca, até Camocim. Em agosto já está quase concluída a abertura da picada diretriz da nova linha, no trecho compreendido entre a vila de Piracuruca e a cidade de Parnaíba. O deputado piauiense Coelho de Resende havia conseguido introduzir na lei do orçamento da agricultura uma emenda destinando 100 contos de réis para a execução deste serviço. Vêm, porém, a queda do Império, o advento da República e, como era natural que acontecesse, a mudança de regime acarreta, na primeira hora, a paralisação das obras do Governo".

Digitalizado com CamScanner

6

A guerra do Paraguai

Vivíamos a época do imperialismo, quando nações privilegiadas opulentavam-se a custa de povos fracos.

Após a independência das colônias fundadas pelas nações da península ibérica, e o conseqüente desmembramento do Vice-Reinado do Prata, surge na América, entre os platinos, a justificável aspiração de sua reconstituição política numa grande confederação que abrangeria o Paraguai, o Uruguai e a Argentina.

O Brasil por sua vez teria também justificável interesse em estender suas fronteiras até o Rio da Prata, não só por motivos de segurança, como também em virtude de ser formado esse estuário por rios nascidos em território brasileiro, onde repousava a maior parte de suas bacias que se alongavam por regiões de difícil acesso à falta de liberdade de navegação.

A política de D. João, por intermédio de Carlota Joaquina, que teve por fim defender interesses da colônia, criando a Cisplatina, deixou ao Império Brasileiro, como herança conseqüente do ato aventuroso, as dissensões do período colonial: a província Cisplatina seria o rastilho das porvindouras lutas. Desde então platinos e brasileiros, libertos de suas metrópoles, reciprocamente se converteram em suspeitos do imperialismo.

Jamais, entretanto, testemunhou-se nos estadistas brasileiros uma atitude de expansionismo territorial. Orientou, entretanto, sua ação o esforço para impedir que se constituísse com as colônias do

Digitalizado com CamScanner

antigo Vice-Reinado uma confederação, pois seria esse bloco político poderosa força que poderia arrebatar do Império sua hegemonia na América do Sul, e transformar-se num perigo para o Brasil.

Na Argentina foi Rosas o paladino da confederação, como anteriormente o foram Artigas e Lavaleja, bravos uruguaios, talvez os pioneiros da idéia.

Após Caseros, foi afastado do cenário o estadista argentino, cujas manifestações de patriotismo não podemos negar, e que foram, entretanto, desfiguradas em campanha de imprensa, panfletos, livros, em que se engajaram espíritos lúcidos de seus compatriotas que se deixaram alucinar momentaneamente nos entrechoques das paixões partidárias.

Com o exílio de Rosas caberia a Carlos Lopes a aspiração de constituir o Paraguai Maior, que certamente seria o primeiro passo para a confederação que teria, então, como centro, o Paraguai longínquo, implantado no coração do continente sul-americano, em que era, então, a única nação que não dispunha de litoral.

Patentearam o propósito de Carlos Lopes, transmitido a seu filho Francisco Solano Lopes, os preparativos militares que ambos organizavam sob a orientação de engenheiros e trabalhadores especializados vindos de fora para a fundação de fábricas, fundições, arsenais, tudo com finalidade puramente bélica. Fundiam-se canhões, fabricavam-se munições, construíam-se barcos para artilharia, fortalezas que se presumia fossem inexpugnáveis. Era, então, o exército do Paraguai o maior da América do Sul, e o mais bem municiado e de irrepreensível disciplina, não apenas provinda da técnica e tática européias, mas sobretudo dum legado dos jesuítas, vindo através de França que o transviou para fins maléficos.

Foi nesse ambiente de controvérsias, a denotar tendências marciais, que, em viagem de observação, e para aquisição de aparelhamento e material bélicos, Francisco Solano Lopes, sem a prudência e o tato de Carlos Lopes, exorbitando de muito o sonho de um Paraguai Maior, segue para a Europa, donde voltaria trazendo na alma ainda mais estimuladas as aspirações levadas: deixara-se deslumbrar na Corte de Napoleão III com o espírito bonapartista.

Carlos Lopes sempre se revelara amigo do Brasil, mas a aspiração expansionista já tinha prioridade em sua política. Paraguai e Brasil ainda tinham a solucionar o problema de navegação fluvial e um litígio de fronteiras.

Digitalizado com CamScanner

O encarregado dos negócios do Império em Assunção procura junto ao governo da República estudar o assunto, dando origem a um atrito do qual resultou enviar-lhe Carlos Lopes os seus passaportes (10/8/1853).

A missão de Pedro Ferreira de Oliveira, que teve por fim obter satisfação pela ofensa ao representante de S. Majestade, teria sido um verdadeiro desastre diplomático, e talvez militar, se não houvesse tido como conseqüência dois tratados entre as duas nações, assinados ambos pelo Conselheiro Paranhos, mais tarde, Visconde do Rio Branco: o do Rio de Janeiro (6/4/1856), que precariamente possibilitava o acesso de navios brasileiros a Mato Grosso, mas sob restrições e ao arbítrio do Paraguai, e o de Assunção (12/2/1858), que solucionou o problema da navegação, ficando, todavia, a questão de limites, para posterior entendimento.

Em 1862, com a morte de Carlos Lopes, Francisco Solano assume as funções de chefe de estado.

Havia amortecido um pouco a efervescência do Prata, para recrudescer com mais intensidade em 1863. A política interna do Uruguai era um fervedouro de paixões. O Brasil era simples espectador. As forças uruguaias que reprimiam os revolucionários de Flores, amparados estes por Buenos Atres, faziam depredações nos rebanhos do Rio Grande do Sul, e os gaúchos, em pouco, em defesa de suas propriedades, pegavam em armas e, às vezes, faziam incursões em terras uruguaias, para proteger suas estâncias, situadas no país vizinho. Repetiram-se as mesmas devastações do tempo de Rosas e Oribe, e assim também provocariam recíprocas represálias e reclamações.

O Governo Imperial, então confiado a Zacarias de Góis e Vasconcelos (presidente do Gabinete de 15/1/1864), resolve enviar uma missão especial a Montevidéu, e foi seu chefe José Antônio Saraiva que se portou com prudência, e moderação, e procurou com meticulosidade conciliar os interesses das facções beligerantes, a fim de poder negociar com governo estável as reclamações que tinha a fazer.[1]

Após infrutíferas tentativas de apaziguamento, que se alongaram de meado de maio aos primeiros dias de julho de 1864, e de que co-participaram representantes diplomáticos da Inglaterra e Argentina, também animados de propósitos conciliatórios, o Paraguai, sob a inspiração do Uruguai, oferece seus préstimos de mediador nas

Digitalizado com CamScanner

reclamações do representante brasileiro ao governo uruguaio (17/6/1864). Saraiva responde, informando que **há fundadas esperanças de obter uma solução amigável e que parece no momento sem objeto a mediação do governo do Paraguai.**[2]

É que havia tentativas conciliatórias dos diplomatas estrangeiros para um desfecho pacífico. Mas o Governo do Uruguai é intransigente, e, amparado no **partido blanco** que o inspira, denuncia o Brasil e a Argentina como estimulados por intenções imperialistas. Mas, em verdade, a intransigência tinha sua origem nas dissensões internas entre **colorados** e **blancos**.

Prosseguem os entendimentos entre as nações em litígio até princípios de julho, quando se revelaram inúteis todos os intentos para uma acomodação pacífica e equitativa. Saraiva busca, então, Buenos Aires, cujo governo também tinha relações tensas com Montevidéu.

Por essa ocasião, a campanha contra o governo do Brasil e o da Argentina, urdida em Assunção pelos **blancos** e os inimigos de Mitre, continuava a insinuar que ambos os governos haviam acordado ampliar suas fronteiras de domínio territorial, anexando partes do Uruguai e do Paraguai.

Enquanto isso, Saraiva entra em entendimentos com Mitre, presidente da Argentina, e apresenta (6/8/1864) ultimato a Aguirre no sentido de que se não fossem atendidas as reclamações feitas pelo Brasil, ordenaria as forças de terra e mar que fizessem as represálias necessárias. O Uruguai rejeita o ultimato e faz proposta de arbitragem que o Brasil por sua vez recusa. Firmam em seguida Brasil e Argentina uma declaração de que seriam sempre respeitados os tratados garantidores da independência, integridade territorial e soberania do Uruguai. (22/8/1864).[3]

Entrementes há ligeiro incidente entre navios brasileiros e uruguaios, de que resulta um disparo de artilharia feito pelos imperiais, com o objetivo único de intimidação, sem ocasionar nenhum dano material. O governo do Uruguai rompe relações diplomáticas, alegando haver o Brasil disparado o primeiro tiro. Na mesma data (30/8/1864), o Paraguai, em declaração ao Governo Imperial, protesta contra a possível ocupação do território do Uruguai por forças imperiais, o que julga ato atentatório do equilíbrio dos estados do Prata e desonera-se de toda responsabilidade pelas conseqüências da declaração.[4]

Digitalizado com CamScanner

Caía, então, o Ministério de Góis e Vasconcelos e ascenderia ao poder o Ministério de (31/8/1864), presidido pelo ilustre piauiense Francisco José Furtado, a quem caberia posição de relevo nessa fase crítica de nossa história. E passaria a representar o Brasil no Prata o Conselheiro Silva Paranhos.

O Governo Imperial responde a declaração do Paraguai, reiterando seus propósitos de **recorrer aos meios coercitivos a fim de obter aquilo que não pôde conseguir por meios suasórios e que nenhuma consideração o fará sobrestar no desempenho da sagrada missão.**[5]

O Governo do Paraguai replica imediatamente, corroborando o protesto de 30/8/1864.

Em Assunção há exaltação popular, passeatas, demonstrações de aplausos à política de Lopes; hasteia-se a bandeira paraguaia ao estampido dos tiros.

As forças brasileiras penetram em território uruguaio. (12/9/1864).

O Governo do Paraguai expede outra nota em que mais uma vez ratifica suas declarações de 30/8/1864, bem como a de 3/9/1864. Conclui-se, pois, que estava deflagrado o estado de guerra. (14/9/1864)[6]

O juízo de Tasso Fragoso bem traduz um lapso de imprevidência do governo brasileiro, que o militar e historiador assim relata: "Diante de suas afirmações de 30/8 e de 3 e 14/9/1864, devia o Brasil estar de sobreaviso e não alimentar a mais leve ilusão quanto aos acontecimentos que teriam de surgir. Ao invés disso, porém, manteve-se confiante na conservação da paz com o Paraguai, acreditando com a mais inexplicável ingenuidade que Lopes não ousaria pôr em obra as suas ameaças. Só assim se explica ainda haver consentido que um navio brasileiro, o Marquês de Olinda, subisse o Paraguai levando a bordo o Coronel Frederico Carneiro de Campos, presidente nomeado para a Província de Mato Grosso."[7]

O Marquês de Olinda chegava a 10/11 em Assunção, levantava âncoras às 14 horas do dia imediato. Pouco depois autoriza Solano Lopes o Taquari, vapor de guerra paraguaio, a perseguir e aprisionar o vapor brasileiro, o que foi feito, e após, conduzido escoltado ao porto donde partira no dia anterior.

Foi este o primeiro ato de hostilidade armada do Paraguai contra o Brasil. Nosso representante em Assunção pede explicação

Digitalizado com CamScanner

ao governo do Paraguai que responde estarem rotas as relações entre o governo da República e o do Império, como conseqüência da invasão do Uruguai e ocupação da vila de Melo, em 16 de outubro. Nosso representante lança seu protesto e pede passaportes.

Na antevéspera de Natal partiriam duas expedições para a invasão de Mato Grosso, uma por terra, outra por via fluvial.

Deixemos o cenário da guerra. Nosso objetivo é estudar a história do Piauí, conhecer a contribuição piauiense na dolorosa crise por que passou o Brasil.

Não poderíamos, porém, deixar de registrar o rastilho de interesses e causas que nos conduziu a uma guerra que tantas conseqüências teria no evolver de nossa história.

Governava o Brasil o Ministério de 31/8/1864, presidido por Francisco José Furtado, quando, a princípio viveu o Brasil uma crise comercial e bancária jamais testemunhada e, em seguida, ainda as dificuldades provenientes da intervenção diplomática do Prata, já por nós estudada em parte.

Dez dias após assumir Furtado as funções, a praça do Rio de Janeiro foi abalada com a perspectiva de falência de grandes casas comerciais, em virtude da suspensão de pagamentos por A. J. A. Alves Souto e Cia., a mais importante casa bancária do Brasil. Essa ocorrência, se não sustadas em tempo suas conseqüências, arrastaria à falência outros estabelecimentos congêneres, afetando a riqueza e as finanças da nação, e, especialmente, da população carioca; chefes de família, pequenos proprietários, militares, viúvas, inválidos, em face da conjuntura aflitiva, se apressavam a salvar suas economias em depósito bancário. Foi verdadeiro pânico que aturdiu os depositantes de numerário. A movimentação popular assustou os poderes públicos, e os bancos pediram garantias policiais.

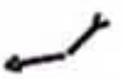
Se não foi o maior, pelo menos foi, sob esse aspecto, o mais crítico momento de nossa história, pois os cúmulos do Prata já se avolumavam, a prenunciar próxima tempestade.

Tomaram-se medidas urgentes e sábias para salvar o comércio e a indústria, e tranqüilizar a população. A atuação de Furtado tornou-se digna de elogios, não apenas da imprensa, do parlamento

Digitalizado com CamScanner

e das pessoas de representação social; o próprio Imperador, ao ler a biografia do notável estadista, escrita por Tito Franco de Almeida, deixa a seguinte anotação nas páginas referentes ao dramático episódio histórico: "O Furtado procedeu muito bem durante a crise e mostrou muita energia e sangue frio".

Passado o transe, convertido em mero episódio sem conseqüências duradouras e lamentáveis, pôde voltar-se o estadista para os sucessos platinos, cujos intróitos já conhecemos, em grande parte registrados em sua administração. E pôde Furtado mais uma vez revelar suas qualidades de lutador e coordenador de forças.[8]



Como vimos, em virtude de fracassarem todos os entendimentos de Montevidéu, Saraiva já havia enviado ultimato ao Uruguai, que rompe suas relações diplomáticas com o Império nas vésperas da posse de Furtado, e na mesma data, o Paraguai envia sua primeira nota de protesto ao Brasil, na qual julga ato atentatório do equilíbrio dos Estados do Prata a possível ocupação do território do Uruguai por forças brasileiras e desonera-se de toda responsabilidade pelas conseqüências da declaração.

Já era o Ministério de Furtado que dirigia os destinos do Brasil em nova fase crítica do governo nacional. Parece que o destino lhe reservara nesses dias desafios de nossa história; mas ele sempre revelou capacidade para soluções não apenas práticas, mas sábias e satisfatórias.

Em outubro quando ainda expedia decretos regulamentando assuntos bancários, eram bloqueados os portos de Salto e Paisandu pela esquadra brasileira. Saraiva é substituído por Paranhos, que dava início a sua segunda missão no Prata. A 2 de janeiro toma-se Paisandu, e no dia 7 vem o decreto criando os Corpos de Voluntários da Pátria, e a 26, a circular manifesto do Conselheiro Paranhos ao corpo diplomático residente em Buenos Aires, declarando que o Brasil aceitava a guerra começada por Solano Lopes, sem prévia declaração. É ainda em seu governo que, pelo Convênio de 20 de fevereiro de 1865, se firma a paz com o Uruguai que passa a ser nosso aliado.

Quem melhor relaciona o que se deve ao Gabinete Furtado, após o já anunciado, é Joaquim Nabuco que diz já está "a Tríplice

Digitalizado com CamScanner

Aliança assinada em Buenos Aires, dependendo somente de ratificação, um corpo de exército em formação em Montevidéu, no Paraná a esquadra que logo depois vencia em Riachuelo (11 de junho) e nos estaleiros pode-se dizer o grosso da que devia passar Humaitá".[9]

Ainda acrescenta Nabuco que Furtado, no Parlamento, reivindicava como obra da sua administração, não só Riachuelo, como ainda Itaí, porque esses fatos ocorreram quando ainda em ação estavam chefes nomeados pelo seu ministério: na presidência do Rio Grande do Sul, no comando das forças de terra e mar e o plenipotenciário diplomático.[10]

Bem merece ser registrado o que disse Tito Franco sobre o Gabinete Furtado: "Em mui pouco tempo a nossa pequena esquadra elevou-se a 33 vapores e doze navios a vela guarnecidos por 609 oficiais e 3.627 praças de pré.

"Fez construir com certeza dois encouraçados nos estaleiros da Corte; encomendou outros que depois chegaram, comprou transportes, e adquiriu grande cópia de armamentos e munições".

E ainda: "[...] o Gabinete Furtado pôs em armas 35.689 homens e fora do Império 13.131, além de gente embarcada na esquadra! E essa esquadra, e esse exército, que surgiram quase por encanto, dera-nos a tomada de Paisandu e a paz com a República Oriental, o glorioso dia de Riachuelo, o de Iataí, e dar-nos-ia o de Uruguaiana [...]"[11]

E o Barão do Rio Branco esclarece também que a força de linha não passava de 14.000 homens quando principiou a guerra.[12]

É oportuno aqui dizer, baseado em cronistas estrangeiros, que o Paraguai começou a guerra, segundo uns, com 60.000 combatentes, segundo outros com 80.000 e outros ainda, 100.000. E também oportuno é aqui dizer que João Evangelista, o futuro Mauá, foi também grande artífice de nossa vitória.[13]

Não é nosso objetivo penetrar no cenário da guerra, mas estudar a contribuição piauiense, e é o que estamos fazendo, e isso nos arrasta ao palco da luta. Furtado, esse homem extraordinário, é uma das mais puras glórias brasileiras. "Com admirável tino, energia, sabedoria e patriotismo, conduziu o Brasil na fase mais difícil de toda a campanha, cobrindo-se de glórias só comparáveis **às glórias que imortalizaram os patriarcas do nossa Independência.**"[14]

Digitalizado com CamScanner

Outro vulto não menos notável foi o de João da Cunha Lustosa Paranaguá (mais tarde, 2° Marquês de Paranaguá), piauiense de Parnaguá. No Ministério de 3/8/1866, sob a presidência de Zacarias de Góis e Vasconcelos, ocupou mais duma pasta, por vezes, cumulativamente, e mais se distinguiu na pasta da guerra. Max Fleiuss, traçando seu perfil, diz que, com Afonso Celso na pasta da marinha, **foi um dos organizadores da nossa vitória no Paraguai, para onde embarcou nada menos de trinta mil homens**. E o Barão do Rio Branco, referindo-se a esse gabinete, disse: "Este ministério reuniu no Paraguai recursos militares que habilitaram os nossos generais de terra e mar a reassumir a ofensiva, depois do revés de Curupaiti e da retirada da maior parte do exército argentino. A esquadra forçara a passagem de Curupaiti e de Kumaitá, e Caxias conseguiu quebrar a resistência das extensas linhas que, por tanto tempo, detiveram os aliados. Eram ministros da Guerra e da Marinha os conselheiros Paranaguá e Afonso Celso".[15]

E não foi só: "Fez cessar as dissensões entre os oficiais e conseguiu que o Duque de Caxias (então, marquês) assumisse o comando do nosso exército, conduzindo-o para a vitória final".

Foram esses os nossos heróis que assomam nos anais brasileiros. Eles são bem dignos de monumentos em nossa terra. Não nos esqueçamos, entretanto, dos três mil e tantos piauienses que acudiram ao primeiro chamado, e partiram para a campanha longínqua, donde poucos regressariam a seus lares.

Quando teve início esta guerra, governava o Piauí Franklin Américo de Menezes Dória, a quem competia, em face da conjuntura a que foi arrastada a nação, apelar para os brios do sertanejo piauiense. Foi um gesto de emulação correspondido em muita parte de nossa Província. Diz Higino Cunha: "O Piauí deixou o seu isolamento sertanejo para ir confraternizar com as outras províncias no altar da Pátria".[17]

Com os primeiros dias de fevereiro de 1865, o Presidente convoca os piauienses que se prestem aos serviços do exército e da marinha, para se alistarem como voluntário da pátria, e já no dia 10 de março embarcava em Teresina, rumo a Parnaíba, o corpo da

Digitalizado com CamScanner

guarnição com destino à campanha do Paraguai, composto de 20 oficiais, 310 praças de pré, 3 médicos e um farmacêutico. A este primeiro corpo de combatentes juntaram-se 35 voluntários, todos sob o comando do Coronel Manuel Rolemburg de Almeida.[18]

A polícia também acorreu ao chamamento; 80 praças de pré e 3 oficiais voluntariamente se apresentam e partem para o Sul no dia 11/4/1865, sob o comando do Ten. Manuel Hilário da Rocha.[19]

A 19/5 embarca em Teresina o primeiro corpo de voluntários da pátria, composto de 286 combatentes, aos quais se juntaram 67 em Parnaíba, todos sob o comando do Major João Fernandes de Morais.

Um dos primeiros que atendeu a convocação do Presidente foi José da Cunha Lustosa, Comandante Superior da Guarda Nacional de Parnaguá, mais tarde, Barão de Paraim (irmão do futuro 2° Marquês de Paranaguá), que lhe responde logo em 28/3/1865 seus ofícios de 1 e 14 de fevereiro e **assegura envidar todos os esforços a fim de corresponder ao patriótico empenho do Presidente e do Governo Imperial promovendo o alistamento de voluntários que se queiram prestar, em auxílio de nosso exército e armada a desafrontar a honra nacional ultrajada nas repúblicas do Uruguai e Paraguai, protestando ao Governo provincial que, não obstante seus 52 anos, não hesitará em acudir pessoalmente aos reclamos da Pátria, se assim for preciso, antecipando-se em declarar que, se nos sentimentos patrióticos de seus concidadãos não encontrar a precisa adesão, poderá pelo menos contar com alguns filhos e sobrinhos que não se demorarão em apresentar-se ao Governo Provincial.** (M. 636. Doc. de 28/3/1865).

E assim foi organizado o 2° Corpo de Voluntários da Pátria, sob o comando do Ten-Coronel José Lustosa da Cunha, futuro Barão de S. Filomena (irmão também do futuro segundo Marquês de Paranaguá), do qual co-participariam 2 filhos e 4 sobrinhos do comandante, destes, um filho de nora já viúva, e outro de apenas 14 anos. Eram ao todo, ao partirem de S. Filomena, 234. Destes, para alcançarem S. Filomena, muitos tiveram que percorrer para mais de 300 quilômetros de penosa viagem por terra, seguida de mais de 800 quilômetros embarcados em balsas de buriti, ao sabor das águas, para chegar à capital da Província.

Digitalizado com CamScanner

Mais penosa seria, entretanto, a viagem a fazer para atingir o cenário da luta, não tanto pelo banzeiro do mar a que não estavam afeitos, mas pela lonjura de mais de mil léguas a percorrer. Ao todo, mais de duas mil léguas: de Teresina ao litoral e ao longo deste mais de 6.000 quilômetros para alcançar o estuário do Prata, donde seguiriam rio acima centenas de léguas, para enfim defrontar-se com o inimigo em campo de batalha.

De S. Filomena desceram o rio Parnaíba no dia 22 de junho, em 14 balsas e um bote, e chegaram a Teresina no dia 17 de julho. (L. 248. 217v. Doc. de 26/12/1865. **A imprensa.**[21]

A 10 de agosto prosseguem viagem fluvial, a bordo do vapor Uruçuí, rebocando barca. Já eram 404 combatentes, entre os quais se encontrava Jovita Alves Feitosa, graduada no posto de sargento, a qual, já no Rio de Janeiro, frustrada sua atitude marcial, deixa-se enlevar num drama de amor que a conduziu ao suicídio. De Parnaíba, onde chegaram a 14 de agosto, depois dum acidente no Uruçuí que foi socorrido pelo Cons. Paranaguá, buscam o Maranhão, onde embarcam no vapor **Tocantins**, chegando ao Rio de Janeiro em 9 de setembro de 1865. (Vide Documentos da Guerra do Paraguai – 1865 – Sem número e de documentos avulsos, cartonado, da Casa Anísio Brito. Docs. de 22/6/1865, 26/6/1865 e 19/8/1865).

Por onde passaram, pelo Maranhão, Paraíba, Recife foram recebidos festivamente. Era Jovita homenageada por toda parte, especialmente em Pernambuco, província que era, então, governada pelo Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, notável piauiense que vinha se distinguindo na política nacional, e que nesses mesmos dias fora eleito e escolhido senador pelo Piauí. No ano imediato vemo-lo já a co-participar do gabinete presidido por Góis e Vasconcelos, em que iria prestar ainda mais relevantes serviços à Nação, assunto a que já nos referimos. (L. 248. 60. Doc. de 27/6/1865.)[22]

No decorrer do ano de 1865, após a deflagração da guerra, no curto espaço de oito meses, o Piauí expediu para o Paraguai mais de 2.000 soldados. Ao terminar a luta, havia mobilizado uns 5.000 homens, dos quais mais de três mil foram bater-se nos campos do Paraguai.

Se computarmos o percentual de mobilizados sobre o total da população, talvez bem poucas províncias tenham a apresentar tão elevado percentual.

Digitalizado com CamScanner

Anísio Brito diz: "Baseado em documentos oficiais inéditos, relatórios dos presidentes da Província e jornais da época, podemos afirmar que o número de homens enviados pelo Piauí se elevou a 3.150, cifra que é também confirmada por Pereira da Costa." Convém salientar que nesse número não é computado o dos engajados na marinha.[23]

O presidente Franklin, em ofício ao Ministro da Guerra, informa que para obtenção de voluntários, dirigiu-se às autoridades, cidadãos qualificados, mantendo conferências com pessoas capazes de auxiliar, fez cartas em caráter particular para muitas pessoas, despachou emissários para o interior, entre os quais o próprio chefe de polícia, Dr. josé Manuel de Freitas, que em Jerumenha e Amarante conseguiu inscrever e fazer incorporarem-se às forças, em poucos dias, 60 voluntários. "Felizmente, continua ele, o patriotismo dos piauienses, superior a meus fracos esforços, correspondeu cabalmente à expectativa pública. Não houve município, por longínquo que fosse, donde não viessem voluntários da pátria. O avultado número desses bravos enviados pelo Piauí, demonstra com que entusiasmo os filhos desta Província tomaram a peito a defesa da dignidade nacional ultrajada".

Acrescenta ainda que afora os 2.167 combatentes que já enviara nos 8 primeiros meses, organizou ainda uma brigada de guardas nacionais sob o comando de José Francisco de Miranda Osório, sempre presente em todas as campanhas cívicas do Piauí, vindo dos campos de Jenipapo, mais tarde reprimindo os balaios, e no momento se prontificando a seguir para a campanha do Sul, sendo, todavia, julgada mais útil sua atuação no Piauí. A guarda nacional vinha prestando valiosos serviços em todos os municípios. Seria ele aproveitado em Parnaíba, donde partiam para o sul as forças expedicionárias do Piauí. (L. 326. 12 a 15v. Doc. de 17/3/1865.)

Com referência aos contingentes que organizou o Presidente, ainda diz ele nesse mesmo ofício: "Esses contingentes em sua maioria foram compostos de guardas nacionais que voluntariamente se ofereceram, e nem um só dos oficiais que com eles marcharam foi designado". (Idem, idem).

Em verdade, no atendimento do apelo feito, houve inúmeros gestos de espontaneidade. Não podemos negar que o patriotismo já despontava em nossa gente. Um pouco antes, quando na

Digitalizado com CamScanner

Questão Christie, entre inúmeras manifestações de solidariedade nacional testemunhadas no Piauí, há o gesto dos 13 alunos do Estabelecimento de Educandos Artífices, ainda adolescentes, que se apresentam como voluntários para servir a Nação. Dessa vez, sua maior contribuição seria a feitura de umas quatro mil peças de fardamento para os primeiros expedicionários. A este gesto dos Educandos imitam ilustres damas piauienses ao costurarem gratuitamente as camisas dos combatentes. As principais pessoas de representação social de Teresina fundam uma sociedade que apelidam de Socorro às Famílias dos Voluntários, cujo objetivo era amparar as famílias dos que seguiram para a campanha. Fundam ainda uma guarnição militar constituída de homens válidos a fim de colaborar com a guarda nacional na manutenção da ordem no município.

O exemplo belicoso da desditosa Jovita Alves Feitosa foi seguido de vários outros. O Capitão Jesuíno Pereira do Nascimento, já com dois filhos a servir no Paraguai, onde se vinham portando de modo distinto, também se apresenta voluntariamente, pela segunda vez, a reiterar seu propósito, quando é enfim aceito, para sem vencimentos, conduzir uma leva de combatentes, assim como, para tomar parte da campanha.

Um de seus filhos era Nelson Pereira do Nascimento, que tanto se distinguiu em Curuzu e Curupaiti, e mais tarde co-participaria da primeira junta governativa que instala o regime republicano no Piauí.

Quando eram selecionados escravos das fazendas nacionais para o serviço da guerra, muitos dos excluídos pediram insistentemente que os não separassem de seus companheiros, pois ainda se sentiam com disposição e bastante vigor para tomar parte do exército.

Preferimos capitular esses fatos como nascidos da emulação, do espírito esportista que todos temos, e que em verdade é um estágio do patriotismo, pois só se revela a favor da grei a que pertencemos e nos momentos de exaltação comunitária.[21]

Nas mensagens que dirigiu à Assembléia Legislativa, Franklin, esse baiano de Itaparica que tanto fez pelo Piauí que tanto amou, encontramos páginas que exaltam esse nobre sentimento do piauiense. Anísio Brito cita tópicos dessas mensagens, e acaba dando seu próprio testemunho já

Digitalizado com CamScanner

apresentando aspectos do mundo intelectual: "É preciso convir que a luta não empolgou somente o espírito dos que marchavam para o campo da honra – inspirou também os nossos poetas populares, lendo-se nos periódicos da época, produções alusivas aos feitos de nosso exército no Paraguai.

"Por toda parte, a guerra, as atrocidades do ditador paraguaio, despertavam as energias do povo, confiante nos seus dirigentes.

"Associada a toda a classe acadêmica, os estudantes piauienses, no Recife compareceram ao palácio da presidência, solidarizando-se com o Governo, e oferecendo seus serviços. Foram: Basíllo Mendes da Rocha, Francisco da Cunha Castelo Branco, José Lustosa de Sousa, Joaquim Newton de Carvalho, Elpídio José de Carvalho e Sousa, Justino José Batista, Simplício Coelho de Resende Filho, Sesostres Sílvio de Morais Sarmento, Honório da Silva Rabelo Castro, Fontenele César Burlamaque, Ricardo José Teixeira, Agesilau Pereira da Silva".[25]

Melhor veremos essa faceta que nos apresenta Anísio, compulsando a **Literatura Piauiense – Escorço histórico**, de João Pinheiro. Aí veremos que os nossos homens de letras, os nossos poetas que já começavam a aparecer e por vezes escrevendo bons versos na Província, foram também aos campos de batalha e se bateram ao lado dos piauienses anônimos. Não se limitaram a escrever versos, a proferir palavras.

Teodoro de Carvalho e Silva, o poeta caçador como era apelidado, Hermínio Castelo Branco, o da **Lira Sertaneja**, deixaram a vida bucólica do Piauí e, como voluntários, foram destruir as hostes Paraguaias, e se portaram com denodo. Assim também Eudoro de Carvalho C. Branco, poeta e soldado, condecorado com várias medalhas pela bravura com que se batia.

Não vamos acompanhar a ação do soldado piauiense nos campos de batalha; mas indispensável é uma monografia que preencha essa lacuna de nossa história.

Há muito subsídio na imprensa do Piauí contemporânea da luta e de que nos restam ainda exemplares de jornais, embora dilapide dos pela ação depredatória de consulentes ignorantes que pouco têm de pesquisadores. Para esse estudo, na imprensa nacional encontramos repositório notável em ordens do dia e documentos oficiais emanados dos comandos e que muito divulgavam.

Digitalizado com CamScanner

Não podemos, contudo, deixar de registrar a preciosa resenha que, seguindo essa pista, nos legou o P. J. Chaves em brilhantes páginas:

"Em dez de abril daquele ano (1866) cobriu-se de glória o Ten. Eudoro Emiliano de Carvalho, no sangrento combate corpo a corpo que se travou na ilha da Redenção, defronte ao forte de Itapirú, quando o inimigo, em grande força, tentou retomar a ilha e foi repelido com grandes perdas. O combate se feriu dentro da madrugada. O Tenente Eudoro comandava uma companhia do Batalhão de Engenheiros, que agia sob as ordens do bravo Ten. Cel. Vilagran Cabrita. Foi citado na ordem do dia: "Dito (tenente) Eudoro Emiliano de Carvalho. Dirigiu a força de engenheiros. Portou-se com bravura." Nos assaltos de 16 e 18 de junho comandou uma companhia de Sapadores e abriu caminho para as forças de desembarque por entre o mortífero fogo da infantaria paraguaia. Mais tarde, já no posto de Capitão, foi ferido gravemente na batalha de Lomas Valentinas. Era filho do Ten. Cel. Mariano de Carvalho Castelo Branco, da vila de Barras.

Na vanguarda do General Osório saltou no Passo da Pátria, em 16 de abril, o Tenente Antônio Lopes Castelo Branco e Silva Sobrinho. Seguiu logo em proteção ao piquete do General que já se batia com o inimigo nos matagais fronteiriços. Coube-lhe a arriscada tarefa de, com a sua Companhia, explorar uma ponta de mata onde se supunha emboscado o inimigo. De fato assim era. Durante toda a manhã o Tenente Antônio Lopes tiroteou furiosamente com os paraguaios, contendo-os nas suas posições.

"Quando foi rendido só lhe restavam poucos soldados. Foi citado na ordem do dia por ter "praticado atos de bravura dirigindo na melhor ordem e com inteligência a sua companhia nas linhas de atiradores". Mais tarde foi incumbido da instrução de diversos batalhões de voluntários. Morreu na batalha de Lomas Valentinas, já no posto de Capitão. Era filho do Major Liberato Lopes e Silva, de Teresina.

"Aos piauienses do 24º Voluntários coube uma atuação destacada na sangrenta batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866. A ação principiou às 11:30 da manhã no fundo do Potrero Pires. Àquela hora a brigada ligeira de cavalaria do General Sousa Neto ali se achava tranqüilamente dando pasto à cavalhada quando foi inopinadamente acometida, em grande força, pelo inimigo, que

Digitalizado com CamScanner

avançou acobertado pela mata. A cavalaria paraguaia atacante trazia à garupa contingentes da infantaria que foram atirados imediatamente à ação sobre os nossos cavaleiros apeados. Era grande a confusão nas hostes brasileiras, com os soldados da Brigada procurando montar, desordenadamente, já sob a pontaria certeira dos infantes inimigos, quando veio em seu socorro o 24° de Voluntários. Era comandado naquele momento pelo Major João Antônio de Oliveira Valporto. O batalhão não se intimidou com a superioridade do adversário. Estendeu-se em linha de atiradores e abriu fogo mortífero sobre as massas paraguaias que já prelibavam um triunfo certo naquele setor da batalha. Enraivecidos, os paraguaios concentraram o ataque sobre o batalhão suicida e o teriam liquidado se não fosse a pronta intervenção do 1° de Voluntários, que estava à direita, sob o comando do Ten. Cel. Caetano Gonçalves da Silva. Já então a batalha rugia furiosa numa frente de vários quilômetros de extensão com a entrada em cena de poderosas forças de ambos os lados. Terminou às 5 da tarde com a vitória dos brasileiros, mas o 24° havia sofrido pesadas baixas. Entre os mortos contava-se o jovem Alceu José da Silva Conrado, de Teresina. Sairam gravemente feridos o Capitão Gil da Cunha Lustosa, o Tenente Maurício Antunes de Carvalho e o Alferes Antônio Nogueira Paranaguá. Foi também ferido neste combate o Tenente André Monteiro da Cunha. Pertencia, no momento, ao 1° de Voluntários, que socorreu o 24°. O 24° tomou parte nos reconhecimentos que se fizeram nas defesas de Curuzu, nos dias 16 e 18 de julho. Esteve então comandado pelo Tenente Coronel José Lustosa da Cunha. Foi quase aniquilado naqueles combates. Dos 242 piauienses do batalhão restaram apenas 60 homens. Entre os oficiais feridos cantaram-se o Capitão Fábio da Cunha Lustosa e o Tenente José Messias de Araújo. Foi citado por ato de bravura naqueles dias o Capitão Anfrísio Fialho, comandante de Companhia.

"No combate de 2 de setembro distinguiu-se o Tenente Raimundo Pereira de Carvalho, do 36° de Voluntários. Em a noite daquele dia, comandando o 7° pelotão, manteve os paraguaios à distância, protegendo os nossos sapadores que construíam uma trincheira de vital importância, nas proximidades do inimigo. No dia seguinte tomou parte no assalto a Curuzu.

"Em 22 de setembro, na batalha de Curupaiti, foi mortalmente ferido o Capitão Francisco Luís Pereira de Carvalho e Silva. Em

Digitalizado com CamScanner

conseqüência dos ferimentos recebidos veio a falecer a 7 de outubro, no Hospital de Corrientes, deixando viúva e filhos em Barras. Era natural de Oeiras.

"No ataque ao entrincheiramento de "Sauce", próximo a Curuzu, a 21 de março de 1868, comandando uma Companhia do 34° de Voluntários, caiu morto o Capitão Canuto José da Paz, natural de Campo Maior. Partiu para a guerra da vila de Barras, como 1° Sargento, e contava 25 anos quando morreu.

"Na batalha de Lomas Valentinas morreram os Capitães Antônio Lopes Castelo Branco Sobrinho, já citado, e Belisário de Carvalho, e saíram gravemente feridos os Capitães Eudoro Emiliano de Carvalho, Antônio de Sousa Rêgo Caioba e Tenente João Lustosa da Cunha. Este último servia de Ajudante de Ordens ao General Argolo Ferrão quando o velho cabo de guerra foi ferido em Itororó. Foi promovido a Capitão por atos de bravura.

"O Capitão Lisandro Francisco Nogueira fez toda a guerra e foi citado várias vezes por atos de bravura.

"O Capitão Pedro José de Moura Leal daqui seguiu com o 1° de Voluntários, no posto de Alferes. Pertencia ao 34° quando foi ferido, em 3 de setembro, em Curuzu. Participou do reconhecimento às defesas externas de Humaitá, em 16 de julho. A 22 de novembro embarcou para o Chaco. Com a dissolução do 34° em 23 de dezembro de 1868 passou a pertencer ao 1° de infantaria. Tomou parte nos reconhecimentos de Ascura e Cêrro-Leon. Passou depois para o 2° Corpo de Exército. Distinguiu-se no combate de Cêrro-Corá, em 1° de março de 1870, sendo citado na ordem do dia. Assistiu à morte de Solano Lopez".[26]

Não podemos ainda deixar de lembrar os nomes de Benjamin de Albuquerque Lima que, após distinguir-se nas frentes de combate, veio prestar relevantes serviços na desobstrução do rio Parnaíba; do poeta José Eulálio da Cunha Martins que se bateu em inúmeras batalhas, e veio depois notabilizar-se em campanhas cívicas como as da abolição e questão militar; de Anfrísio Fialho que compartilhou das operações militares no Uruguai e Paraguai, condecorado com várias medalhas, e mais tarde, domiciliado na Europa, tornando-se publicista notável.

Digitalizado com CamScanner

A par de tanta bravura de nossa gente, havia também as manifestações de repulsa ao recrutamento nem sempre feito de modo criterioso, às vezes servindo como simples instrumento de perseguições políticas, o que veremos em pouco. Já estudamos essa faceta da história em volume anterior.

Anísio Brito dá-nos também seu depoimento: "As remessas constantes de tropas recrutadas concorreram, já nos últimos anos da guerra, para o êxodo de certas populações rurais, e, ainda mais, para o afastamento destas, do amanho da terra, trazendo, em conseqüência, a absoluta falta de víveres em começo de 1869, notadamente nos municípios de Jaicós, Valença e Picos, expostos seus habitantes desvalidos à fome e à miséria. "Há, ainda, digno de registro outra influência negativa ao desenvolvimento e à intensificação da campanha cívica no Piauí: a hostilidade entre os partidos locais, conservador e liberal.

"A quem ler os jornais de Teresina, de 1865 a 1870, de um e de outro credo partidário, não escapará essa observação dolorosa.

"No início da guerra, achava-se no poder o partido liberal, que, então, pela **Imprensa**, incontestavelmente o melhor órgão de publicidade do Piauí de então, fez a propaganda em prol da guerra, despertando as energias cívicas da comunhão social.

"Com a queda da situação liberal, o partido Conservador, no poder, viu ultimar-se a guerra. Era órgão de seus interesses o **Piauí**.

"O espírito partidário provocou, ainda, descontentamentos, oriundos da medida praticada pelo governo, qual a do recrutamento para o exército. Executada sem a devida equidade, por parte de elementos no instante no poder, despertou antipatias, escusas, e a imprensa liberal se deu pressa em cognominá-la de **caçadas humanas**.[27]

Sob esse aspecto iremos encontrar informações mais objetivas em fontes arquivais. A arregimentação de forças já vinha desde os primeiros dias provocando dissensões entre as facções políticas municipais. Pelo menos testemunhamos essa ocorrência em Marvão. Nessa comarca, enquanto os grupos situacionistas faziam propaganda a favor da guerra, por meio de discursos, proclamações, revistas militares, o grupo oposicionista procura anular todo o esforço de mobilização, dissuadindo os entusiastas do propósito de cooperação, incutindo noutros o desânimo, o pavor,

Digitalizado com CamScanner

e se encontrasse ambiente, até mesmo a subversão. (M. 229. 16. 17. Doc. de 18/4/1865).

Em pouco, essas tricas atingiriam outros municípios, especialmente no segundo semestre de 1865, quando o Ministério solicita que fosse enviado o maior número possível de combatentes, dando origem a ordens para o interior a fim de que se procedesse ao recrutamento em maior escala. (L. 248. 261. Doc. de 24/8/1865, 262v. a 263. Doc. de 20/9/1865)

Miranda Osório é quem primeiro faz saber ao Presidente a manifesta má vontade da guarda nacional que não atende o chamamento para servir no litoral ou na fronteira, e os convocados fazem sentir o receio de serem enviados para a campanha. Na sede municipal, dispunha apenas de Pedro José Nunes que vinha comandando sua guarnição.(M. 226. Docs. de 5/6 e 30/6/1865)

Elias de Sousa Martins que também vinha congregando combatentes, voluntários e recrutas, informa que em Oeiras e Picos, não só mulheres como até mesmo autoridades policiais protegem os desertores. (M. 630. Doc. de 16/6/1865)

Raimundo José de Carvalho e Sousa, de Jaicós, denuncia que um **terror pânico** se apodera da maior parte dos que podem servir, e ainda mais, do **povo ignorante** melhor diria, da baixa classe social, provinda das senzalas. Se recrutados elementos seus, deixam dominar-se pela idéia de que serão presos e reduzidos à escravidão. (M. 621. Docs. de 20/6/1865, 30/6/1865)

Barras já teme até mesmo a subversão, assim relata o Com. Sup. da Guarda Nacional. Crescem os coutos e com eles os furtos, os assassinatos. E com justeza vocabular, e em termos de legislação: "O furto vai se desenvolvendo progressivamente, e logo após ele virá o roubo". (M. 628. Doc. de 6/8/1865. Docs. de 7/4/1865 e 20/4/1865)

Acrescenta que os designados vivem acoutados nos matos, e que no povoado Lembrança o fazendeiro José Maria Fernandes Bacelar, à frente de homens armados, arrebatou recrutas à escolta, e em Buritizinho, outro povoado, Brígido Damasceno e outros se opõem a uma diligência que buscava prender um guarda nacional e declaram à patrulha perseguidora que morreriam seus componentes se não desistissem da empresa.

Houve choques e ferimentos em Conceição, Retiro, Currais Novos. Junta carta de Leonardo. "As nossas vidas, a honra de nossas

Digitalizado com CamScanner

famílias, e nossas fortunas estão sem garantias, o arrojo dos acoutados tem chegado a ponto de propalarem o extermínio daqueles que os perseguem [...]" (M. 628. Doc. de 8/11/1865)

Miranda Osório volta a informar, e dessa vez, já também a denunciar sintomas de resistência armada no interior. Relata que escolta de recrutamento se defrontou com grupo armado que resistiu à prisão dum recruta. Efetuando outras prisões, um inspetor de quarteirão consegue arrebatar um dos apreendidos. Noticia ainda que correm rumores de que em Frecheiras há coutos de refratários ao serviço militar, e também de que os escravos pretendem rebelar-se. (M. 626. Doc. de 12/9/1865).

A câmara municipal de União participa ao presidente da Província que terrível crise ameaça a tranqüilidade pública, a propriedade individual, porque os povos temem que a guarda nacional seja mandada para a campanha, enquanto os recalcitrantes se assanham e se predispõem para a subversão. Estranham-se no mato, formam clubes, provocam desordens, perpetram roubos. Há o receio de que esses **gênios selváticos** reproduzam **cismas de horror e ferocidade**. Era uma alusão à Balaiada que não fazia muito ensangüentara essa região. Conta a história de um grupo de acoutados que, em busca de alimento, assaltam pretos escravos que por sua vez propalam que provocarão desordens logo após a saída da guarda nacional. Tomam-se precauções, proibindo a venda de pólvora. (idem. M. 639. Doc. de 9/10/1865).

Em Marvão exaltam-se os ânimos. O Com. Sup. da Guarda Nacional manda prender o Ten. Cel. Avelino Rodrigues de Macedo porque não atendeu a convocação. Este conseguiu escapar e juntar-se a seu irmão, o Cap. José Rodrigues de Macedo, e vêm à sede municipal, onde desacatam autoridades. São couteiros de homens aptos para a campanha.

O mesmo ocorre em S. Gonçalo de Amarante, cujo chefe situacionista, Cel. Teotônio de Sousa Mendes, denuncia ao Presidente "o escândalo de certos homens que se inculcam serem homens de bem, sem que o sejam". Refere-se a Marcolino, Gabriel e João Barbosa Ribeiro, cujas faltas eram o acolhimento e defesa em suas fazendas de recrutas foragidos. O primeiro dos denunciados foi deputado na Assembléia Legislativa, repetidas vezes no Império. (Idem. M. 629. Doc. de 9/10/1865. M. 634. Doc. de 9/10/1865. M. 633. Docs. de 6/6/1685 e 7/11/1865).

Digitalizado com CamScanner

Vinham juntar-se a esses fatos a peste e a deficiência de produtos agrícolas. A mobilização militar provocou o abandono das roças, e os camponeses piauienses, especialmente os homens válidos, acolhiam-se à proteção de fazendeiros de prestígio, ou refugiavam-se em esconderijos recônditos a fim de escapar às rondas dos recrutadores.

Desde fins de 1864, a denunciar inverno fraco, havia falta de cereais, especialmente na Capital que providenciou a aquisição de farinha no Maranhão, e ainda em fins de 1865, o Cel. José Lustosa da Cunha que estava aprestando um novo troço de combatentes, queixava-se de seca que vinha prejudicando sua ação. (Idem. L. 248. 250. 250v. M. 636. Doc. de 19/10/1865).

Enquanto isso, a peste que desde o começo do decênio vinha atormentando o Nordeste, também irrompe na bacia do Parnaíba. Em agosto de 1865, Príncipe Imperial é atingido pelas **febres epidêmicas**, e também Oeiras registra os primeiros casos do **cólera-morbo**. (Idem. M. 620. Doc. de 22/8/1865. L. 248. 261).

Não mui tardaria, Teresina é invadida pela varíola que em pouco se alastra por vários municípios, onde faz suas vítimas. alongando sua ação pelo ano de 1866, o que estudaremos noutro capítulo. (Idem. L. 248. 264v. Doc. de 21/10/1865. L. 320. 6v. a 7. Doc. de 22/3/1866. 12v. Doc. de 14/5/1866. 13 a 13v. 14. 14v. Doc. de 14/5/1866. M. 643. Doc. de 1/6/1866).

Felizmente, logo nos primeiros embates da campanha, foi destruída em Riachuelo a esquadra de Solano Lopes, e a nossa esquadra forçou as passagens de Curupaiti e Humaitá, e em seguida, nossas forças de terra conseguiram quebrar a resistência oferecida pelas extensas linhas estratégicas que protegiam o Paraguai.

A vitória brasileira já era certa. Contudo, nossa Província continuava a mandar reforços a seus combatentes, entre os quais repetem as gerações, estava o piauiense que deu o golpe mortal em Solano Lopes. Se falha a tradição oral, dizem, entretanto, os historiadores que combatentes piauienses estiveram presentes até a última hora em Cerro Corá, nas margens do Aquidabanigui onde cai sob golpes do inimigo o temerário Solano Lopes, cuja vaidade e teimosia conduzem a sacrifício heróico o bravo povo paraguaio.

Digitalizado com CamScanner

Daqueles 3.000 mil guerreiros que deixaram a bacia do rio Parnaíba, bem poucos regressaram a seus penates. Ao transitarem pelo Rio de Janeiro, em seu regresso ao Piauí, fazendo parte do Batalhão do Piauí, reconstituído de voluntários de outras províncias do Norte, foram recebidos no porto por verdadeira multidão, havendo comparecido ao desembarque notabilidades políticas, nossos representantes no Congresso, Franklin Dória, Conselheiros Saraiva e Paranaguá, e também o Imperador que, com a força em formatura para a continência de estilo, abraçando o comandante, pronunciou estas palavras:

"Senhor Comandante de voluntários da pátria!

"Aceitai este abraço para vós e vossos camaradas! A glória coroou vosso heroísmo. Vinde receber as aclamações de vossos compatriotas!"

Com os aplausos de todos em calorosa ovação, seguem-se as palavras do Conselheiro Paranaguá:

"Voluntários piauienses:

"Fostes dos primeiros a acudir ao reclamo da Pátria ultrajada; e depois de tê-la vingado nobremente, sois os últimos a recolher-vos aos vossos lares.

"A Província do Piauí, que concorreu com mais de três mil homens para a guerra, reconhece neste punhado de braços os restos gloriosos dos batalhões, que formara.

"Sede bem-vindos; o Brasil estremecido vos acolhe no amplexo expressivo do Imperador, e se a gratidão nacional pudesse graduar-se, os últimos seriam os primeiros."[28]

Em setembro chegam a Teresina os remanescentes dos soldados piauienses que acorreram ao reclamo da Pátria. O grosso dos combatentes morreu em batalhas sangrentas, espicaçados pelo ódio. Bem poucos regressaram à terra berço. Mas esses retornaram já trazendo, vinculadas pelo amor, 26 mulheres paraguaias, e várias crianças, ternos rebentos do congraçamento de duas nações irmãs, imersas numa guerra, fruto da incompreensão humana.

Teresina se alvoroçou. O povo célere desce em rumo do porto, e também as autoridades, o Presidente, e em seguida houve o desfile militar. Em frente do palácio presidencial falaram vários oradores. A noite, a cidade foi iluminada festivamente, quando há então a passeata com a co-participação de todos.

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Vol. I. 1930. p.159 a 162.

[2] FRAGOSO, Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Vol. I. 1956. p. 130 a 143.

[3] FRAGOSO, Tasso. Op. cit. p. 148 e 150.

[4] FRAGOSO, Tasso. Op. cit. p. 154. 155. Vide também págs. 231 a 232.

[5] FRAGOSO, Tasso. Op. cit. p. 232.

[6] FRAGOSO, Tasso. Op. cit. p. 169. 233 a 238.

[7] FRAGOSO, Tasso. Op. cit. p. 248. Vide o que se segue na mesma obra nas págs. 249 a 254. Para conhecer-se o intróito da Guerra, convém ler Joaquim Nabuco, em **Uns Estadista do Império**. 1936. p. 159 a 162. 410 a 425. SOARES, Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata**. 1955, p. 169 a 187. ALMEIDA, Tito Franco de, em **O Conselheiro Francisco José Furtado**. 1944, p. 171 a 193; p. 230 a 234.

[8] FRANCO, Tito. Op. cit. p. 190, **Nota** 82.

[9] NABUCO, Joaquim. Op. cit. Tomo I. p. 460 a 461. Vide também **Nota** 2.

[10] NABUCO, Joaquim. Op. cit. Tomo I. p. 447.

[11] FRANCO, Tito. Op. cit. p. 276 a 279.

[12] BRANCO, Barão do Rio. **Efemérides Brasileiras**. 2. ed., do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vide Efeméride de 23/7/1870. p. 417.

[13] NABUCO, Joaquim. Op. cit. Tomo I. p. 431 a 432, em **Nota** 2. SOARES, Teixeira. Op. cit. p. 194.

[14] NUNES, Odilon. **O Piauí na História**. 3. ed. p. 99.

[15] FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 1922, p. 296 e 354. BRANCO, Barão do Rio. Op. cit. Vide **Efemérides**. de 3/8/1866. p. 439.

[16] NUNES, Odilon. **O Piauí na História**. 3. ed. p. 99.

[17] CUNHA, Higino. **David Moreira Caldas, sua vida, sua obra, sua morte**, em Revista da Academia Piauiense de Letras, de outubro de 1937, p. 143.

[18] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 310 a 311.

[19] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 311.

Digitalizado com CamScanner

[20] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 311.

[21] **A Imprensa** nº 98, de 8/6/1867 e nº 99, de 15/6/1867.

[22] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 311 a 312; p. 317 a 320.

[23] BRITO, Anísio. **Contribuição do Piauí na Guerra do Paraguai**. 1931, p. 6.

[24] DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. **Relatório** de 5/10/1866. CHAVES, Padre. **Teresina. Subsídio para a História de Teresina**. p. 166 a 167.

[25] BRITO, Anísio. Op. cit. p. 11.

[26] CHAVES, Padre. Op. cit. p. 160 a 163.

[27] BRITO, Anísio. Op. cit. p. 13.

[28] BRITO, Anísio. Op. cit. p. 17 a 18.

Digitalizado com CamScanner

7

A abolição

A escravidão no Brasil foi uma instituição portuguesa, ou melhor, européia. Até mesmo bem dentro do século XIX, exploraram o tráfico negreiro os países europeus, ou mantiveram em suas colônias o regime de trabalho escravo, instituído em lei.[1]

Assim, quando o Brasil proclamou sua independência, herdou da humanidade essa nódoa que até então havia acompanhado a vida de todos os povos.

A Inglaterra foi a nação que mais enriqueceu com a venda de escravos. Por meio de tratados, em suas guerras de expansão colonial, impunha e conseguia como privilégio o monopólio do vergonhoso comércio. Repetidas vezes, seu Parlamento rejeitou o **bill** de sua abolição, apresentado por idealistas.

Sombart, aludindo ao tráfico escravista da Inglaterra, disse que "as ruas de Manchester poderiam ser calçadas de crânios de escravos".[2]

Enquanto isso Bogdanoff e Bodin fazem-nos saber que se constituíram fortunas enormes com esse comércio, e que a importância de Liverpool foi devida a essa atividade que no século XVIII era a principal ocupação de seus negociantes.

A manutenção do trabalho escravo não estava, entretanto, em harmonia com as tendências da civilização que desabrochava no Novo Mundo. Estudando a história, chegaremos a essa conclusão. Estadistas, ensaístas brasileiros, desde os primeiros dias

Digitalizado com CamScanner

após a Independência, em consonância com as nações irmãs, deram testemunho da conveniência de adotar o trabalho livre.

Na história do Piauí vamos encontrar em 1831 Inácio Francisco de Araújo Costa, membro do Conselho Provincial, a solicitar em caráter oficial, em sessão de 13/9, a adoção de medidas para "promover o bom tratamento dos escravos, propor arbítrios para facilitar sua lenta emancipação."[3]

Foi também precursor do movimento abolicionista no Brasil o cientista e publicista piauiense Frederico Leopoldo César Burlamaque, que em 1837 escreveu e editou **Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica**, discutindo, conforme opina Perdigão Malheiro, magistralmente o assunto, decidindo-se contra o tráfico e a escravidão. Fora um dos diretores da Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos índios, que elaborou em 1852 um projeto de registro geral dos escravos, cujo objetivo principal era "restituir à liberdade aqueles cuja propriedade não pudesse ser reivindicada sem crime". Dessa última fase de sua ação nesse terreno, edita o notável publicista **Sistema de medidas para a progressiva e total extinção do tráfego da escravatura no Brasil.**[4]

A legislação brasileira desde muito não permitia o tráfico de escravos vindos de fora do país e os declarava livres ao penetrar no território nacional.

Contudo, a extensão do litoral de praias desertas e de difícil policiamento obstava decisiva ação repressora contra os contrabandistas, geralmente, portugueses, domiciliados no Brasil, com agentes na África.

Já não interessava à Inglaterra o comércio de escravos pois a escravaria como mão-de-obra de baixo preço, em parte já prejudicava a expansão de mercados para o consumo de seus produtos industriais. Daí ser aprovado pelo Parlamento Inglês o Bill Aberdeen.

Não negamos que a medida, desde muito solicitada por parlamentares ingleses, não tenha a princípio sua origem no espírito filantrópico. Mas convenhamos também em aceitar que na Inglaterra o senso comercial sempre se antepôs ao senso religioso, e ainda o senso político sempre esteve a serviço de interesses comerciais. Só quando interesses mercantis demonstraram a conveniência de

Digitalizado com CamScanner

medidas contra o tráfico africano, é que foram elas aceitas pelo Parlamento inglês, e desde então o Brasil experimentou as mais duras provocações promovidas pela Inglaterra: a violação do direito público e da soberania nacional. É bom conhecer a nova faceta que apresenta José Honório Rodrigues.[5]

Os vexames por que passamos começaram no decênio imediato ao da célebre guerra apelidada pelos historiadores de Guerra do Ópio, porque seu objetivo foi forçar a China a aceitar o comércio dessa droga embrutecedora e mortífera. Essa guerra foi promovida pela Inglaterra, porque a China relutou em aceitar a importação do ópio, mas sob a pressão das armas inglesas teve que perder Hong-Kong e permitir a continuação do vergonhoso comércio que enriquecia a Grã-Bretanha e fazia a ruína do povo chinês. E ainda eram bem recentes os comentários em tomo dos inquéritos da Comissão Ashley, sobre a vida nas minas inglesas, e da Comissão Sadler, sobre a vida nas fábricas de tecidos. Esses inquéritos nos mostraram dramático e horripilante cenário em que trabalhavam pobres crianças e mulheres esfaimadas, e entorpecidas pelas vigílias prolongadas, e alertadas pelo chicote de feitores a serviço dos magnatas da indústria. Sobre a Guerra do Ópio, conheçamos o juízo de Toynbee.[6]

A extinção do tráfico no Brasil foi em verdade precipitada pela intervenção inglesa, que fez mobilizar todas as energias da nação brasileira, para pôr termo à ação dos contrabandistas e às insolentes provocações da diplomacia inglesa.

O desenrolar dos fatos conduziu o Brasil a situações críticas; não foi por incúria de seu Governo, que teve sempre a obstar-lhe a ação contra o tráfico não apenas fatores de ordem geográfica, mas também de ordem social e política: nossa economia repousava em grande parte, senão inteiramente, no escravo, propriedade privada e legado da civilização européia.

Sua extinção só poderia ser feita por processo revolucionário ou com vagar, respeitado o postulado básico em que assentavam as instituições políticas de então.

O desenrolar dos fatos serviu, entretanto, para provar a extraordinária capacidade de improvisação e determinação da gente brasileira na solução de seus problemas. E ficou patenteado que o governo inglês agiu com inabilidade porque deixou bem claro que por detrás de sua ação escondiam-se apenas interesses mesquinhos.

Digitalizado com CamScanner

Ainda nesse ambiente de prevenções criado na questão do tráfico negreiro, chegou ao Rio de Janeiro, como ministro da Legação Inglesa, William Dougal Christie.

Há quem admita que Christie trazia o objetivo de impor ao Brasil tratado comercial inspirado na diplomacia inglesa de então.

Vinha o ministro inglês intrometendo-se na questão do tráfico como fizeram seus antecessores. Entrou quase em atrito com o Governo Brasileiro por causa dos **africanos livres**, sem, entretanto, conseqüências profundas. Chamavam **africanos livres** os africanos que clandestinamente foram introduzidos no Brasil por contrabando, após a proibição do tráfico. Em depoimento que prestara ao Conde Russel, chegara a afirmar que em verdade seria impossível a restauração do tráfico no Brasil.[7]

Já não encontrava, pois, nesse terreno, uma justificativa para complicações diplomáticas, de modo a criar o ambiente propício à missão secreta que lhe atribuíam.

Viria encontrar o pretexto que buscava em duas ocorrências que, se não foram essas circunstâncias, teriam soluções pacíficas e tranqüilas.

Christie era vaidoso, de temperamento explosivo; não personificava o espírito colonialista da Inglaterra de então, insidioso, matreiro, que só apelava para a força contra o parceiro litigante, após demonstrar este inesgotável relutância em aceitar o que se lhe pedia fosse feito. Christie não sabia contemporizar; daí sua inabilidade.

Em virtude do naufrágio duma barca inglesa no litoral do Rio Grande do Sul, e o atrito de oficiais britânicos com a polícia carioca, Christie, em ultimato ao Governo Brasileiro, exige satisfação imediata, com indenização para o caso da barca sinistrada, e punição das autoridades policiais envolvidas nos incidentes do Rio de Janeiro. Não se lhe atendendo nas absurdas exigências, autorizou logo o comandante da estação naval inglesa no Brasil a fazer a apreensão de navios mercantes brasileiros. As ocorrências de somenos significação, se não fora a fatuidade de Christie, converteram-se num acontecimento que empolgou toda a nação brasileira.

Digitalizado com CamScanner

O imperador proclamou que preferia perder a Coroa a humilhar-se em face às exigências arbitrárias do estrangeiro. O governo se nega a negociar diretamente com o insolente ministro. O povo deixa-se tomar de exaltação diante das provocações do inepto diplomata. Lidera o movimento popular Teófilo Otôni a quem apelidaram então de ministro do povo. O comércio inglês no Rio é ameaçado pela revolta da multidão. Não só na metrópole, como por todo o Brasil as manifestações patrióticas conduzem o povo às ruas num testemunho de solidariedade a S. Majestade o Imperador, que encarnava o brio da nação ofendida. Abrem-se listas para coleta de numerário. As câmaras municipais, as assembléias legislativas hipotecam solidariedade ao Governo Imperial. Há unanimidade de toda a Nação.

O Piauí não ficou indiferente à explosão patriótica, surgem os auxílios pecuniários de autoridades, funcionários públicos, de particulares, de todo mundo. Entre os inúmeros pedidos de alistamento militar, há o requerimento de 13 alunos do Educandos Artífices que se prontificam a seguir para a luta. Entre as câmaras municipais que delegam poderes a Teófilo Otôni para levar ao Imperador sua solidariedade, estão as de Parnaguá, Valença, Oeiras, Barras.

Hoje sabemos que não tínhamos condições pata enfrentar a poderosa Inglaterra de então. Mas o povo brasileiro demonstrou que não tinha alma de escravo para curvar-se sem protesto, sob o peso da humilhação imposta pelo estrangeiro.

No Parlamento Inglês levantam-se vozes contra os atos insolentes de Christie. (Casa Anísio Brito. Arquivo. Província. Livro 248, 169, 170, 181, 191, 198. Livro Nº 281, 142, 144, ofs. 181 e 182. Maço Nº 557, Doc. de 11/4/1863).[8]

Confiado o dissídio à arbitragem do rei belga, o laudo arbitral nos foi favorável. O Gabinete Inglês que tinha dado cobertura a Christie, ainda no poder, não aceitou, entretanto, o laudo arbitral, conforme o pactuado entre as partes litigantes. Romperam-se as relações diplomáticas entre as duas nações.

Houve, então, a interferência de Portugal a favor dum entendimento entre o Brasil e a Inglaterra. Foram infrutíferos os esforços.

Feria-se, então, a fratricida Guerra da Secessão, na América do Norte. E o Brasil em pouco era arrastado às lutas do Prata, também guerras fratricidas.

Digitalizado com CamScanner

Nosso Augusto Imperador partiu para o Sul, onde em Uruguaiana (Rio Grande do Sul) faria a rendição do exército paraguaio, e pessoalmente receberia a espada de Estigarríbia.

Foi ainda na cidade gaúcha, dessa vez por iniciativa da Inglaterra, que se reataram as relações diplomáticas do Brasil com a nação européia.

"Não podia haver mais delicada atenção por parte do Governo inglês do que mandar o seu enviado especial levar ao Imperador, na sua barraca de Uruguaiana mesmo, as escusas da Inglaterra e o desejo da Rainha de renovar as relações com o Império". No discurso de Thornton, o ministro especial dizia que estava incumbido de expressar o pesar com que S. M. a Rainha viu a suspensão das relações diplomáticas entre as duas nações, e declara que "o Governo de S. Majestade (a Rainha) aceita completamente e sem reserva a decisão de S. Majestade o Rei dos Belgas [...]"[9]

Há, entretanto, quem diga que o argumento mais convincente que moveu a Inglaterra, foi a falta de algodão nos seus teares. A América do Norte, a senhora da produção algodoeira, conflagrada, e desorganizada sua agricultura, ficaria por longo tempo sem produção. Nós tínhamos a rica malvácea.

A abolição do tráfico negreiro amenizou as condições do escravo que passou a merecer cuidados por parte dos senhores.

Até então as senzalas, dum modo geral, eram supridas, ou melhor, renovadas, quando necessitadas de trabalhadores para os serviços agrícolas do Brasil, com a aquisição de negros vindos da África. Estancada a entrada de africanos, só havia o recurso de poupar o trabalhador escravo, zelar pela sua saúde, estimular sua procriação.

O Marquês de Paraná dá seu testemunho em discurso proferido no Parlamento, ao afirmar que "já há muitas fazendas em que há muita criação, onde se trata melhor dos escravos, se zela mais a sua saúde, e se têm bons hospitais [...] hoje cuida-se muito mais dos escravos."[10]

Perdigão Malheiro também informa que os senhores cuidavam em tratar melhor seus escravos e os descendentes destes, pois eram fonte única de trabalhadores.[11]

Digitalizado com CamScanner

Enquanto isso, no sul dos Estados Unidos, onde a riqueza baseava-se no braço escravo, segundo Max Weber, os fazendeiros já vinham criando negros para reprodução a fim de suprirem suas necessidades.[12]

Há quem diga, indo além do que diz Paraná, que no Brasil foi também cogitações fazer criação de negros, com fins filantrópicos.[13]

A escravidão conduzia quase sempre à insensibilidade moral; assim brutalizava a raça humana.

Segundo depoimento dos que se dedicam ao assunto, a esterilidade e a mortalidade, em virtude dos maus tratos, conduziriam à eliminação da raça negra. Malheiro não exagera tanto, mas acha que "a população escrava não aumentava pela reprodução na proporção da livre: 1° porque em geral a importação era de homens, e mui poucas mulheres; o que se queria principalmente eram braços para o trabalho, e não famílias; 2° porque não se promoviam casamentos; a família não existia para os escravos; 3° porque as enfermidades, o mau trato, o serviço e trabalho excessivos inutilizavam, esgotavam e matavam dentro em pouco grande número."[14]

Contemporâneos nossos, como Oliveira Viana, Alfredo Ellis, e outros, baseados em estatísticas, e depoimentos de cronistas abolicionistas contemporâneos da escravidão, chegaram a conclusões que nos parecem exageradas.

Os estudos de Pereira Lago referentes ao Maranhão, e os de Eschwege referentes a Minas Gerais, baseados em estatísticas, deram elementos a Oliveira Viana para concluir em seus comentários, que o negro tenderia a estiolar-se até o aniquilamento. O sociólogo chega ao que apelida de **arianização** do brasileiro, pela extinção do negro.

Aceitamos a **arianização** a que se refere, como o resultado do que chama **miscigenação**, isto é, a espontânea mistura étnica que se processou, e ainda se está elaborando no Brasil, donde surgiram o mulato e o mameluco, como sua primeira manifestação.

A **arianização** não é um fenômeno da maior letalidade do negro, como conseqüência biológica. Assim pensamos porque o Piauí nos oferece interessantes elementos colhidos em farta documentação que nos conduzem a conclusões que se acham em desarmonia com a generalidade desses pesquisadores.

Digitalizado com CamScanner

José Honório Rodrigues, fugindo aos preconceitos de ordem racial, explica a ocorrência da diminuição negra na população brasileira, quando provocada pela maior mortalidade, como conseqüência de ocupar esse grupo étnico **os baixos e pobres escalões sociais**. Em verdade, se a ocorrência porventura houver, onde quer que seja, sua causa é de ordem social, ou melhor, econômica: é a fome. Isso mesmo, no planalto paulista e nas regiões meridionais, em que condições de ordem social e mesmo de caráter discriminatório lhes impedem ascensão social. Daí o estado psicológico que os inferioriza na luta pela vida.

Não encontramos fontes do passado, senão as que presumimos serviram de base aos que estudaram o assunto: os recenseamentos demográficos, e os registros de óbitos e batizados das freguesias, cujos extratos remetiam os párocos às autoridades civis. Os pesquisadores anteriores poderiam também ter encontrado outras fontes, ou mesmo criado novos recursos de pesquisas.

Para que possamos ajuizar a respeito das conclusões, conheçamos antes os percentuais obtidos por Oliveira Viana, em Eschwege:

Grupo étnico	Natalidade %	Mortalidade %
Brancos	4,04	2,83
Mulatos	3,67	2,75
índios	4,04	3,70
Pretos	4,76	5,38

Apesar de oferecer o negro maior índice de fecundidade que qualquer outro grupo, é o único cujo índice de mortalidade é superior ao de natalidade, tendendo, pois, ao desaparecimento, "se não fora, diz Oliveira Viana, continuamente renovado, até 1850, por um largo afluxo imigratório, vindo da África".

Vejamos ainda outro quadro referente exclusivamente a escravos, e apresentado pelo mesmo autor:

Grupo étnico	Natalidade %	Mortalidade %
Mulatos	3,81	6,00
Pretos	2,91	6,86[15]

Digitalizado com CamScanner

Apresentamos agora dois quadros. Vejamos o primeiro obtido conforme informações de 1855, da Secretaria do Governo da Província do Piauí, que consignam registros de população, batizados e óbitos.

Esses dados estatísticos que emanam da Secretaria do Governo deram origem ao Quadro nº 1 que figura em apêndice no fim do capítulo. É um resumo do que oferece o órgão do Governo.

Eliminamos sete freguesias porque suas informações eram parciais. Fizemos figurar apenas as que traziam registros completos. Ainda: só há referência a **livres** e a **escravos**. Isso entretanto, não invalida o confronto e conclusões.

Se buscarmos os percentuais de batizados sobre a população e os de óbitos sobre os batizados, encontramos:

Percentagem de batizados sobre a população		Percentagem de óbitos sobre batizados	
Livres	Escravos	Livres	Escravos
3,7	4,4	17,5	15,4

Fonte: Percentagens obtidas das informações constantes do L. 237, 46 a 47v. Docs. de 1/2/1855 e resumos constantes do apêndice do capítulo.

Como vemos, é excelente a condição de escravo, sob todos os aspectos.

O outro quadro a que nos referimos, tem sua origem no Relatório de 1/6/1871, do Presidente Manuel do Rego Barros Sousa Leão. É o de nº 2, e está em apêndice no fim do capítulo. Para sua obtenção, adotamos o mesmo critério que o adotado para a feitura do quadro anterior.

Vejamos os percentuais oferecidos:

Percentagem de batizados sobre a população		Percentagem de óbitos batizados	
Livres	Escravos	Livres	Escravos
4,2	3,6	22,5	17,7

Fonte: Percentagens obtidas das informações constantes no **Relatório** de 1/6/1871 de Manuel do Rego Barros Sousa Leão.

Digitalizado com CamScanner

Se quanto a batizados os percentuais oferecem 0,6 favoráveis à população livre, já em óbitos oferecem 4,8 a favor da população escrava, portanto, no conjunto, um índice de vitalidade superior a esse grupo social.

Os percentuais contraditam as deduções emanadas do movimento demográfico de Minas Gerais, bem como do juízo de todos os que estudaram o assunto. No Piauí, maior natalidade e menor mortalidade do escravo. Melhor índice de vitalidade.

Organizamos ainda um quadro de batizados e óbitos, referente a 1864 e 1865, com informações dispersas em diferentes maços de documentos.

Vejamo-lo:

	Batizados	Óbitos	Percentual
Livre	2.637	776	29,0
Escravo	372	75	20,0

O percentual dos óbitos sobre os batizados é de 29% para a população livre, e apenas 20% sobre a população escrava.[16]

Como explicar, então, o que parece um absurdo?

É que não tínhamos agricultura, e o feitor, principal instrumento da selvageria, a que se referem os observadores, foi coisa rara no Piauí. Fazia-se o roçado apenas para a subsistência da senzala e do senhor e seus familiares, porque não havia mercado onde vender o excedente. O negro ajudava o senhor ou o vaqueiro no costeio do gado quando nas vaquejadas, ou em busca das feiras; tratava das cavalgaduras, dos arreios, dos currais e cercados, chiqueirava as miunças, separava os bezerros das vacas, fazia a ordenha, cuidava das **bicheiras**, tudo sob as vistas do vaqueiro, ou mesmo do senhor.

O trabalho doméstico absorvia em grande parte a escravaria. Dessa forma era o escravo um apenso da família. Não tinha direitos, mas era quase sempre estimado. Sabia retribuir com lealdade o afeto do senhor. Dessa forma, o negro do Piauí tinha vida de folgazão, especialmente o das Fazendas nacionais, como veremos em pouco na anotação 18 deste capítulo.

Não era como os negros que, sob a vigilância dos feitores, mourejavam no eito dos algodoais ou dos canaviais. Destes, bem poucos poderiam ingressar na casa-grande do senhor.

Digitalizado com CamScanner

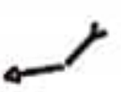
No Piauí o trabalho servil não era uma condição da economia. Os senhores não brutalizavam seus escravos ao peso de excessivo trabalho, e, se por vezes, por vingança ou baixos instintos descambavam na truculência, essa atitude não era da generalidade.

Em verdade, ao extinguir-se o tráfico, a população que mais sofria fome não era a dos escravos, mas a de mulatos e mamelucos livres, em grande parte, senão quase todos egressos de senzala, que tinham vida nômade, a perambular pelas fazendas, sem ter o que fazer. Já não constituíam clientela dos potentados que agora os acolhiam apenas como agregados, cuja função principal seria a de servir como marcos de domínio nas posses de terras ainda não demarcadas.

Como agregado, vivia de seu roçado que mal dava para comer. A fome aumentava na medida em que crescia a família, quase sempre numerosa. Esse elemento humano é que constituía o grosso da população piauiense, e também da de Minas Gerais, de todo o Brasil de então, e vivia marginalizada, sem haveres, sem direitos, numa nova modalidade de escravidão, largados à sorte incerta, sem um guia que lhe apontasse uma canaã.

Liberdade dessa natureza não pode ser amada. Esse elemento humano será sempre um rebelado, estará sempre pronto a insurgir-se contra os responsáveis pelo seu destino. E por que não?

Wener Keller nos mostra o êxodo dos filhos de Israel que, conduzidos por Moisés, fugiam dos rigores da servidão egípcia. Quando no deserto de Sin, a padecer fome e sede, estiveram prestes a rebelar-se contra o condutor, esqueceram-se dos rigores da servidão. Em suas lamentações diziam eles: "Oxalá que tivéssemos morrido pela mão de Jeová na terra do Egito, quando estávamos sentados junto às panelas de carne, quando comíamos pão a fartar!" E ainda: "Quem nos dará carne a comer? Lembramo-nos do peixe, que de graça comíamos no Egito, dos pepinos, dos melões, dos porros, das cebolas e dos alhos. Agora nossa alma está seca; nenhuma coisa há![17]



Se a Inglaterra, com sua interferência no comércio negreiro, nos levou a converter em realidade a abolição do tráfico, existente

Digitalizado com CamScanner

até então apenas na legislação, a guerra com o Paraguai nos conduziu com mais presteza à abolição da escravidão.

No curto período compreendido entre a guerra e a abolição do tráfico, pouco de notável ocorreu com referência ao elemento servil.

O que de mais importante vemos é o **Decreto** nº 3.310, de 24/9/64, expedido pelo piauiense, o Conselheiro Francisco José Furtado, então Ministro da Justiça e Presidente do Conselho de Ministros, concedendo emancipação a todos os **africanos livres** existentes no Império. Como já dissemos, chamavam-se **africanos livres** os negros que haviam entrado irregularmente no país por meio do contrabando e, apreendidos, eram dados então a serviços urbanos ou rurais, mediante certas condições, baseadas em direito. Embora tivessem um Curador especial para defendê-los em juízo, e a proteção dos juízes de Órfãos, pois como órfãos eram julgados, em pouco sua condição social era bem semelhante à do escravo.

A lei de Furtado não era senão um complemento do **Decreto** de 28/12/53 do Conselheiro Nabuco de Araújo. Foi uma deliberação de justiça porque em verdade aqueles **africanos livres** tinham vida de escravos. O Ministério recebeu aplausos dos que se interessavam pela solução do problema servil, e o Governo Inglês, já reatadas as relações diplomáticas com o Brasil, autorizou seu Ministro a manifestar ao Governo Brasileiro o prazer que causara ao da Grã-Bretanha o decreto promulgado. É nessa época que surge a segunda obra de Burlamaque, precedendo um pouco o decreto de Furtado.

Furtado, quando juiz de Direito no Pará, "manifestara-se abertamente favorável ao direito do escravo de libertar-se mesmo com oposição do senhor, uma vez que o indenizasse". Seu ponto de vista, embora equânime, não seria, entretanto, aceito. O Conselho de Estado baseado em razões de estado, opinava contra. Seria concessão de direito ao escravo, que não podia ter essa regalia que, se concedida, seria porta aberta à anarquia.[18]

Mais tarde, outro notável magistrado piauiense o Dr. José Manuel de Freitas, revelava suas convicções abolicionistas em "imortal sentença lavrada no júri do Recife, pela qual declarava implicitamente revogada pelo espírito da **Lei** de 28/9/71, a pena de açoites: o ato primeiro neste país, que partiu do poder judiciário contra a instituição negreira".[19]

Digitalizado com CamScanner

Um pouco antes, o Conselheiro Nabuco de Araújo, no Conselho de Estado, propusera a abolição do Art. 60 do **Código Criminal** que estabelecia a pena de açoite. Seu ponto de vista não foi aceito. Mas a Câmara Municipal de Teresina em 1867 prefere seguir o mesmo espírito de José Manuel de Freitas. Vejamos o que a respeito diz o Padre J. Chaves: "Os edis primaram na proteção aos pobres escravos. O artigo 80 (das **Posturas Municipais** de 1867) preceitua que qualquer pessoa que castigar seus escravos por meio de torturas, de qualquer natureza, além de ser denunciada pelo fiscal da Câmara às autoridades policiais, sofrerá a multa de 20$000 a 50$000, e dez dias de prisão nas reincidências. Os donos de escravos não poderão abandoná-los à caridade pública, quando doentes, inutilizados ou velhos, sob pena de multa de 30$000".[20]

Só mesmo com a deflagração da guerra do Paraguai é que o Governo Imperial volta suas vistas para a solução do problema escravo.

O Império equipava seu exército e o mandava para o Prata em campanha de libertação dos povos oprimidos. Na guerra contra Francisco Solano Lopes foi permitida a incorporação às forças brasileiras de escravos que eram para isso emancipados. No Piauí, fazendeiros libertaram escravos que junto aos das Fazendas Nacionais, eram incorporados às centenas aos batalhões de voluntários que seguiam para a invasão do Paraguai.

Em pouco, não só a imprensa paraguaia, como a de outros países, comentavam a ocorrência com mordacidade humilhante para o Brasil, especialmente para o exército. Associações Internacionais de origem filantrópica faziam apelos ao próprio Imperador em favor da população escrava.

Eram bem recentes os horrores da Guerra da Secessão, recurso extremo a que recorreram os Estados Unidos para pôr termo ao regime de trabalho servil que constituía a base da agricultura nos Estados do Sul. Precisávamos também fazer a reforma, escapando, contudo, a uma guerra civil, cujas conseqüências, como na América do Norte, poderiam provocar profundas dissensões no seio da nação. D. Pedro sempre fora partidário do trabalho livre. Já houvera dito: "É preciso preparar uma reforma com prudência". As divergências dos estadistas brasileiros referentes à emancipação dos escravos estavam apenas no processo de como realizá-la.

Digitalizado com CamScanner

Os estudos para a reforma foram feitos a partir de fins de 1865. Coube a Pimenta Buenos, mais tarde Marquês de S. Vicente, fazer os primeiros projetos de leis que foram, então, levados ao Conselho de Estado, para estudos. No campo político, estava, pois, iniciada a campanha abolicionista, que desde então, por todo o Brasil, foi a bandeira do partido liberal.

Coube, entretanto, aos conservadores executar as etapas mais importantes no processo abolicionista. Euzébio de Queiroz fez vitoriosa a **Lei** de 4/9/1850, Pimenta Buenos, Marquês de S. Vicente, elaborou os projetos de leis que serviriam de base para a **Lei do Ventre Livre** (28/9/71), apresentada e defendida por Rio Branco na mais longa, difícil e brilhante campanha parlamentar no Brasil, e ainda seria um gabinete conservador que tornaria vitoriosa a **Lei do Ventre Livre** que promulgaria.

O povo, especialmente a elite intelectual era antiescravagista. O que retinha a reforma era o temor do colapso da economia nacional, que repousava inteiramente no braço escravo. Os prudentes exigiam sensatez e precaução, e opinavam que a mudança fosse feita com vagar.

Os exaltados do partido liberal desejavam, entretanto, que fosse feita imediatamente. Já vimos a atuação de Furtado e Manuel José de Freitas, ambos pertencentes a esse grupo político.

Ainda em plena guerra do Paraguai, tem começo a ebulição do movimento antiescravagista.

E o Piauí foi uma das primeiras províncias que se deixou empolgar pelo movimento redentor. A **Lei Provincial** nº 629, de 18/8/68 dá poderes aos presidentes da Província para despender anualmente na alforria de crianças escravas, indenizadas na razão de 100$000 a 150$000, até 3:000$000, retirados do imposto de exportação de escravos. No decênio imediato, bem como nos primeiros anos do decênio de 1880, esse título era um dos mais importantes da lei orçamentária.

No ano imediato, pela **Lei** nº 657, de 4/12/1869, esse valor foi elevado para 10:000$000, sendo ainda mais tarde modificada a primitiva **Lei** pela Lei nº 777, de 28/11/1872.[21]

No dia 1/11/1870 (o Padre Chaves diz que a fundação foi a 4/11 com o nome de Sociedade Manumissora, por iniciativa de

Digitalizado com CamScanner

A. Coelho Rodrigues), funda-se em Teresina uma sociedade emancipadora, a cuja diretoria o Pres. Dr. Manuel José Espínola Júnior fez entregar, para devida aplicação, as verbas orçamentárias destinados à manumissão. Em relatório com que passou a presidência da Província a seu sucessor, diz Espínola: "Francamente abolicionista não duvidei fazer parte dessa sociedade, cuja instalação solenizada com a alforria de dez escravinhas marca nos fastos piauienses um dos seus mais notáveis dias.

"Fazendo, pois, votos pela sua prosperidade, tenho a mais viva satisfação em reconhecer que o desaparecimento da escravidão pela emancipação, geralmente aceito, não espera, senão a sanção dos poderes do Estado para ser uma realidade no país inteiro".[22]

Seu sucessor, o Presidente Sousa Leão, também abolicionista, chega a propor como recurso para a emancipação de escravos "um adicional de 3% sobre o produto líquido com que cada contribuinte houvesse de concorrer para os cofres públicos; sendo o produto arrecadado entregue à Sociedade Emancipadora [...]"

Na instalação da sociedade foi orador o Dr. Antônio Coelho Rodrigues, cujo discurso foi publicado no **O Piauí**, nº 148, de 9/11/1870.[23]

Posteriormente se tornou Coelho Rodrigues "jurisconsulto e parlamentar de idéias conservadoras, imbuído dos princípios do direito romano". Assim publicou em 1884 **Cartas de um lavrador**, em número de doze, dirigidas a S. M. o Imperador, as três primeiras no **Jornal do Comércio**, e as outras no **Jornal do Brasil**. No mesmo ano foram editadas em volume pela Moreira, Maximiano & C., Rio de Janeiro.

Nestas **Cartas**, no dizer de Oliveira Lima, **se apontam os perigos de uma política mais vistosa do que circunspecta, com bastante senso prático e não pouca acrimônia.**

Fiel a seus primitivos ideais, Coelho Rodrigues faz, entretanto, restrições ao processo por que era conduzida a propaganda abolicionista.[24]

Desde a **Lei** de 18/8/68, libertaram-se escravos no Piauí por iniciativa particular, ou dotações orçamentárias da Província, e também do fundo de participação, recurso provindo do Governo Central.

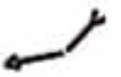
Em 28/9/871 foi promulgada a **Lei do Ventre Livre**. A Assembléia Legislativa da Província designou uma comissão, para

Digitalizado com CamScanner

no Rio de Janeiro, em nome do Piauí, apresentar congratulações ao Gabinete presidido por Rio Branco, pelo projeto da reforma do elemento servil, cuja vitória alcançada com a aprovação no Parlamento seria convertido na referida Lei.

E Pereira da Costa comenta: "A Província do Piauí, que deu sobejas provas do seu espírito abolicionista, porquanto foi uma das primeiras que em seu orçamento designou verbas para a libertação de escravos, corporação oriunda do voto popular, que se dirigiu ao governo congratulando-se por tão humanitário e patriótico projeto apresentado ao parlamento nacional.

"Em virtude da referida lei foram declarados libertos os escravos da nação, que pertenciam às fazendas nacionais do Piauí, com a condição de ficarem por cinco anos sob a inspeção do governo."[25]



Foi o Presidente Sousa Leão o executor dessa lei no Piauí. Quando ainda projeto, já conhecidos no Piauí seus objetivos, o Presidente apresentou planos para o aproveitamento dos escravos em colônias com finalidade agrícola e pastoril, como instituíam seus dispositivos. (Idem. L. 578. 50 a 51 e 55 a 57. Docs. de 3/10/71 e 18/10/71).

Promulgada a lei, e em obediência ao **Aviso** do Ministério da Fazenda, o Presidente solicita à Tesouraria da Fazenda a relação dos escravos pertencentes ao domínio do Estado a fim de passar cartas de liberdade, conforme o art. 1° das Instruções baixadas com o Dec. 4.815, de 11/11/71, para executar o artigo 6° da Lei 2.040, de 28/9/71.

No ofício em que responde o **Aviso** do Ministério da Fazenda, pronuncia-se contra a alienação das fazendas nacionais, e, como já vinha opinando, pede o aproveitamento dos libertos numa colônia que seria confiada a Francisco Parentes. (Idem. L. 579. 70. Doc. de 4/1/72).

Recebida a relação que solicitara à Tesouraria da Fazenda, assina as cartas de liberdade dos escravos das fazendas dos três departamentos que constituíam as fazendas nacionais, em número de 1.261 cartas, "sendo 357 do Departamento do Piauí, 363 do de Nazaré e 541 do de Canindé, cujo usufruto pertencia aos príncipes, conde e condessa d'Aquila.

Digitalizado com CamScanner

"O mesmo presidente fixou os salários a que tinham direito os libertos que quisessem continuar no serviço das fazendas nacionais, e nas dos condes d'Aquila, devendo começar o seu pagamento do dia primeiro de fevereiro por diante; e rubricou os livros necessários para o registro de nascimentos e óbitos de mulher escrava, ocorridos na data da Lei nº 2.040, de 28/9/71, a fim de serem convenientemente distribuídos pelos párocos das freguesias da Província". (Idem. L. 257. Doc. de 6/2/72).[26]

O número de escravos no Piauí progressivamente ia diminuindo. Informa o P. Joaquim Chaves que "entre os brancos senhores se introduziu o salutar costume de dar cartas de alforria por ocasão de batizados, casamentos e aniversários de filhos e pessoas queridas da família". E ao evocar os festejos pelo regresso dos heróis vindos do Paraguai, lembra o apelo que fizera ao povo o Dr. Deolindo Moura, na Igreja do Amparo, "para que, em memória dos feitos memoráveis de nossos soldados, liberte o maior número possível de escravos", donde serem alforriados vários no mesmo dia.[27]

Os das fazendas nacionais, como já vimos, desde o período colonial recebiam contínuas sangrias. Assim é que em 1842 foram mandados para a Corte 75 casais de escravos dessas fazendas, e, no momento mal se concluíra a remessa de 50 escravos para a fábrica de ferro de Ipanema, já se pedia o envio de mais 50 casais para o estabelecimento naval de Itapiru (São Paulo). Seriam empregados na abertura da estrada para a colônia de Avanhandava. (Idem. M. 616. Doc. de 15/12/67. L. 578. 56. Doc. de 18/10/71).

E para a guerra do Paraguai foram centenas não só das fazendas nacionais, como de particulares.

Em 1880 havia no Piauí 21.216 escravos. Do fundo de Emancipação coube à Província 69:784$530 para manumissão, e libertaram-se com esse recurso 144 escravos.[28]

O ano de 1883 foi no Piauí o mais movimentado pelo espírito da reforma servil. Fundou-se em Teresina a Libertadora Piauiense, cuja inauguração foi a 22/7 no paço municipal, em ato festivo, sob a presidência do P. Honório José Saraiva. Nesse mesmo dia, como parte da solenidade, libertaram-se vários escravos.[29]

Digitalizado com CamScanner

O Nordeste, açoitado pelas secas, e ameaçado pela reforma servil, temia a perda de seus escravos sem nenhuma indenização. Assim, temendo perdê-los sem reparações, dá início a venda de seus escravos, cujo comércio passa a enriquecer o orçamento das províncias. Houve, então, grande movimentação de escravos. Para avaliar, vejamos o que ocorreu no Piauí nesse ano de 1883.

A população escrava, segundo Pereira da Costa, que era de 24.391, foi aumentada para 27.641 com a entrada de 3.250. Fica, entretanto, reduzida a 17.058 pelo desfalque de 10.556 proveniente de 5.975 escravos que saíram da Província, 2.280 que morreram e 2.301 que foram manumitidos.[30]

Promulgaram-se duas resoluções que muito contribuíram para diminuir essa população: uma que tributava a entrada do escravo na Província com o pesadíssimo imposto de 1:000$000 por unidade, e outro que extinguia o imposto de sua exportação. Constituíra-se o escravo numa mercadoria indesejável.

Esse imposto de exportação sobre o escravo até bem pouco antes era um dos que mais enriqueciam o orçamento provincial. Sua extinção denota o sincero propósito de combater a escravidão, e demonstra que o escravo se tornara oneroso ao senhor, especialmente nas caatingas.

Estudantes piauienses da Faculdade de Direito do Recife fundam naquela cidade uma sociedade abolicionista, a Caixa Emancipadora Piauiense. Entre seus fundadores destacam-se Anísio Auto de Abreu, Álvaro de Sousa Mendes, Luís Evandro Teixeira, Francisco José Nogueira e Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima. Noticiando essa fundação, **A Época**, jornal teresinense, comenta: "Todos os dias os jornais anunciam manumissões, oriundas da iniciativa e liberalidade particular; na cidade de Parnaíba já se criaram duas sociedades libertadoras, e agora acaba-se de instalar uma nesta capital, onde o sentimento abolicionista se vai desenvolvendo com grande rapidez e pasmosa intensidade".[31]

E a campanha abolicionista alastra-se pelo interior. Barras funda também a sua Libertadora Barrense em 1/6/84. Foi solenizado o ato da instalação que se realizou no paço municipal com alforrias de 37 escravos gratuitamente concedidas pelos senhores, entre os quais estava o Dr. Estêvão Lopes Castelo Branco, presidente da Sociedade.

Digitalizado com CamScanner

Mais fez a vila de Jaicós, instalando em 23/6/84 a Libertadora Jaicoense que confere logo várias cartas de liberdade.

Pereira da Costa comenta: "O entusiasmo com que foi recebida a propaganda abolicionista na localidade e o trabalho a que se entregou a sociedade, conseguiram que apenas decorridos vinte dias de sua instalação, em 13 de julho, fosse declarada livre a vila de Jaicós, celebrando, então, a sociedade solene sessão para a entrega das respectivas cartas de liberdade, em número de 33. A vila de Jaicós, em tão memorável dia, esteve em festas, e regozijo geral reinou em todos os corações".[32]

Já circulavam então em Teresina dois jornais, a **Luz** de distribuição gratuita, e o **Abolicionista** que se batiam contra a escravidão.[33]

O ministério presidido por José Antônio Saraiva consegue a aprovação e promulgação da Lei nº 3.270, de 28/9/85 que declara livres os escravos maiores de sessenta anos. Em obediência a essa lei, libertaram-se logo no Piauí 186 escravos de 60 a 65 anos, dos quais 105 homens e 81 mulheres, e de mais de 65 anos, 204 foram libertados, 125 homens e 79 mulheres.[34]

Como explicar maior número do sexo masculino, entre os alforriados por essa lei?

Bem sabemos que das fazendas nacionais e de particulares foram milhares do sexo masculino enviados para as fazendas do sul e guerra do Paraguai. Se para o sul venderam-se escravos, quase sempre eram homens que se prestassem para o trabalho.

Podemos aceitar como causa do maior número de homens manumitidos pela Lei dos Sexagenários, a preferência que vinham dando os abolicionistas de alforriarem especialmente mulheres porque eram de mais baixo preço em virtude de seu trabalho ser de menor produtividade. Assim, as cartas de alforria eram quase sempre concedidas a mulheres, de menor capacidade de trabalho, e ainda cujos filhos já nasciam livres.

Em 1886, conforme o testemunho de um presidente de Província, não tinha o Piauí população escrava superior a 16.000 almas.[33]

Digitalizado com CamScanner

Infelizmente não distribui a autoridade, por município, essa população, o que nos seria interessante conhecer. Assim, apresentamos um quadro com essa distribuição, que encontramos em **Relatório** de 31/12/81, que está a nosso alcance, do Pres. Sínval Odorico de Moura. Vejamo-lo:

Municípios	Nº de escravos
Teresina	2704
Valença	1859
Picos	652
União	997
Jerumenha e Manga	1051
Campo Maior	619
Parnaguá, Sta. Filomena e Corrente	1065
S. Raimundo e S. João	1247
Piracuruca	376
Jaicós	2250
Barras	1765
Pedro II	660
Oeiras	1692
Amarante	1480
Batalha	368
Piripiri	203
Parnaíba e Amarração	821
Marvão	664
Bom Jesus	218
Total	**20.691**

À exceção de Teresina, Jaicós é o município que tem maior número de escravos, o único que ultrapassa a dois mil. É, entretanto, o primeiro que proclama a emancipação total de seus escravos. Como explicar? É que se acha nas caatingas, mais castigadas pelas secas.

Em 1886, o Pres. Menezes Prado disse em seu **Relatório** de 7/9/86, pouco antes da Lei Áurea: "O Piauí pouco terá a sofrer com a extinção da escravidão [...]" E logo em seguida, com referência à Província: "Poucos são os escravos empregados nas fazendas de criação, cujo serviço é em geral feito por homens livres [...], de sorte que a extinção da escravatura não a assusta, nem a aflige."

Digitalizado com CamScanner

Assim, festivamente foi recebida no Piauí a **Lei de 13 de Maio de 1888**, que passou a ser chamada **Lei Áurea**, em nossa história.

Houve festas ruidosas em Teresina, e por todo interior. Mais uma vez, num movimento cívico, confraternizam todos os piauienses, sem preconceitos que conduzam à discriminação de grupos étnicos ou sociais.

✓

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Tomo II. 1936, p. 16 a 17, em Nota 4. Vide também p. 31. POMBO, Rocha. **História do Brasil**, em 10 volumes 1ª Edição. Vol. IX. 353, em Notas.

[2] BOGDANOFF, A. – BODIN, Ch. **Princípios de Economia Política**. Edição Pavlov. México. p. 102. MENEZES, Djacir. Apud. em **Carta Mensal** n. 169.

[3] NUNES, Odilon. **Pesquisas**. Vol. II. p. 431 a 436.

[4] PINHEIRO, João. **Literatura Piauiense. Escorço Histórico**. p. 27. MALHEIRO, Perdigão. **A Escravidão Africana no Brasil**. 1964, p. 56. NABUCO, Joaquim. Obra cit. Vol. II. p. 22 a 23.

[5] JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução Política do Brasil e outros Estudos**. 2. ed. p. 83 a 91. José Honório Rodrigues nos apresenta outra manifestação muito interessante da cobiça inglesa. Ele nos diz que "não é somente pela concorrência da mão-de-obra barata, ou relativamente baixa, dos produtos brasileiros e cubanos, especialmente do açúcar em relação aos produtos das Índias Ocidentais Britânicas, que a Grã-Bretanha insiste na abolição do tráfico, mas também porque ela deseja, para ter as mãos livres na sua ação futura, romper os laços sólidos que a costa ocidental africana está tecendo com o Brasil, especialmente com a Bahia e com o Rio de Janeiro". E seus argumentos convencem. Vide **Brasil e África**. Vol. I. p. 131.

[6] HUGHES, Emmet John. **Ascensão e Decadência de Burguesia**. 1945. p. 223 a 227. RIVINGTON, S. Harcourt. **A Grande Ameaça**. 1945, p. 22; EFIMOF, N. **História Moderna**. 1960, p. 109. 120 a 121. 126. 182. HEILBRONER, Robert L. **O Futuro como História**. 1963, p. 29. MILLER, René Fulop. **Os Grandes Sonhos da Humanidade**. 1937, p. 255. 257. TOYNBEE, A. **Civilização posta à prova**. 1957, p. 74 a 75, quando se refere à Guerra do Ópio, diz: "Lembro-me perfeitamente, quando criança, de minha mãe me haver comunicado esse sentimento de vergonha – que espero ser redentor [...]"

[7] MALHEIRO, Perdigão. **A Escravidão Africana no Brasil**. Obelisco, 1964, p. 61.

[8] CHAGAS, Paulo Pinheiro. Teófilo Otôni. 1943, p. 350.

[9] NABUCO, Joaquim. Op. cit. Tomo I. p. 520 a 521. Vide Nota.

[10] PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu Tempo**. 1937, p. 224.

Digitalizado com CamScanner

[11] MALHEIRO, Perdigão. Op. cit. p. 61, 62.

[12] WEBER, Max. **História Geral de Economia**. 1968, p. 95. CHAMBERLAIN, John. **História do Crescimento da América**. 1965, p. 41. 156.

[13] PINHO, Wanderley. Op. cit. p. 224.

[14] MALHEIRO, Perdigão. Op. cit. p. 62. Vide Nota 201.

[15] VIANA, Oliveira. **O Povo Brasileiro e sua Evolução**. Publicação do Recenseamento de 1920. Vol. I. p. 339 a 340. **Populações Meridionais do Brasil**. 1933. 3. ed. p. 151, em Nota 124. RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África**. Vol. I. p. 105.

[16] As fontes que deram origem aos últimos percentuais se acham dispersas nos Maços 626. 3/1/1865; M. 628. Docs. 1/4, 1/7, 1/10, 2/1, 2/1/865; M. 633. Docs. 9/11, 1/1, 30/6/1864; M. 630. Docs. 2/1, 1/4, 2/7, 2/10/1865;. M. 229. Docs. 4/1, 3/4, 1/7, 1/10/1865, 4/10/1864; M.634. Docs. 9/1, 8/4, 2/7, 4/11, 9/1/1865; M. 936. Docs. 1/1, 4/7, 4/11, 2/1, 2/10, 1/4, 3/2, 3/4, 4/11/1865; M. 6/9. Doc. 4/7/865. M. 620. Docs. 3/10, 1/1, 15/5, 1/7/1865; M. 621. Docs. 4/1, 3/4, 6/7, 2/10, 20/1, 8/10/1865, etc.

[17] KELLER, Wener. **E a Bíblia Tinha Razã** [...] 8. ed. 1964, p. 106 a 107. Vide também **Bíblia Sagrada. Êxodo**. 16: 1 e 2 e Números 11: 1 a 6. Vide. **Pesquisas**. LLL. p. 20 a 24, e **O Piauí e seu Povoamento**, em **Econômica Piauiense**. Vol. IV. Nº 3. p. 187 a 189.

[18] NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 180 a 181. Convém aqui lembrar que Fernandes da Silveira que já conhecemos, aqui chegado logo após a Independência, declarara na Câmara dos Deputados em 1841, que nas Fazendas Nacionais do Piauí havia escravos que "possuem escravos, que possuem fazendas; que não se embaraçarão em dar 1:200$000 (um conto e duzentos mil réis) pela sua liberdade". Vide Tomo III dos **Anais** de 1841, p. 216. Sessão de 16/9/841.

[19] FREITAS, Clodoaldo. **Vultos Piauienses**. p. 53.

[20] NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 181 a 182. CHAVES, P. Op. cit. p. 42.

[21] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 322.

[22] CHAVES, Padre. Op. cit. p. 122 a 123. JÚNIOR, Manuel José Espínola. **Relatório** de 25/12/1870. p. 20.

[23] RODRIGUES, A. Coelho. Vide **O Piauí** nº 148, de 9/11/1870, onde está seu discurso. COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 327.

Digitalizado com CamScanner

[24] LIMA, Oliveira. **O Império Brasileiro.** 1822-1889. Edição de 1927, p. 119. Vide também **Cartas dum Lavrador**. 1884. Foram publicadas as três primeiras cartas no **Jornal do Comércio** e as nove últimas no **Jornal Brasil**, após foram publicadas em volume.

[25] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 329.

[26] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 331.

[27] CHAVES, Padre. Op. cit. p. 122.

[28] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 348.

[29] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 354 a 355.

[30] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 355 a 366.

[31] CHAVES, Padre. Op. cit. p. 123. COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 354, 356.

[32] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 356, 357.

[33] CHAVES, Padre. Op. cit. p. 223.

[34] COSTA, Pereira da. **Cronologia**. p. 362.

Digitalizado com CamScanner

QUADRO Nº 1

MAPA DA POPULAÇÃO, BATIZADOS E ÓBITOS DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ EM 1855

		POPULAÇÃO		BATIZADO		ÓBITO	
		Livre	Escravo	Livre	Escravo	Livre	Escravo
Teresina	N. S. do Amparo	11.202	1.920	529	53	92	5
Amarante	S. Gonçalo	9.698	1.400	457	43	73	5
Jerumenha	S. Antônio	12.474	980	290	32	36	6
Oeiras	N. S. da Vitória	5.865	869	293	100	124	25
Valença	N. S. do Ó	9.235	1.389	371	65	69	6
Parnaíba	N. S. das Graças	8.669	1.192	187	21	40	13
Piracuruca	N. S. do Carmo	4.314	265	90	42	46	22
Piracuruca	N. S. do Livramento	11.565	1.164	399	11	28	–
Parnaguá	Sr. Bom Jesus	3.982	286	109	10	9	1
Parnaguá	S. Bom Jesus Bonfim	6.604	648	407	34	45	6
Marvão	N. S. do Desterro	10.182	946	249	43	36	1
Campo Maior	S. Antônio	4.636	807	325	47	74	–
Barras	N. S. da Conceição	7.545	1.451	219	48	27	3
Jaicós	N. S. das Mercês	5.881	649	275	78	39	4
		111.852	**13.966**	**4.200**	**627**	**738**	**97**

Secretaria do Governo da Província do Piauí, 1º de fevereiro de 1855.

Baldoíno José Coelho
Secretário do Governo
(Vide L. 237. 46v a 47v,
Doc. de 1º/2/1855)

(Neste quadro, foram excluídas sete freguesias, cujas informações não eram completas).

Digitalizado com CamScanner

QUADRO N.º 2

MAPA DA POPULAÇÃO, BATIZADOS E ÓBITOS DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ EM 1871.

	POPULAÇÃO		BATIZADO		ÓBITO	
	Livre	Escravo	Livre	Escravo	Livre	Escravo
Batalha	2.993	502	137	20	30	5
Campo Maior	7.886	889	471	49	101	7
Independência	7.821	454	383	40	67	6
Jaicós	9.018	2.374	59	14	9	1
União	3.925	451	408	65	99	5
Barras	6.784	1.441	375	45	50	1
Príncipe Imperial	5.259	143	459	17	249	6
Valença	8.868	1.443	309	33	72	17
S. Gonçalo	9.322	1.338	661	64	106	16
Oeiras	8.671	1.233	234	45	32	5
Parnaguá	16.385	862	215	13	22	3
	86.912	**11.130**	**3.711**	**405**	**837**	**72**

(Resumo extraído do **Relatório** de 1/6/1871, de Manuel do Rego Barros Sousa Leão, em apêndice e constante nos Anexos D e E).

Digitalizado com CamScanner

8

Catequese e tentativas de colonização. Epideminas

As tentativas para fixação de núcleos populacionais em regiões de pequena densidade demográfica vêm desde o começo de nossa história, e sempre tiveram como propósitos interesses econômicos, especialmente o aumento da produção e a aquisição da mão-de-obra.

A infra-estrutura do Piauí não possibilitava a eclosão e o desenvolvimento de iniciativas dessa natureza.

As experiências iniciais foram os aldeamentos de indígenas, que já estudamos, e que tinham como finalidade primordial a catequese, que por sua vez era a adaptação do homem ao trabalho e ao convívio social, através do culto religioso. Essas experiências continuariam a ser feitas após a Independência.

Quando Frei Doroteu de Dronero e Frei Pedro Maria de Brá, em missão apostólica atraíram multidões às matrizes e capelas do Piauí, autoridades provinciais viram em suas pregações evangélicas possibilidades para reduzir à paz os indígenas vindos de Goiás e Maranhão, que por vezes levavam o desassossego a Gilbués e Parnaguá.

A ação dos missionários capuchinhos foi salutar, especialmente para os habitantes de Oeiras, Campo Maior e Piracuruca, a cujos templos comparecem milhares de fiéis.

Em Piracuruca, três a quatro mil pessoas afluíram à matriz e capelas filiais, e em Campo Maior seis mil almas repletaram seu

Digitalizado com CamScanner

templo, e tudo transcorreu **na mais humilde docilidade [...] e dissolveu-se sem a mais pequena desordem**. (Casa Anísio Brito. Arquivo. Província. L. 179. 31. Doc. de 27/6/44. M. 248. Doc. de 21/1/45. M. 251. Doc. de 16/10/45. L. 172. 36, 36v. 71v. Docs. de 14/2/45 e 10/11/45).

Como conseqüência vai promulgada a **Res. Prov.** nº 185, de 8/9/44 que autoriza o Presidente a solicitar do Governo Imperial missionários capuchinhos para se ocuparem na catequese dos índios e propagação da fé cristã.

Cabe a Góis e Vasconcelos tratar junto ao Ministro da Justiça do assunto já estudado nas administrações anteriores. (Idem. M. 249. Doc. de 30/8/45. L. 180. 28. Doc. de 21/7/45).

Posteriormente entra em entendimentos com o Ministério para a nomeação do Diretor Geral dos índios, quando é aproveitado para a função José Martins de Sousa, substituido mais tarde por José da Cunha Lustosa, que já conhecemos em seus contatos com os indígenas. Ainda uma vez reitera Góis o pedido para a vinda dos missionários. (Idem. L. 186. 70. 70v. 71. Docs. de 30/4/46 e L. 194. 71v. Doc. de 23/3/47).

O Ministério pede a remessa de índios de 12 a 18 anos para servirem na marinha, o que deveria ser feito por **meios brandos e conciliatórios**, dizia o **Aviso** ministerial. (Idem. M. 249. Doc. de 3/11/45).

E faz também advertência a respeito de boatos que propalam a condição de cativeiro a que fora reduzido o íncola que presta serviço nas fazendas, e por vezes não recebe mesmo salário pelo seu trabalho, o que daria motivos a medidas da Presidência junto do chefe de Polícia, para averiguação. (Idem. M. 249. Doc. de 2/9/45 e 1. 172. 75v. Doc. de 20/11/1845).

Enquanto isso, os indígenas continuavam em suas andanças pelo sul da Província, a promover atritos, dando origem a providências de ordem policial das autoridades locais e também do próprio presidente da Província. O destacamento de Parnaguá foi reforçado com instruções para que "na repulsa dos indígenas se não use de violência, senão quando for necessária para defesa do povo civilizado e cristão: todo excesso nessa defesa é um crime sem desculpa", acrescenta o documento. (Idem. 198. 19. Doc. de 30/5/46).[1]

Enviam-se também numerário "e trinta granadeiras e dois mil cartuchos para serem distribuídos pelos habitantes do município

Digitalizado com CamScanner

que forem empregados na repulsa dos selvagens". E Góis e Vasconcelos oficia a José da Cunha Lustosa, então juiz de direito interino de Parnaguá, em resposta à consulta que fora feita anteriormente: "Devo esclarecer que o Governo da Província não proíbe que a força empregada em defender o povo civilizado desse município, ataque os índios bárbaros, só o que recomenda é que esse ataque e em todas as operações contra os selvagens se contenha quanto for possível nos limites que a razão e a prudência prescrevem". (Idem. L. 183. 124. 125. Doc. de 21/8/46).

Mais tarde reitera ainda Perete ao Delegado de Parnaguá: "[...] julgo conveniente e lhe tenho por muito recomendado que não consinta procedimento algum desumano para com os indígenas." (Ldem. L. 200. 48v. Doc. de 18/7/48).

Como resultado dos contínuos choques com os selvagens, estes em 12/6/47 atacam a fazenda Aldeia, de propriedade do Ten. Zeferino Vieira Soares, incendeiam casas, assassinam quatro mulheres e raptam seis pessoas. Perseguidos pelo proprietário, após seis dias de marcha, treze são apreendidos, e recuperados os raptados, à exceção de duas crianças que já haviam sido assassinadas, conforme informação do mesmo proprietário. Os apreendidos são enviados a Oeiras. (Idem. L. 198. 48. 52 a 52v. Docs. de 7/7/47 e 4/8/47. L. 183. 162v. 169. 174. Docs. de 4/8, 4/10 e 19/11/47. L. 180. 112. 113. Doc. de 14/8/1847).

Por essa época, Frei João do Lado de Cristo Pinheiro, vindo do Ceará, onde alcançara brilhantes triunfos, entrara no Piauí em missão evangélica. Doutrinou com proveito em Oeiras, e pretendia prosseguir em ação missionária pelo interior. Faz requerimento de permissão ao Bispo do Maranhão, a quem estavam então sujeitas as freguesias do Piauí, e o Presidente da Província encaminha a petição com empenho, para despacho favorável. Perete recomenda ainda o apóstolo às autoridades provinciais. (Idem. L. 184. 93. Doc. de 10/11/47, L. 200. 27. 27v. Doc. de 10/12/47).

Rechaçados já estavam os selvagens e, então, as autoridades cogitam fundar missão em local mais próximo do Tocantins, confiada aos capuchinhos que haviam solicitado ao Governo Geral. Para isso, aguardavam apenas a chegada dos missionários, aos quais já haviam remetido numerário para o transporte. (Idem. L. 183. 192v. 197 e 203. Docs. de 19/6, 19/7 e 29/7/48. L. 186. 146. Doc. de 20/2/48. L. 197. 52. Doc. de 31/1/48.

Digitalizado com CamScanner

Contudo, Frei João já entrava nas cogitações das autoridades para seu possível aproveitamento. José Martins de Sousa, Diretor dos índios, do sul da Província já se pronunciara a seu favor. Perete, entretanto, prefere os capuchinhos que em pouco deveriam chegar a Oeiras. (Idem L. 201. 24: 24v. Doc. de 14/8/48. L. 186. 170 a 172 e 196. Docs. de 18/8/48 e 27/9/48).

O Governo Imperial atendeu à solicitação da Presidência da Província e mandou catequistas para a missão junto aos índios do Tocantins, e para isso, como dissemos, foram tomadas providências no sentido de fornecer recursos para a viagem. (Idem. L. 197. 52. Doc. de 31/1/1848. L. 186. 146. Doc. de 20/2/1848).

Acontece, porém, que a princípio veio apenas Frei Apolônio de Molineto, que chegou a Oeiras no dia 8 de agosto de 1848. O Presidente da Província pede, então, com insistência, a vinda do outro capuchinho, como anteriormente fora solicitado, e conforme mandava a Resolução nº 185, de 6/9/44, e mesmo em virtude da impossibilidade que havia de um único missionário desincumbir-se de encargo tão importante quão melindroso. (Idem. L. 186. 170. 172. Docs. de 18/8/1848 e 199 a 200. Doc. de 2/10/1848).

Frei Apolônio não trouxera certas faculdades que se tornavam necessárias ao desempenho da missão, como crismar, administrar o sacramento do batismo, e matrimônio, dispensar no quarto grau de parentesco, o que se fazia necessário em face da pobreza da população, e o que não conseguira obter do Revmo. Bispo do Maranhão ao passar por S. Luís, visto o prelado estar ausente da Capital. De Oeiras solicitara essas faculdades ao Bispo do Maranhão, e seu pedido foi acompanhado de ofício do Presidente da Província, com empenho de obter a concessão das prerrogativas precisas ao apostolado dos capuchinhos. (Idem. L. 184. 112v. Doc. de 28/8/1848).

Foi deferido o pedido de Frei Apolônio que teria em seguida a cooperação de Frei Lourenço de Monte Leoni. Ambos, como Frei Doroteu, missionaram com aplausos do povo que afluiu às igrejas. (Idem. L. 184. 132 a 132v. Doc. de 29/3/1849).

Após doutrinarem Oeiras, seguem para outras sedes municipais. Sua ação refletiu-se especialmente no norte da Província.

Digitalizado com CamScanner

(Idem. L. 217. 14v. Doc. de 16/10/1850. L. 201. 78v. Doc. de 4/2/1850. L. 219. 5. Doc. de 25/11/1850. L. 223. 14. Doc. de 5/9/50. L. 203. 37v. Doc. de 22/11/1850).

Convém notar que a justiça social tão bem focalizada e defendida pelos primeiros padres que pisaram a terra piauiense, já não constituía, e desde muito, para seus sucessores, objeto de doutrinação, que se restringia, então, a simples difusão do catecismo cristão. O retorno àquele tema dos primeiros dias só se manifestaria na segunda metade do século XX.

Saraiva reitera com insistência o pedido para que Apolônio e Leoni seguissem para Parnaguá a fim de dirigir o aldeamento. Foram, entretanto, para o Ceará. (Idem. L. 217. 41v. 42. Doc. de 8/5/1851, 61v. Doc. de 17/11/1851).

Em verdade, para isso veio ordem do Ministério. Podemos crer, entretanto, que também para isso haja contribuído, sobretudo, como causas anteriores, uma série de fatos: José Martins havia comunicado que preferia padres brasileiros que tivessem dicção mais explícita, não prejudicada pelo **sotaque** estrangeiro; o P. João de Sousa Martins entrara em atritos com os missionários por motivos das prerrogativas que lhe foram conferidas; e, sobretudo, como causa principal, a ausência dos indígenas que desde muito deixaram de penetrar no Piauí.

De Parnaíba, em 14/2/52 agradecem a Saraiva as atenções dispensadas, e partem para o Ceará. (Idem. M. 300. Doc. de 1412/1852).

Por essa ocasião, já os indígenas haviam regressado ao Piauí, e perpetravam distúrbios.

Conforme as primeiras notícias, cerca de 100 índios vindos de Pernambuco penetravam também na Província, pela bacia do Canindé, ou melhor, pelo vale do Piauí. Eram de Pajeú (Pernambuco) e nutriam boas relações com os fazendeiros.

Saraiva providencia junto ao Inspetor das fazendas do Departamento do Piauí para que sejam amparados, tratados bem, dando-lhes matalotagem quando fosse a caça insuficiente para sua alimentação. E se possível que os conduzisse a Oeiras ou fizesse virem os chefes à Capital, para entendimentos com o Governo. (Idem. L. 203. 45. 45v. Doc. de 21/7/1851. L. 217. 45. Doc. de 20/5/1851).

Digitalizado com CamScanner

Participa a ocorrência a Euzébio de Queiroz, então ministro da justiça, e também ao Ministro do Império. Presume que se tenham envolvido em desordens naquela Província, mas acrescenta que já se mostram cordatos e pacíficos no Piauí. Pelo número, predominam mulheres e crianças. Já fala em estabelecê-los sob a vigilância do Governo. (Idem. L. 223. 71v. Doc. de 29/7/1851).

Autoriza o Ten. Henrique a entender-se com o Cap. Custódio Luís Pinto Correia, para localização do aldeamento que deveria acolher os índios que estavam na Fazenda Saco, e dirigi-los no levantamento das cabanas, na escolha das terras para roças, na aquisição de ferros para o trabalho e em tudo que fosse preciso. Pedia relação das famílias, de todos os indivíduos, quais os hábitos de trabalhos, e os chefes de mais ascendência para direção, ou se melhor seria a indicação de pessoa estranha. (Idem. L. 203. 51. Doc. de 8/9/1851).

As palhoças do aldeamento foram levantadas em Nazaré, onde tratam logo de escolher os terrenos onde deveriam ser feitas as roças. No decorrer do mês de dezembro tomaram-se essas providências. Mas dentro em pouco, os aldeados foram acometidos de paludismo, gripe, desarranjos intestinais. Um dos chefes morre aos primeiros dias de janeiro.

O médico Dr. Sérvio Ferreira recebe ordens de visitar o acampamento, que se convertera em hospital, e o clínico, após a visita, aconselha a mudança para local salubre, e dá início ao tratamento dos doentes e às medidas sanitárias, com a cooperação de Fernando da Costa Freire, Inspetor da Fazenda. (Idem. L. 217. 63. Doc. de 12/12/51. M. 343. Doc. de 20/1, 20/1 e 5/1/1852).

Com os últimos dias de janeiro debandam os índios. E ainda mais, muitos levaram armas. Custódio, com 40 praças e um oficial segue no encalço dos fugitivos, com ordem da Presidência de convencê-los a voltar por meios pacíficos e persuasivos, e se inúteis as sugestões, surpreendê-los e apoderar-se de suas pessoas, sem, entretanto, um conflito desagradável. Se de todo não atendessem, deveria participar e não perdê-los de vista. O objetivo era trazê-los a Oeiras, **para um destino mais acertado**, dizia Saraiva.

Na fazenda Salinas são surpreendidos pelos expedicionários, e 54 são apreendidos. O resto escapou, embrenhando-se nas caatingas. (Idem. L. 203. 49. 49v. Docs. de 3/1 e 26/1/52. M. 345. Doc. de 25/1/1852).

Digitalizado com CamScanner

Os apreendidos são levados a Oeiras pelo Ten. Henrique Monteiro. Sete índios jovens e robustos, falando pouco a língua portuguesa, foram enviados para a marinha, enquanto mulheres e crianças foram distribuídas entre as famílias piauienses, sob condições exaradas em contrato, de lhes serem ministradas educação e subsistência.

Como vimos, esses índios entraram pelo vale do Piauí. A princípio estiveram em Saco, em seguida em Nazaré, e também em Cataréns. (Idem. L. 177. 28. 28v. Doc. de 2/3/1852. M. 352. Docs. 16/4, 20/4/52. M. 343. Doc. de 3/8/1852.[2]

No ano imediato há outro alarma provocado por nova invasão. Índios armados aboletam-se no riacho Tacutiara, entre as fazendas Umbuzeiro e Milhã, em S. Raimundo Nonato. Bem armados, passam a comer gados. Depredam a fazenda S. Julião e entram em atrito com a população. Dentro em pouco, sem repressão, espontaneamente se afastam. (Idem. M. 359. Doc. de 10/5/1853. M. 368; Doc. de 16/5/1853).

Sob esse aspecto atravessaria o Piauí uma fase de tranqüilidade. Parece que muito contribuiu para intimidar os índios do Tocantins o interesse que o Pres. Antônio Francisco tomou por S. Filomena. A fim de defendê-la das incursões dos **Guajajaras**, colocou na povoação um destacamento de 10 praças. Ausentaram-se, então, os indígenas.[3]

E pouco depois, Junqueira fala no estabelecimento naquela região de ricas e férteis matas, duma colônia que poderia nuclear população dispersa e chamar ao trabalho os índios que por vezes a infestavam. Conforme a conveniência, o estabelecimento poderia ser confiado a missionários ou mesmo a militares. (Idem. 248. 38. Doc. de 27/11/1857).

Junqueira, que se manifesta favorável ao estabelecimento da colônia constituída por indígenas e habitantes dispersos da região, posteriormente se alongaria a respeito do assunto, quando se dirige a Olinda, Ministro do Império e presidente do ministério, sobre o objetivo que então atraía a atenção nacional.

Na **Fala do Trono**, de 3/5/1858, e na de 10/5/59, S. Majestade, o Imperador, reclamava providências para favorecer a

Digitalizado com CamScanner

colonização e atrair colonos úteis e industriosos. Seria o caminho para atenuar o impacto econômico provocado pela abolição prestes a consumar-se.[4]

Pronunciara-se o Presidente Junqueira contra a imigração de chineses que estava então nas cogitações dos estadistas brasileiros, porque julgava essa raça **uma raça fanática, sem energia física, nem moral, eternamente estacionária e inimiga da civilização européia**. Quanto ao europeu, em razão do clima, opina que só seus descendentes, já nascidos no sul do país, poderiam ser recebidos como colonos no Piauí. (Idem. L. 248. 75.Doc. de 17/12/1858).

Como vemos, Junqueira deixou-se arrastar por equívocos, dos quais alguns são logo rebatidos por Antônio Correia do Couto, que o substituíra pouco depois na presidência da Província, em ofício que dirige ao Ministro do Império, a respeito do problema: "Não sirva de embaraço a V. Exa, a falsa notícia de que o Piauí é excessivamente cálido e que conseqüentemente é impróprio para colonização; essa notícia, Exm.° Sr., é exagerada, o calor é suportável, as noites são belas e saudáveis [...]"

Confronta Teresina com o Rio de Janeiro que diz ser, então, o foco do desenvolvimento de todas as epidemias, e era, entretanto muito povoado de estrangeiros. Informa que a uma légua de Teresina há **terreno fértil e sadio**, e que pretende fundar um núcleo colonial baseado na pequena propriedade. Terá mercado próximo, e acrescenta que o núcleo poderia servir "de escola normal em que os nossos pequenos agricultores possam aprender, e melhorar o seu sistema rotineiro de plantação e criação [...]". Se aprovado seu plano, acrescenta que sejam enviados colonos para Parnaíba. Cogita também das verbas necessárias para o empreendimento. Informa ainda que a Província, em relação às outras, está em grande atraso. E culpa, como Saraiva o faz algumas vezes, o Visconde da Parnaíba, que continuaria por longo tempo a ser apontado como instrumento e causa de muitas mazelas do Piauí, que ele tanto nobilitou. (Idem. L. 248. 80v a 81v. Doc. de 21/2/1859).[5]

Em pouco, acossada pela seca, uma multidão de flagelados invadiu a bacia do Gurguéia.

O Pres. Diogo Velho estava então a dirigir os destinos do Piauí. É um dos que estuda com firme objetividade as condições econômicas da Província, e apresenta sugestões interessantes para o melhoramento de nossa pecuária e agricultura.

Digitalizado com CamScanner

Conhecendo o flagelo das secas e a vida errante dos nordestinos desgarrados da terra que tanto amavam, e a que não tinham direito, sugere a necessidade de "reunir a população dispersa, quase nômade, em centros determinados, obrigá-los pelos meios legais e persuasivos a entregar-se a ocupações lícitas, especialmente à cultura da terra, fundar para esse fim estabelecimentos prósperos sob a proteção das autoridades [...]"

Foi assim que surgiu o Estabelecimento Agrícola de São Diogo, em Bom Jesus, naquela região do Sul.[6]

O Piauí sempre teve maior queda pluviométrica que o Nordeste propriamente. Especialmente as chapadas e matas em que por vezes as chuvas, mesmo nas épocas de calamidade climática, sucedem-se de modo a salvar as pastagens, às vezes mesmo proporcionando colheitas compensadoras.

Nova seca atinge a Bahia no ano imediato. A seca estendeu-se por todo o Nordeste, e foi acompanhada pela febre-amarela que invade o Piauí. Penetrou por Parnaíba. Só em Teresina, mais de seis mil são atacados. Vem até Amarante, onde também faz inúmeras vítimas. E o cólera-morbos avança pelo interior do Ceará, entra no Piauí pela bacia do Poti e grassa em Crateús e Indedependência. (Idem. L. 248. 185. Doc. de 7/12/1861. 187. Doc. de 13/1/1862. 187v. Doc. de 17/1/1862. 188v. Docs. de 23/1/1862. 28/1/1862. 190. Doc. de 17/2/1862. 192. Doc. de 15/3/1862. L. 281. 70v. Docs. de 28/1/1862. 30/1/1862. 1/2/1862. 72 a 72v. Doc. de 17/2/1862).[7]

Desde fins de 1861 a fins de 1863, a febre-amarela e o cólera-morbos dizimaram a população piauiense, declinando por vezes, para recrudescer em seguida. Maiores tributos pagariam as províncias limítrofes que constituíam o Nordeste.

As autoridades tomam providência para debelar a nova crise que deflgrava. Fazem a remessa de medicamentos e numerário para as vilas e cidades atingidas ou ameaçadas pelo surto epidêmico, autorizam que se contratem pessoas que possam prestar serviços assistenciais, que se obtenham casas para acolher os doentes, e se escolham locais apropriados para cemitérios, "fazendo observar o asseio da cidade e seus subúrbios e mandando acender

Digitalizado com CamScanner

fogueiras nas principais partes dela." A circular expedida para as sedes municipais dizia ainda: "Devem V. Mcês. animar a população, acabando com os prejuízos que muitas vezes nutre; e aconselhar a queima dos campos antes do (tempo em) que era costume, porque isso servirá para purificar o ar, e mandar fazer publicar até por editais [...] todas as instruções e receituários [...]" Expediam, então, para o interior receituários manuscritos e publicados pela imprensa. (Idem. L. 281. 90 a 94v. Vide também 84 a 86v. L. 248. 195 a 196. Doc. de 18/6/1862. 197. Doc. de 27/6/1862. 197v. a 198. Doc. de 25/7/1862).

No segundo semestre de 1862, o cólera, precedido um pouco pela febre-amarela, entra em declínio, desaparece mesmo, para reaparecer ainda, fazer vítimas, e enfim extinguir-se (Idem. L. 281. 97. Doc. de 28/6/1862. 98v. Doc. de 2/7/1862. 106v. a 107. Doc. de 19/7/1862. 107 a 107v. Doc. de 19/7/1862. L. 248. 197. Doc. de 27/6/1862. 197v. a 198. Doc. de 25/7/1862. 200v. Doc. de 3/9/1862).

Em 1863 há novo surto de epidemias em Príncipe Imperial e União, e tributos de novas vítimas. (Idem L. 248. 211. Doc. de 29/1/1863. L. 281. 139 a 139v. Docs. de 30/4/1863. 1/5/1863. L. 248. 217 a 218. Doc. de 27/4/1863. 218v. Doc. de 8/5/1863. 221. Doc. de 17/6/1863. L. 272. 197. Doc. de 8/5/1863).

Leão Veloso, em ofício ao Ministro do Império, faz relatório sobre a epidemia do cólera, no período de 1862 a 1863. (Idem. L. 248. 229. a 230v Doc. de 15/9/1863).

A varíola que vez por outra se manifestava pelo verão em casos isolados, no verão de 1867 toma o caráter epidêmico em Teresina, Parnaíba, Amarante, e ao longo do rio, atingindo outras regiões da Província. (Idem. L. 248. 264v. Doc. de 21/10/1865. L. 322. s/n. Doc. de 5/3/1867).

A febre-amarela e o cólera-morbos, que continuariam a fazer vítimas no Ceará, assustam novamente as autoridades piauienses que tomam medidas de precaução. Há contudo, casos isolados do cólera, e a varíola faz milhares de óbitos no Piauí. (Idem. L. 320. 13v. a 14v. e páginas seguintes. M. 643. Doc. de 1/6/1866. Vejam-se outros documentos desse maço e do M. 620. Doc. de 22/8/1865).

Na difusão da varíola muito contribuiu o emprego da vacina preparada sem a técnica devida, pois em vez de imunizar, contagiava

Digitalizado com CamScanner

os vacinados, propagando pelo interior, dessa forma, a epidemia. O vacinador de Parnaíba dá o alarma e também o Dr. Sérvio Ferreira, de Oeiras, foi o primeiro a denunciar a ocorrência. Enquanto isso, por vezes era completamente inócua a vacina que não provocava reação de natureza alguma e não tinha ação imunizadora. Esses fatos foram também testemunhados noutras províncias.

Abílio César Borges, posteriormente Barão de Macaúbas, generoso educador e benemérito brasileiro, querendo amenizar o sofrimento do povo baiano dizimado pela varíola, convertera-se em propagador da epidemia, intentando imunizar a população com vacina mal manipulada. (Idem. L. 320. 6v. a 7. Doc. de 22/3/1866).[8]

Dez anos após, nova irrupção da varíola. No verão de 1875 manifestam-se os primeiros casos. Em setembro de 1875, Teresina tinha sido atingida pelo mal. Três meses após, os mortos já se elevavam a mais de 500. Em pouco, Campo Maior, Amarante, Regeneração, S. Raimundo, S. João, Pedro II e muitos outros pontos da Província foram angustiados pela tormenta. (Idem. L. 573. 43. Doc. de 13/9/1875. 109 a 110. Doc. de 27/10/1875. 113. 113v. Doc. de 17/11/1875. 124. Doc. de 19/2/1876).

O Piauí deu provas de estoicismo. O sofrimento do povo inspirou solidariedade a todos. E todos trabalharam para amenizar dentro das possibilidades da época o tormentoso momento que passava. Ao Ministro do Império participa o Presidente da Província: "Não devo concluir sem declarar a V. Exa. que os vigários das duas freguesias desta capital ajudados do prestante capuchinho Frei Serafim de Catânia cumprem o seu dever acudindo a todos os momentos os enfermos que reclamam a presença deles." (Idem. L. 573. 113 a 113v. Doc. de 10/12/1875).

Luna Freire em seu **Relatório** de 9/9/1867 nos informa que as duas colônias fundadas no Gurguéia fracassaram e foram extintas por ato oficial, isto é, pelo **Aviso** de 15/10/1862 e **Aviso** de 21/12/1861.

Contudo a idéia voltaria à tona administrativa, especialmente como recurso para a industrialização de produtos pecuários, e posteriorrnente como recurso para acolher libertos.

Digitalizado com CamScanner

Nesse mesmo **Relatório**, Luna Freire reitera o pedido de Junqueira, feito em **Relatório** de 1/7/1858, para criação de uma fazenda modelo em uma das fazendas nacionais, e também como José Fernandes Moreira pediria a vinda de colonos europeus, para o fabrico de queijos, manteiga, etc.[9]

Foi ainda Luna Freire que trataria da fixação de emigrantes norte-americanos na bacia do Parnaíba.

Os confederados, após a Guerra da Secessão, para fugir ao convívio da liberdade que desfrutavam os antigos escravos, esperavam encontrar no Brasil sua Canaã. Não foram poucos os norte-americanos que emigraram então para S. Paulo, Espírito Santo, até mesmo para a região do Norte, para a bacia do Amazonas.

O Piauí também entrou nas cogitações para receber uma leva de colonos. Estava em New York Quintino de Sousa Bocaiúva, encarregado de promover nos Estados Unidos a emigração para o Império. Coube a Luna Freire, com quem mantivera correspondência, estudar o problema com referência ao Piauí. Para isso, nomeou o Presidente uma comissão, da qual recebeu um **Relatório** que opinava quais os colonos que nos seriam convenientes, conforme suas especialidades, e as possibilidades que oferecia a terra piauiense.

Dizia o Relatório que "de entre as profissões, a que de preferência deve ser escolhida para a colonização desta província, vem a ser a agrícola.

"O emigrante da Virgínia ou do Kentucky por exemplo, acharia nas vazantes do rio Parnaíba terrenos aonde cultivar com vantagem o famoso tabaco que cultivava em seu país; o da Geórgia encontraria terrenos, em toda parte, apropriados para a plantação do algodão, que seria talvez tão bom como o **sea-Island** se fosse v. g. cultivado nalgumas das numerosas ilhas que jazem na embocadura do Parnaíba, sobretudo na ilha grande do Paulino (administrativamente pertencente à Província do Maranhão) que nos informam ter excelentes terras para esse gênero de cultura, e nos afirma um honrado negociante desta cidade ter visto um pouco de algodão daquela ilha cujas fibras eram longas e muito macias.

"Depois dos agricultores, a classe que devemos preferir é a dos criadores, que a Luisiânia nos poderia fornecer; do mesmo modo que nos poderia dar também cultivadores de algodão, arroz e cana-de-açúcar.

Digitalizado com CamScanner

"Parece-nos que nas vizinhanças desta cidade, aonde há excelentes matas e boas pastagens, se poderia fundar uma colônia que fosse agrícola ou criadora, comprando-se terras particulares – meia légua quadrada, por exemplo (9 km quadrados) por 750$000 para vender-se depois aos colonos, cada lote de dois hectares por um dólar".[10]

A comissão cria em nosso destino. Era até otimista e mostrava as possibilidades reais e promissoras da terra carecente de trabalho.

Luna Freire oficia, então, a Bocaiúva, juntando cópias das informações colhidas, apresentando as condições da província, acrescentando ainda que, para transporte dos emigrantes, dispunha dos vapores da Companhia de Navegação, até Manga, 60 léguas acima da capital, e daí para outros pontos havia o recurso de barcos empregados na comunicação ordinária dos moradores ribeirinhos.

O Governo providencia o preparo de alojamentos provisórios em cabanas. (Idem. L. 309. s/n. Doc. de 26/4/1867).[11]

Cousa alguma caberia ao Piauí desse tentâmen. E dos três mil norte-americanos que se fixaram no Brasil, pouco sabemos. Não deixaram traços profundos.

De iniciativa norte-americana, alguns anos depois houve investigações que pouco elucidaram a respeito do que fizeram os descendentes dos audazes teutões e anglo-saxões que viveram façanhas heróicas na conquista da América Setentrional.

Há, entretanto, quem lhes atribua influências nos processos de agricultura do Brasil de então. Orientaram os fazendeiros paulistas no emprego, de modo mais apropriado, do arado, cultivador, grades, rodos. Mas dum modo geral diluiram-se muitos no amálgama étnico do Brasil, sem deixar, entretanto, vestígios notórios de aspecto econômico ou cultural. Outros regressariam mais tarde à América do Norte. (Idem. L. 309. s/n. Doc. de 26/4/1867).[12]

Três anos após os projetos de Luna Freire, o Pres. Manuel José Espínola Júnior retorna à idéia de seus antecessores.

Era, então, ministro da agricultura Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, o fundador de S. Diogo, em Bom Jesus, e a quem se dirige pedindo recursos para a fundação de duas colônias às

Digitalizado com CamScanner

margens do Parnaíba e Uruçuí, a fim de aumentar a produção e acolher os emigrantes. E em **Relatórios** à Assembléia Legislativa trata do mesmo assunto. (Idem. L. 578. 3. Doc. de 25/6/1870).[13]

Cabe a Sousa Leão substituto de Espínola, secundar o seu pedido, reiterando-o a Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, então Ministro da Agricultura, em ofício de 18/4/1871. Expõe o que já se fizera para a fundação de uma ou duas colônias agrícolas nas férteis terras às margens dos rios Parnaíba e Uruçuí, com o duplo fim de incrementar a produção agrícola e proteger as correntes de emigração nos períodos das grandes secas que repetidas vezes assolam os sertões das províncias vizinhas. Acrescenta ainda que fora encarregado o Eng. Dodt de dar sobre as terras aludidas minuciosa informação de sua topografia, fertilidade, propriedades e facilidades de comunicações com a Capital.

Dodt apresentou relatório em 17/11/1870, com os esclarecimentos precisos. Todavia não pôde ser iniciada a empresa, pois a Província, pela Resolução nº 710, de 27/8/1870, dera apenas 15:000$000, o que não era suficiente. Pede, então, o Presidente, ao Ministro da Agricultura auxílio dos cofres gerais para reforçar os escassos recursos da Província, e poder dar começo à fundação colonial que poderia servir também **de escola-modelo de trabalho livre, ainda embrionário e quase desconhecido de seus habitantes.** (Idem. L. 578. 33. 33v. Doc. de 1814/1871.)[14]

O Ministro da Agricultura responde em ofício de 26/8/1871, pedindo mais informações, e Sousa Leão remete, então, cópia do **Relatório** do Eng. Dodt que dá preferência às margens do Riachão para a fundação da colônia, em local situado a quatro léguas do Parnaíba.

É quando chega ao Piauí Francisco Parentes, formado em Paris em Agricultura, e apresenta ao Governo provincial a idéia que desperta interesse a Sousa Leão, da fundação duma "colônia em alguma das fazendas nacionais com os respectivos escravos, os quais, quando se der a hipótese de ser lei do país a reforma do elemento servil, são obrigados a ocuparem-se nos serviços que pelo Governo Imperial forem designados."

Anuncia, então, a ida de Parentes à Corte, a fim de entender-se pessoalmente com o Ministro do Império, e em seguida buscar oportunidades de estudar as colônias que então se fundavam no Sul. (Idem. L. 578. 50 a 51. Doc. de 3/10/1871)[15]

Digitalizado com CamScanner

Parentes preparara um **Memorial** sobre o assunto, cuja cópia o Presidente envia ao Cons. Rio Branco, Ministro da Fazenda e Presidente do Ministério, já acompanhado de parecer do Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Sousa Leão, em seu ofício, faz uma súmula do Memorial, e enaltece "a empresa de imenso alcance para a futura prosperidade agrícola desta Província".

Consistia o empreendimento na fundação pelo Governo Imperial dum estabelecimento em alguma das fazendas nacionais, para introduzir um sistema de trabalho que se afaste completamente da rotina estéril de até então, utilizando-se para esse fim dos escravos nacionais, "os quais, repete "dada a hipótese de ser lei do país o projeto sobre a reforma do elemento servil apresentada à Assembléia Geral, serão obrigados a ocuparem-se nos serviços a que pelo Governo forem destinados".

Parentes, em seu **Memorial**, faz exposição das condições precárias da incipiente lavoura da Província, da situação econômica das Fazendas Nacionais, e de seu plano desenvolvimentista. Opina que as fazendas Guaribas e Matos, de terras férteis, são as mais apropriadas para o fim que tem em vista. Era necessário a aquisição de máquinas, instrumentos de lavoura, etc.

Os documentos em seu conjunto afirmavam que, embora as fazendas nacionais estivessem desfalcadas de escravos capazes para o trabalho, em virtude de terem sido muitos enviados para a Guerra do Paraguai, e ainda para a fábrica de ferro de Ipanema, ainda havia 138 escravos e 254 escravas capazes para o trabalho.

O Presidente envidara esforços para que o Ministério apoiasse o plano que se pretendia executar. (Idem. 578. 55. 57v. Doc. de 18/10/1871).

Parentes partiu para o Rio em outubro de 1871. O Ministério da Fazenda expede **Aviso** de 21/11/1871 que tem por objeto o estudo da alienação das Fazendas Nacionais e da alforria de seus escravos, como conseqüência do Decreto nº 4.815, de 11/11/1871, oriundo da Lei do Ventre Livre.

Sousa Leão responde ao Aviso do Ministério da Fazenda, opinando que não há nenhuma conveniência na alienação das fazendas e julga indispensável que o Governo Imperial crie nas mesmas ao menos uma colônia que sirva de modelo de trabalho agrícola, sob a direção de pessoa habilitada, nas condições de Francisco Parentes, de quem já falara em ofício anterior. Quanto à

Digitalizado com CamScanner

alforria de seus escravos, diz que aguarda a relação destes, o que já solicitara, a fim de assinar as cartas de liberdade. E acrescenta que só depois que a experiência houver demonstrado as vantagens ou inconveniências do trabalho dos libertos como assalariado, é que se poderá emitir juízo a respeito do assunto, isto é, da conveniência de cultivar ou não as fazendas por conta do Governo, ou arrendá-las a particulares. (Idem. L. 579. 70. 70v. Doc. de 4/1/1872).

E em seguida, conforme Aviso Ministerial de 11/1/1872, foi comissionado Parentes para estudar minuciosamente as condições da pecuária no Piauí, donde seu regresso, à Província, e mais tarde, sua segunda viagem, nessa fase, ao Rio, quando firma o contrato da fundação da colônia de S. Pedro de Alcântara.

O orçamento que apresentou Parentes para a fundação em estudo elevava-se a 79:545$120. Constaria o estabelecimento agrícola de indústrias baseadas também na pecuária: charque, curtume, sabão, o que se vê em ofício de Mirarida Osório que por poucos dias assumira a função de presidente da Província. (Idem. L. 578. 78 a 78v. Doe. de 23/3/1872).

Mais tarde retorna o projeto de Parentes ao Piauí para a Presidência emitir parecer, o que já seria feito por Gervásio Cícero. A. de Melo. Opina, então, o Presidente pela conveniência de sua execução, especialmente porque assim os fazendeiros teriam recurso de aprendizagem, e os libertos das fazendas nacionais teriam onde trabalhar.

Pelo ofício de Gervásio vemos que o estabelecimento além da fabricação de queijos, manteiga, farinha, dedicar-se-ia também à cultura da cana-de-açúcar, do algodão, criação de animais, educação e instrução dos libertos. O Presidente pronunciava-se plenamente favorável à iniciativa, embora julgue que nos arsenais da marinha maior aproveitamento teriam os menores. (Idem. L. 578. 131. 132v. Doc. de 4/3/1873).[16]

Firmado o contrato que foi aprovado por **Decreto** nº 5.392, de 10/9/1873, Parentes retorna com o apoio do Governo Imperial que passa a recomendá-lo ao Governo Provincial, a fim de que lhe seja prestado todo o auxílio de que precisar para a fundação do estabelecimento. Anuncia ainda que foram transferidas para o domínio da empresa as fazendas Guaribas, Serrinha, Matos, Algodões e Olho-d'Água, que faziam parte até então do

Digitalizado com CamScanner

Departamento de Nazaré. (Idem. L. 578. 144. 144v. Doc. de 13/6/1873 e 164. Doc. de 27/10/1873).

Parentes, ao regressar, toma posse das fazendas e encontra inteira obediência e boa vontade nos libertos que passaram então para a sua direção. Frei Serafim de Catânia logo depois visitaria as obras do estabelecimento. (Idem. L. 580. 98. 98v. Doc. de 2/5/1874).

O local escolhido para sede da fundação estava na fazenda Bom Jardim, na chapada da Onça, às margens do Parnaíba e a 56 léguas de Teresina. A pedra fundamental foi lançada no dia 10 de agosto de 1874, com as solenidades de estilo. A colônia receberia, então, o nome de S. Pedro de Alcântara. O Presidente da Província foi assistir ao ato inaugural.

Em ofício em que participa ao Ministro da Agricultura a inauguração, diz o Presidente: "Por esta ocasião, cumpre também lembrar a V. Exa. que é de grande utilidade e vantagens para os trabalhos da colônia agrícola a que me refiro, que os libertos das fazendas nacionais que não foram concedidos para o serviço e custeio da mesma colônia, possam neles ser empregados [...]" (Idem. L. 580. 118. 118v. Doc. de 18/8/1874).

A insistência com que se fala no assunto faz ver que o aproveitamento dos libertos em trabalho livre e a assistência aos menores descendentes de escravos constituem uma preocupação dos que vinham administrando a Província.

As obras marchavam com regularidade, e trabalhadores recrutados em elementos provindos das fazendas nacionais formam o grosso da mão-de-obra.[17]

O objetivo mais importante, afora os de ordem técnica e econômica, era efetivamente o de "aproveitar os serviços obrigatórios dos libertos da nação e ao mesmo tempo dar aos ingênuos, filhos deles, a educação que os deve transformar em cidadãos úteis e operários habilitados". Para isso fundaram imediatamente na colônia, após sua instalação, escolas para ambos os sexos, e posteriormente oficina para o preparo de artífices. E os de ordem técnica e econômica, foram: estabelecer a cultura do algodão, cana-de-açúcar, cereais, fábricas de queijo, de manteiga, sabão, charque, curturme por processos modernos; construir currais, cercados, estábulos, açudes, prados artificiais, fazer o cruzamento e seleção de gados. (Idem. L. 581. 225v Doc. de 16/12/1876).

Infelizmente, no dia 16/6/1876, aos 37 anos, em plena pujança intelectual e física, e animado dos melhores propósitos,

Digitalizado com CamScanner

falece o Dr. Francisco Parentes. Vai nomeado para substituí-lo o agrônomo Antônio Rodrigues da Silveira que se encontrava em S. José dos Matões (Maranhão). Provisoriamente ocupou a função de Diretor um funcionário da Tesouraria da Fazenda.[18]

Com a morte de Parentes, a colônia não teria mais continuidade administrativa. Antônio Rodrigues da Silveira em pouco seria substituído por Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho. Só este, três vezes exerceria a função; três vezes seria demitido. Em sua primeira demissão teve como sucessor o Cel. Francisco Emídio de Freitas. Reconduzido ao cargo mais tarde, seria ainda afastado para ceder lugar a novo diretor, o Cel. Honório Parentes. Decorrido pouco mais de um ano, voltaria a dirigir o estabelecimento. É quando aparece Antônio José Sampaio a quem o Governo Imperial confia nova empresa para recuperação da pecuária do Piauí, à qual ficaria incorporado o patrimônio da colônia de S. Pedro de Alcântara.

Se não havia continuidade administrativa na fundação, em piores condições, sob esse aspecto, estava a administração provincial, onde os presidentes sucediam-se em intermitências mais rápidas e constantes. E como sabemos, o êxito da iniciativa de Parentes dependia em muito da administração provincial que padecia do mesmo mal.

A constante substituição de dirigentes prejudicava o interesse público.

Já Belfort Vieira em 1879 dizia que era triste o estado da colônia de S. Pedro. O Presidente Sínval afirma que se frustraram seus intentos e que se prestaria como estabelecimento zootécnico. Assim também opina Manuel Ildefonso, adiantando que só tem servido para aumentar os sacrifícios do Tesouro Público. Menezes Prado acrescenta que S. Pedro não corresponde à esperança que despertara e que é estabelecimento inútil. Jansen de Matos Pereira concorda também que acarreta apenas enormes despesas.

Uma reforma por que passou em 1884 pouco influiu em sua organização. Já ao expirar o império, o novo contrato transfere o estabelecimento ao empreendimento de Antônio José Sampaio que trazia um programa mais amplo, e sempre a constante de acolher libertos e dar-lhes instrução primária, artística, industrial e zootécnica.[19]

Digitalizado com CamScanner

Esse aspecto, o de asilo educacional dos libertos, é para nós o mais interessante, porque foi o que apresentou êxito mais notável, porém o menos estudado. Vimos como no Piauí fundaram-se aldeamentos de indígenas e colônias de nacionais, e também vimos tentativas de fundarem-se colônias de estrangeiros, europeus e americanos do norte. Vimos os resultados momentâneos das iniciativas, sem conseqüências duradouras e notáveis. S. Pedro de Alcântara continuaria, entretanto, a crescer. Sua marcha na senda do progresso pode ter sido vagarosa, mas sem desfalecimento. A princípio, os diretores impediram a construção de casas particulares em torno da sede do estabelecimento, posteriormente houve liberdade para a fixação de residências em suas proximidades, e em pouco, foi crescendo sua população, e com ela um comércio que em fins do século arrebataria de Amarante o cetro de empório do sul do Piauí e Maranhão, e até mesmo de Goiás.

A 19/6/1890 foi o povoado elevado à categoria de vila, e transferida para ele a sede da vila da Manga. Hoje é a maior cidade do Piauí no vale propriamente do Parnaíba, afora a capital, e Parnaíba, e seu futuro é bastante promissor.

Seu aproveitamento como colônia que tinha como objetivo acolher os libertos escravos da nação e os filhos de mulher escrava, proporcionando-lhes trabalho e educção, é o aspecto mais interessante desse tópico de nossa história.

Foi uma generosa tentativa para obedecer a Lei de 28/9/1871, e seu Regulamento, conforme **Decreto** nº 4.815, de 11/11/1871. Foi ainda uma revivescência do espírito de Domingos Afonso Sertão que instituíra aquele legado que teve por fim amparar os pobres e manter instituições educacionais como o Noviciado de Giquitaia e o Colégio da Bahia. E dessa vez cremos que, como no tempo dos jesuítas, houve bonançosas colheitas na seara que ainda frondeja, e frutificará para sempre, sob inspiração do príncipe de pastores que assentou as bases de nossa economia e de nossa colonização. A descendência daqueles libertos da abençoada Lei de 1871 deram o primeiro passo na escalada de ascensão social. A princípio artífices, oleiros, ourives, alfaiates, marceneiros, e também agricultores, criadores, mais tarde negociantes, ingressariam na política, e de seu grêmio sairiam líderes que em pouco iriam trabalhar pela maior felicidade dessa generosa terra.

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] COSTA, Pereira da. **Cronologia.** p. 282. VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. **Relatório** de 11/7/1846.

[2] SARAIVA, José Antônio. **Fala** de 1/7/1852.

[3] CARVALHO, Antônio Francisco Pereira de. **Fala** de 1/7/1854.

[4] FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil.** 2. ed. p. 273 a 275.

[5] COUTO, Antônio Correia do. **Relatório,** de 27/6/1859.

[6] ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcante de. **Relatório,** de 16/5/1860.

[7] GAIOSO, Antônio de Brito Sousa. **Relatório,** de 13/6/1862. MOREIRA, José Fernandes. **Relatório** de 10/11/1862 e de 1/7/1863.

[8] PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo.**1937, p. 245.

[9] JUNQUEIRA, J. J. de Oliveira. **Relatório,** de 1/8/1858. MOREIRA, José Fernandes. **Relatório,** de 10/11/1862. FREIRE, Adelino Antônio de Luna. **Relatório,** de 9/9/1867. p. 84

[10] FREIRE, Adelino Antônio de Luna. **Relatório,** de 9/9/1867. p. 86.

[11] FREIRE, Adelino Antônio de Luna. **Relatório,** de 9/9/1867. p. 86.

[12] – Vianna Moog. **Bandeirantes e Pioneiros.** 3. ed. p. 52 a 61. HOLANDA, S. Buarque de. **Raízes do Brasil.** 3. ed. p. 49 a 50. Que se veja o que diz Alberto Torres, em **O Problema Nacional Brasileiro.** 1933, p. 255.

[13] JÚNIOR, Manuel José Espínola. **Relatório,** 1/7/1870 e o de 25/12/1870.

[14] LEÃO, Manuel do Rego Barros. **Relatório** de 1/7/1871.

[15] LEÃO, Manuel do Rego Barros. **Relatório** de 1/7/1871.

[16] COSTA, Pereira da. **Cronologia.** p. 337, 338. CAVALCANTE, José Messias. **Floriano,** em **O Piauí no Centenário de sua Independência.** III. p. 252 a 256. PARENTES, Honório. **Estabelecimento Rural,** em **Almanaque Piauiense** de 1903. p. 107.

[17] ALBUQUERQUE, Delfino Augusto Cavalcante de. **Fala** de 4/6/1875.

[18] ALBUQUERQUE, Delfino Augusto Cavalcante de. **Fala** de 4/6/1875.

[19] SILVA, Raimundo José Vieira da. **Relatório** de 27/6/1889.

Digitalizado com CamScanner

9

Educação e Cultura

Se fôssemos redigir a história da literatura piauiense, começaríamos pela **Descrição do Sertão do Piauí**, escrita em 1697 nas margens do Riacho Mocha, pelo Padre Miguel de Carvalho, o grande missionário do Piauí.

É um dos mais antigos documentos, pois pertence ao grupo dos que se referem à fundação da Nova Freguesia e Igreja de Nossa Senhora da Vitória. São as mais antigas páginas de geografia e história descritivas de nossa terra. Estuda nossos rios, nossos índios, enumera nossas primeiras fazendas, recenseia nossa população, é, enfim, um verdadeiro compêndio de história e geografia.

Foi Ernesto Ennes que enriqueceu nosso patrimônio histórico com essa e muitas outras peças documentais que relatam os primórdios de nossa vida.[1]

Perquirindo nosso passado, viríamos encontrar, quase um século após, o **Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí.** Esse livro cujo autor é ainda desconhecido, foi concluído em Belém do Pará em 1770, e efetivamente teve começo no Piauí; os apontamentos que lhe serviam de base foram colhidos nessa capitania, o que se deduz, confrontando e analisando suas informações dispostas em 177 parágrafos e 108 notas, afora uma advertência, à guisa de prefácio. Provavelmente grande parte desse livro foi escrita no Piauí.

Digitalizado com CamScanner

Caio Prado Júnior julga-o "a mais lúcida síntese da economia brasileira dos fins daquele século."[2]

Capistrano, que por esse estudo muito se interessou, considera-o "talvez o que de mais profundo e filosófico se escreveu em tempos coloniais a respeito de certos aspectos de nossa sociedade". E logo em seguida afirma que é no seu "entender uma das coisas mais profundas que se escreveu sobre o Brasil colonial."[3]

Seu autor, que faz pormenorizadas observações de nossa terra, sua gente, sua riqueza, defendeu a economia do Piauí, pois, enquanto pede abertura de caminhos para o escoamento de suas boiadas, aconselha que seja reservada a criação de gado às capitanias e povoações em que não haja minas e onde ela constitua o objeto de sua cultura e comércio.

Há ainda outro aspecto bastante interessante dessa obra: é pautada rigidamente pelos preceitos mercantilistas de então.

Foram esses os únicos vestígios que encontramos duma literatura. O resto são peças burocráticas, de caráter puramente oficial.

Nada mais de notável para as letras encontramos nesse longo período que se estende até bem dentro do século XIX.

É que os jesuítas no Piauí se apresentam mais como curraleiros que educadores propriamente. Débil era nossa economia que não se difundia nas baixas camadas sociais; não tínhamos indústria ou comércio dentro de nossas fronteiras, a não ser o do gado, e isso mesmo em condições precárias e reservado apenas a vaqueiros e fazendeiros.

Daí havermos dito que "dessa civilização não nos ficaria nenhum momento de real valor artístico". Quando muito poderíamos citar a igreja de Piracuruca consagrada a N. S. do Carmo e cuja construção teve início em 1743, como promessa dos irmão Dantas, libertos milagrosamente do poder de índios truculentos. É um dos templos mais belos e ricos do Piauí. "A igreja mede 39 metros de extensão sobre 18 de largura, e é toda armada, tanto interna como externamente, de elegantes colunatas de pedras lavradas que formam na entrada um belo peristilo. Constando de três capelas e cinco altares elegantes e artisticamente dispostos, primando pela escultura, pintura e obras de talha, notam-se ainda muitos outros objetos custosos e de sabido merecimento artístico com a pia batismal, o púlpito, um lavatório de mármore, as lâmpadas de prata e outros objetos e paramentos dignos de nota."[4]

Digitalizado com CamScanner

Façamos também referência à igreja de N. S. da Vitória que serve de matriz em Oeiras e tem ricos vasos e paramentos. É o primeiro templo regular que se fundou no Piauí, e sua origem já conhecemos.

Pereira da Costa faz também referência à **bela igreja de N. S. da Graça de Parnaíba, cuja construção terminou em 1795 o que constituía senão o primeiro templo da Província, pelo menos o rival da majestosa matriz de Piracuruca, donde foi trasladada a imagem de sua padroeira.**

"Coberta de lousa com duas alterosas e elegantes torres, um pórtico de mármore com esculturas, assim como todas as ombreiras e vergas das portas e janelas, pilastras e cornijas, o são também interna e externamente, com uma nave de 21 metros de comprido sobre 9m,40 ditos de largo, capela-mor e mais duas laterais, notando-se a do S. S. Sacramento pela beleza das obras de escultura em madeira, com dourado finíssimo, tudo isso, e suas alfaias riquíssimas, as lâmpadas e vasos de prata, pia batismal e lavatório de mármore, e outros objetos de valor e gosto artístico, dão à igreja um aspecto de beleza e de riquezas dignos de nota."[5]

Contudo, do período colonial de notável só mesmo o templo de Piracuruca. Não foi isso o que ocorreu, entretanto, nas regiões povoadas ao longo do litoral brasileiro, e também nas Minas Gerais, onde o comércio teve difusão, e com ele houve a penetração da cultura. Nessas regiões, a par da literatura surgem, numa sucessão harmônica, os monumentos arquitetônicos, a escultura, a pintura, a música.

Só essa circunstância poderia justificar a referência à **Discrição** e ao **Roteiro** com manifestação de nossa cultura. Em verdade, em nossa hinterlândia, só mui tardiamente afloram as primeiras manifestações da arte, e com a sua tônica a denunciar a predominância das características do meio e a espontaneidade de sua eclosão na poesia popular, com tendência do gênero humano para cultuar o belo, o sublime. Surgem os nossos poetas no século XIX, a evocar os menestréis da Idade Média, mas sem mosteiros e sem castelos, como frutos serôdios de uma civilização.

João Pinheiro, em sua **Literatura Piauiense. Escorço Histórico** (1937), começa com Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva

Digitalizado com CamScanner

(1787-1852), que é apresentado como poeta e jurisconsulto, formado em Coimbra. Teve brilhante vida acadêmica quando faz várias publicações, em que relata as lutas que se feriram em Portugal, das quais co-participou como combatente, repelindo as hostes napoleônicas. Foi filiado aos Elmantistas que descendem dos Árcades que intentaram um movimento de renovação literária, com o objetivo de embelezar as letras, libertos da concepção estética que orientava o classicismo de então.[6]

Prendia-o ao Piauí seu renascimento na então vila de S. João da Parnaíba, pois regressando ao Brasil, domiciliou-se no sul do país, onde abraçou a advocacia e a magistratura, jamais palmilhando desde então sua terra natal. Eleito para representar o Piauí nas Cortes Portuguesas, não assumiu as funções, e foi substituído pelo Padre Domingos da Conceição, português proprietário e residente em Parnaíba.

Esse ilustre piauiense não trouxe nenhuma contribuição à cultura do Piauí.

Já Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco (1788-1873), outro notável parnaibano, sempre se achou vinculado à terra pelo afeto. Poeta, revelando vocação de filósofo e cientista, era, sobretudo, ardoroso patriota. Co-participou do movimento de emancipação política do Brasil, e foi preso no Maranhão quando fazia a propaganda de seus ideais, sendo enviado para Portugal, onde se liberta mais tarde, retornando, então, ao Piauí.

Posteriormente empreendeu viagem ao Maranhão, Rio, Bahia, Portugal, tendo por objetivo executar seus projetos literários e científicos. Seus trabalhos abordavam assuntos religiosos, filosóficos e científicos dos quais uns foram editados, ficando outros inéditos, e entre estes se encontra um no instituto Histórico Brasileiro, acerca das abelhas no Piauí, segundo informa Sacramento Blak, que enumera todos os que foram publicados.

Leonardo era um autodidata, cujas primeiras letras aprendeu no seio da família, domiciliada entre campônios lavradores e criadores. Assim, sua manifestação literária era espontânea floração da terra berço.

Assim também o foram, em sua maioria, os poetas piauienses, seus contemporâneos, e cultores da poesia popular brasileira. Com essa escola surge verdadeiramente a literatura piauiense.

Digitalizado com CamScanner

Foi seu pioneiro no Piauí José Coriolano de Sousa Lima, doutor em direito, formado pela Faculdade de Pernambuco, radicado à terra natal, cuja vivência canta em versos de terna amorosidade. Clodoaldo disse que "se não foi o criador da escola sertaneja, foi, sem dúvida, um dos seus mais talentosos vulgarizadores".[7]

Já Lucídio Freitas afirma que foi "um temperamento lírico da primeira ordem".[8]. Deixou-nos versos primorosos e espontâneos, contos, crítica literária, ensaios filosóficos esparsos pela imprensa. Seus versos, após sua morte, foram parcialmente reunidos num volume de 300 páginas. Afirma Clodoaldo que muitos de seus melhores versos não figuram em seu **Impressões e Gemidos.**

Franklin Távora, a respeito do poeta, diz que "na fiel pintura dos costumes do norte, José Coriolano excede Gonçalves Dias, musa elegante, generalizadora, erudita, e só encontra rival em Juvenal Galeno, sumamente popular quer na poesia, quer nos ensaios de dramas e romances, gênero em que devera ter hoje nome tão extenso como o que ganhou na poesia, se as condições do meio onde existe não fossem tão contrárias a mais vasto desenvolvimento mental e literário".[9]

Com referência a José Manuel de Freitas, um de seus continuadores, diria Clodoaldo: "A época da poesia sertaneja, de que o poeta foi um dos corifeus e fundadores, passou como tantas outras; devo, porém, consignar, para honra nossa, que tivemos três representantes notáveis: José Coriolano, Freitas, e posteriormente, Hermínio Castelo Branco".

Freitas não foi apenas um cultor das musas: ingressou na magistratura, onde se portou com muito brilho, e também na política, quando presidiu várias províncias; foi parlamentar que também fulgurou no parlamento brasileiro. Já Lucídio restringe os conceitos de Clodoaldo, quando diz: "[...] foi mais um jurista, um jornalista político do que um poeta".[10]

Hermínio Castelo Branco escreveu **Ecos do Coração** e a **A Lira Sertaneja** que, no dizer de Odorico Castelo Branco, no começo deste século todo **paroara** sabia de cor. A **Lira Sertaneja** é "obra genuinamente piauiense, em que, não raro, se agrupam verídicas, interessantes cenas da rústica vida do interior da antiga província, surpreendidas em flagrantes e descritas com muita naturalidade e segurança, em 1887".[11]

Digitalizado com CamScanner

Matas Olímpio, comparando o autor da **Lira Sertaneja** com José Coroliano, diz que se decide pelo poetar de Hermínio. E acrescenta: "Hermínio menos culto que seu comprovinciano, tinha sobre ele a vantagem dum versejar corredio, espontâneo e franco. Não tem as fúlgidas lapidações dos modernos, mas a sua espontaneidade manifesta-se álacre e viva ante qualquer acidente ou matriz do bucolismo sertanejo".[12]

Teodoro Castelo Branco, o Poeta Caçador, como Leonardo tinha apenas as primeiras letras. Em sua **A Harpa do Caçador**, inspira-se na vida campestre do Piauí que descreve em versos singelos que "denotam o extraordinário talento poético do autor, facilidade de rima e outras qualidades ingênitas no verdadeiro poeta".[13]

Vêm depois poetas líricos, como Raimundo de Areia Leão, J. A. de Miranda Osório, Licurgo de Paiva, que também foi dramaturgo, e, entre esses, as poetisas Luiza Amélia de Queiroz Nunes e Honorina Minelvina Carneiro, e muitos outros.

Pouco são os prosadores ficcionista do Piauí, no período imperial. Já vimos que José Coriolano foi contista, enquanto Licurgo de Paiva foi dramaturgo.

Com projeção maior foi Francisco Gil Castelo Branco. Seguiu a carreira diplomática e foi romancista, contista, comediógrafo, recebendo elogios de Sacramento Blake e Franklin Távora. Se poucos são os prosadores piauienses que nessa fase hajam ingressado na ficção, são, entretanto, mais numerosos os que se dedicaram a outros ramos do saber humano".[14]

Quando falamos a respeito do Padre Miguel Carvalho, apresentamo-lo como o primeiro historiador de nossa terra. Mais tarde aparece José Martins Pereira de Alencastre (baiano) e F. A. Pereira da Costa (pernambucano) que continuaram a assentar as bases de nossa historiografia. Lancastre deixou-nos **Memória cronológica, história e corográfica da província do Piauí (1855) e Notas diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias**

Digitalizado com CamScanner

do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840 e 1841, (1872), e Pereira da Costa, Notícia sobre as comarcas da província do Piauí (1885) e Cronologia Histórica do Estado do Piauí, (1909).

José Mariano Lustosa do Amaral, parnaguaense, elaborou vários estudos de história contemporânea de sua vida, mas não teve a ventura de enfeixá-los em volume. Mais feliz foi Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, que se fez editor de suas obras, publicando almanaques, **Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e Apontamentos para a sinopse da província do Piauí.**[15]

Nesse grupo devemos incluir David Moreira Caldas que, como Leonardo Castelo Branco, revelou vocação de cientista, e como Casimiro José de Morais Sarmento, também cientista, dedicou-se à imprensa, e ambos pertencentes às hostes liberais.

Escreveu sobre assunto vários. Foi, sobretudo, jornalista (o maior daqueles tempos), crítico literário, poeta, geógrafo historiador, cartógrafo, etc.

Sua introdução à obra de José Coriolano é uma peça primorosa. Lucídio chamou-o de **visionário... uma das figuras mais estranhas e mais sugestivas de nossas letras.**[16]

Deixou-nos **Relatório da vigem feita de Teresina à cidade da Parnaíba pelo rio do mesmo nome**, onde refletiu seu pendor para a Ciência. Com referência a esse livro e às cartas topográficas de sua autoria, disse Higno Cunha que "são monumentos que revelam profundos conhecimentos técnicos e fervoroso amor à gleba natal".[17]

Como historiador escreveu **Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí** e vários trabalhos sobre geografia e história que se perderam por incúria de nossos governos. Um governo mais esclarecido chegou a nomear uma comissão para reunir os trabalhos do genial piauiense e essa comissão deu início a sua incumbência. Mas as contínuas mudanças de presidentes fizeram esquecer tão nobre e patriótica empresa.

Em verdade, na cultura, mais se revelaram os piauienses como cientistas. Nesse grupo podemos incluir Casimiro José de Morais Sarmento, tradutor de obra de direito, ciência a que se dedicou,

Digitalizado com CamScanner

chegando a publicar **Anotações à Constituição do Império**, onde denotou erudição jurídica invulgar. Foi professor catedrático de **Direito das Gentes**, na Escola Militar, e manifestou também tendências para assuntos pedagógicos publicando **História Sagrada e Opúsculo sobre a educação física do menino**, obra que encantou Lucídio que assim ajuizou: "Belo livro esse, que ainda se deve ler, e reler".

Maior que todos foi Padre Francisco da Costa Alvarenga. Sua obra foi valiosa contribuição que enriqueceu a medicina mundial.

Doutorou-se na Universidade de Bruxelas, em medicina, carreira a que se dedicou em Lisboa, onde serviu como médico do Hospital de S. José e da S. Casa de Misericórdia, e também como professor da Escola Médico-Cirúrgica. Esteve também no Brasil, onde co-participou de debates científicos da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro. É grande sua bibliografia. Com referência ao que escrevera, nos diz Matias Olímpio que Alvarenga nos "deixou uma biblioteca de perto de 50 volumes".[19]

Suas notas foram traduzidas por notáveis sábios europeus, para o francês, alemão, inglês e italiano, e segundo o conceito de luminar da medicina brasileira, perdurarão como bronze". Apelidaram-no de **patriarca da insuficiência aórtica.**

Foi ainda Alvarenga que descobriu "o sinal do duplo sopro crural, revelador da insuficiência aórtica", glória que a França queria arrebatar ao Brasil para conferir a seu não menos insigne Duroziez; mas Alvarenga soube reivindicar e fazer valer sua prioridade no feito científico.[20]

Se era espiritualmente rico, ainda o era em bens materiais. Assim, difícil seria premunir-se da vaidade. Não se esquecera, entretanto do Piauí longínquo. Instituíra prêmios de estímulos nas escolas de medicina de Paris, Estocolmo, Viena, Berlim, Lisboa, Filadélfia, Rio de Janeiro e Bruxelas, prêmios em cuja denominação juntou seu nome ao da terra natal. – Alvarenga do Piauí – também num testemunho de afeto ao torrão natal. Uma herança que deveria receber no Piauí transferiu-a para as escolas de Oeiras, sua cidade-berço, donde o grupo escolar Costa Alvarenga; e também em Teresina há o instituto Costa Alvarenga, homenagem que a geração de hoje tributa ao eminente sábio. Pertenceu a inúmeras associações de ciência e letras, nacionais e estrangeiras.

Digitalizado com CamScanner

Pedira que, após sua morte, fosse seu corpo cremado, e hoje suas cinzas repousam na cripta da grande Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O eminente piauiense é credor dum monumento em sua terra natal.[21]

Outro notável piauiense foi Frederico Leopoldo César Bulamarque (1806-1866), também filho de Oeiras. Seguiu a carreira das armas, cursando a Escola Militar do Rio de Janeiro, onde obteve o grau de doutor em ciências matemáticas. Exerceu vários cargos importantes, e tornou-se diretor do Museu Nacional, função que exerceu por dilatados anos, quando então, era professor na cadeira de **Mineralogia e Geologia** da escola de que fora aluno. Dotou o Museu de preciosas coleções de material etnográfico e mineralógico, e converteu a biblioteca da instituição na mais rica do Brasil em história natural.

Deixou-nos grande bibliografia, e suas obras versam sobre os mais variados assuntos, história, comércio, industria, botânica, mineralogia, zoologia, astronomia, cultuando assim variados ramos de conhecimento, em que era acatado pelo seu saber.

Seus relatórios e suas correspondência oficial são também de alto valor, segundo a apreciação do sábio Ladislau Neto, que assim se expressa em suas **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional**: "Pois bem; aqueles que tiverem lido tudo quanto nos ele trouxe a lume de seu fecundo labor, mal ainda o conhecerão se lhes não for dado compulsar algum dia a volumosa e importante correspondência do Museu, estabelecida no decurso de sua longa e profícua direção, correspondência cujos tesouros sobrelevam de muito a todos quantos louvores nos rebentassem aqui da pena para lhe enramar a biografia a quem lho quisesse tecer no futuro." No Arquivo da Casa Anísio Brito encontramos correspondência sua enviando sementes de algodão, fumo, etc.[22]

Outro vulto notável foi Marcos Antônio de Macedo (1808-1872), jaicoense ilustre, formado em direito por Pernambuco e que logo depois, na França, especializa-se em ciências naturais. A princípio abraça a magistratura, em seguida ingressa na política, governa o Piauí, representa sua província na Assembléia Geral, vai eleito para a Assembléia Legislativa do Ceará que apela para seus conhecimentos donde várias contribuições do sábio piauiense. É de sua autoria o **Mapa topográfico da comarca do Crato**, que

Digitalizado com CamScanner

teve por objetivo mostrar a possibilidade de ligar-se por canais a bacia do S. Francisco à do Jaguaribe, e vários outros estudos sobres terrenos carboníferos, secas, carnaubeira, o café. Demonstrou a necessidade de açudagens, do reflorestamento, fez estudos sobre a permeabilidade das águas pluviais, e subterrâneas, os meios de aumentar os mananciais, foi enfim um precursor da engenharia moderna que procura solucionar o problema nordestino. Deixou-nos também duas obras, resultado de sua viagem pela África e Europa, quando faz observações etnográficas. Foi colaborador do **Grande Dicionário Universal de Larousse.**

Seus livros foram publicados em português e francês.[23]

Médico notável também foi Fernando Pires Ferreira (1843-1907), formado pela Faculdade de Paris. Especialista em oftalmologia, ocupou a chefia do instituto oftalmológico do célebre oculista Wecker, na capital francesa. Fez suas publicações em português e francês. Regressando ao Brasil, foi membro titular da Academia Nacional de Medicina, e representou o Piauí na Assembléia Geral.

Nessa mesma época, também viveu em Paris Anfrísio Filho, nascido em Oeiras em 1825.

Fialho fizera na Escola Militar do Rio de Janeiro o curso de artilharia e prestara seus serviços profissionais nas campanhas do Uruguai e do Paraguai, nas quais muito se distinguiu. Participou da comissão de engenheiros que teve por incumbência e levantamento da planta do teatro das operações militares dos exércitos aliados na República do Paraguai. Como conseqüência dos relevantes serviços, foi condecorado com as respectivas medalhas das duas memoráveis campanhas.

Quando na Europa, Paris atraia a atenção do mundo civilizado em virtude do conselho de guerra a que respondia o Marechal Bazaine, cuja traição ou incompetência conduziu as armas francesas à capitulação de Metz e à humilhação de Sedan.

Joaquim Nabuco, que também estava em Paris, descreve, como testemunha presencial da leitura da sentença condenatória que teve por desfecho o sensacional processo, a emoção que todos sentiam, e que só mais tarde encontraria similar no processo Dreyfus que também empolgaria o mundo e sensibilizaria Rui.

Fialho também se deixou arrastar pela emoção do rumoroso conselho de guerra, conseqüência dum desastre militar que coroou

Digitalizado com CamScanner

a obra de Bismarck; escrev, então, **Le marechal Bazaine defendu contre ses détracteurs,** e, pouco mais tarde dá publicidade a novo livro, **Dom Pedro II empereur du Brèsil.** Parece-nos que seus trabalhos literários não foram traduzidos para o português. Representou o Piauí na baixa câmara.[24]

Foi também de evidência internacional a contribuição científica de Antônio José Sampaio, formado em ciências físicas e naturais pela Universidade de Zuric, e engenheiro industrial pela escola Politécnica da Suíça. Mal concluiu os cursos, busca o Piauí com o propósito de promover o progresso econômico do torrão natal.

Sentiu a resistência do complexo piauiense: deficiência de transporte e comunicações, falta de capital e sobretudo a rotina a anular as iniciativas renovadoras.

Segue, então, para o sul do país, onde no Rio de Janeiro realiza uma série de conferências numa instituição cultural a que compareceu o próprio imperador. Em seguida foi nomeado professor substituto de Física e Química da Escola Politécnica.

Mais tarde, como arrendatário das fazendas nacionais, regressa ao Piauí, e torna-se o continuador do empreendimento de Francisco Parentes, o que em grande parte já se realiza no período republicano.

Contribuiu com várias obras publicadas em português, inglês, italiano, francês, alemão, estudando em bases científicas nossas riquezas culturais, apresentando nossas possibilidades econômicas, inspirando sugestões, incentivando o desenvolvimento de nossa indústria que teria por suportes a pecuária e a agricultura, dinamizadas pelo trabalhador livre.

Sua ação realizadora, como dissemos, já se projeta no período republicano.[24a]

Assim também ocorre com outros cientistas, como João Alfredo de Freitas, também ficcionista e folclorista de renome; Francisco Portela, também político, autor de inúmeras publicações, das quais umas ingressaram na filosofia, outras na arte e crítica literária. E, como cultor do direito, Antônio Coelho Rodrigues, que já se notabilizara no período imperial com trabalhos notáveis como **Institutas do Imperador Justiniano** (1879), tradução, e **Cartas de um súdito fiel à sua majestade o imperador** (1884), e outras.

Digitalizado com CamScanner

Não podemos deixar de fazer referência aos representantes piauienses na política nacional. Já conhecemos a ação de Paranaguá e Furtado, este, piauiense de nascimento oriundo de família genuinamente piauiense, e representando, então, o Maranhão, e que, como Paranaguá, foi o organizador de ministério, havendo, um pouco antes, presidido a câmara dos deputados. Foi também presidente do senado o Barão de Monte Santo, baiano, e, então, nosso representante na alta câmara, e que no Piauí fora registrado e co-participou da junta governativa que assume as funções em 13 de julho de 1811.

No congresso nacional tivemos piauienses insignes que muito honraram o mandato que lhes fora confiado pelo povo, prestando serviço relevantes, ainda como presidente de províncias, e entre estes podemos mencionar Francisco de Sousa Martins, que foi também presidente da Bahia, e do Ceará; Casimiro José de Morais Sarmento, Presidente do Rio Grande do Norte e do Ceará; Antônio Borges Leal Castelo Branco, presidente de Pernambuco; Conselheiro Paranaguá, presidente do Maranhão e Pernambuco; Polidoro César Burlamarque, presidente do Paraná; Agesilau Pereira da Silva, presidente do Amazonas, província que também teve como presidente Francisco José Furtado. No congresso brasileiro ainda atuaram com brilhantismo, pelo saber e eloqüência, Marcos Antônio de Macedo, Antônio Coelho Rodrigues, Eneas Nogueira, Cônego Tomaz de Morais Rêgo, Simplício Coelho de Resende, José Basson de Miranda Osório, Jaime de Albuquerque Rosa, de quem diria Higino Cunha que **foi um meteoro fugaz que a doença cardíaca interceptou em sua parábola luminosa.**[25]

Entre os políticos uns notabilizaram-se ainda no exercício da jurisprudência, e entre esses podemos citar José Mariano Lustosa do Amaral, e ainda Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, Casimiro José de Morais Sarmento, José Manuel de Freitas, Agesilau Pereira da Silva, e já ingressando no período republicano, Manuel Ildefonso de Sousa Lima, membro do tribunal da primeira instância, de que foi presidente, e membro do Supremo Tribunal de Apelação e Revista, Antônio de Sousa Martins, Desembargador da Relação de Porto Alegre, da qual foi também presidente, e procurador geral da República no Supremo Tribunal, Antônio Coelho Rodrigues, Simplício Coelho de Resende, Polidoro César Burlamarque e outros.

Digitalizado com CamScanner

Ao expirar a monarquia, uma plêiade de padres piauienses já tinha abrilhantado o clero brasileiro.

O Padre Raimundo Alves da Fonseca, segundo Graça Aranha, que fora seu discípulo, "era a maior figura do clero do norte, e um dos mais conspícuos sacerdotes brasileiros". Tinha bondade e sarcasmo", e acrescenta ainda: "[...] não temia adversários. Provocava-os".[26]

Esse piauiense que teria, como epígonos os confrades e conterrâneos a que aludimos como constituintes duma plêiade de ilustres sacerdotes, foi pároco em Teresina, e S. Luís, mas dedicou-se nessa última cidade, onde maior foi seu tirocínio, sobretudo ao magistério. Foi vice-reitor do seminário menor de S. Luís, diretor do colégio da Imaculada Conceição, professor do seminário de S. Antônio e do Liceu Maranhense, e também cônego honorário da catedral, capelão do exército. Polemista erudito que se distinguiu na imprensa, e como eloqüente orador. Foi a figura central entre os seus na polêmica travada com Tobias Barreto e sua grei.

O jornal do clero era a **A Civilização** de que o Padre Fonseca era a alma, ainda no dizer de Graça Aranha.

Era autor de obra didática, e dum ensaio publicado quando em sua mocidade, revelação precoce de sua combatividade, a contraditar obra de consagrado escritor europeu.[27]

Dos padres a que nos referimos, podemos destacar Fábio José da Costa, que exerceu o sacerdócio, como capelão da Santa Casa de Misericórdia de S. Luís do Maranhão.

Poeta como Padre Marcos de Araújo Costa, que no dizer de Lucídio "escreveu versos simples, e perfeitos, ungidos de uma serenidade mística", Fábio também fez, segundo João Pinheiro, poesia de "um acre sabor romântico" e "uma doçura quase infantil"; como o insigne professor de Boa Esperança, também foi eminente educador, cujo sabor difundia no exercício do professorado no seminário da capital maranhense, onde foi lente de diversas disciplinas. Fábio ainda nos faz lembrar o Padre Marcos, quando, com simplicidade e humildade recusa o cargo de bispo que lhe fora oferecido, para recolher-se enfim à cidade de Campo Maior, sua terra natal, onde passaria a viver modestamente como sacerdote, vindo a morrer em 1900, pobre como nascera.[28]

Digitalizado com CamScanner

Outro ilustre padre foi Leopoldo Damasceno Ferreira que **se ordenou e doutourou em cânones em 1884, após brilhante tirocínio no célebre seminário de Saint Suplice, onde tanto se destinguiu que mereceu as mais honrosas referências do Padre Guizan em seu trabalho "Viagens na Europa".**

Viajou também pelo Velho Mundo, vindo depois para o Maranhão onde se dedicou ao magistério, ocupando ainda as funções de diretor do Seminário das Mercês e o cargo de inspetor da instrução pública. Como jornalista, colaborou nos principais jornais de S. Luís onde publicou notáveis trabalhos. Revelou-se o campeão do teologismo, segundo Clodoaldo Freitas, que ainda acrescenta: "Sustentou polêmicas acres e veementes, demostrando sempre copiosas e longa cultura. Distinguiu-se como orador sagrado, como polemista, e os íntimos o denunciam também como um poeta de sentimento e inspiração".[29]

Não menos digno de apreço foi o Padre Joaquim Sampaio Castelo Branco, que prematuramente morreu. **Doutor em direito canônico pela academia pontifícia de S. Apolinário, de Roma, bacharelou-se em teologia pela universidade católica de Paris,** onde publicou, em primeira edição em 1883, segundo Higino Cunha, um livro sobre o celibato clerical, trabalho que certamente deu origem a **O padre deve ser casado?**, que Black e João Pinheiro relacionou como publicado em português, em 1888, já em segunda edição em S. Luís, onde acolhera para junto a seus confrades continuar na luta de propagação da fé.

João Pinheiro, referindo-se a essa obra, diz que a mesma "estuda exaustivamente o assunto, quer sob o ponto de vista histórico, apologético e teológico, quer sob o polítco, filosófico e social".

Também se dedicou ao magistério e à imprensa, notabilizando-se em pouco pelo vigor de seu talento fortalecido de sólida cultura. Black que o ouvio como orador por mais duma vez, conceituou: "Talento robusto e um dos oradores mais notáveis da geração atual [...]"

Às vésperas da proclamação da república foi eleito deputado geral, não chegando a tomar assento na assembléia, porque foi logo em seguida dissolvido o parlamento nacional. Já acatado como exímio orador sacro no Rio de Janeiro, recebe estrondosa manifestação de apreço e administração do povo e elite ouro-

Digitalizado com CamScanner

pretanos quando profere os sermões da Semana Santa de 1890, na Matriz da capital mineira.[30]

Já por essa época vinham repontando no púlpito provinciano no Piauí os padres que mais tarde, como seus precursores de S. Luís na luta contra a agnoticismo, teriam que enfrentar em novos prélios de cultural os prosélitos da escola de Recife como o seu positivismo, darwinismo e outras manifestações do negativismo de então.

Desses, como professor, já aparecia "o louro Padre Gil" de que nos fala ainda Graça Aranha, dizendo que "encobria a sua modéstia numa grande doçura". Era ainda bem jovem, a mais tarde no Piauí, ao lado do Padre Lopes daria início a nova campanha em prol da criação do bispado do Piauí, o que seria alcançado em 1905. Já era, então, no conceito do Cônego Cícero Nunes, "um dos melhores oradores sacros, pela correção da frase e segurança da doutrina, sempre majestosa e grave, sem surtos de eloqüência".

Ainda pelo seminário do Maranhão passaram Acilino Batista Portela Ferreira e Joaquim de Oliveira Lopes. Seriam esses que viriam manter acesa no Piauí **a sarça ardente do Padre Fonseca.**[31]

Ficaram-nos desses dias, dispersas na imprensa, opulentas páginas de saber e dialética a preconizar o despertar de nova aurora de nossa cultura. Nos jornais dos últimos anos do Império já apareciam os nomes de Anísio Auto de Abreu, César do Rêgo Monteiro, Gabriel Ferreira, Teodoro Pacheco, Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, Joaquim Nogueira Paranaguá e tantos outros.

Muitos outros piauienses, no período imperial, manifestaram seus pendores para as letras, mas lhes resistiam as condições do meio, a que se referiu Franklin Távora, quando estuda José Coriolano, "tão contrárias a mais vasto desenvolvimento mental".

Aqui só poderia medrar a imprensa, de que nos restam ainda minguadas sobras na dilacerada coleção de jornais de nosso Arquivo Público, a revelar, entretanto, a cultura multifária dos jornalistas de então.

A coleção de jornais da Casa Anísio Brito ainda é um repositório das letras piauienses do período imperial. Infelizmente o dilapidam consulentes despreparados e, por vezes, inescrupulosos, ali conduzidos apenas pela curiosidade e motivos de ordem pessoal.

Digitalizado com CamScanner

A coleção de jornais deveria ser manuseada tão-somente por especilista, sob vigilância. Ela deveria destinar-se privativamente aos cultores de nossas tradições. Pouco a pouco, tudo se vai convertendo em trapos de papel.

Já nos referimos aos primeiros jornais que surgiram no Piauí. A princípio foram órgãos que tiveram por fim divulgar atos da administração pública. Mais tarde passam a servir às facções políticas e a acolher produções como manifestação duma literatura. Assim, quase todas as obras de autores piauienses que apareceram em livros naquela época, transitaram a princípio pela imprensa.

Teresina em 1853 já contava com duas tipografias, uma de João da Silva Leite, outra do Dr. Simplício de Sousa Mendes. Em 19/2/1853, Pereira de Alencastre fundaria a primeira gazeta da nova capital – **A Ordem.** L. 214. 173v. e 179v.[32]

Afora Oeiras e Teresina, no período imperial teriam tipografia Parnaíba em 1863, Campo Maior em 1883, Amarante em 1884, segundo se vê em Pereira da Costa.[33]

Em 1873 circulavam em Teresina três jornais: **A Imprensa**, editada desde 1865, o mais antigo, com tiragem de 400 exemplares a princípio, hebdomadário, mas desde o começo deste ano de 1873 até outubro, só foram publicados 24 números; **Piauí**, cujo primeiro número apareceu em 3/5/1867, também com tiragem com 400 exemplares e já com 36 números desde que iniciou sua publicação; **Oitenta e nove** que começou a circular no princípio de fevereiro, em substituição ao **Amigo do Povo**, e já com 13 números e tiragem de 425 exemplares. (L. 157 157v. Doc. de 13/10/1873.

O **Amigo do Povo**, fundado por David Caldas em 1868, teve logo depois feição de órgão republicano, e o **Oitenta e nove** já trazia o dístico de – **Monitor republicano do Piauí** – e em seu primeiro número fazia David Caldas o prognóstico da proclamação da república federativa no Brasil para 1889.

Teresina foi uma cidade em que sempre proliferaram bons jornais. Só em 1889 teve seis órgãos empenhados na propaganda republicana: **Atualidade, A Falange, Fiat Lux, Oitenta e Nove, O Telefone** e a **A Tribuna.** Nessas condições talvez nenhuma outra capital de estado do norte do Brasil tenha tido maior número.[34]

Os políticos piauienses eram jornalistas, e sempre o foram, porque sempre eram homens de cultura. É assim que encontramos,

Digitalizado com CamScanner

como jornalistas militando na imprensa piauiense todos aqueles que se distinguiram na política nacional. Assim honraram a nobre profissão que sempre foi instrumento propulsor da cultura.

Ainda em Oeiras, quando capital, a Sociedade União Dramática conseguiu fundos provindos duma subvenção e auxílios particulares para a construção de sua sede, isto é o seu teatro.

Perete conseguiu, entretanto, transferir esse valor para a construção do hospital.

Já a capital em Teresina, foi criado o Santa Teresa, e depois, Concórdia onde estreava um grupo de afeiçoados à arte dramática. Em 1861, Procópio Ferreira era comissionado pelo Governo da Província para estudar as condições do teatro. Por vezes servia o Santa Teresa para os bailes mascarados e companhias dramáticas que percorriam, então, o Brasil.

Mas essas manifestações de cultura não tiveram conseqüências notáveis. Contudo, já vimos que tivemos teatrólogos. Em 1867 no Teatro Santa Teresa, Laurentino Teixeira, Honório Parentes, Antônio Gentil, Manuel Morada e outros encenaram duas peças, um drama (**Pedro**) e uma comédia (**A mulher por duas horas**), em ação beneficente. Nessas representações co-participavam elementos de nosso escol social, inclusive do sexo feminino.[35]

O valioso trabalho de Higino Cunha sobre o nosso teatro precisa ser complementado por pesquisadores hodiernos que muito encontrarão na imprensa do século passado e do começo deste século. O Padre Chaves, seguindo essa pista, já nos trouxe contribuição de muito mérito.

Daquela época, de notável perdura na arquitetura, embora despidas das **magnificências da riqueza**, a igreja de S. Benedito tão bem descrita por Elias Martins e onde se revelaria o **cinzel ilustre** de Sebastião Mendes, morto prematuramente. Sebastião Mendes não era um artesão piauiense iletrado. Presumimos, e com fortes razões, que seja ele Sebastião Mendes de Sousa, que fora pela **Res.** 630 de 18/8/1868, subvencionado para estudar escultura. Tinha ele um lastro de cultura, pois Higino Cunha informa que com ele estudou matemática, aprendendo, então, noções de

Digitalizado com CamScanner

progressões, logarítmo e parte final de artmética, de então. Pela mesma lei, Filomeno Juleff Portela Richards foi estudar pintura.[36]

A igreja de S. Benedito foi levantada sob a inspiração e direção de Frei Serafim de Catânia, missionário capuchinho, da ordem dos franciscanos, filho da Itália, aqui chegando, vindo de Recife, em 1874. Trazia o propósito de construir a igreja de N. S. das Dores, iniciada sob os auspícios de F. J. de Menezes Dória e que ruíra quase ao ser concluída. Desnecessária sua cooperação, volta-se, então, para o Alto da Jurubeba onde levanta o imponente templo.

O venerando apóstolo, em seu primeiro discurso, evocou a missão de Frei Doroteu, cujos benefícios trazidos ao Piauí já conhecemos. E deu início a sua obra que foi concluída em 1886. Vejamos a descrição de Elias Martins.

"Campeia na parte mais elevada da cidade a igreja de S. Benedito. Do nível da Avenida Frei Serafim, que lhe fica em face, à surpefície do adro, vão muitos pés, medindo trinta e sete metros e quarenta centímetros de extensão, sobre dezoito e cinqüenta de largo, e trinta e três e sessenta do solo ao vértice, altura que sobrepuja a todos os edifícios da cidade, na sua maioria casas térreas de pesada e antiga construção.

"A fachada espalha-se pelo espaço na brancura rutilante de agigantada tela, guarnecida de duas torres de quatro faces, vasadas em arcos, suportes de pirâmides altaneiras, divididas pelo frontão característico da arquitetura grega. Na base das torres e ombreiras do frontão, separadas por duas pequenas pirâmides, sobrelevam-se pontas de lança.

Abre-se no timpano um nicho, outrora ocupado por uma imagem de S. Benedito, gasta pelo rigor das estações, sobre a qual havia este letreiro:

"Dedicado a S. Benedito por benevolência da província e concurso de fiéis, frei Serafim de Catânia, missionário apostólico, capuchinho, ex-prefeito, edificou este templo no ano de 1886".

Em linha mais abaixo, está o mostrador do grande relógio, emparelhado por outro, simples simulacro, duas pupilazinhas comparadas à lareira que bem ao meio, em plano inferior, descerra-se com um olho desmesurado.

"Seu interior é pobre, mas de uma beleza conquistadora pela variedade dos detalhes e severa harmonia do todo; ali, embora

Digitalizado com CamScanner

ocorrendo à sensualidade da época, o homem experimenta a indeclinável necessidade de orar, e sua alma retoma o império à animalidade para voar aos páramos azuis, triunfo do ideal misterioso fluído que aviventa o imperecível cristão.

"O teto nu, espera ainda o forro protetor, mostrando na engrenagem de seu travejamento a intrincada e segura estrutura do organismo. De tijolo ordinário, sem consistência, a desfazer-se em pó avermelhado, invencível inimigo do asseio, o pavimento é uma tristeza, instante reclamo a pedir fino mosaico, adequado e condigno.

"No pano das paredes, em toda a circunferência, desenham-se colunas, ligadas em arcos; simulam uma gaaleria de portas, lembrando, pelos traços das cornijas e capiteis, as construções dóricas.

"O que, sobretudo impressiona, pela elegância das linhas e arrojo de execução, é o grande arco entre o corpo da igreja e a abside, erguendo-se com a majestade da palmeira e dobrando-se com flexibilidade do caniço.

"O coro, em curva breve, avança qual asa destendida, frágil, dócil, pairando como recatado ninho, onde pipilam as alegrias dos hinos e gemem os estertores do cantochão.

"Em frente, isolado do edifício, destacando-se bem ao fundo, surge o altar-mor, como se fosse um templo em miniatura, de ligeira abóbada, sustada em franzinas colunas, contendo minúsculo coreto, pousado em airoso pedestal, assento de uma pequenina e sorridente imagem de S. Benedito. No centro há um trono triplo, ostentando no lugar de honra o glorioso padroeiro, ladeado pela Imaculada Conceição e S. José; e, em baixo, ao nível do altar, o sacrário, tabernáculo do S. Sacramento.

"Outros altares, donde a piedade supre a estética, foram distribuídos pelo corpo do edifício, sobressaindo entre eles o que, dedicado especialmente a S. Benedito, tornou-se o preferido e mais freqüentado pelo povo, sobretudo pelas mulheres, quase sempre iluminado, coberto de flores, cumulado de oferendas. Colocado à entrada, fronteiro à pia batismal, é o ímã sagrado das multidões; ali, ombro a ombro, nivelados pela verdadeira democracia, pobres e ricos, senhores e servos, abatem-se no mesmo impulso de cultura a Deus à Virgem Maria e aos Santos.

"São poucas as portas externas, porém altas e largas, a principal, uma de cada lado e duas outras dando acesso para as

Digitalizado com CamScanner

sacristias. Ainda assim, há muita luz, jorrando pelo interior, alimentada por duas filas circulares de vitrais de cobres, a coarem por todo o recinto as cambiantes do íris.

"O adro, extenso, quadrilátero, em larga fita, abraça todo o prédio, tendo ficado na linha da frente o grande cruzeiro.

"Dos harmoniosos sinos, tão caros ao ouvido dos fiéis, destaca-se aquela cuja acariciadora voz, durante doze anos, foi o conforto e a esperança dos teresinenses nas agonias e terrores de suas tempestades.

"Inexpressivo e falho é esse desenho da igreja de S. Benedito, sem colorido próprio, esboço de mão tateante, hóspede nos segredos da augusta arte, guiado apenas pelo coração, no deslumbramento do mistério, semelhante ao rústico transpondo os umbrais de um templo iluminado.

"Para o malogro da tentativa audaz, se dos destroços não houver salvados duradouros e dignos, sirva de escusa a boa vontade do inexperto navegante, vogando em desconhecidos mares."[37]

É dessa época também a igreja das Dores, de Teresina, a princípio modesta como a do Amparo. Só no período republicano é que recebem maiores melhoramentos.

Um pouco antes chegara também ao Piauí o Padre Doutor José Antônio Maria Ibiapina que fez a construção das igrejas de Picos, Jaicós e Patrocínio.[38]

Quando no Capítulo II, demos início ao estudo do ensino no Piauí, atingimos o decênio de 60, sem, entretanto, prosseguir na exposição do interessante assunto. Impossível seria agora não concluir o estudo começado naquele capítulo, pois a alfabetização é o suporte básico da cultura dum povo.

O estabelecimento dos Educandos Artífices estava em seu apogeu no decênio de 60, e assim continuaria até quando ocupa a presidência Gervásio Cícero de Albuquerque Melo que se revelou inimigo da educação. Argumentou que o Educandos Artífices apresentava déficit; propôs, então, sua extinção que foi efetuada pela **Resolução** n.° 808 de 4/8/1873.[39]

Não viu Gervásio que o Educandos, em vez de diretores militares, deveria ter sido confiado a mestres civis, e que também

Digitalizado com CamScanner

deveria ter sido evitada a promiscuidade de alunos adolescentes, crianças e adultos; não compreendeu também que os lucros dos educandários se manifestariam no desenvolvimento da terra que pouco a pouco teria seu corpo de profissionais proletários, especializados para pequenas indústrias que bem poderiam sobreviver em base econômica com produção mais aperfeiçoada e selecionada.

O investimento na educação não oferece lucros imediatos; só de modo indireto se apresentam, através do maior rendimento da mão-de-obra. Não conhecia mesmo a história do estabelecimento.

Pelo **Relatório** de 7/5/1870, de L. A. Vieira da Silva vê-se que o estabelecimento ainda continuava em boas condições, pois termina o Presidente sua referência aos Educandos Artífices, pedindo que se criassem novas oficinas como as de serralheiros, encadernadores, seleitos, chapeleiros, pedreiros, e canteiros, revelando lucidez, pois o artesanato do Piauí deveria repousar no subproduto da pecuária. Aconselhou o Presidente que se mandassem alguns alunos ao Maranhão onde deveriam cursar essas artes e nelas aperfeiçoar-se.

Tinha, então, o educandário oficinas de alfaites, funileiros, sapateiros, ferreiros, marceneiros, tanoeiros e tipógrafos. E continuava com a sua banda de música e a escola de letras com 59 alunos.

Sousa Leão, em **Relatório** de 1/7/1871, anunciou que tomou medidas de economia, anexando oficinas e suprimindo a de ourives, que parece já não funcionava, pois seu antecessor não se referiu a ela. Anuncia, entretanto, Sousa Leão que a despesa do estabelecimento era de 3:883$470 com a renda de 8:751$950. Como se vê, as oficinas já ofereciam um saldo bem elevado, embora não suficiente para a manutenção de tão útil educandário.

Matias Olímpio nos informa que nos dez primeiros anos, quando ainda na fase de organização, ela já apresentara um saldo de 7:563$122 e que de 1860 a 1866, verifica-se um rendimento bruto de 49:496$556.[40]

Como Gervásio, tivemos outros presidentes que patentearam estreito descortino acerca da educação. J. J. de Oliveira Junqueira, homem de ação que sabia o que queria e tornou realidade a

Digitalizado com CamScanner

navegação do Parnaíba, e apontou soluções realistas para o problema de nossa pecuária, revelou espírito obtuso quando afirmou que a construção do internato para o Liceu pedida por Saraiva e seus sucessores, seria um mero luxo, e opina que o ensino secundário, possibilitado a muitos, **viria prejudicar as fontes da economia da Província e despertar ambições.** Assim também foi J. P. Belfort Vieira, quando pede a supressão da cadeira de língua nacional (Português), no Liceu, sob a justificativa de que se tornava **desnecessária por ser semelhante disciplina ministradas nas escolas primárias.**[41]

As cousas eram mesma assim. O Colégio Pedro II só mui tardiamente criou a cadeira de **Português.**

E ainda, se a criança filha de pais livres não tinha direito à instrução à falta de escolas, que dizer daquela que nasceu para a escravidão instituída em lei? Contudo, a legislação provincial, inspirada na legislação nacional, proibia à criança escrava freqüentar as escolas públicas. Regulamento n.° 80, de 20/10/1873.

Quando F. A. de Menezes Dória assume a presidência do Piauí, num momento crítico, denotara vocação de estadista, pois dera provas de administrador de mérito incontestável.

Se fora extinto o Liceu (segundo ele, **pela prematuridade de semelhante instituição** em nosso meio), que se criassem duas escolas normais, uma para cada sexo. E logo em sua administração foi criada pela **Lei Provincial** n.° 565, de 5/8/1864, uma escola normal para o sexo feminino, que foi instalada em 3/2/1865.

E procura logo estimular os professores com uma vantajosa gratificação, mais institui uma jóia de 80$000 por ano que deveria ser paga pelo aluno em quatro prestações.

Luna Freire, que o substituiu na presidência, já em **Relatório** de 9/9/1867 à Assembléia Legislativa, informa que, em virtude daquela jóia, na Escola Normal "não se matriculou um só indivíduo, sendo o curso freqüentado apenas por ouvintes".

Uma lei posterior dispensou a jóia: contudo, ainda não floresceu o estabelecimento. Vejamos seu movimento didático:

Digitalizado com CamScanner

Matrícula	1.° ano	2.° ano
1865	23	0
1866	4	3
1867	6	2
	33	5

Freqüência	1.° ano	2.° ano
1865	16	0
1866	3	2
1867	4	1
	23	3

Submeteram a exames	1.° ano	2.° ano
1865	2	0
1866	0	0
	2	0

Para manutenção desse estabelecimento, gastou o Piauí nesse curto período mais de 7:400$000.

Assim, com tamanha despesa e nenhum rendimento, pois no ano de 1866 não se apresentou nenhum aluno para exame, foi extinta a escola normal pela **Resolução** n.° 599, de 9/10/1867, que restaura, entretanto, o Liceu, numa tentativa de dinamização do sistema escolar.

A **Lei** n.° 753, de 29/8/1871, faz novo esforço, instituindo um curso normal de três anos, anexo ao Liceu, para ser novamente extinto em 1874.

E assim fica a Província desprovida do órgão de formação de professorado, até quando se instala o Gabinete de 21/1/1882 que recomenda sua criação **a bem da unidade e organização do ensino em todo o Império.** Governava, então o Piauí, M. I. de Sousa Lima, que se dizia apologista da idéia que defendera no governo de Dória, como diretor da instrução.

Sousa Lima, poucos dias antes de abandonar a presidência, sugeriu a criação da escola que se efetua já no governo de Miguel

Digitalizado com CamScanner

Joaquim de Almeida Castro, em obediência à **Resolução** n.° 1.062, de 15/7/1882.[42]

Para atrair candidatos ao magistério, o curso seria apenas de dois anos e para ambos os sexos. Mesmo assim, não pôde sobreviver, e vai extinto pela **Resolução** n.° 1.197, de 10/10/1888, e certamente em virtude da **prematuridade** da instituição.

Em que consistia essa **prematuridade?** Sua causa original era a fragilidade econômica da comunidade. E também concorreram os preconceitos sociais e a dispersão demográfica.

Assim pensamos porque o Liceu, apesar de tudo, ainda vinha arrastando a sua vida de mais de vinte anos, e ingressaria no período republicano. É que lhe vinham alunos de longe, filhos de pais ricos. Já as mulheres não deveriam abandonar o lar para cursar o normal, longe das vistas paternas, quando mais em co-educação. Quando muito, teriam o ensino primário ministrado em casa. Daí, a iniciativa de se criarem escolas particulares nas fazendas. E assim, o ensino primário teve maior difusão.

As escolas primárias particulares no Piauí apareceram por vezes em muitos municípios, em maior número que as mantidas pelos poderes públicos.

Em Teresina sempre houve escolas particulares de ensino primário, e também foram fundados colégios ou cursos de ensino secundário.

Os professores do Liceu quase sempre lecionavam em aulas particulares.

Dentre os colégios, destacam-se o de Miguel Borges, na capital, a princípio em Oeiras, mais tarde em Teresina, e o de José Basson, em Parnaíba. Barras, Jaicós, S. Raimundo Nonato e outros municípios tiveram classes que ministraram o ensino secundário.

O aparecimento desses cursos foi estimulado pelo **Decreto** n.° 5.429, de 2/10/1873, que permitia inscrições de alunos avulsos para exames de ciência e línguas. (Idem. L. 573. 111. Doc. de 17/11/1875. L. 574. 99 e 224. Docs. de 29/12/1879. Vide também **Rel.** M. I. de Sousa Lima de 1/5/1882. 49. 50).

Esse **decreto** foi ato do gabinete de 7/3/1871, que teve como primeiro ministro o Visconde do Rio Branco e que inaugura no Brasil, segundo o Visconde de Taunay, a idade de ouro do Império.

Já em **Portaria** de 12/9/1871, o Governo Provincial, segundo P. da Costa, criava uma escola noturna em Teresina, que foi instalada

Digitalizado com CamScanner

e teve boa freqüência. Em seguida criam-se ainda três escolas noturnas distribuídas por Parnaíba, Amarante e Oeiras, e ainda duas outras em Pedro II e Piracuruca, mais tarde foram suprimidas.[43]

Nesse ministério, cuja ação refletiu-se em toda a Nação, especialmente em sua estrutura social, a educação recebeu estímulo nas falas do trono, repetidas vezes. Era, então, o ministro do Império, João Alfredo de Oliveira, a quem estava afeto o assunto e a quem caberia incentivar as medidas necessárias, em busca do objetivo.

Expede aviso ministerial em que recomenda os governos provinciais providências para instalação das escolas públicas em edifícios próprios que oferecessem condições propícias à ministração do ensino, promovendo a aquisição de meios para esse fim, junto às assembléias legislativas, que deveriam anualmente instituir dotações orçamentárias, e, junto aos particulares, criando comissões para angariar donativos. (Idem. L. 572. 78 a 78v Doc. de 6/8/1872).

Pedro Afonso Ferreira, que governava então o Piauí, pouco fez no sentido de melhorar o aparelhamento do ensino, e também cousa alguma faria Miranda Osório, seu sucessor, em exercício de poucos dias, pois teve de transmitir as funções a Gervásio Cícero logo após sua posse.

Gervásio Cícero solidariza-se com o governo nas medidas sugeridas no aviso ministerial, e anuncia a João Alfredo seus propósitos, pedindo a planta padrão do edifício para escolas públicas. (Idem. L. 572. 115. Doc. de 26/4/1873).

Que fez, então, no Piauí? Foi o que vimos. Extinguiu o Educandos Artífices pela **Resolução** nº 808, de 4/8/1873, e em19/8/1873 promulga a **Resolução** n.º 824 que manda contratar com o Comendador João do Rego Monteiro, ou com quem mais vantajosas condições oferecesse, a fundação dum estabelecimento com a denominação de Internato Artístico, mediante a subvenção de dez contos de réis. Em 29/8 lavrou-se o contrato pelo qual João do Rego obrigava-se a criar o educandário.

O estabelecimento começou a funcionar em meados do ano imediato e vai extinto pela L. P. n.º 895, de 16/6/1875, apenas com um ano de vida.[44]

João do Rego já havia, então, doado ao Governo um prédio na Praça Saraiva para a instalação duma escola primária. (Idem. L. 573. 17. 17v. 26. Docs. de 4/3/1874 e 31/3/1874).

Digitalizado com CamScanner

Aviso ministerial anuncia que havia o propósito de fundar-se em Parnaíba uma Companhia de Aprendizes Marinheiros. Essa campanha foi criada pelo **Decreto** n.° 5.309, de 18/6/1873 e seu regimento é dado pelo **Decreto** n.° 1.517 de 4/1/1855 que vinha servindo aos estabelecimentos congêneres. Começa a funcionar em 1/6/1874. (Idem. L. 565. 150. Doc. de 1/5/1873).

Houve a princípio dificuldades para obtenção do prédio que deveria ser sede da companhia. Pretenderam alugar um de Miranda Osório que, parece, não desejava firmar um contrato, pois julgaram exorbitantes suas exigências. Cogitou-se na vinda dum navio que serviria de quartel. É quando Miranda Osório oferece gratuitamente duas casas para o funcionamento do estabelecimento, o que é aceito. (Idem. L. 566. 129. 129v. Doc. de 16/6/1874. Vide ainda do mesmo Livro págs. 131. 132. 152. 154. 155. 187 e 188).[45]

Em verdade, o Ministério de 7/3/1871 despertou interesse pela educação em geral. É quando surgem as tentativas industriais de Francisco Parente e Adan Benaron, ambas visando também a cultura popular, ministrando ensino profissional. Essas duas iniciativas tinha vinculações com a Lei do Ventre Livre cuja regulamentação exigia o amparo dos ingênuos, como eram chamados os que nasciam de mães escravas.

O que, entretanto, de mais importante tivemos foi a fundação em Teresina em 1874, da Sociedade Propagadora da Instrução, em solenidade que teve lugar no palácio da presidência, na administração de Lamenha, sendo diretor geral da instrução Polidoro César Burlamaque. O influxo da instituição atingiu até outras comunidades municipais do interior. João Gonçalves Magalhães ofereceu ao Governo uma casa em Amarante, no valor de cinco contos de réis, para sede duma escola pública.[46]

A mesma instituição funda em Teresina, logo após, uma biblioteca pública de mais de vinte mil volumes oferecidos pelo Governo e particulares. E logo em seguida, senhoras teresinenses criam uma associação que teve por fim proteger crianças pobres, levá-las às escolas, fornecendo o de que precisassem.[47]

A biblioteca foi fechada em 1877 e reaberta em 1882, vindo, então, até o período republicano.[48]

Em 1880, sob a inspiração de Eugênio Marques de Holanda, criava-se em Teresina uma escola noturna para o sexo masculino,

Digitalizado com CamScanner

que teve vida efêmera, à falta de alunos, segundo informa P. da Costa, baseado em relatório da presidência.

Vêm também as bibliotecas, os museus, as caixas e as excursões escolares, e também as conferências pedagógicas. Essas instituições e as iniciativas culturais tinham por fim assistência e promoção do aluno, bem como do professor. Não tiveram entretanto, continuidade ou mesmo durabilidade.[49]

A doação de prédios para o funcionamento de escolas faz vir à tona a criação do seminários do Piauí, assunto que pouco antes fora debatido. O Padre Raimundo Alves da Fonseca, então, vigário da igreja das Dores, foi encarregado de agitar a idéia que receberia logo a solidariedade do presidente da província. O Bispo do Maranhão, que estimulou a iniciativa, terminou por abandoná-la.

A doação de casas provocaria nova tentativa que ainda fracassa. (Idem. L. 573. 84. 84v. 100. Docs. de 27/3/75 e 19/8/75. L. 309. Doc. de 25/1/1867)

Foi quando o Cônego Tomaz de Morais Rego e o Barão de Campo Maior oferecem uma casa na Praça Saraiva. Falou-se em localizar nesse prédio o Liceu que já tinha sede própria, comprada pra esse fim; fizeram-se, então, consultas ao Bispo Diocesano em S. Luís para a instalação do Seminário na casa doada da Praça Saraiva. Ainda uma vez foi protelada a fundação do educandário que serviria de base para a formação de nosso clero, com manifesta má vontade da Diocese. (Idem. L. 573. 84. 84v. 100. Docs. de 27/3/1875 e 19/8/1875. L. 309. Doc. de 25/1/1867).[50]

Incontestávelmente houve um surto na educação, mas de pouco influência na cultura popular. Era uma gota lançada no oceano humano.

As escolas normais eram criadas para logo serem extintas. Apenas resistiu o Liceu em sua segunda instalação após o fracasso da primeira, motivadas pelas condições já estudadas. O crescimento do ensino primário não correspondia ao crescimento vegetativo da população que dia a dia fazia maior o percentual de gente analfabeta.

Vejamos informações sobre as escola de ensino primário e sua matrícula, extraídos os números de mensagens e relatórios do presidente da província, e do trabalho de Anísio Brito. **Ligeira notícia sobre o ensino primário.**

Digitalizado com CamScanner

Nos cincos últimos anos da monarquia

1885	59	cadeiras	2016	alunos
1886	59	"	1592	"
1887	48	"	1507	"
1888	55	"	1608	"
1889	61	"	1928	"

Eis um tópico do relatório com que o Dr. Raimundo Vieira da Silva passou a administração da província em 27 de junho de 1889 ao segundo vice-presidente, Dr. Firmino de Sousa Martins: "Aqui não há mestres, nem discípulos.

"O magistério é apenas uma indústria.

"Os professores primários são em geral aqueles que não podendo conseguir mais vantajosa colocação, refugiam-se no magistério, para o que, todavia, não têm aptidão."

Enquanto diria o Diretor Geral da Instrução, em relatório apenso ao do Presidente da Província:

"As escolas públicas da província, com exceção das da capital, são verdadeiros albergues. Nelas não existem utensílios necessários que dão alegria aos alunos e vontade de ensinar ao professor. Em quase todas nota-se o desânimo, o indiferentismo, o atraso, o aniquilamento da instrução pública primária, devido à negligência do nosso governo que não tem sabido curar deste importante ramo do serviço público".

✓

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] NUNES, Odilon. **Geografia e História do Piauí**, em Econ. Piauiense. Vol. I. n.° 4. p. 221.

[2] JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo.** Colônia 1945. p. 120.

[3] RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil.** (Introdução Metodológica). Vol II. 2. ed. p. 562 a 564.

[4] COSTA, Pereira da. **Notícia sobre as comarcas do Piauí** anexa à **Fala** do Dr. Raimundo Teodorico de Castro e Silva, de 1/6/1885. p. 259. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí.** 1909, p. 229. BRITO, Anísio. Piracuruca, em **O Piauí no centenário de sua independência.** Vol IV . 1923, p.143.

[5] COSTA, Pereira da. **Notícia.** p. 236.

[6] FIGUEIREDO, Fidelino de. **História Literária de Portugal.** 1960, p. 299 a 300.

[7] FREITAS, Clodoaldo. **Vultos Piauienses.** p. 162.

[8] FREITAS, Lucídio. **Literatura Piauiense – Rascunho Histórico** – em **Revista da Academia Piauiense de Letras.** (Edição comemorativa do Centenário. p. 70).

[9] Vide João Pinheiro – **Literatura Piauiense – Escorço Histórico** – 1937, p. 58 a 59.

[10] FREITAS, Clodoaldo. Op. cit. FREITAS, Lucídio. Op. cit. p. 70.

[11] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 135. BRANCO, Odorico Castelo. **De Longe, em a Cidade de Teresina,** N.° 15, de 22/7/1911.

[12] OLÍMPIO, Matias. **Ensaios Discursos e Conferências.** 1959, p. 14.

[13] FREITAS, Clodoaldo. Op. cit. p. 196.

[14] PINHEIRO, João. Op. cit. p.127.

[15] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 85 a 86. 110 a 112.

[16] FREITAS, Lucídio. Op. cit. p. 70.

[17] CUNHA, Higino. David Moreira Caldas, sua vida, sua obra e sua morte, em **Revista da Academia Piauiense de Letras.** Ano XX. Outubro de 1937, p. 149.

[18] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 33. FREITAS, Lucídio. Op. cit. p. 68.

[19] OLÍMPIO, Matias. Op. cit. p. 101.

[20] Vide Sacramento Blake. Op. cit.

[21] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 82

Digitalizado com CamScanner

[22] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 26 a 28. Vide **Almanaque Piauiense.** 1903, p. 122 a 127

[23] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 32 a 33. PINHEIRO, Irineu. **Efemérides de Cariri.** 419 a 422. Vide também Sacramento Blake.

[24] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 118. 119.

[24a] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 196 a 199.

[25] CUNHA, Higino. **Anísio Brito (Sua obra, sua vida e sua morte).** 1920, p. 44.

[26] ARANHA, Graça. Obra completa. Coleção Centenário. 1969. Autobiografia. **O meu próprio romance.** p. 550.

[27] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 117. 118.

[28] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 148.

[29] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 199 a 200.

[30] PINHEIRO, João. Op. cit. p. 207. 208. **Estado do Piauí.** N.° 51 de 20/5/1890.

[31] ARANHA, Graça. Op. cit. p. 550. NUNES, P. Cícero. **Notas sobre a religião no Piauí.** Em **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Piauí.** N.° 1. p. 158 a 159.

[32] COSTA, Pereira da. **Cronologia.** p. 328 a 329.

[33] COSTA, Pereira da. **Cronologia.** p. 240 a 242.

[34] **Mensário do Arquivo Nacional.** Ano I. N.° 11 – 1970. (Baseou-se o Mensário nos exemplares na Biblioteca do Arquivo Nacional).

[35] **A Imprensa.** N.° 97. de 3/4/1867 e N.° 108. De . . . . .

[36] CUNHA , Higino da. **Memórias (Traços autobiográficos).** 1940, p. 15.

[37] MARTINS, Elias. **Frei Serafim da Catânia.** 1917, p. 27 a 30.

[38] COSTA, Pereira da. **Cronologia.** p. 331. CUNHA, Higino. **Memórias.** p. 137. 138. NUNES, P. Cícero. Op. cit. p. 156. MARTINS, Elias. Op. cit. p. 33 a 34.

[39] MELO, Gervásio Cícero de Albuquerque. **Relatório** de 18/7/1873.

[40] OLÍMPIO, Matias. **Ensaios.** p. 214.

[41] JUNQUEIRA, J. J. de Oliveira. **Relatório** de 2/7/1858. VIEIRA, J. P. Belfort. **Relatório** de 11/12/1879.

[42] LIMA, Manuel Ildelfonso de Sousa. **Relatório** de 1/5/1882. CASTRO, M. J. de Almeida. **Relatório** de 5/4/1883. OLÍMPIO, Matias. **Ensaios.** p. 209 a 210.

[43] COSTA, Pereira da. **Cronologia.** p. 331

Digitalizado com CamScanner

[44] OLÍMPIO, Matias. Op. cit. p. 214 a 215.

[45] COSTA, Pereira da. **Cronologia.** p. 335 a 337.

[46] COSTA, Pereira da. **Cronologia.** p. 340.

[47] COSTA, Pereira da. p. 342. **Fala**, de Cavalcante de Albuquerque, de 4/6/1875.

[48] **Relatório** de M. J. Almeida Castro, de 5/4/1883, e **Relatório** de MARTINS, Francisco de Sousa, de 23/7/1889.

[49] COSTA, Pereira da. **Cronologia.** p. 347 a 365. Vide a Época N.° 491, de 20/1/1888.

[50] Com referência à criação do seminário, nessa fase de nossa história, vejamos o que disse o P. Cícero Nunes: "Após a independência, as classes dirigentes volveram as vistas para a criação de uma diocese.

Os negócios eclesiásticos, na dependência do bispado do Maranhão eram resolvidos com grande vagar e sobrecarrega Je despesas. Dada a dificuldade de comunicação, os casamentos eram indefinidamente protelados, à espera das dispensas matrimoniais, que só tinham despachos longos meses após a solicitação, "chegando às vezes quando já haviam falecido os contraentes".

"Em 1829, em sessão do Conselho do Governo por proposta do padre Marcos de Araújo Costa foi enviado ao ministro da Justiça uma representação, pedindo a nomeação de um delegado do bispo diocesano do Maranhão com poderes para dispensar em causas matrimoniais.

"Em 1830 o mesmo Conselho desanexa o Piauí do bispado do Maranhão e cria uma diocese. Foi uma deliberação sem conseqüência, à falta de aprovação da Igreja.

"Em 1832 o Conselho geral da Província houve por bem criar um bispado independente do de Maranhão e estabeleceu as condições de instalação do prelado.

"Teve o mesmo destino do primeiro.

"Em 1833 o mesmo Conselho reitera uma proposta feita, três anos antes, ao governo Imperial para a criação de um bispado no Piauí. A este respeito dirige-se o presidente da província ao ministro da Justiça.

"Em 1834 novo pedido é encaminhado para a Câmara dos Deputados, contendo-se o Conselho com a fundação de uma prelazia **nulius**. Este documento é fundamentado em graves razões de ordem espiritual.

Digitalizado com CamScanner

"Em 1835 a Assembléia Legislativa Provincial, na sessão de 25 de julho, arrogando-se o poder da S. Sé, cria bispado no Piauí.

"Todos esses tentames nem sequer melhoram as condições anteriores em que, eclesiasticamente, se achava a província. Em 1852 é que D. Manuel Joaquim da Silveira, bispo do Maranhão, procurou remediar a situação, conferindo ao cônego provisor do bispado faculdades extraordinárias. Em 1853, o vigário forâneo do Piauí recebia latos poderes, sendo mais tarde estabelecido um arciprestado com muitas atribuições na província.

"Tais medidas não eram de molde a resolver a questão no momento, porém, correspondiam as palpitantes necessidades". (P. Cícero Nunes, **Notas sobre a religião no Piauí**, em a **Revista** do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense. Tomo I. 154 a 155. Peça também interessante sobre o assunto é **Escorço Histórico da Diocese do Piauí**, do P. Luís Gonzaga Mourão, publicado em o **O Apóstolo**, n.° 17 de 8/9/1907).

Digitalizado com CamScanner

Vitório da Costa e sua administração no Piauí

Às 5 horas da tarde, no dia 5 de dezembro de 1883, chegava a Teresina o Dr. Emídio Adolfo Vitório da Costa.

Viera da Corte, em viagem marítima até São Luís, donde prosseguiu em demanda do Piauí, através do território maranhense. Acompanhava-o sua esposa.

Conheceu Caxias, ainda a rainha dos sertões do Norte e onde abandonou o vale do Itapecuru, em busca do Parnaíba.

Alcança esse rio no povoado São Martinho, seis léguas ao norte da capital piauiense.

Aí foi recebido no mesmo dia 5, a bordo do "Conselheiro Paranaguá", pelas principais autoridades civis e militares, representantes graduados do partido liberal, cavalheiros, senhoras, co-participando do almoço que lhe foi oferecido pela gema da sociedade teresinense que rendia assim sua primeira homenagem ao Presidente que foi escolhido, havia pouco pelo Ministério Lafayette, para dirigir os destinos do Piauí.

No dia imediato, assume as funções do cargo, a que foi alçado por **Carta Imperial** de 22 de setembro de 1883.

Era Bacharel, formado em Ciências Físicas e Matemáticas, Engenheiro Civil e Geógrafo pela antiga Escola Central do Rio de Janeiro, Oficial da Imprensa Imperial Ordem da Rosa.

Por morte de seu pai, Conselheiro Adolfo Manuel Vitório da Costa, emérito educador que reunia em seu colégio os filhos das

Digitalizado com CamScanner

famílias cariocas mais importantes, foi o continuador da obra paterna, assumindo a direção do estabelecimento de ensino de que fora aquele o fundador.

Prestou ainda relevantes serviços como professor do curso anexo da Politécnica, do Liceu de Artes e Ofícios e Liceu Literário Português. Foi também membro do Conselho da Instrução.

A política desde muito lhe acenava. Sem apresentar-se candidato, foi eleito juiz de paz de sua paróquia. E em seguida, durante duas legislaturas, elegeram-no ainda deputado da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, da qual chegou a ser 2º secretário.

Estudemos sua ação no Piauí.

No dia seguinte ao de sua posse, expede ofício circular dirigido aos juízes de direito e juízes municipais, determinando que "procedessem com a maior prudência e imparcialidade no exercício de suas funções, a fim de evitar abusos e excessos, que naturalmente trariam perturbação da ordem pública", recomendando ainda às mesmas autoridades que, "empregando o seu prestígio e influência benéficos, constituíssem nas comarcas, como era de esperar, garantias dos direitos, sossego e tranqüilidade de seus jurisdicionados".

Poucos dias depois de assumir sua função, visita as diversas repartições públicas, a Tesouraria da Fazenda, o Tesouro Provincial, a Escola Normal, a Cadeia Pública, o Quartel de Linha, a Casa da Assembléia, tomando providências no sentido de melhorar o funcionamento de cada uma, conforme suas atribuições e possibilidades. Determinou, como conseqüência desse seu primeiro contato com o aparelho administrativo, remodelações ou ampliações no cemitério, Casa de Detenção, nas rampas e taludes do porto.

Diariamente consagra duas horas a audiências públicas, atendendo a seus auxiliares a quaisquer horas.

Inspecionava as escolas primárias, estudava suas instalações, verificava as condições de aproveitamento. Pessoalmente examinava os alunos, estimulava-lhes o amor aos estudos, conferindo prêmios, conforme o mérito de cada um.

Conhecida a situação da capital, voltou suas visitas para o interior. Seu objetivo era trabalhar, realizar algo de útil. Para atingir esse alvo não regatearia sacrifícios materiais.

Dois grandes empreendimentos animavam, então, o Piauí: a Colônia São Pedro de Alcântara e a desobstrução do rio Parnaíba.

Digitalizado com CamScanner

O primeiro, não alcançando suas finalidades, assentou, entretanto, as bases da cidade que em pouco arrebataria de Amarante o domínio do comércio do Sul do Piauí e Maranhão. O segundo foi confiado a uma comissão de técnicos que chegou à província em abril de 1882. Como início de seus trabalhos, a 3 de julho do mesmo ano, reboaram em Várzea da Cruz os primeiros tiros de dinamite. Sua missão era conquistar o Alto Parnaíba, melhorar as condições de navegabilidade desse rio, estimular o comércio dessa região do país, possibilitando o escoamento dos produtos de sua indústria agrícola e pastoril.

Vitório era também fazendeiro na freguesia de Ipiabas, e isso viria ainda mais lhe estimular o desejo de conhecer esta província, cuja economia repousava na zona rural, nas suas extensas campinas de pastagens nativas, onde os criadores oligarcas tinham sua grande propriedade e donde, embora já em decadência, vinham governando a terra desde os tempos coloniais.

Assim, às 8 horas do dia 5 de fevereiro, empreendeu a viagem que tinha por meta inspecionar aqueles notáveis empreendimentos. Seguiu, acompanhado de luzida comitiva, da qual fazem parte auxiliares do governo, senhoras e senhoritas, no **Conselheiro Junqueira** que lhe foi posto a disposição pela Companhia da Navegação do Parnaíba.

Dessa excursão, bem como da que fez, em seguida, ao litoral piauiense, colheu os conhecimentos necessários para poder apresenta à Câmara Legislativa Provincial seu primeiro relatório referente ao Piauí. Se não constitui esse relatório a mais importante peça oficial atinente a esta província e publicada até então, pelo menos nenhuma excederá pela proficiência com que estuda os seus múltiplos problemas.

Houve quem insinuasse (e nisso não há exagero de conceito) que essa viagem "foi uma excursão verdadeiramente científica".

Chegando a São Pedro de Alcântara, abandona a fundação e vai visitar as fazendas Guaribas e Matos, onde se põe em contato com os nosso rebanhos.

"A criação de gado, diz ele quando se dirige à assembléia, acha-se ainda hoje na província tal qual era no estado primitivo: sem a conveniente seleção, o indispensável cruzamento de raças e nenhuma prática de zootécnia e veterinária.

Digitalizado com CamScanner

"As conseqüências favoráveis que traria à província a indústria pastoril, habilmente dirigida, e empregando-se meios aperfeiçoados, seriam incalculáveis e logo se farão sentir no aumento do valor das terras hoje tão depreciadas".

"É deplorável que a principal industria da província permaneça quase em completa inércia tendo vasto campo para grande desenvolvimento nas ricas pastagens que constituem quase todo o seu extenso território".

Aconselhando a fundação de charqueadas, diz que "além destas, outras indústrias há que podem tomar grande incremento pela simplicidade de seus processos, como sejam – a fabricação de queijo, manteiga e leite condensado –, produto este ainda não conhecido na província.

Causa realmente admiração a quem percorre as extensas campinas da província, saber quando descuradas se acham aquelas indústrias do fabrico do queijo e da manteiga".

Faz, em seguida, profusas referências à pecuária dos Estados Unidos, sua influência na economia de diferentes Estados daquela grande nação.

Como engenheiro, suas vistas voltaram-se com simpatias para os trabalhos da comissão de desobstrução do rio Parnaíba, da qual era chefe o Dr. Bejamim Franklin de Albuquerque Lima. Esteve em Surubim, Cajueiro, Várzea da Cruz, corredeiras que interceptavam a navegação do Alto Parnaíba.

Para avaliar-se seu entusiasmo pela empresa de que co-participava no momento, ouçamo-lo:

"Na excursão que fiz ao Alto Parnaíba, coube-me a glória de assistir à primeira passagem na corredeira de Várzea da Cruz, depois de melhorada pela comissão."

Preconizou, então, a conveniência duma estrada de ferro, que ligasse o vale do Parnaíba ao Tocantins, como melhoramento que abriria aos ricos sertões de Goiás fácil caminho para seus produtos, e de grande finalidade econômica para o Piauí, pois tornava aquela opulenta região sua tributária.

Expedia a opinião de antecessores, em face do pedido de concessão o engenheiro Crokatt, para construir a referida estrada.

Ao regressar à capital, a A Imprensa, órgão do partido liberal, comentou:

Digitalizado com CamScanner

"S. Excia. que também é engenheiro, indagou de todo o serviço; examinou os aparelhos elétricos, cartas e instrumentos de engenharia, assim como se deteve no exame do arquivo técnico da comissão, apreciando em extremo os mapas e desenhos que o compõem.

Em Teresina pôs em dia os trabalhos burocráticos, inspecionou escolas primárias e aprestou-se para fazer sua excursão ao Norte da província.

Assim, às 9 horas do dia 26 de março, a bordo do vapor **Teresinense**, posto ainda sua disposição pela Companhia de Navegação, acompanhado de seus auxiliares, da esposa, cavalheiros e senhoras, segue para Parnaíba, principal cidade do Norte da província, estimulado pelo desejo de conhecer a terra, suas possibilidades e necessidades, para melhor administrar.

Em Parnaíba, visitou as escolas, a Cadeia, Alfândega, Quartel de Aprendizes Marinheiros, Capitania do Porto, Cemitério, Igreja Matriz, Câmara Municipal, sempre tomando deliberações compatíveis com o momento e suas atribuições. Em seguida foi a Amarração, outrora freguesia de estéreis terras cearenses, que a pouco mais de três anos fora anexaao no Piauí, em troca de suas ricas terras banhadas pelas cabeceiras do Poti.

A cavalo, foi até o farol que já cintilava na Pedra do Sal e que o Ministério da Marinha mandara construir em 1872, por Newton César Burlamaque. Solicitou ao Governo Central reparos indispensáveis que já se faziam sentir nessa baliza de importância capital para navegação marítima.

Inspecionando as cadeias das vilas e cidades das margens do Parnaíba viu o sofrimento porque passavam os sentenciados, em virtude das péssimas condições ambientais em que viviam, notadamente sob o aspecto de higiene. Já observara essa deficiência na Casa de Detenção de Teresina, onde mandara construir um salão para enfermaria.

"As cadeias que visitei, diz ele em seu **Relatório**, são todas imprestáveis. Sem as mais essenciais condições de higiene, privadas de ar, luz e asseio, são lugares que, sem dúvida, mais servem para agravar a pena dos detentos, proporcionando-lhes moléstia graves e sintomáticas do meio em que vivem esses infelizes".

"De todas as que visitei destaca-se a cidade de Parnaíba. As condições para a vida são tão poucas, que o visitante experimenta

Digitalizado com CamScanner

um estado tão desagradável ao penetrar esse antro, que se vê forçado a sair rapidamente."

Mal regressa a Teresina, já projeta novas excursões. Agora, a Oeiras, antiga metrópoles, e a Campo Maior, o mais importante centro pecuário da bacia do Longá.

Já tinha, entretanto, subsídios para elaborar o relatório que, em pouco, apresentaria à Assembléia Legislativa, que iniciaria seus trabalhos nos primeiros dias de junho.

Falaria à Assembléia com observações próprias, a respeito da Província. Já a conhecia tão bem, ou melhor do que a conheciam aqueles aos quais teria de dirigir-se, oferecendo-lhe um plano de trabalho e executar em cooperação.

Sentia-se animado pela certeza de mérito real que imprimiria ao relatório. Estava na idade das grandes convicções, quando ainda não temos experimentado desilusões.

Assim falou à Câmara em que tinha minoria, quando se lhe dirigia pela primeira vez.

"Se a província de que sois dignos representantes precisa, como sabeis, de vossas luzes para se colocar a par de suas irmãs, em vosso patriotismo, estou certo, tendes sobejos intuitos de dotá-las dos melhoramentos e benefícios acomodados às suas condições financeiras.

Neste empenho confio que, abstraindo campo estéril da política, onde, de ordinário, questões sem importância, recriminações incandescentes roubam inutilmente precioso tempo, empregareis em vossos estudos e conhecimentos unicamente em assuntos de verdadeiro interesse."

Seu relatório despertou simpatia geral, causando ótima impressão em todos os arraiais políticos.

A **Imprensa**, órgão correligionário e do partido liberal, classifica-o de "uma peça oficial de grande fôlego, pelas idéias úteis e grandiosas que contém", enquanto a **A Época**, órgão do partido conservador que constituía a oposição e detinha, então, a maioria da Assembléia Legislativa, julgou "bem explanado e minucioso sobre assuntos da maior transcendência", "aventando idéias, sugerindo alvitres, que são outras tantas sementes lançadas ao solo sáfaro de nossa indolência e tibieza", "onde deverão frutificar a despeito dos entraves criados pela inércia, torpor e ignorância dos filhos do Piauí".

Digitalizado com CamScanner

Sempre assim em todos os tempos, aqui e por toda parte: as culpas nascidas dos erros de formação de nossa elite, transferidas à ignorância de nossa gente tão simples e resignada.

Mais que a preguiça do povo piauiense, iria prejudicar à administração pública a ausência de virtudes cívicas nos deputados que constituíam a maioria da Assembléia Provincial.

O Piauí atravessava dificílima crise política e administrativa: desarmonia entre os poderes governamentais, déficit orçamentário, desarticulação nas repartições públicas duma Província a organizar, naquela fase de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre, e sobretudo a incompreensão dos líderes de partidos, sem cultura, sem formação espiritual ao menos para vislumbrar que a conjuntura exigia a conjugação de esforços para jugular os males do momento.

Vitório da Costa, não só no Relatório que apresentava seu pensamento de governo, como em atitudes anteriores, lançara a ponte para entendimentos. O órgão de imprensa adverso chegara a elogiá-lo porque afastou do serviço elementos viciados, assim dizia.

Para melhor conhecê-lo, estudemos a peça oficial que para a época e o meio assentou um marco como programa administrativo. Já conhecemos tópicos enxertados neste trabalho. enriqueçamo-lo com outros trechos.

Assim falava ele, com referência ao ensino:

"É este um dos ramos do serviço público a respeito do qual nada poderei adiantar ao muito que se tem escrito.

Não me é possível, entretanto, deixar de reclamar a vossa atenção para assunto de tanta magnitude. Anteponho a instrução mesmo às finanças da Província, e não encareis como paradoxal este meu juízo. Poderá, acaso, haver organizado financeira, progresso moral ou material, onde o cidadão não possua conhecimento pleno dos seus deveres e dos seus direitos, onde não houver, inteligências cultivadas?

O edifício moral que temos o dever de zelar – a Província – carece de base estável e esta é, sem dúvida a instrução.

Preparemos o cidadão fortificando-lhe o intelecto à medida que o físico se desenvolver, e dispensemo-lhes todos os cuidados se quisermos ver marchar a passo largo a Província de que sois dignos representantes.

Digitalizado com CamScanner

A instrução popular preocupa há mais de um século os grandes homens da adiantada Europa".

Em seguida:

"Um povo esclarecido será sempre um povo livre, na eloqüente frase de Laveleys.

O Brasil, pujante de força, orgulhos dos bens que lhe outorgou com a prodigalidade a natureza, não pode, nem deve ficar estacionário, ante o prodigioso movimento operado no mundo civilizado".

Era isso a introdução. Como educador, procuraria dar relevo a esse aspecto da administração.

Pensamos, entretanto, que outros fatores concorreram para que apresentasse um trabalho que se tornou digno da admiração de seus coevos e famoso na história administrativa do Piauí. Para empreendimentos de natureza altruística, somos tentados a procurar sempre as fontes inspiradoras.

Cremos que a mais preponderante foi a que teve origem em sua profissão. Certamente, dentro do Código Vitório, na metrópole brasileira, não deixaria de chegar os ecos do congresso de educação, convocado por Sarmiento, em Buenos Aires. Esse movimento argentino teve repercussão em todas as Américas.

Os dois pareceres, apresentados por Rui à Câmara dos Deputados, tiveram também decisiva influência em seu espírito de educador. Todos estes fatos ocorreram um pouco antes de sua vinda para a presidência do Piauí.

Acresce ainda que o programa de governo do Conselheiro Lafayette visava especialmente a questão financeira, a instrução, a reorganização administrativa das províncias, o problema do elemento servil, etc.

A todos esses aspectos dedicou atenção especial.

Comenta, em seguida, a legislação do ensino primário, no Império, desde a Constituição de 1824. Pede, em obediência a essa mesma legislação, a disseminação de escolas, e a instituição da obrigatoriedade do ensino primário e de órgãos indispensáveis ao preparo do professor, como elemento básico do aparelho escolar piauiense.

Acrescenta que não tem a pretensão de oferecer um plano completo de estudos sobre o momentoso assunto, pois as condições da Província não comportariam, mas que indica o que julga necessário como imprescindíveis medidas a tomar.

Digitalizado com CamScanner

Estuda obrigatoriedade do ensino, como lei posta em vigor na Europa e Estados Unidos, embora ainda sem a sanção prática.

Essa providência vinha sendo pedida no Piauí, desde o tempo de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Em sua mensagem, Vasconcelos havia solicitado a lei. Agora era a vez de Vitório.

Passa a aconselhar uma taxa escolar inspirado no **School fund** dos norte-americanos. Indica as fontes tributárias de que deveriam emanar os recursos para "salvar da medonha crise da ignorância o futuro dos nossos descendentes".

Analisa o mérito dessa medida, seus efeitos na América do Norte e já mesmo outras províncias do Império, e as virtudes da educação, pois "à medida que se elevam as despesas com a instrução decrescem os gastos com a polícia e a justiça".

Refere-se às visitas que fez às escolas da Capital e do Interior, à organização do ensino, às deficiências do programa, e sugere a inclusão no mesmo de ciências físicas e naturais, preceitos de higiene e sua aplicação à vida, noções de geometria elementar, princípios gerais de horticultura, lavoura e ginástica.

"Não vos deveis surpreender, explica-se ele, de propor-vos a inclusão de princípios gerais de horticultura e lavoura no programa de ensino. Por duplo motivo assim procedo. Primeiramente, porque semelhante aprendizagem traria amenidade ao estudo; e em segundo lugar, porque deveis ter presente que vos achais em um meio em que tudo se tem a lucrar com esse ramo de instrução."

E mais adiante:

"No que diz respeito ao material, conviria que os alunos tivessem sempre sob as vistas – quadros com pensamentos morais e máximas, e com os mais importantes fatos de nossa história pátria."

Diz que o magistério participa dos defeitos inerentes à falta de conhecimentos pedagógicos (a Escola Normal havia sido instalada a 11 de agosto de 1882), à mesquinhez de vencimentos do professor que o impossibilita de adquirir recursos de aperfeiçoamento, a fim de tornar-se verdadeiro mestre. Pleiteia que a vitaliciedade só lhe seja concedida "após longo tirocínio na carreira e depois que se tivessem colhido provas robustas de aptidão e zelo."

Não satisfazem as casas em que funcionam os estabelecimentos de educação a nenhum dos preceitos de higiene. "São em geral acanhadas, sem condições bastantes de ar, luz, acústica, etc."

Digitalizado com CamScanner

"É desolador o estado da mobília escolar".

"E de todas as escolas que visitei não achei uma só que tivesse mobília regular. A elevação dos bancos, a direção vertical do encostos destes, a sua proximidade relativa à falta de espaço, são outras tantas condições anti-higiênicas. E tudo isso se deve à escassez de verba votada, que não permite aumentar ou melhorar a mobília existente..."

A inspeção "é parte integrante e importantíssima do aproveitamento dos alunos."

Em realidade não existe, pois é função gratuita. Daí a inconveniência dessa prática. Reconhece a impossibilidade financeira da província para a remuneração.

Autorizou o Diretor Geral a chamar a atenção dos inspetores literários para que realizassem visitas às escolas.

O ensino secundário é ministrado pelo Liceu Provincial, um colégio particular na Capital, em Piracuruca, outro.

Em Oeiras, havia duas cadeiras subvencionadas, uma de francês e outra de latim.

Não havia português no liceu.

"Não se compreende um liceu de humanidades no Brasil sem uma cadeira da língua nacional."

"Não há na Província um liceu de artes e ofícios, instituição de reconhecida utilidade. Se existisse um tal estabelecimento propor-vos-ia, além das matérias apropriadas, a instrução aos alunos sobre indústria pastoril, da qual depende em grande parte o futuro da Província".

Em seguida:

"Aproveitando o que há publicado e o estudo que fiz no pouco tempo em que estou na Província, ofereço a vossa apreciação os quadros que se seguem.

Por eles vereis, quanto ao Piauí:

1.° – Que é a penúltima Província em relação ao número de escolas;

2.° – Que também é a penúltima em relação à quota despendida com a instrução pública;

3.° – Que é a oitava em relação ao número de alunos por escola;

4.° – Que é a quarta em relação à freqüência escolar, por cada grupo de 100 habitantes livres.

Digitalizado com CamScanner

Como vedes, acha-se muita mal colocada a Província do Piauí, quanto ao número de escolas, ao dispêndio realizado com a instrução a ainda quanto à freqüência."

Passa, então, a fazer confrontos do Piauí com outras províncias e a estudar as causas da infreqüência, estendendo suas observações a países estrangeiros.

"Falei-vos do preparo do professor. Sabeis que esta é a pedra de toque da instrução.

Como esperar bons frutos duma sementeira impura? Mau professor, péssimo discípulo."

Julga "incompleta a organização da Escola Normal. Freqüência livre, facilidade de exames, poucas matrículas. Sugere melhorar as condições do professor, como atrativo à matrícula neste estabelecimento.

"As matérias ensinadas e o tempo marcado de dois anos são insuficientes, parecendo-me de máxima urgência que autorizeis a alteração do respectivo regulamento nestes pontos

Lembro-vos a conveniência do acréscimo das seguintes e indispensáveis disciplinas:

Elementos de ciências físicas e naturais, de higiene e fisiologia;

Prática de ensino intuitivo ou lições de coisas;

Ginástica;

Música vocal;

Princípios de horticultura e lavoura;

Prática manual de ofício (para o sexo masculino)".

Seu programa educacional era fracamente revolucionário para a época, e, sob determinados aspectos, é ainda de atualidade. O fundo escolar, a obrigatoriedade de freqüência, a ineficácia dos programas e das disciplinas para o ensino primário e o normal e, no Piauí, muito especialmente, a necessidade de noções de agricultura, horticultura, veterinária, indústria pastoril, são ainda aspectos do problema que reclama a atenção de nossos legisladores e administradores.

A respeito da viação pública, estendeu-se sobre a Comissão de Melhoramentos do Parnaíba, a navegação desse rio e navegabilidade de seus afluentes, as estradas de ferro que deveriam ligar a cidade de Parnaíba a Amarração, e a bacia de nossa principal artéria fluvial às bacias do Itapecuru e do Tocantins.

Digitalizado com CamScanner

Estuda, em seguida, a agricultura, cuja prática, noutras partes, vai tomando um caráter científico e diz que, se dirigindo a agricultores (naquela época, quem, no Piauí não seria criador e agricultor?), está certo que tão simpática e importante questão não ficaria no rol do esquecimento.

E sempre imprimindo preeminência à educação, doutrina:

"Três coisas, às quais se subordinam ou se prendem muitíssimas outras, determinam a grande riqueza das nações: a instrução do povo, sua força numérica e a vastidão dos meios de consumo de que dispõe.

Aperfeiçoai os conhecimentos humanos, instruindo, que tereis o imediato desenvolvimento de todas as indústrias, inclusivamente da agricultura; e com esta virá a nutrição, elemento poderoso para a força numérica e para o alargamento dos meios de consumo."

Afirma que é doloroso o estado em que se acha a lavoura, esta importante fonte de economia da Província.

E passa a analisar suas causas: o latifúndio, as propriedades inalienáveis, e, às vezes, extensíssimas, as dificuldades na transmissão de terras.

Diz que "a pequena lavoura, a lavoura intensiva, que de dia adquire prosélitos, não tem podido desenvolver-se" em nosso território, "o que é sobremodo lamentável." Refere-se à depreciação da terra à falta de meios de comunicação.

"Alargai esses meios, abri estradas, auxiliai a iniciativa particular quando se propuser a esse fim e tereis dado um passo gigantesco para obviar aqueles estorvos.

Por outro lado notai bem que a divisão do trabalho ainda não teve o necessário incremento na Província."

Passa a estudar os meios para correção sob o ponto de vista educacional.

Faz alusão à rotina de nossos agricultores, à falta de conhecimentos que o habilitem a alcançar êxito em sua profissão.

Sugere a criação de escolas agrícolas e de veterinária, de que tanto precisa o Piauí.

Daí, diz ele, haver lembrado, a "introdução do estudo de ciências físicas e naturais e de princípios de lavoura nas próprias escolas primárias, "à semelhança do que se pratica na Alemanha, França e em outros países adiantados."

Digitalizado com CamScanner

E agora:

"O trabalho livre é, sem contestação, mais proveitoso que o do braço escravo. Por esse lado tudo tem a lucrar a nossa Província, porque são poucos os escravos nela existentes, e muitos braços livres. A uberdade, porém, de vosso solo, abundantes de frutos; das vossas matas repletas de caça e de vossos rios, regurgitando de peixes, concorrem para a indolência dos homens do campo.

Para alterar esse estado de coisas e combater esse torpor, só me ocorre a aplicação simultânea dos seguintes meios: diminuir os impostos do verdadeiro lavrador e tributar, mas de modo oneroso, àqueles que, vivendo suas riquezas naturais, não cultivam a terra, e entregam-se à ociosidade". Profundo era o divórcio entre a cultura de Vitório e a mentalidade dos latifúndios fazendeiros que ainda comandavam a política piauiense.

"Mas para que seja exeqüível essa medida é indispensável antes de tudo, abrir estradas e fazer sulcar as águas do majestoso rio Parnaíba e seus importantes tributários até aos pontos mais distantes.

"Aí ficam, muito ao de leve, esboçadas importantíssimas questões, que sabereis desenvolver por meio de vossa sabedoria e incontestável patriotismo."

Prossegue em sua exposição, fazendo ressaltar a importância das caixas econômicas e fontes de socorro, discorrendo sobre seus benéficos efeitos na Bélgica, Inglaterra, França, Holanda e Itália. No Brasil, com o Piauí, apenas Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte não têm essas instituições de grande alcance social.

O Conselho Fiscal desses órgãos, em Teresina, reunira-se em setembro do ano anterior para tratar de tão relevante assunto, mas coisa alguma pôde realizar, pois o Governo Imperial não concedera ainda o auxílio pecuniário para assentar as bases de seu funcionamento.

Vitório dirige-se, então, ao Ministério da Fazenda, solicitando os recursos para a inauguração.

O Piauí debatia-se, desde muito, nos déficits orçamentários. Vejamos seu juízo a respeito de tão angustiante ocorrência quando se dirige à Câmara;

"Um déficit é sempre um mau sintoma de finanças, e, como sabeis, há apenas dois meios de o combater: a restrição das despesas

Digitalizado com CamScanner

e o imposto. No que diz respeito à diminuição de despesas, sereis guiados pelos salutares princípios de justiça e eqüidade.

É sem dúvida, assunto este a que deveis ligar o maior empenho procurando equilibrar o orçamento com a decretação de medidas de prontas e decisivas que, estou certo, não escaparão ao vosso patriotismo e esclarecida inteligência."

Ainda não conhecia a política e suas tricas esse idealista egresso duma instituição educacional, onde, quase sempre, se trabalhava pela formação do caráter do cidadão. Sua voz não encontraria eco no seio do partido conservador, que o combateu sem freio nos ataques.

A maioria da Assembléia representava os interesses dos fazendeiros. E estes nada tinham a ver com déficits orçamentários. Estavam longe de suas cogitações os transcendentais estudos que envolvem os problemas de administração pública.

Mais se interessavam pelos seus rebanhos, e o presidente Vitório pedira a majoração de dízimos sobre os mesmos, e uma onerosa tributação direta nos grandes proprietários. Ainda: as eleições gerais estavam próximas e precisavam os oposicionistas assumir o comando no prédio das urnas, ser vistos dominando a situação. Tudo fariam estes para desmoralizar a ação do poder executivo.

A maioria conservadora não cooperou, com Vitório da Costa, na remoção da crise por que passava o Piauí. Antes procurou e conseguiu anular os projetos apresentados pela minoria liberal, que obedecia à orientação do Presidente da Província.

Não cria a lei que constitui o fundo escolar, dizia a oposição, porque as escolas estão regidas por analfabetos e "atrabiliários espoletas eleitorais." Não restabelece a cadeira de português, porque certamente seria provido por "algum filhote do governo." Não procura corrigir os vícios na cobrança dos dízimos sobre gado, porque o fazendeiro conservador estava sendo espoliado e era o único tributado.

Enquanto isso, a assembléia ia apresentando, votando e fazendo passar leis de caráter pessoal, que denunciam os intuitos estreitos de seus colaboradores, concedendo moratórias a devedores da fazenda, dispensando juros vencidos, perdoando dívidas, reduzindo impostos para determinados municípios em que tinha maioria eleitoral o partido conservador e finalmente aumentando seus subsídios de deputados.

Digitalizado com CamScanner

Um terço das leis votadas, o Presidente da Província não sancionou, porque umas feriam a Constituição, outras eram contrárias aos interesses públicos.

As baterias de "A Época", órgão que defendia as aspirações do partido majoritário, descobrem-se contra Vitório da Costa, que, como vimos, foi um padrão de administrador, pela honestidade, capacidade de trabalho e largas concepções.

As tentativas deste para harmonizar as conveniências da política com as da administração, foram frustradas pela intransigência da bancada conservadora. Era o domínio da ignorância, a ausência de espírito público.

Pouco pôde realizar num período tão curto e em circunstâncias tão adversas. Contudo, afora outras iniciativas a que já nos referimos, reformou alguns prédios públicos, melhorou as condições do porto, regularizou o funcionamento do Correio, apontou e combateu os vícios da administração. Em seu relatório, apresentou um programa de trabalho de amplo descortino. Só essa peça, que, sob determinados ângulos, é ainda de atualidade, constituiria, como enfaticamente diziam seus administradores, um marco luminoso de sua passagem pelo Piauí.

Os propósitos que o animavam foram inspirados no patriotismo e sempre cortejado pelo senso judicativo de que constantemente deu sobejas mostras.

Aprendeu com clareza o problema de nossas necessidades; traçou com objetividade os rumos para a solução.

Não teve culpa, se sua inteligência, labor e probidade hajam sido imolados ao egoísmo do partido conservador desta Província.

Ornavam-lhe o espírito todas as belas qualidades de administrador. Faltou-lhe, entretanto, a grande capacidade inerente ao genuíno estadista: o estoicismo para receber com desprezo os golpes desferidos por inimigos inescrupulosos.

A política quase sempre reserva a todos os que a seguem, indistintamente, cedo ou tarde, a grande surpresa das dolorosas decepções.

Sempre foi um mistério e jamais se deixou decifrar, atraindo, contudo, a sua órbita, aqueles que se lhe aproximam para conduzi-los ao destino comum dos que se rendem a seus enleios.

Os que saem vitoriosos da luta que ela provoca impiedosamente, voltam-se depois, correligionários contra correligionários.

Digitalizado com CamScanner

É provável que Vitório não se tenha adaptado a seu partido, pois se revelou homem de larga visão administrativa, o que, quando acontece, torna o homem, por vezes, indisciplinado, sob o ponto de vista partidário.

Era um idealista que se deixou levar pelos encantos da política, porque vislumbrou talvez em seus domínios, grandes possibilidades de realizações generosas. Não era, contudo, um ambicioso vulgar, capaz de renunciar princípios. Prefere cancelar suas viagens a Oeiras e a Campo Maior, e solicitar demissão. A ambição política é superada pelo amor próprio. Não teve a capacidade para sacrificar o eu, a favor de um partido ou mesmo duma causa, do Piauí. Não era político profissional e não sabemos quais os seus objetivos quando aceitou a presidência do Piauí.

Nas vésperas das eleições gerais, nas quais poderia candidatar-se a deputado, e vencer, porque era a norma, preferiu reiterar o pedido de demissão e regressar à Corte.

Fez ainda uma segunda visita à Várzea da Cruz e a 8 de setembro de 1884, depois de pouco mais de nove meses de administração, passa o governo a seu substituto legal, o vice-presidente Dr. Manuel Ildefonso de Sousa Lima a quem confia um segundo relatório, bastante sucinto e em que, amuado, aludiu ao primeiro e deixou extravasar seu ressentimento:

"Nesse documento acham-se também expostas as medidas que julguei conveniente fossem adotados, sentindo profundamente que não as quisesse considerar a Assembléia Legislativa Provincial."

Pouco antes de sua partida, recebe a moção de apreço que foi firmada por liberais e até mesmo conservadores e que certamente muito sensibilizou seu espírito.

Diziam eles: "Por mais que se esforçassem os abaixo-assinados, em relembrar os serviços prestados por V. Exa. a esta Província, e, sobretudo, à instrução pública da mesma, assunto da predileção e solicitude de V. Exa., por mais que pretendessem exaltar o seu mérito, que se destaca de cada um dos atos de seu benéfico governo, ficariam, ainda assim muito aquém da história fiel dos serviços que V. Exa. prestara a esta Província que conservará indelevelmente gravado nas páginas de sua história o nome de V. Exa."

E logo adiante: "É natural a satisfação de seu espírito, depois do cumprimento exato dos seus deveres, em que, justiça se faça a V. Exa., mostrou-se de uma pontualidade e escrúpulo originais e admiráveis.

Digitalizado com CamScanner

Se a ausência de V. Exa. é incontestavelmente muito sensível à Província e a seus numerosos amigos, essa grande falta ficará compensada pela certeza que V. Exa. deixa na mesma Província um nome que será sempre relembrado com júbilo e saudades, porque ele rememora, marca um ponto luminoso na história política e administrativa da mesma Província."

Pouco sabemos de sua vida posterior, senão que chegou a ocupar o mais alto ponto da administração do Ensino Público do país.

✓

Nota

Este trabalho foi elaborado há vinte e dois anos, por solicitação de pessoa amiga da família de Vitório da Costa quando no centenário de nascimento do ilustre cidadão. Não sabemos o destino que teve a contribuição. Hoje a publicamos, como apêndice deste quarto volume de Pesquisas, pois o trabalho foi baseado em pesquisas realizadas na época em que foi escrito, e encerra algo de interessante.

Digitalizado com CamScanner

RELAÇÃO DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE 30/12/1843 A 16/11/1889

NOME	DATA DA POSSE	DATA EM QUE DEIXA O GOVERNO	
Dr. José Ildefonso de Sousa Ramos	30.12.1843	09.09.1844	Presidente
Conde do Rio Pardo[1]	09.09.1844	21.06.1845	Presidente
Dr. Francisco Xavier de Cerqueira[2]	21.06.1845	28.06.1845	Vice-Presidente
Dr. Zacarias Góis e Vasconcelos	28.06.1845	07.09.1847	Presidente
Dr. Marcos Antônio de Macedo	07.09.1847	14.03.1848	Presidente
Dr. Francisco Xavier de Cerqueira	14.03.1848	11.07.1848	Vice-Presidente
Dr. Anselmo Francisco Perete	11.07.1848	25.12.1849	Presidente
Dr. Inácio Francisco Silveira da Mota	25.12.1849	07.09.1850	Presidente
Dr. José Antonio Saraiva	07.09.1850	12.03.1853	Presidente
Dr. Simplicio de Sousa Mendes	12.03.1853	02.04.1853	Vice-Presidente
Dr. Luís Carlos Paiva Teixeira	02.04.1853	05.12.1853	Vice-Presidente
Dr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho	05.12.1853	09.08.1855	Presidente
Cel. Ernesto José Batista	09.08.1855	10.09.1855	Vice-Presidente
Cel. Baldoíno José Coelho	10.09.1855	01.12.1855	Vice-Presidente
Dr. Frederico de Almeida Albuquerque	01.12.1855	07.03.1857	Presidente

Digitalizado com CamScanner

RELAÇÃO DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE 30/12/1843 A 16/11/1889

NOME	DATA DA POSSE	DATA EM QUE DEIXA O GOVERNO	
Dr. Lourenço Francisco de Almeida Catanho	07.03.1857	10.06.1857	Vice-Presidente
Dr. João José e Oliveira Junqueira	10.06.1857	30.12.1858	Presidente
Dr. Simplício de Sousa Mendes	30.12.1858	01.01.1859	Vice-Presidente
Dr. José Mariano Lustosa de Amaral	01.01.1859	24.01.1859	Vice-Presidente
Dr. Antônio Correia do Couto	24.01.1859	27.06.1859	Presidente
Cel. Ernesto José Batista[3]	27.06.1859	26.07.1859	Vice-Presidente
Dr. José Mariano Lustosa de Amaral[4]	26.07.1859	05.11.1859	Vice-Presidente
Dr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque	05.11.1859	16.05.1860	Presidente
Cel. Ernesto José Batista	16.05.1860	13.07.1860	Vice-Presidente
Dr. Manuel Antônio Duarte de Azevedo	13.07.1860	15.04.1861	Presidente
Dr. José Mariano Lustosa de Amaral	15.04.1861	13.05.1861	Vice-Presidente
Dr. Antônio de Brito Sousa Gaioso	13.05.1861	13.06.1862	Presidente
Dr. José Fernandes Moreira	13.06.1862	30.06.1863	Presidente
Dr. Pedro Leão Veloso[5]	30.06.1863	05.12.1853	Presidente
Dr. Antônio Sampaio de Almeida[6]	05.12.1863	28.05.1864	Vice-Presidente
Dr. Franklin Américo de Menezes Dória[7]	28.05.1864	03.08.1866	Presidente

Digitalizado com CamScanner

RELAÇÃO DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE 30/12/1843 A 16/11/1889

NOME	DATA DA POSSE	DATA EM QUE DEIXA O GOVERNO	
Dr. José Manuel de Freitas[8]	03.08.1866	05.10.1866	Vice-Presidente
Dr. Adelino Antônio de Luna Freire	05.10.1866	05.11.1867	Presidente
Dr. José Manuel de Freitas	05.11.1867	09.11.1867	Vice-Presidente
Dr. Polidoro César Burlamaque	09.11.1867	03.05.1868	Presidente
Dr. José Manuel de Freitas	03.05.1868	24.08.868	Vice-Presidente
Dr. Simplício de Sousa Mendes	24.08.1868	28.08.1868	Vice-Presidente
Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro	28.08.1868	03.04.1869	Presidente
Dr. Simplício de Sousa Mendes	03.04.1869	21.05.1869	Vice-Presidente
Cel Teotonio de Sousa Mendes	21.05.1869	06.12.1869	Vice-Presidente
Dr. Luís Antônio Vieira da Silva	06.12.1869	09.04.1870	Presidente
Dr. Domingos Monteiro Peixoto[9]	09.04.1870	20.04.1870	Vice-Presidente
Dr. Luís Antônio Vieira da Silva[10]	20.04.1870	07.05.1870	Presidente
Dr. Manuel José Espínola Júnior	07.05.1870	25.12.1870	Vice-Presidente
Dr. Manuel do Rego Barros Sousa Leão	25.12.1870	27.02.1872	Presidente
Ten. Cel. José Amaro Machado[11]	27.02.1872	17.03.1872	Vice-Presidente
Maj. José Tomaz de Aguiar Catanhede[12]	17.03.1872	19.03.1872	Pres. da câmara

Digitalizado com CamScanner

RELAÇÃO DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE 30/12/1843 A 16/11/1889

NOME	DATA DA POSSE	DATA EM QUE DEIXA O GOVERNO	
Tel. Cel. José Francisco de Miranda Osório	19.03.1872	18.04.1872	Vice-Presidente
Cel. Teotônio de Sousa Mendes	18.04.1872	23.04.1872	Vice-Presidente
Dr. Pedro Afonso Ferreira	23.04.1872	01.02.1873	Presidente
Cel. José Francisco de Miranda Osório	01.02.1873	22.02.1873	Vice-Presidente
Dr. Grevásio Cícero de Albuquerque Melo[13]	22.02.1873	27.04.1874	Presidente
Dr. Adolfo Lamenha Lins[14]	27.04.1874	27.11.1874	Presidente
Ten. Cel. Odorico Braulino de Albuquerque Rosa	27.11.1874	28.04.1875	Vice-Presidente
Dr. Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque	28.04.1875	04.08.1876	Presidente
Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa[15]	04.08.1876	02.01.1877	Presidente
Dr. Graciliano de Paula Batista	02.01.1877	13.08.1877	Presidente
Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva	13.08.1877	21.11.1877	Presidente
Barão de Campo Maior	21.11.1877	09.01.1878	Vice-Presidente
Dr. Raimundo Mendes de Carvalho	09.01.1878	27.02.1878	Vice-Presidente
Cel. José de Araújo Costa	27.02.1878	15.04.1878	Vice-Presidente
Dr. Sancho de Barros Pimentel	15.04.1878	13.12.1878	Presidente
Dr. Constantino Luís da Silva Moura	13.12.1878	19.12.1878	Vice-Presidente

Digitalizado com CamScanner

RELAÇÃO DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE 30/12/1843 A 16/11/1889

NOME	DATA DA POSSE	DATA EM QUE DEIXA O GOVERNO	
Dr. José Mariano Lustosa do Amaral	19.12.1878	18.03.1879	Vice-Presidente
Dr. Francisco de Sousa Martins	18.03.1879	07.04.1879	Vice-Presidente
Dr. João Pedro Belfort Vieira	07.04.1879	11.12.1879	Presidente
Dr. Manuel Ildefonso de Sousa Lima	11.12.1879	04.03.1880	Vice-Presidente
Cons. Sínval Odorico de Moura	04.03.1880	15.04.1880	Presidente
Dr. Manuel Ildefonso de Sousa Lima	15.04.1880	01.05.1880	Vice-Presidente
Dr. Francisco de Sousa Martins	01.05.1880	07.02.1881	Vice-Presidente
Cons. Sínval Odorico de Moura	07.02.1881	31.12.1881	Presidente
Dr. Manuel Ildefonso de Sousa Lima	31.12.1881	12.05.1882	Vice-Presidente
Dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro	12.05.1882	05.04.1883	Presidente
Dr. Firmino de Sousa Martins[15]	05.04.1883	10.09.1883	Vice-Presidente
Dr. Torquato Mendes Viana[16a]	10.09.1883	18.02.1883	Vice-Presidente
Dr. Manuel Ildefonso de Sousa Lima	18.10.1883	06.12.1883	Vice-Presidente
Dr. Emídio Adolfo Vitório da Costa	06.12.1883	08.09.1884	Presidente
Dr. Manuel Ildefonso de Sousa Lima	08.09.1884	01.10.1884	Vice-Presidente
Dr. Raimundo Teodorico de Castro e Silva	01.10.1884	01.09.1885	Presidente

Digitalizado com CamScanner

RELAÇÃO DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE 30/12/1843 A 16/11/1889

NOME	DATA DA POSSE	DATA EM QUE DEIXA O GOVERNO	
Dr. Manuel Ildefonso de Sousa Lima	01.09.1885	14.10.1885	Vice-Presidente
Dr. Raimundo de Areia Leão[16b]	14.10.1885	16.10.1885	Vice-Presidente
Dr. Manuel José de Menezes Prado[17]	16.10.1885	07.09.1886	Presidente
Dr. Antônio Jansen de Matos Pereira[18]	07.09.1886	06.07.1887	Presidente
Dr. Francisco José Viveiros Castro[19]	06.07.1887	27.07.1888	Presidente
Dr. Firmino Licinio da Silva Soares	27.07.1888	26.09.1888	Vice-Presidente
Dr. Raimundo José Vieira da Silva	26.09.1888	27.06.1889	Presidente
Dr. Firmino de Sousa Martins	27.06.1889	23.07.1889	Vice-Presidente
Dr. Teófilo Fernandes dos Santos	23.07.1889	10.10.1889	Presidente
Cel. João da Cruz Santos	10.10.1889	12.10.1889	Vice-Presidente
Dr. Lourenço Valente de Figueiredo	12.10.889	15.11.1889	Vice-Presidente

Digitalizado com CamScanner

Notas

[1] L. 184. 28v. 29. L. 114.
[2] L. 186. 39. L. 194. 18v. L. 179. 115.
[3] L. 248. 91v. 92. L. 280. 5. 5v. L. 272. L. 272. 11. 11v. L. 255. 48v.
[4] L. 248. 94v. L. 280. 6v. 7. L. 272. 14.
[5] L. 248. 224v. L. 301. 176. 176v. L. 272. 202v. L. 255. 92v.
[6] L. 248. 234. 234. L. 280. 39v. L. 272. 222v.
[7] Vide nota seguinte (8)
[8] L. 308. 4. L. 309. of. mesma data. L. 326. 34.
[9] L. 564. 62. 122. L. 577. 76. 146.
[10] L. 577. 79.
[11] L. 565. 22. 113. L. 572. 56. L. 579. 78. L. 578. 76. L. 555. 192.
[12] Vide nota anterior (11).
[13] Vide nota seguinte (14).
[14] L. 557. 59. L. 580. 1. L. 573. 31. 182. L. 566.14.
[15] L. 580. 73. 203. L. 566. 211.
[16] L. 575. 205.L. 582. 148.
[16a] L. 569. 1.
[16b] L. 583. 92.
[17] L. 583. 93. L. 576. 147. L. 569. 105.
[18] L. 576. 227. L. 576. 296. L. 583. 183.
[19] L. 569. 173. L. 576. 296. L. 583. 183.

Digitalizado com CamScanner

minha atividade não se limite exclusivamente ao ministério cotidiano, dentro da escola". Setenta e seis anos depois, o livro de Odilon continua oportuno, quer pela metodologia usada - narrativa pontilhada de diálogos, quer pela linguagem adequada ao público a que se destinava.

Embora tenha iniciado suas pesquisas históricas nos anos 30, só na década de 50, com a criação do Centro de Estudos Piauienses e da Revista Econômica Piauiense por R. N. Monteiro de Santana, Odilon Nunes passaria a publicar regularmente as primeiras versões de suas pesquisas, alicerces de sua obra mais importante, Pesquisas para a História do Piauí. Na década de 60, o governo do Estado publicou os três primeiros volumes das Pesquisas. Em 75, editou-se, finalmente, a obra completa, constituída de 4 volumes.

Como bem observou Teresinha Queiroz, "As pesquisas de Odilon Nunes dificilmente serão superadas por um historiador individual, até porque se tornou impossível uma obra feita nos moldes em que ele produziu a sua - buscando simultaneamente a totalidade do social e a exaustão documental. Compulsando milhares de documentos, durante décadas, num esforço individual notável, até porque praticamente autofinanciado, resultado de uma promessa de vida, de uma missão auto-imposta, de uma vontade cidadã tão intensa que se transformou quase que no único motivo de vida e trabalho".

Ao entregarem ao público a 3º edição das Pesquisas para a história do Piauí, a FUNDAPI e a Prefeitura de Teresina, além de prestarem inestimável serviço à História do Piauí, reverenciam a memória de um cidadão que, sob todos os aspectos, honra e dignifica a cultura piauiense.

Digitalizado com CamScanner